UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto Superior de Economia e Gestão

Desemprego Prolongado e Liberdade Frágil

uma análise do desemprego jovem em Portugal pela ideia de *capabilidade* de Amartya Sen

Rosa de Freitas Andrade

com a orientação científica do
Prof. Doutor José António Correia Pereirinha

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutora
em Estudos de Desenvolvimento

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto Superior de Economia e Gestão

Desemprego Prolongado e Liberdade Frágil

uma análise do desemprego jovem em Portugal
pela ideia de *capabilidade* de Amartya Sen

Rosa de Freitas Andrade

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutora em Estudos de Desenvolvimento

Júri:

Presidente: Doutor Nuno João de Oliveira Valério
Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor José António Correia Pereirinha (orientador)
Professor Catedrático Aposentado
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins
Professor Catedrático
Católica Porto Business School da Universidade Católica Portuguesa

Doutor Victor Manuel Leite Neves
Professor Associado
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite
Professora Auxiliar Aposentada
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutora Elvira Sofia Leite de Freitas Pereira
Professora Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Esta tese teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia,
através de uma bolsa de doutoramento **(ref.ª FCT/SFRH/BD/87012/2012)**

2021

À memória do meu bom amigo
Sukalyan Chatterjee,
que me convenceu
a iniciar este trabalho

À memória do meu filho
Benjamim,
que me deu boas razões
para o concluir

A todos os jovens portugueses,
que nasceram em tempos de liberdade
e ainda estão longe de a realizar

Agradecimentos

A todas as pessoas que com o seu saber e cuidado fizeram com que fosse possível construir este trabalho, em particular:

ao Professor António Pereirinha, pela sua orientação, atenta e cuidada, essencial neste caminho de investigação;

à Professora Cristina Albuquerque da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que me deu a conhecer a ideia de *capabilidade*;

a todos os jovens que participaram neste estudo, com o desejo de ter sido capaz de dar voz às suas inquietações e esperança numa existência mais justa e mais digna;

às pessoas que representam as instituições que apoiaram a realização deste estudo:
do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa,
do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Lisboa,
do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra,
do Centro de Emprego da Região Autónoma da Madeira,
da Fundação para a Ciência e Tecnologia, que apoiou este estudo com uma bolsa de doutoramento;

aos meus professores, professoras e colegas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que me ensinaram a pensar a importância e singularidade da infância e adolescência no ciclo de vida,

à Universidade de Coimbra, pelo contínuo trabalho na realização da liberdade de ser e pensar,

aos meus amigos, Nuno Coelho e Graça Lourenço, pela discussão livre e aberta à contradição e ao erro;

à Catarina, ao Vicente, ao David, à Bárbara, à Sofia e à Neide, pelo apoio no cuidar das crianças;

à Isa Milagros, pelo apoio em tudo, sempre;

ao Sérgio, pela partilha do fardo da liberdade;

a todos e todas, muito obrigado.

Desemprego Prolongado e Liberdade Frágil
uma análise do desemprego jovem em Portugal
pela ideia de *capabilidade* de Amartya Sen

Resumo

A Abordagem das Capabilidades (*Capability Approach*: CA) ou abordagem do *Desenvolvimento Humano*, apresentada por Amartya Sen e desenvolvida pela filósofa Martha Nussbaum, tem tido um impacto crescente nas instituições internacionais que analisam o bem-estar e tem vindo igualmente a ganhar destaque científico como abordagem de referência para a análise da pobreza e da exclusão associadas ao desemprego. Alguns países europeus adotaram oficialmente a CA para redesenhar políticas sociais neste domínio, mais orientadas para o desenvolvimento humano e para a realização de *capabilidades*, que sejam compatíveis com a dignidade humana, o exercício da liberdade e com o funcionamento das instituições democráticas. Apesar de alguns esforços nesse sentido, em Portugal, a CA é ainda pouco discutida na investigação aplicada. Este estudo pretende colmatar esta lacuna, analisando um dos segmentos mais críticos da população portuguesa: os jovens em situação de desemprego de longa duração.

O desemprego prolongado na juventude é um problema de desenvolvimento humano e um obstáculo objetivo ao exercício das liberdades dos jovens. A investigação mostra que o efeito disruptivo do desemprego prolongado prolongar-se-á ao longo do ciclo de vida do jovem, bloqueando o desenvolvimento do jovem, inviabilizando o realização da sua identidade e da sua autonomia e fragilizando o exercício da sua liberdade. O *trabalho significativo* ocupa um papel central no desenvolvimento humano, em particular nesta fase do ciclo de vida. Ele é a única via para a realização da identidade e da autonomia. A exclusão do *trabalho significativo* gera dependências sociais, perturbação mental e sujeição à violência e autoritarismos. Este estudo analisa estes efeitos sistémicos, analisando a *capabilidade* dos jovens para o *trabalho significativo*. Isto é, quais as suas oportunidades objetivas de realizar um trabalho que tenham razões para valorizar, um trabalho que lhes dê uma oportunidade concreta de fazer uso da razão prática, de estabelecer contato social, de aprendizagem e de desenvolver sua identidade e o seu potencial criativo como seres humanos. No sentido de se captar a dimensão do espaço de *oportunidade* para a *capabilidade* para o *trabalho significativo*, utilizamos uma análise multidimensional, qualitativa e quantitativa, para a realização de duas tarefas de investigação: 1- análise do programa *Garantia Jovem* (GJ), como *espaço de oportunidade* para o trabalho *significativo* e 2- análise da *adaptação de preferências* através de narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração.

Os resultados deste estudo esclarecem que as *políticas ativas de emprego* direcionadas para os jovens desempregados de longa duração (de que o programa GJ é um exemplo), quando aplicadas na prática, sem que haja um nivelamento das desigualdades socioeconómicas de base, são elas próprias geradoras de exclusão social, porque ignoram as condições sociais necessárias (*funcionalidades*, na linguagem de Sen) para o trabalho *significativo*. Adicionalmente, as narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração mostram-nos que a fragilidade do exercício da liberdade dos jovens em situação de desemprego prolongado encontra raízes mais profundas, em situações de exclusão socioeconómica em idades muito precoces, que os obrigaram a *adaptar* as suas *preferências* às suas condições socioeconómicas familiares adversas, forçando-os a baixar as suas expectativas escolares e profissionais. Este processo a que chamamos de *adaptação de preferências* inibe o seu desenvolvimento como seres humanos (a sua identidade e autonomia) e inviabiliza a realização das suas liberdades políticas. Foram identificadas desigualdades de género em desfavor das jovens mulheres. São discutidas as razões para caminharmos na direção da capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo* e quais as implicações políticas deste estudo.

Palavras-chave

Amartya Sen; Martha Nussbaum; Desenvolvimento Humano; Capabilidades; Jovens; Trabalho Significativo; Desemprego Jovem Prolongado; Adaptação de Preferências

Long Term Unemployment and Fragile Freedom
analysis of youth unemployment in Portugal
through Amartya Sen's capability approach

Abstract

Amartya Sen's Capability Approach (CA) or Human Development Approach, later developed by the philosopher Martha Nussbaum, has had an increasing impact on international institutions that analyze wellbeing and has gained scientific prominence in analyzing people's penalties, constraints and *unfreedoms*, due to high levels of unemployment, by enlarging the "informational basis of judgment in justice". To cope with the rise in unemployment, and the associated poverty and social exclusion, some European countries have officially adopted the CA to redesign social policies towards human development and capabilities, that are more compatible with human dignity and democratic rationality. Thus, some European countries have officially adopted the CA in policy settings to redesign social policies, particularly resulting from massive unemployment. In Portugal the CA is still little discussed in applied research. This study intends to fill this gap, analyzing one of the most critical segments of the Portuguese population: young people who live in a situation of long term unemployment by focusing on personal agency for *meaningful work*.

Long term youth unemployment is an effective obstacle to human development. Research shows that disruptive effects of prolonged unemployment will continue throughout young people's life cycle, blocking psychosocial development, for example, their identity and autonomy and thus weakening freedoms. *Meaningful work* plays a central role in human development at this particular stage in the life cycle. It is the only way to achieve identity and autonomy. The exclusion of *meaningful work* generates social dependencies, mental disorder and submission to violence and authoritarianisms. This study examines these systemics effects, analyzing what obstacles young unemployed people face in order to achieve a work they have reason to value. That is, a work that gives them an objective opportunity to use their practical reason, to have social contact, to learn and to develop their identity and potential as human beings. In the language of Sen's capability approach, we analyze what obstacles face long term unemployed young people in achieving their *capability* for *meaningful* work. To have access to an adequate set of data, capable of capture the *dimension of opportunity*, we use a multidimensional analysis with mixed methodologies, both qualitative and quantitative, to carried out two research tasks: 1- Analysis of young people life narratives, women and men, to study *adaptive preferences* and 2- Analysis of the program *Garantia Jovem* (GJ), as an *opportunity set* for *meaningful work*.

Results clarifies that, in practice, active employment policies for long term youth unemployment (as the GJ program), when applied without leveling the basic socio-economic inequalities, they expand social exclusion, themselves, since they ignore *functionings* for *meaningful work*. In addition, life narratives shows the fragility of young people' freedom to choose the work they have reason to value, finds deeper roots in socio-economic exclusion at very early ages, which force them to adapt their preferences to the adverse family socio-economic conditions, forcing them to lower their educational and professional expectations. Thus inhibiting their human development (identity and autonomy) and making freedoms unfeasible. Gender inequalities are identified. Reasons to move towards youth capability for *meaningful work* in Portugal and political implications of this study are discussed.

Keywords

Amartya Sen; Martha Nussbaum; Human Development; Capabilities; Youth; Meaningful Work; Long Term Unemployment; Adaptive Preferences

Desemprego Prolongado e Liberdade Frágil
uma análise do desemprego jovem em Portugal
pela ideia de *capabilidade* de Amartya Sen

Índice

004 Agradecimentos

005 Resumo e Palavras-chave
006 Abstract and Keywords

012 **Introdução**
O *Desenvolvimento* indissociável do exercício da *Liberdade*
A fragilidade da liberdade no desemprego jovem prolongado
Objetivos, métodos e resultados deste estudo
Plano da tese

031 **PRIMEIRA PARTE**
O DESEMPREGO JOVEM DE LONGA DURAÇÃO
COMO UM PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

032 **Capítulo 1**
Ser Jovem:
a juventude como um período crítico de Desenvolvimento Humano

033 1. Descontinuidade no desenvolvimento
Uma definição não consensual
A tendência secular para a antecipação da puberdade
Imaturidade cortical frontal
Consequências no comportamento e tomada de decisão
a. Dificuldades na avaliação de riscos
b. Necessidade básica de inclusão social
Palavras-chave do desenvolvimento cognitivo: contexto socioeconómico
040 2. O desenvolvimento do raciocínio ético e da ideia de justiça
A voz da diferença
045 3. Vulnerabilidades psicossociais na formação da identidade
O papel central do trabalho *significativo* na construção da identidade
O perigo de insolvência identitária
Um equilíbrio frágil
055 4. Nota sobre a incidência de psicopatologia na população jovem
Como a psicopatologia na infância e juventude reflete desigualdades socioeconómicas
A pobreza "debaixo da pele"
A psicologia humana na escassez
Incidir na prevenção

061 **Capítulo 2**
Estar em situação de desemprego prolongado:
precarização da qualidade de vida e bloqueios na participação democrática

063 1. Efeitos de mudança geracional: a *Geração Milénio*
Dificuldades psicossociais nas trajetórias para a vida adulta
Trajetórias residenciais e familiares; interdependência geracional
Sociabilidades hiperconetadas
Trajetórias escolares e profissionais marcadas pela reversibilidade e precariedade
Austeridade e precarização das relações laborais
075 2. O que se sabe sobre os jovens NEET; que estão excluídos dos sistemas educativos
e formativos e fora do mercado de trabalho
A exclusão na exclusão; desigualdades de género

Compreender a ideia de ativação dos jovens para o mercado de trabalho;
o exemplo da *Garantia Jovem*
078 3. A individualização de riscos sistémicos
Participação democrática *fraca*

084 **SEGUNDA PARTE**
COMO E POR QUE NÃO É POSSÍVEL REALIZAR A LIBERDADE
NO DESEMPREGO JOVEM PROLONGADO

085 **Capítulo 3**
Metodologia;
Compreender o problema da adaptação de preferências através da análise de narrativas de vida

086 Problema de investigação
087 Hipótese de trabalho
087 Métodos e técnicas de investigação utilizadas
088 As narrativas de vida como forma de aceder ao *habitus*
090 Duas dimensões de análise / duas tarefas de investigação
091 a. Tarefa de investigação 1: Análise da *génese* da *adaptação de preferências*
no desemprego jovem de longa duração através de narrativas de vida
Princípios éticos e deontológicos
Critérios de escolha e características dos jovens participantes neste estudo
Representatividade, fiabilidade e rigor
Saturação de um conjunto de dimensões de análise; expansão da teoria
Método de construção das narrativas de vida
Fase preparatória
Primeiro momento: primeira entrevista
Segundo momento: entrevista em profundidade
Construção de biograma
Terceiro momento: devolução de informação
Resultados; narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração
Sinopses (quadro síntese)
Avaliação crítica do método utilizado na construção de narrativas de vida
101 b. Tarefa de investigação 2: Análise do programa *Garantia Jovem* como espaço
de oportunidades para o trabalho *significativo*
Princípios metodológicos
Objetivos
Procedimento de recolha de dados
Entrevistas semi-estruturadas de caráter exploratório
Preparação dos guiões de entrevista
Análise documental
Avaliação crítica do procedimento utilizado

106 **Capítulo 4**
A resignação dos jovens à adversidade persistente;
a exclusão do trabalho *significativo* e a *adaptação de preferências*

107 Parte 1: A ideia de *capabilidade* de Amartya Sen a Martha Nussbaum:
fundamentos teóricos

107 1. A liberdade como *oportunidade* e *processo*
Funcionalidades e *Capabilidades*
As *capabilidades* na visão de Martha Nussbaum
Capabilidades internas e *capabilidades combinadas*
113 2. O problema da adaptação de preferências
Uvas azedas
A adaptação de preferências na visão de Amartya Sen
A adaptação de preferências na visão de Martha Nussbaum
118 3. Porquê rejeitar o *valor* da adaptação de preferências
A resignação como adaptação à adversidade

Os argumentos a favor do bem-estar *subjetivo* e suas contradições
Rejeitar o "argumento da longevidade"
A análise do bem-estar *subjetivo* não assume um compromisso ético

124 Parte 2: Compreender a *génese da adaptação de preferências* no desemprego jovem prolongado através da análise de narrativas de vida

125 4. As preferências como estruturas sociais incorporadas
O habitus dissimula a ideia da livre escolha
Como se transforma a injustiça social em virtude e modéstia
A adaptação de preferências como imperativo de saúde mental
A interiorização das estruturas de desigualdade; de vítimas a colaboradores
O *sujeito produtivo* e a autoexploração
Culpa e autoagressão
Vulnerabilidades adicionais na construção da identidade homossexual
138 5. A sujeição e a *adaptação de preferências* no feminino
A consciência da submissão
Desemprego, medo e maternidade
Cuidar do *Outro* como razão do desemprego prolongado
145 6. Preferências *consistentes* e *inconsistentes* com o desenvolvimento humano
Realização de três necessidades psicológicas básicas
a- A necessidade básica de autonomia
b- A necessidade básica de competência
c- A necessidade básica de pertença ou vínculo
O duplo papel do *cuidado*
Necessidades psicológicas básicas: síntese

157 **TERCEIRA PARTE**
RAZÕES PARA SE ADOTAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM PORTUGAL

158 **Capítulo 5**
Discussão:
A capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo* como condição da liberdade

159 1. Por que se deve caminhar para a capabilidade dos jovens para o *trabalho significativo*
a. O trabalho *significativo* como meio de criação da identidade
b. A consciência e a recusa do trabalho *alienado*
c. O trabalho *significativo* como meio de realização da autodeterminação
c1. O trabalho *significativo* como meio de realização da *autonomia*
c2. O trabalho *significativo* como meio de realização da *inclusão social*
c3. O trabalho *significativo* como meio de realização da *competência*
c4. O trabalho *significativo* como meio de preservar a *saúde mental* dos jovens
O trabalho na lista de capabilidades de Nussbaum; problemas práticos:
O problema do *direito de procurar emprego numa base de igualdade com os outros*
O problema da *adaptação de preferências*
A *capabilidade* dos jovens para o trabalho *significativo* como um Direito Humano
a. *Crítica da institucionalização*
b. *Crítica da viabilidade*

175 2. A desigualdade de género na capabilidade para o trabalho *significativo*
A omissão de Stuart Mill, que perdura
O *habitus* da desigualdade de género
Como sair deste processo de sujeição e dominação?
Assumir responsabilidades
O papel integrador da *ética do cuidado*
Justiça e Pragmatismo
O complemento chave de uma ética abstrata de justiça
Condições para uma escolha livre, fundada na ética do cuidado
Como a *Garantia Jovem* (des)considera a ética do cuidado: *saída negativa*

A ética do cuidado como trabalho *significativo*

190 3. Sobre a ineficiência das *políticas ativas de emprego* no desemprego jovem prolongado
O *Efeito Mateus*
A *Garantia Jovem* é um espaço de oportunidades *restrito* para o exercício da liberdade
A necessidade de medidas de proteção social de combate à pobreza na juventude
Escolher a abordagem das *capabilidades*
Dar voz aos jovens

200 4. Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem
A racionalidade e o seu uso
Existo, logo penso

204 5. Que individualismo?
O indivíduo e o individualismo na abordagem das *capabilidades*
Ética e individualismo

207 6. Promover a saúde mental na população jovem
Necessidades básicas
O papel central do trabalho *significativo*
A capacidade de adaptação à adversidade não é sinal de saúde mental
O *homem avaliado*
A ideia de *alta performance* e o trabalhador como *herói*
Livre coação e psicopatologia
A atenção fragmentada

216 7. Da fragilidade ao medo da liberdade
O *fardo da liberdade*
A personalidade autoritária ou o *bacilo da peste*
A estrutura socioeconómica
Autoritarismos em rede
A identidade como *avatar*

226 **Capítulo 6**
Conclusões

228 1. O desemprego jovem prolongado é incompatível com a dignidade humana e com o exercício da liberdade
A adaptação à adversidade bloqueia o desenvolvimento humano
Consequência 1: Desinvestimento na Educação
Consequência 2: Sujeição a autoritarismos
Consequência 3: Desequilíbrio psicológico e doença mental

232 2. A necessidade de políticas públicas para a juventude direcionadas para o Desenvolvimento Humano
Um compromisso social para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*
Um maior compromisso para uma *ética do cuidado*

235 Nota final

236 Referências bibliográficas

248 Anexos

249 Anexo 1
Narrativas de vida de jovens desempregados (versão integral comentada)

289 Anexo 2
Guiões de entrevistas

Introdução

O *Desenvolvimento* indissociável do exercício da *Liberdade*

Este trabalho sobre o desemprego jovem em Portugal assume uma posição muito clara sobre o que é o desenvolvimento, que é conveniente esclarecer desde já. Defendemos que o propósito do desenvolvimento deve ser inequivocamente orientado para a melhoria da qualidade de vida e do exercício das liberdades das pessoas. É uma ideia de desenvolvimento assente, portanto, no valor do *Desenvolvimento Humano*. Partindo deste princípio, reconhece-se que as liberdades políticas e os direitos democráticos são componentes constitutivas do desenvolvimento. Por isso, neste trabalho que apresentamos a discussão, sobre o problema do desemprego jovem prolongado em Portugal, a nossa análise incide na forma como os jovens portugueses vivem, de facto, as suas vidas e nos obstáculos que encontram para o exercício das suas liberdades, como seres humanos dignos de valor, independentemente da sua idade, género, orientação sexual ou origem socioeconómica.

Esta visão que partilhamos afasta-se dos modelos dominantes de análise do desenvolvimento, que sugerem que a qualidade de vida de uma nação aumenta quando, e apenas quando, aumenta o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O crescimento económico é, sem dúvida, muito importante porque o aumento real de rendimento pode preparar o caminho para algumas realizações das pessoas. Além disso, expande as receitas públicas que podem ser usadas como fins de caracter social. Contudo, o valor do crescimento económico vai depender do que irá trazer para as vidas e para o exercício das liberdades das pessoas (Sen, 1988; 2011). É por não ser sensível a dimensões essenciais da qualidade de vida das pessoas e às liberdades, que as classificações baseadas no PIB por vezes atribuem lugares cimeiros a países com desigualdades alarmantes, com uma grande proporção de cidadãos excluídos, social e economicamente, que claramente não beneficiam do desenvolvimento económico, como é o caso dos segmentos mais jovens da população. Ora, sabemos que os países respondem a estes rankings de desenvolvimento, dos quais também depende a sua reputação internacional. Precisamente por isso, esta visão *estreita* do desenvolvimento tende a encorajar os países a direcionar as políticas internas exclusivamente para o crescimento económico, ficando para segundo plano a melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente dos grupos de pessoas mais excluídas, que sabemos que normalmente não beneficiam do crescimento económico (Nussbaum, 2011, ix).

O ceticismo que por vezes se assiste em relação à incompatibilidade dos sistemas democráticos em relação ao crescimento económico não é fundamentado. Na realidade, tem-se verificado que o desempenho económico dos países melhora efetivamente com o aumento das oportunidades sociais para as pessoas mais excluídas, quando estas têm voz política e se lhes dá espaço à argumentação e à participação pública (Sen, 2011, p. 461).

Além disso, as liberdades democráticas ajudam a reforçar a justiça social, exercendo pressão para melhores práticas políticas e uma justiça mais equitativa.

A abordagem das *capabilidades* de Amartya Sen, que evoluiu para numa teoria dos direitos humanos pela mão da filósofa Martha Nussbaum, tem tido um impacto crescente nas instituições internacionais que analisam o Bem-Estar. É disso exemplo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, através da publicação periódica do Human Development Report, pelo United Nations Human Development Report Office, no qual é utilizada uma metodologia *beyond income, beyond averages and beyond today* (UNPDR, 2019). Este modelo de desenvolvimento humano tem sido igualmente adotado por vários países europeus como modelo de análise da pobreza e dos direitos humanos (Arndt & Volkert, 2011; Burchardt, 2006) e tem igualmente inspirado vários pensadores, filósofos, sociólogos, psicólogos, economistas e muitos outros investigadores, que estudam a qualidade de vida e o Bem-Estar das pessoas, o funcionamento dos sistemas democráticos e o exercício das liberdades. É disso exemplo a Human Development and Capability Association (HDCA), fundada por Amartya Sen, que agrega uma rede de investigadores e pensadores de todos os continentes, de várias especialidades científicas, e que tem produzido um corpo de investigação multidisciplinar, de grande valor teórico e prático, para o desenvolvimento de políticas de bem-estar. Em Portugal, este modelo é ainda pouco discutido e não tem sido muito utilizado na investigação aplicada sobre a qualidade de vida, o bem-estar e a liberdade das pessoas. Destaca-se o trabalho de Pereirinha et al (2020) sobre o *Rendimento Adequado em Portugal*, um estudo que analisou qual o rendimento suficiente para se viver *com dignidade* em Portugal, que integramos na discussão deste trabalho.

Este nosso estudo é muito importante, porque analisa um dos segmentos mais críticos da população portuguesa: os jovens que vivem em situação de desemprego prolongado. Neste trabalho, através da análise de *narrativas de vida* de jovens desempregados de longa duração, vamos compreender a estreita relação entre a exclusão socioeconómica dos jovens, resultante do desemprego prolongado e a extrema fragilidade do usufruto e do exercício da liberdade. Vamos compreender que as políticas ativas de emprego, de que o programa *Garantia Jovem* é um exemplo, é uma ideia que, quando aplicada na prática, por si só e sem que haja um nivelamento das desigualdades socioeconómicas de base, são, elas próprias, geradoras de exclusão social, porque tendem a ignorar as condições necessárias (*funcionalidades*, na linguagem de Sen) para que os jovens possam realizar as suas escolhas, em liberdade. Vamos compreender também, que a fragilidade do exercício da liberdade dos jovens, em situação de desemprego prolongado, encontra raízes mais profundas: em situações de exclusão socioeconómica em idades ainda muito precoces, que pressionam os jovens a sujeitar-se à adversidade dos seus contextos socioeconómicos familiares, forçando-os a *adaptar as suas preferências* escolares e profissionais às suas condições socioeconómicas adversas, inibindo assim a realização da sua identidade e da sua autonomia e inviabilizando o seu desenvolvimento humano e o exercício das suas liberdades.

O impedimento do exercício da liberdade dos jovens em situação de desemprego prolongado é um problema real, com consequências políticas, que nos devem inquietar a todos, porque é um bloqueio concreto e inequívoco à sua participação democrática e um fator de grande vulnerabilidade à violência e à sujeição a autoritarismos.

Esperamos que este trabalho seja francamente inspirador para o desenvolvimento de análises mais complexas sobre o problema do desemprego jovem prolongado em Portugal, que incidam na sua natureza sistémica e que sejam mais comprometidas com o exercício das liberdades e com a participação democrática dos jovens. Esperamos também que este trabalho inspire uma reflexão sobre o desenvolvimento de políticas e mecanismos de integração socioeconómica mais justos e eficazes, mais adequados às especificidades desta fase crítica, única e irrepetível do desenvolvimento humano. Cremos que só dessa forma, atendendo ao direito de cada jovem poder viver a sua vida de forma digna, teremos mais garantias de que estes possam, de facto, valorizar e defender os valores e as instituições democráticas e que sejam efetivamente capazes de realizar o seu enorme potencial criativo, como seres humanos que são, dignos de valor.

A fragilidade da liberdade no desemprego jovem prolongado

O desemprego jovem pode, à partida, não constituir um problema de maior. O desemprego jovem *de longa duração* é, inequivocamente, um problema de desenvolvimento humano e um impedimento objetivo ao exercício da liberdade.

A transformação daquilo que poderia ser um evento transitório, sem consequências de maior na vida do jovem, num problema de desenvolvimento humano relaciona-se com *a ação do tempo*. O tempo é decisivo neste processo de duas formas: a primeira, e a mais discutida, relaciona-se com os efeitos da *duração do desemprego* no seu trajeto de vida. A investigação tem demonstrado que quanto mais longo o tempo de desemprego na juventude, mais profundos serão os estigmas em relação ao jovem, que se vão prolongar no longo prazo, ao longo do seu percurso profissional. Estes efeitos são ainda mais adversos para as jovens mulheres, que ficam mais vulneráveis e expostas ao risco de pobreza, a situações de dependência financeira e mais sujeitas à violência doméstica.
A segunda dimensão deste problema, a menos discutida, está relacionada com o *timing do ciclo vital*. A juventude é um tempo marcado pela descontinuidade do desenvolvimento neurobiológico e psicossocial, sendo o tempo *ótimo* para o desenvolvimento e consolidação da identidade e da autonomia e do raciocínio ético. Estas dimensões do desenvolvimento humano se concretizam através da realização do *trabalho significativo*. A ideia de *trabalho significativo* é um conceito chave da nossa tese, que dada a sua centralidade, a ele voltaremos em diferentes seções. Para já, compreenda-se que se trata de formas de trabalho que cumprem alguns critérios de qualidade, designadamente, que dê ao jovem uma oportunidade *concreta* de fazer uso da sua razão prática, de aprender e receber feedback, de estabelecer contacto com os outros e de ter a

oportunidade de criar a sua identidade e de desenvolver o seu potencial como ser humano. É, portanto, um conceito de trabalho estreitamente relacionado com a preservação da *dignidade* do jovem, como ser humano. Ora, o desemprego jovem *de longa duração* é um problema de desenvolvimento humano e um impedimento objetivo ao exercício da liberdade, precisamente porque é um fojo para onde convergem estas duas dimensões temporais: de um lado, a exclusão socioeconómica prolongada gerada pelo tempo de desemprego e de outro lado, o tempo biológico inadiável para a criação da identidade e da autonomia, que só se realiza através da ação do trabalho *significativo*.

Este não é um problema novo. Contudo, o desenvolvimento científico destas duas faces do problema tem sido desenvolvido em paralelo. Temos pouco conhecimento teórico sobre como comunicam estas duas dimensões do desenvolvimento. Sabemos que a incapacidade crónica da realização da identidade e da autonomia dos jovens, pela via de um trabalho *significativo*, conduz a processos de *adaptação de preferências*. Isto quer dizer que, quando a adversidade é persistente, como acontece nesta situação de desemprego *prolongado*, e o jovem, apesar dos seus esforços, não consegue superá-la, ele irá adaptar as suas preferências e escolhas às condições que percebe como realizáveis, resignando-se assim à sua adversidade socioeconómica. Este processo a que chamamos de *adaptação de preferências* tem sido discutido por Amartya Sen e Martha Nussbaum e é um dos fundamentos teóricos mais centrais na *abordagem das capabilidades*.

Esta *sujeição* dos jovens à adversidade, em situação de desemprego prolongado, tem custos pessoais e sociais muito grandes. Porque vai ampliar vulnerabilidades próprias desta fase do desenvolvimento humano: esta adaptação à adversidade persistente conduz o jovem a desvalorizar a educação, gera dependências socioeconómicas e bloqueia o seu desenvolvimento humano e o exercício das suas liberdades políticas. Existe ainda um problema adicional a ter em conta. Esta incapacidade crónica de realização da identidade através do trabalho *significativo* é também uma via para a submissão a autoritarismos e a desvalorização dos valores democráticos, como nos ensinam os trabalhos clássicos de Adorno (1950) e Fromm (1962) e se confirma e esclarece neste trabalho. Ora, é precisamente pelo seu efeito sistémico, altamente perturbador e gerador de múltiplos atritos, que o desemprego prolongado na juventude não deve ser abordado da mesma forma que os outros segmentos da população. A discussão pública sobre o desemprego jovem tem sido centrada quase exclusivamente a partir de uma ótica de desenvolvimento económico. Não temos debatido sobre de que formas o desemprego prolongado interfere no exercício das liberdades políticas dos jovens e quais os seus impactos sistémicos, humanos, sociais e políticos. Neste trabalho analisamos e discutimos este problema, iluminando alguns aspetos, que consideramos centrais, e apontando caminhos concretos e fundamentados para a sua resolução.

A individualização de riscos sistémicos e a armadilha do desemprego prolongado

Os paradoxos e contradições da situação dos jovens face ao trabalho têm sido cada vez mais exacerbados com aquilo que Boltanski & Chiapello (1999) chamam de um novo espírito de capitalismo, a que temos vindo a assistir nas últimas décadas.
Tanto as evidências teóricas como as lições das políticas para a juventude dão-nos conta da necessidade de se capacitar os jovens como *agentes* ativos, para que possam lidar com os enormes desafios que o futuro lhes impõe. Parece clara a necessidade de se aumentar a participação política e social *ativa* dos jovens, de modo a se criar uma sociedade mais dinâmica e mais justa, como base para resultados cada vez mais sustentáveis de mudança social e de participação democrática. Contudo, a crescente insegurança relativamente a alcançar um trabalho *significativo* empurra os jovens para situações de extrema precariedade e de profunda incerteza perante o futuro (Beck & Beck-Gernsheim, 1996). As políticas não têm conseguido atender às necessidades concretas dos jovens, nesta fase particular do seu desenvolvimento, e têm excluído os jovens da participação democrática, mesmo de assuntos do seu maior interesse, como a educação e o emprego. Temos assistido a um processo gradual de *individualização* do problema do desemprego jovem, através da ativação do potencial individual de cada um, para que cada um esteja preparado para lidar com o problema. As ideias de *ativação* para o mercado de trabalho, *empregabilidade* e *empreendedorismo*, em que se fundam as *políticas ativas para o emprego*, como o programa de ativação para o emprego denominado de *Garantia Jovem*, de que falaremos adiante, são exemplos deste processo de *individualização do problema* do desemprego, a que temos vindo a assistir.

No seguimento da crise do *subprime* em 2008, foi instaurado em Portugal um conjunto de medidas de austeridade imposto pela *Troika*, formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional. As políticas de austeridade intensificaram as fragilidades económicas e sociais e impossibilitaram a consolidação de um Estado Social forte com justiça social. Os jovens portugueses foram forçados a ajustar as suas expetativas e aspirações à estrutura de constrangimentos e à restrição do espaço de oportunidades que lhes foi proporcionada; a diminuição do volume de emprego, a compressão do mercado de trabalho, a volatização do emprego estável, a consolidação de uma relação laboral cada vez mais flexível, contingente, precária e individualizada e uma redução salarial em relação a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes (Ferreira *et al*, 2018). Os jovens tiveram de lidar com estes constrangimentos socioeconómicos, sem qualquer rede de suporte social.

Ora, dada a atual individualização das trajetórias de vida, para os jovens o desemprego prolongado é uma armadilha com um potencial de destruição enorme. Os jovens nesta condição estão duplamente fragilizados. As penalizações pessoais e sociais associadas ao desemprego prolongado, nesta fase do ciclo de vida, vão ampliar as fragilidades psicossociais próprias desta fase do desenvolvimento humano e vão se estender muito

para além da falta de rendimento e da dependência financeira. O desemprego jovem de longa duração está associado a severas penalizações profissionais de longo prazo, exclusão social, pobreza, violência, crispação racial e problemas psicológicos, como problemas de ansiedade e depressão. As investigações têm demonstrado que as penalizações do desemprego prolongado são ainda mais severas para as jovens raparigas, ficando estas mais expostas à dependência financeira, mais vulneráveis a situações de exclusão socioeconómica e mais expostas à violência doméstica. A individualização do risco aumenta, necessariamente, a necessidade de assistência social, sendo que um dos grandes desafios das políticas públicas é o de assegurar a equidade e o respeito pelos direitos sociais básicos (Beck, 1992). Ao incentivar que cada um desenvolva o seu potencial individual, pelos seus próprios meios, o Estado arrisca-se a esquecer o quadro social através do qual esse potencial evolui.

O *trabalho significativo* no desenvolvimento humano dos jovens

A ideia de *capabilidade*, tanto na visão de Sen como na visão de Nussbaum, é uma ideia assente no conceito da inviolabilidade da *dignidade humana*, consubstanciada no princípio que nenhum ser humano deve ser um meio para o fim de outro ser humano. Cada pessoa é *um fim em si mesmo* (Nussbaum, 2011; p. 35; Habermas, 2012).

Em linha com o pensamento de Sen, Nussbaum, considera que a nossa liberdade se baseia naquilo que se pode fazer, como se pode criar e interagir com os outros. A nossa liberdade provém dessa capacidade de cada um criar e moldar *ativamente* a sua própria identidade, uma capacidade que nos distingue das outras espécies. Para prosperar, em termos do desenvolvimento de toda a sua potencialidade, o ser humano deve ser capaz de *agir*, além da sua capacidade para apenas sobreviver e se manter vivo. Uma vida digna de ser vivida, afasta-se da mera realização das necessidades naturais básicas do ser vivo. Se a pessoa falha em atingir um limiar satisfatório em relação a essas *capabilidades*, dificilmente terá uma vida digna de ser considerada uma vida humana. A simples não interferência não é suficiente para que cada um possa levar uma vida digna. A pessoa deve poder ter acesso a bens e oportunidades para que possa florescer e se desenvolver. Ora, é através do trabalho *signiticativo* que a pessoa afirma a sua individualidade, o meio através do qual é reconhecida a sua personalidade objetiva, que se manifesta na realização da atividade.

A ideia de trabalho que aqui se defende não se restringe exclusivamente ao exercício de uma atividade profissional e não se refere *apenas* à criação de objetos que satisfaçam necessidades, mas é um meio pelo qual a pessoa exercita a sua liberdade, se relaciona com o *Outro* e desenvolve o seu potencial como ser humano. O trabalho é a realização de atividades *conscientes e livres*, exercidas em liberdade e que molda a pessoa, as suas estruturas mentais e a sua razão (Nussbaum, 2011). É este tipo de trabalho *não alienado* que damos o nome de *trabalho significativo* e que é essencial para que o jovem possa dar corpo à sua identidade e autonomia, dimensões essenciais para o seu desenvolvimento e

para a sua transição para a vida adulta. A experiência do trabalho *significativo* é, como se confirma na nossa tese, ainda mais relevante para os jovens, porque a juventude é uma fase de desenvolvimento das estruturas cognitivas e éticas, sendo que a qualidade do seu desenvolvimento cognitivo depende, objetivamente, da qualidade dos contextos de aprendizagem. A extensão da aprendizagem vai depender do significado e valor que a experiência tem para o jovem. Sem uma saída para a realização de trabalho *significativo*, o jovem não consegue moldar o mundo e a si mesmo (Fromm, 1962; Elster, 1986). A sua identidade pode ser moldada de forma *passiva*, mas essa não é uma forma de vida *digna*, no sentido da realização pessoal através da *ação*. Além disso, os riscos pessoais e sociais são enormes: o jovem corre o risco de difusão da identidade e o risco da *adaptação de preferências*. Ter uma oportunidade para trabalhar de forma *significativa* tem uma importância fundamental para que o jovem possa realizar a sua identidade e autonomia e viver uma vida com dignidade, que caminhe no sentido do seu desenvolvimento como ser humano.

Sen (1999, 1998) tem referido a importância de se atender ao trabalho na análise do bem-estar. Em *Inequality, unemployment and contemporary Europe*, o autor chama a atenção para a necessidade de se considerar as políticas de emprego em relação a vários fins, que incluam, mas que sejam capazes de ultrapassar, as considerações macroeconómicas, que tenham em causa os custos humanos do desemprego e que se crie mais e melhores oportunidades de formação e tecnologias mais favoráveis ao trabalho. Refere-se ao problema do desemprego como estando associado a um conjunto de efeitos para além da perda de rendimentos, incluindo mal-estar psicológico, perda de motivação, competências e falta de confiança, aumento da taxa de mortalidade, disrupção das relações familiares e da vida social, exclusão social e o aumento das tensões raciais e das assimetrias em relação ao género. Nussbaum (2011) na versão mais recente que se conhece da lista de capabilidades centrais em *Creating Capabilities*, integra a capabilidade para o trabalho na dimensão 10B. A sua referência ao trabalho caminha no sentido do trabalho *significativo*, ao integrar o *exercício da razão prática* e a *sociabilidade*, duas dimensões que caracterizam o trabalho não alienado ou, como preferimos caracterizar, o trabalho *significativo*. O nosso trabalho integra também uma discussão crítica sobre a forma como Nussbaum (2011) enuncia o trabalho na sua lista de capabilidades básicas (cf. Capítulo 5, ponto 1).

Nesta última década, a investigação empírica no domínio das capabilidades tem essencialmente identificado o impacto negativo do desemprego no bem-estar, sublinhado a importância de análises e intervenções mais eficazes para a diminuição do desemprego (Bartelheimer et al., 2012; Olejniczak, 2012), tem esclarecido a satisfação no trabalho (Cassar, 2010; Leßmann & Bonvin, 2011); analisado os critérios gerais sobre a qualidade do emprego (Bonvin, 2012; Burchell, 2014); esclarecido dimensões sobre a divisão do trabalho entre os sexos, não só a partir da análise teórica (Robeyns, 2010) como também a partir da análise de políticas, que sejam capazes de conciliar a vida profissional e familiar (Lehwess-Litzmann, 2012; Pandolfini, 2012; Hobson, 2013), analisado os determinantes que influenciam a qualidade do primeiro emprego (Defloor, Van Ootegem

& Verhofstadt, 2010) e as capabilidades relacionadas com as trajetórias de vida dos jovens no espaço europeu (Bartelheimer, Büttner & Schmidt; 2011; Hallerod & Ekbrand, 2015). De uma forma geral, a abordagem das capabilidades vem redefinir o papel e a importância do trabalho na vida das pessoas, conceptualizando-o para além do trabalho assalariado ou de emprego e integrando nele novas formas de trabalho. Paulatinamente, tem caminhado para um conceito de trabalho *signiticativo*, que seja capaz de identificar viezes objetivos, em relação à escolha e satisfação com o trabalho, que reflitam *preferências adaptativas* (Lessman, & Bonvin, 2011).

O problema da *adaptação de preferências*

O fenómeno da *adaptação de preferências* é conhecido na literatura e constitui o argumento teórico central para a defesa das *capabilidades*, na abordagem do Desenvolvimento Humano. É o argumento central, tanto no pensamento de Amartya Sen (1985; 1990; 1999; 2002) como no pensamento de Martha Nussbaum (2000). A ideia de *capabilidade* é uma resposta a este problema da adaptação de preferências. O argumento é muito simples. Se compreendermos o que as pessoas são realmente capazes de *fazer ou ter/ser*, ser-nos-á possível compreender muito melhor as barreiras que foram erguidas pelas sociedades que impossibilitaram o desenvolvimento humano de alguns grupos de pessoas e do seu acesso à estrutura de oportunidades. Pelo facto de as pessoas mais excluídas, muitas vezes apresentam preferências que são adaptadas aos seus contextos desfavorecidos objetivos, a norma utilitária pela qual se pretende avaliar aquilo que as pessoas mais gostam ou grau de satisfação que dizem sentir, não é adequada para fazer face a questões referentes à liberdade de oportunidades. A liberdade e os direitos fundamentais não podem depender das preferências que as pessoas dizem ter, na medida em que essas preferências têm origem em situações que podem ser injustas, à partida. Ora, é por não considerar o facto de existir preferências adaptativas que o conceito de utilidade desvia o processo de desenvolvimento a favor do *status quo*, ao ser este utilizado como referência normativa. Assim, a norma utilitária, ao sugerir que o objetivo do desenvolvimento é um estado ou uma condição das pessoas, quer dizer, um estado de satisfação, ignora a importância da ação e da liberdade.

A ideia de capabilidade e de adaptação de preferências de Sen e Nussbaum são centrais para o nosso trabalho, porque se apresentam como a mais prometedora e mais eticamente satisfatória forma de encarar a questão das escolhas dos jovens e da liberdade de oportunidades, como princípio da ação política de medidas relacionadas com o emprego e o desemprego jovem. As análises do desemprego a partir de uma matriz de desenvolvimento económico *mainstream*, não são capazes de apreender os processos de adaptação de preferências. Por ser esta a abordagem dominante das análises do desemprego jovem, não se conhece, de uma forma clara e inequívoca, os processos de adaptação de preferências dos jovens no desemprego prolongado, que acreditamos que, no nosso caso português, estejam por detrás de fenómenos de desvalorização da educação,

abandono escolar precoce e fraca participação democrática. É no sentido de se esclarecer esse problema que planeámos a nossa investigação empírica, cujo desejo metodológico se descreve de seguida.

Objetivos, métodos e resultados deste estudo

O trabalho *significativo* é uma condição para a consolidação da identidade e da autonomia dos jovens e, portanto, uma instância central da *agência* humana, nesta fase crítica e única do ciclo de vida. Por isso mesmo, é uma *capabilidade* central do desenvolvimento humano, que resulta da interação entre capabilidades internas (Nussbaum, 2011) e das oportunidades dos contextos socioeconómicos. Neste trabalho, procurou-se estudar quais os reais obstáculos que os jovens desempregados de longa duração enfrentam, que os impossibilitam de realizar um trabalho que valorizam. Quer dizer, um trabalho que lhes dê uma oportunidade *concreta* de fazer uso da sua razão prática, de estabelecer contacto com os outros, de aprender e de desenvolver a sua identidade e o seu potencial como seres humanos. Por outras palavras, quais os obstáculos *objetivos* que se interpõem à realização da sua capabilidade para o trabalho *significativo*.

Ora, o conhecimento sobre a liberdade que as pessoas têm para que possam realizar aquilo que valorizam não é passível de se obter através de um registo passivo de se "ter ou não ter" liberdade. A análise da liberdade, analisada a partir da ideia de *capabilidade*, é essencialmente a análise do *exercício* da liberdade. A liberdade é assim avaliada em termos de *processos* e de *oportunidades* que as pessoas têm para que possam realizar o que valorizam intrinsecamente. Estas duas dimensões devem ser analisadas de forma integrada. Sendo assim, para se apreender a ideia de capabilidade para o trabalho *significativo*, é essencial que se analise a forma como os jovens fazem as suas escolhas, quais as suas condicionantes e o que tem marcado as suas *preferências*, em relação às suas escolhas profissionais e ao trabalho que têm boas razões para valorizar. Para garantirmos a existência da *capabilidade para o trabalho significativo* é necessário certificarmo-nos que as escolhas destes jovens (escolares e profissionais) não resultaram de um processo de *adaptação de preferências*. Quer dizer, que as escolhas dos jovens não foram geradas *pelo habitus*, nem condicionadas pelas suas situações de desvantagens socioeconómicas objetivas. Para se saber se estamos ou não perante preferências adaptativas, é necessário então incidir-se na *génese* da adaptação de preferências. Só é possível aceder-se à *génese* da adaptação de preferências a partir de uma análise retrospetiva das circunstâncias de vida da pessoa que marcaram essas escolhas.

Tarefas de investigação

A operacionalização do exercício da capabilidade para o trabalho *significativo* é uma tarefa que pressupõe complexidade e uma análise multidimensional. Teremos de ter acesso a um conjunto de dados adequados, capazes de representar *a dimensão de oportunidade* para a realização do trabalho *significativo*. A análise da dimensão de oportunidade é central na análise da capabilidade para o trabalho *significativo* e para a análise da adaptação de preferências. Por isso, recorreu-se a metodologias mistas, a vários métodos e técnicas de investigação, tanto de natureza quantitativas como qualitativas, que fossem capazes de se apreender as oportunidades e a qualidade do trabalho e os programas de apoio aos jovens. Coerente com a teoria, a nossa análise incidiu em duas dimensões de análise, que apesar de interrelacionadas, cada uma delas corresponde a uma tarefa de investigação (TI):

Tarefa de investigação 1:
A *génese* da adaptação de preferências no desemprego jovem de longa duração

A adaptação de preferências está intrinsecamente associada à interiorização das estruturas sociais geradoras de desigualdade. Só através da análise das trajetórias conseguimos aceder ao *habitus*, que se vai refletindo através de uma estrutura de reprodução social.
Tanto Sen, em *Development as Freedom* (1999) como Nussbaum em *Women and Human Development* (2000) recorrem a exemplos de histórias de vida de pessoas *reais* que vivem na adversidade, para refletirem sobre o problema das preferências adaptativas, fazendo-o de uma forma mais ou menos intuitiva, para reforçar a sua argumentação sobre o exercício das liberdades das pessoas excluídas.

Para estudarmos a *génese* da adaptação de preferências no desemprego analisámos aprofundadamente oito narrativas de vida de jovens, que estiveram em situação de desemprego de longa duração (tempo acima de 12 meses) (cf. Capítulo 3). Estas narrativas de vida foram construídas com recurso a métodos e técnicas narrativas, entrevistas em profundidade aos jovens, um processo rigoroso e sistemático que descrevemos em detalhe no Capítulo 4. Pretendeu-se compreender: a) a experiência do desemprego prolongado, inserida na trajetória de vida do jovem, b) quais os arranjos contextuais objetivos na génese da *adaptação de preferências* e c) como é que as aspirações expressas pelos jovens foram sendo condicionadas ao longo dos seus percursos de vida, pelos seus contextos socioeconómicos e pelas suas experiências pessoais de desvantagem.

Principais resultados

Os resultados das análises das narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração apontam para o seguinte: as dificuldades económicas familiares numa fase precoce do ciclo de vida têm um impacto inequívoco no ajustamento ou na *adaptação de preferências* escolares e profissionais dos jovens. É revelador observar-se que o desempenho escolar e o mérito académico dos jovens, por si só, não é suficiente para bloquear este processo de adaptação de preferências, quando o jovem viveu em situação de pobreza e exclusão socioeconómica em idades ainda muito precoces. A pobreza e a exclusão económica forçam os jovens a adaptarem as suas preferências escolares e profissionais à adversidade dos seus contextos socioeconómicos. Todos os jovens que viviam em agregados familiares socioeconomicamente desfavorecidos, foram pressionados a abandonar os estudos e a baixar as suas expectativas de prosseguimento de estudos secundários e superiores, *adaptando* assim as suas preferências escolares e profissionais às oportunidades *restritas* dos seus contextos.

Contudo, a análise das trajetórias dos jovens evidenciam que a adaptação de preferências pode vir a tomar uma rota *consistente* ou *inconsistente* com o desenvolvimento humano. Quer dizer, o ajustamento das preferências aos contextos socioeconómicos adversos pode tomar uma rota que, apesar de tudo, pode conduzir a um certo crescimento e bem-estar, ou, pelo contrário, pode conduzir a uma rota de dependência incompatível com o desenvolvimento humano. A *consistência* ou *inconsistência* da adaptação de preferências com o desenvolvimento humano dependerá da realização de três necessidades básicas, que a literatura tem demonstrado ser dimensões do comportamento autodeterminado (Deci & Ryan, 2000; Ryan & Deci, 2000): 1) a realização da *autonomia*, 2) a realização da *competência* e 3) a realização de um sentido de *pertença ou vínculo*. As narrativas de vida, evidenciam que se uma (e mesmo que apenas *uma*) destas três necessidades básicas falhar, então estão reunidas as condições para a continuidade de um novo ciclo de dependência, inclusive dependência financeira, exclusão, alienação social e perturbação mental.

A sujeição à adversidade vai mudando, em função das características individuais do jovem, como o género e a sua orientação sexual, mas está sempre associada à impossibilidade da realização destas três necessidades psicológicas básicas: 1- *autonomia*, 2- *competência* e 3- *vínculo*. As jovens raparigas com crianças a seu cargo são muito mais vulneráveis à sujeição à adversidade, à dependência e à violência. O nível de instrução das jovens mulheres não as livra da sujeição à adversidade. Contudo, um nível de formação *superior* é o elemento diferenciador da tomada de *consciência* desta sujeição à adversidade, da capacidade da jovem construir um discurso mobilizador para a mudança e de arquitetar um discurso de revolta social. Um nível formação superior é, consideramos, um fator de bloqueio da *adaptação de preferências* no desemprego jovem de longa duração.

Tarefa de investigação 2:
A *Garantia Jovem* como espaço de oportunidades para o trabalho *significativo*

A segunda tarefa de investigação incidiu na análise do funcionamento do programa *Garantia Jovem* (cf. Capítulo 2), um programa de ativação dos jovens que estão excluídos dos sistemas educativos e formativos e excluídos do mercado de trabalho, os chamados jovens NEET[1]. Pretendeu-se compreender: 1) em que medida o programa tem condições de garantir esta capabilidade para os jovens socioeconomicamente mais excluídos; 2) que reais oportunidades disponibiliza este programa a estes jovens mais excluídos, para que possam realizar um trabalho que valorizam e c) como se interliga os interesses institucionais com as necessidades concretas dos jovens.

Para se compreender o funcionamento da *Garantia Jovem*, como espaço de oportunidades recorreu-se a entrevistas semi-estruturadas de carácter exploratório (cf. metodologia no Capítulo 3), que foram direcionadas a informadores privilegiados, com responsabilidades institucionais na área do desemprego jovem e a técnicos responsáveis pela implementação da *Garantia Jovem* no terreno. Recorreu-se também à análise de dados estatísticos sobre os impactos do funcionamento do programa. A literatura tem demonstrado que é desejável que a análise do espaço de oportunidades dos jovens desempregados seja focada na análise de programas institucionais estruturados de apoio aos jovens (Chiappero-Martinetti, 2015). Esta opção metodológica é vantajosa, por um lado, porque possibilita uma análise mais estruturada do problema e o acesso a vários informadores privilegiados. Por outro lado, possibilita uma recolha de dados diversificada e menos dispersa, facilitadora de uma visão articulada do funcionamento de um conjunto amplo de instituições ligadas à educação, formação e emprego e da forma como elas, direta ou indiretamente, ampliam ou restringem o espaço de oportunidades.

É importante aqui se esclarecer de novo, que quando falamos da necessidade da *capabilidade* dos jovens para o trabalho *significativo*, não estamos a reivindicar a integração dos jovens no *mercado de trabalho*. Por outras palavras, o nosso intuito não está em saber como "equipar" adequadamente os jovens, em termos de recursos e competências, para a entrada no mercado. A questão de sabermos que características ou qualidades deverão ter os jovens para a integração no mercado de trabalho, serve a lógica do mercado de trabalho, que nem sempre é coincidente com os interesses e o exercício das liberdades dos jovens. O que se pretende esclarecer neste estudo é a necessidade inequívoca do trabalho *significativo* como condição para o *desenvolvimento* da identidade e da autonomia dos jovens e para a realização da sua liberdade e dignidade como seres humanos.

[1] NEET: *Not in Education, Employment or Training* (OCDE). Ver Capítulo 2, seção 2: O que se sabe dos jovens portugueses que estão excluídos dos sistemas educativos, formativos e do mercado de trabalho.

A ser assim, interessa-nos analisar se, de facto, os jovens têm *real* liberdade para a realização de uma atividade profissional, que para si tem valor e na qual possam fazer uso da razão prática. Ora, isto implica considerarmos *à priori* duas coisas. A primeira é que valorizamos, de facto, a liberdade e que ela é um valor importante a preservar e a incentivar nos mais jovens. A segunda, diretamente relacionada com a primeira, é considerarmos que as instituições devem ser orientadas para encorajar o exercício da liberdade e preservar a dignidade de todas as pessoas, *independentemente* da sua idade (serem jovens) e da sua condição perante o trabalho ou o emprego (estarem desempregados). A ser assim, devem as instituições criar condições para que os jovens possam participar *ativamente* nos processos de tomada de decisão e criar *oportunidades* para que todos os jovens possam, de facto, ter uma oportunidade de trabalho *significativo*: que possam aprender, receber orientação, no sentido de desenvolverem a sua autonomia e identidade, como seres humanos dignos de valor.

Principais resultados

Os dados estatísticos relativamente aos resultados do impacto da primeira fase do programa *Garantia Jovem* são muito desencorajadores. O programa não tem conseguido integrar os jovens mais excluídos no mercado de trabalho. Além disso, o número de jovens considerados *inativos*, na sua larga maioria jovens mulheres, tem vindo a aumentar, desde o início do arranque do programa, em 2013.

O nosso trabalho esclarece que a ideia de ativação dos jovens *em situação de exclusão socioeconómica* é uma impossibilidade em si mesma. A ideia de ativação dos jovens para o mercado de trabalho, da sua *empregabilidade* funda-se no exercício da *liberdade de escolha*, para que os jovens possam encontrar um trabalho que para si seja *significativo*. Contudo, o que se verifica na prática é que os jovens mais excluídos não têm oportunidades *objetivas* para poder pôr em prática a liberdade de ação, por duas razões: 1) ou porque não dispõem de *capabilidades internas* (Nussbaum, 2012); ou 2) porque não dispõem de oportunidades socioeconómicas objetivas, para que possam realizar um trabalho que para si tem valor.

A *ativação* do potencial de cada indivíduo não tem em conta os contextos socioeconómicos, as desigualdades sociais estruturais em que o potencial de cada um se desenvolve, nem os processos de *adaptação de preferências* à adversidade, por que passaram os jovens socioeconomicamente mais excluídos. A consequência disso é que a *Garantia Jovem*, como todas as políticas ativas de emprego, favorecem *apenas* os jovens mais favorecidos, aqueles que têm mais educação, mais saúde e mais recursos socioeconómicos. Por outras palavras, as políticas ativas de emprego favorecem os jovens que são os *mais ativáveis* e desfavorecem os jovens mais excluídos: os que têm menos instrução, menos saúde e menos recursos socioeconómicos, que são os jovens *menos ativáveis*. Tudo indica que, na prática, a *Garantia Jovem* promove exatamente o efeito

contrário daquilo que se propõe fazer, em teoria, que é ativas os jovens mais desfavorecidos. É evidente que estas políticas ativas são importantes para que alguns jovens possam desenvolver competências individuais para realizar um trabalho que valorizam. Contudo, existe um contrassenso a discutir:

As políticas ativas de emprego pressupõem que os jovens mais excluídos apostem, eles próprios, na sua educação, que invistam e valorizem a sua formação, para que tenham mais oportunidades de integração no mercado de trabalho. Em teoria, este é um bom princípio, que parece fazer sentido. Contudo, estas políticas ignoram que, na prática, os jovens socioeconomicamente mais excluídos, face às suas condições adversas, alimentadas pela situação de pobreza, de incerteza e de exclusão continuadas, ajustaram *já* as suas preferências à adversidade das suas circunstâncias. As suas circunstâncias adversas levou-os a aprender e a interiorizar qual o seu lugar no mundo e forçou-os a baixar as suas expectativas e, em consequência disso, a desvalorizar o investimento na educação. Parece-nos legítimo e necessário que se questione se as políticas de ativação para integração dos jovens no mercado de trabalho, em que se insere a *Garantia Jovem*, não estarão a transferir para os jovens a quota parte de responsabilidade que cabe às instituições políticas e socioeconómicas da sua integração social. Em particular, se considerarmos a situação de grande vulnerabilidade psicossocial, associada a esta fase do ciclo da vida e, muito particularmente dos que estão em desvantagem socioeconómica, que, na realidade, como veremos no Capítulo 2 constitui a grande maioria dos jovens desempregados portugueses.

Entendemos que, no seu conjunto, estas são boas razões para enveredarmos por políticas para a juventude fundadas no *Desenvolvimento Humano*, que sejam, não exclusivamente orientadas para a ativação dos jovens para a integração no mercado, mas que tenham em conta o desenvolvimento da capabilidade para o trabalho *significativo*.

Plano da tese

A nossa tese sobre a fragilidade da liberdade no desemprego prolongado é dividida em três partes e cinco capítulos.

A primeira parte, intitulada *O desemprego jovem prolongado como um problema de Desenvolvimento Humano* esclarece os fundamentos por que se considera o desemprego jovem de longa duração um problema de desenvolvimento humano. A juventude é um dos períodos do ciclo vital que mais tem sofrido transformações profundas nas últimas três décadas, em particular o seu desmesurado prolongamento em relação às gerações anteriores, que tem transformado esta fase do ciclo de vida num longo e vulnerável limbo social.

O Capítulo 1 analisa a juventude como um período crítico para o desenvolvimento da identidade, da autonomia e do raciocínio ético dos jovens. Analisa como se desenvolve o raciocínio ético e a ideia da justiça, as vulnerabilidades psicossociais na formação da identidade do jovem e o papel fundamental que tem o trabalho *significativo* neste processo de desenvolvimento humano. Fechamos este capítulo com uma nota sobre o aumento da incidência de psicopatologia na população jovem, a centralidade dos contextos socioeconómicos na sua expressão e a necessidade de se incidir na prevenção de psicopatologia na população jovem.

O Capítulo 2 analisa os problemas sistémicos associados ao desemprego prolongado na transição para a vida adulta, incidindo a sua análise nos efeitos de mudança geracional, a que temos vindo a assistir nas últimas duas décadas. Analisa as formas como a austeridade e precariedade laboral, a que foi sujeita a *Geração Milénio*, amplia as dificuldades psicossociais dos jovens e como esta precarização da vida condiciona a sua participação democrática e o exercício das suas liberdades políticas. Damos destaque aos jovens desempregados portugueses mais excluídos dos sistemas educativos, formativos e do mercado de trabalho, e esclarecemos o funcionamento do programa *Garantia Jovem* como estratégia política de ativação dos jovens para a integração no mercado de trabalho.

Nesta primeira parte, não apresentamos nenhum facto que se possa considerar verdadeiramente novo. O que de novo se apresenta é uma análise interdisciplinar da juventude, para se compreender a especificidade da juventude, integrada no ciclo de vida e a importância transversal do trabalho *significativo* nesta fase de desenvolvimento humano. Esta primeira parte esclarece as razões por que a realização do trabalho *significativo* é uma condição para o desenvolvimento da identidade, da autonomia e do raciocínio ético, dimensões que são, na realidade, a base para o comportamento autodeterminado de todos os seres humanos e a base fundamental para o bom funcionamento e a viabilidade das sociedades democráticas.

A segunda parte, intitulada *Como e por que não é possível realizar a liberdade no desemprego jovem prolongado* é o núcleo central da nossa tese, que é composta por dois capítulos.

O Capítulo 3 descreve a metodologia utilizada neste estudo, em ambas as *tarefas de investigação*, já identificadas atrás: 1. A análise da génese da adaptação de preferências no desemprego prolongado; descrevendo em detalhe os métodos e técnicas utilizadas para a construção das narrativas de vida dos jovens desempregados que participaram neste estudo. Por uma questão de edição de texto remetemos as narrativas de vida dos jovens que participaram neste estudo para anexo. Contudo, a sua leitura integral é importante para se contextualizar os nossos argumentos. 2. Análise da *Garantia Jovem* como espaço de oportunidades para o trabalho *significativo*; descreve em detalhe os métodos e técnicas utilizadas. Chamamos a atenção para a localização deste capítulo sobre a metodologia da investigação. Optámos por colocá-lo na abertura desta segunda parte do trabalho. Contudo, ao longo de todos os capítulos, fazemos referências às narrativas de vida dos

jovens desempregados de longa duração, como forma de ilustrar as problemáticas que vão sendo analisadas. Este capítulo foi redigido de maneira a ser consultado em qualquer fase da leitura deste trabalho, pelo que poderá ser lido logo a seguir a esta introdução, se o leitor assim o entender.

O Capítulo 4 analisamos em profundidade o processo de resignação dos jovens à adversidade persistente que resulta da exclusão do trabalho significativo. Dividimos este capítulo em duas seções: a primeira, esclarece as noções teóricas fundamentais da teoria das capabilidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, que servem de base ao nosso estudo e a forma como estes pensadores analisam o problema complexo da *adaptação de preferências*, ilustrando as divergências teóricas. A segunda, analisa a *génese* da adaptação de preferências no desemprego jovem a partir de narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração. Nesta segunda seção vamos compreender que as preferências escolares e profissionais são estruturas sociais incorporadas, sendo possível identificar diferenças de género e quais as necessidades básicas para que caminhem numa rota de desenvolvimento humano.

A terceira parte da nossa tese, intitulada *Razões para se adotar o modelo de Desenvolvimento Humano nas políticas para a juventude, em Portugal* é uma parte fundamental deste trabalho, que é composta por um capítulo único.

No Capítulo 5 discutimos a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo* como condição da liberdade. para o efeito, apresenta-se sete temas a discussão. Estes temas correspondem a problemas, que foram emergindo ao longo deste trabalho de investigação, e que merecem ser discutidos em maior profundidade, na medida em que têm implicações diretas ou indiretas na forma como se analisa e intervém no desemprego jovem de longa duração. Cada um destes temas levanta novos problemas e novas questões de investigação. Selecionámos os seguintes, e apresentamos um pequeno resumo de cada um:

1. Por que se deve caminhar para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*;

A filósofa Martha Nussbaum faz um apelo à comunidade científica para que partilhe saberes e experiências no que diz respeito aos conteúdos da sua lista de capabilidades centrais. A lista de capabilidades centrais não é um trabalho acabado, diz. Se, de facto, houver algo que a experiência mostre ser um elemento crucial para uma vida com dignidade, a lista poderá sempre ser contestada e refeita (Nussbaum, 2011, p.). Nesta seção, respondemos a esse apelo e damos uma humilde contribuição científica para que se esclareça e conceptualize teoricamente o trabalho *significativo* como capabilidade central do Desenvolvimento Humano, de uma forma ainda mais clara e inequívoca, identificando-se algumas fragilidades na sua conceptualização, quando se analisa o grupo específico dos jovens e propondo formas de as minimizar.

2. A desigualdades de género na realização do trabalho *significativo*;
a *ética do cuidado* como condição de mudança;

O problema do desemprego jovem prolongado em Portugal é igualmente um problema de desigualdade de género. Importa esclarecer, na conhecida expressão de Amartya Sen (1980) desigualdades *em relação a quê*?
As desigualdades de género são um problema real persistente e um problema de desenvolvimento humano e de justiça social. Em Portugal, como de resto num amplo conjunto de países do Ocidente, a afirmação das jovens mulheres na vida pública e a sua participação no mercado de trabalho, já não é impedida por constrangimentos legais. Existe igualdade perante a lei. Contudo, um dos problemas que se identifica, é precisamente a persistência das desigualdades no *exercício* das suas liberdades. Quer dizer, as jovens mulheres, em teoria, têm liberdade de acesso à estrutura de oportunidades, expressa nos seus direitos formais, mas falham na realização desses direitos. Para que possam realizar a sua liberdade formal, neste caso, a liberdade de exercer uma atividade profissional que valorizam, as jovens mulheres devem ter na sua posse um conjunto de *funcionalidades*, que são condições essenciais para a sua *realização*. O papel da prestação de cuidados a pessoas dependentes, um papel tradicionalmente atribuído às mulheres, que é muito visível nas narrativas de vida das jovens mulheres, é eventualmente o maior obstáculo que se interpõe à realização do trabalho que valorizam. Ora, este é um problema muito mais complexo do que aparenta ser, porque a garantia desta *funcionalidade* pressupõe mudanças de *habitus*, que estão profundamente enraizados na nossa cultura e nas nossas estruturas mentais e que está na origem, como veremos, de processos de adaptação de preferências. Nesta seção, discutimos um fator que nos parece ser central e agregador da mobilização para uma mudança efetiva do *habitus* da desigualdade de género: valorizar nas novas gerações uma *ética do cuidado*, alargando-se esta da esfera privada para o espaço público.

3. A ineficiência das *Políticas Ativas de Emprego*
no desemprego jovem prolongado;

O desemprego jovem prolongado é um problema de Desenvolvimento Humano, porque bloqueia a realização da identidade e da autonomia, que são dimensões essenciais ao desenvolvimento do ser humano, em particular nesta fase co ciclo de vida. As políticas ativas de emprego, quando aplicadas na prática, sem que haja um nivelamento das desigualdades socioeconómicas de base, são elas próprias geradoras de exclusão social, porque ignoram as condições necessárias (*funcionalidades*) para que os jovens possam realizar as suas escolhas, em liberdade e ignoram processos de adaptação de preferências. Nesta seção discutimos a necessidade de medidas de proteção social mais eficazes no combate à pobreza e exclusão social dos jovens e a necessidade de políticas para a juventude fundadas no modelo de Desenvolvimento Humano.

4. Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem;

Os modelos económicos *mainstream* não conseguem apreender os processos de adaptação de preferências, que estão presentes no desemprego prolongado. Este trabalho sublinha a necessidade de análises mais complexas dos processos de tomada de decisão, que consigam captar a realidade objetiva dos processos de adaptação humana. Os modelos simplificados do funcionamento humano, muito usados no pensamento económico *mainstream* tornam, de facto, os contextos sociais mais simplificados e a realidade mais tratável, contudo não se deve confundir essa necessidade de simplificação dos contextos sociais com a própria ideia de razão. Neste tema, essencialmente teórico, vamos sublinhar a necessidade de modelos *não ficcionados* de agência e de racionalidade humana, que sejam capazes de apreender com maior alcance, objetividade e realismo, os fenómenos sociais relacionados com o desemprego jovem de longa duração. A análise do desemprego jovem de longa duração a partir da teoria das capabilidades, que se apresenta neste trabalho, é uma proposta que vai nesse sentido. Imprimir maior clareza e objetividade dos problemas concretos dos jovens desempregados de longa duração dar-nos-á mais garantias para planearmos intervenções mais adequadas à realidade e, por isso, mais eficazes.

5. *Que* individualismo?;

Discutimos neste ponto a ideia de indivíduo e de individualismo na abordagem das capabilidades e por que é essencial introduzir-se a *ética* nesta discussão. Não rejeitamos o individualismo, mas defendemos aquilo que a filósofa Victoria Camps chama de *um melhor individualismo*: quer dizer, a necessidade de se combinar a busca do interesse comum da sociedade e da humanidade com o cultivo de uma vontade individual própria. A necessidade de se ver o indivíduo sem ser individualista ou tribalista, favorecendo o diálogo, a participação, a cooperação e o cuidado em relação ao *Outro*.

6. Promover a saúde mental na população jovem;

As perturbações psicológicas, tradicionalmente associadas à idade adulta, como por exemplo, o stress generalizado ou as depressões, tendem a acontecer em idades cada vez mais precoces, fixando-se agora na infância e juventude.
A prevenção da doença mental, na infância e na juventude é não só uma necessidade, mas acima de tudo, é a única condição para o sucesso no combate a este problema social, que tem sido apontado pelos especialistas, nada menos, que o maior desafio para a saúde do nosso século (Wittchen *et al*, 2011). Neste tema, vamos discutir por que é que um compromisso social para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*, que defendemos nesta tese, é uma estratégia promissora na prevenção da doença mental na juventude, como um novo paradigma de intervenção, fundado na prevenção. Ora, isto pressupõe que se considere que a saúde mental do jovem corresponde não à sua *capacidade de adaptação* aos contextos socioeconómicos (que se comprovará que nem sempre conduz ao Desenvolvimento Humano) mas à capacidade de ajustamento dos

contextos socioeconómicos à realização das necessidades básicas do jovem, que são essenciais para que o jovem possa preservar a sua sanidade mental e perseverar na adversidade.

7. Da fragilidade ao medo da liberdade

Para fechar esta discussão, vamos procurar compreender como é que pode um jovem passar da fragilidade da realização da identidade e da sua liberdade, pelo não acesso ao trabalho *significativo*, ao medo e à fuga da liberdade.

Este trabalho deixa-nos uma mensagem muito evidente sobre o efeito insidioso do desemprego prolongado na vida dos jovens. Parece-nos claro que a razão maior do sofrimento, que se identifica nos jovens desempregados de longa duração, não está tanto na pobreza que resulta da situação de desemprego. A pobreza existe, de facto, e é severa, mas a razão maior do sofrimento dos jovens está na sua consequência. Resulta de uma clara perceção de que, no auge da sua força, no ponto crítico do ciclo da sua vida, onde o seu futuro se decide, o jovem toma consciência que não passa de um dente na engrenagem de uma vasta máquina, percebe que não é mais do que um autómato, com uma vida vazia de significado. É este sentimento de desamparo que o torna num ser humano extremamente vulnerável. Neste ponto, vamos discutir que, para que o jovem possa suportar aquilo de Erich Fromm chamou de *o fardo da liberdade*, ele deverá ter a oportunidade de desenvolver a sua razão, a sua capacidade de amar e criar vínculos seguros com os outros e desenvolver a sua capacidade de *criar* aquilo que valoriza. Na impossibilidade de *realizar* a sua liberdade, que só é possível através da ação, ele sentir-se-á alienado de si e dos outros e disposto a sujeitar-se a autoritarismos e à violência.

Fechamos este trabalho com uma seção de conclusões que sublinha a necessidade de mais análises sobre o desemprego jovem, que incidam sobre o desenvolvimento humano, que reflitam um maior comprometimento com o exercício das liberdades e o funcionamento e a salvaguarda das instituições democráticas.

PRIMEIRA PARTE

O DESEMPREGO JOVEM DE LONGA DURAÇÃO COMO UM PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Capítulo 1

Ser jovem:
A juventude como um período crítico de Desenvolvimento Humano

Ser jovem:
A juventude como um período crítico de Desenvolvimento Humano

1. Descontinuidade no desenvolvimento

Uma definição não consensual

A juventude é, não apenas, mas essencialmente uma construção social.
Por esta razão, é altamente problemático delimitarmos a juventude por critérios de idade. Esta etapa do ciclo vital define-se por processos biológicos e psicológicos, mas também, e principalmente, pelas normas, legislação, costumes e papéis sociais. Senão vejamos: em Portugal, um jovem aos 16 anos pode assinar um contrato de trabalho, casar e ser responsabilizado criminalmente, mas só aos 18 anos pode exercer o seu direito de voto e viajar para o estrangeiro, sem autorização dos pais ou comprar álcool e tabaco. Aos 21 anos pode conduzir viaturas pesadas, até aos 27 anos pode viajar com passe de interrail no espaço europeu, mas o seu cartão jovem só caduca aos 29 anos (Pordata, 2017a).
O período entre a infância e a idade adulta poderá assim prolongar-se ou encurtar-se, em função das normas sociais e dos contextos macrossociais (da conjuntura socioeconómica, das regras do direito e das políticas); mesossociais (dos valores do grupo e da comunidade a que pertence) e microssociais (dos valores das famílias e do próprio). Não surpreende que a definição de juventude estivesse sempre envolvida numa certa nebulosidade. É prudente então, em termos teóricos, evitar-se critérios de idade para designar a juventude.

Nos últimos trinta anos, a juventude foi o período do ciclo vital (juntamente com o período entre a velhice e a extrema velhice) que mais sofreu profundas transformações.
No presente, para a maior parte dos países ocidentais, a transição para a vida adulta, concretiza-se cerca de *dez anos mais tarde*, relativamente a algumas décadas atrás (Furstenberg, 2013). Este período do ciclo da vida tem vindo a prolongar-se de tal forma que, em teoria, é possível agora identificar-se duas fases distintas; a adolescência e o início da idade adulta. A designação da juventude a partir da delimitação etária obriga-nos assim a ser cautelosos. Contudo, por razões práticas, ao longo deste trabalho vamos usar a designação de "jovens" e "juventude" para designarmos as pessoas que têm idades compreendidas entre 16 e os 30 anos. Em casos muito específicos, utilizaremos a designação "jovens adultos", para designar as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos de idade.

A extensão temporal da transição para a vida adulta tem consequências objetivas individuais, políticas e socioeconómicas, que ainda não estão devidamente identificadas e, por isso, são muito pouco compreendidas. Por isso, é importante que se faça uma reflexão integrada sobre quais os novos marcadores da adultez, para que se possam

delinear políticas que sejam eficazes nas respostas aos problemas associados à condição de *Ser jovem*, neste início da terceira década do século XXI.

Este capítulo esclarece que a ideia de juventude não é, exclusivamente, uma construção social. A juventude é uma fase do ciclo vital marcada pela descontinuidade do desenvolvimento humano, nos planos biológico, psicológico, cognitivo e social. Os contextos socioeconómicos exercem uma influência fundamental e decisiva em todo este processo de desenvolvimento, interferindo objetivamente na qualidade deste processo e no seu prolongamento. A extensão temporal da juventude, a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, poderá explicar-se de duas formas, que não se excluem mutuamente: pelo protelar da entrada nos papéis dos adultos, por um lado, e pela entrada na adolescência em idades cada vez mais precoces. Por outras palavras: os jovens tendem a entrar na adolescência cada vez mais cedo e tendem a desempenhar papéis de adultos cada vez mais tarde. Começamos por analisar os condicionalismos biológicos, que têm marcado a precocidade da entrada na adolescência.

A tendência secular para a antecipação da puberdade

A puberdade tem vindo a acontecer em idades cada vez mais precoces. Vamos tomar como exemplo a *menarca*, que é usada como marcador de entrada na puberdade das jovens raparigas. A menarca, o primeiro período menstrual, tem vindo a recuar vários anos, em relação ao que acontecia no passado. Padez (2007) verificou que, na população portuguesa, a menarca recuou em média três anos em um século. Passou de uma idade média de 15 anos em 1880 para os 12 anos em 1980, tendo depois estabilizado em torno dos 12,3 anos. Estes valores acompanham uma tendência secular para a diminuição da idade da menarca, não só em Portugal, como em diferentes países da Europa e do mundo. Eckert-lind et al (2020) admitem que a precocidade da puberdade é significativamente maior, se considerarmos a *telarca*, o primeiro sinal de desenvolvimento mamário, que marca o início da puberdade. Para este grupo de investigadores, a menarca é já um marcador biológico tardio da entrada na puberdade. A telarca que tem vindo a acontecer em idades ainda muito mais precoces, e tem decrescido, em média, cerca de três meses por década. Os autores defendem que existe uma clara evidência científica para uma redefinição dos marcadores do início da puberdade, que justifica uma revisão dos limites da normalidade, e que é essencial para que se oriente a investigação e as práticas clínicas na infância e juventude. É importante que a comunidade científica chegue a um novo consenso sobre um ajustamento dos novos marcadores do início da puberdade, de modo a se evitar situações patológicas que não sejam detetáveis precocemente (Eckert-lind et al, 2020).

Ora, a idade do aparecimento da menarca é influenciada por fatores biológicos, mas também por fatores sociais, como o nível de urbanização, a posição de nascimento no agregado familiar e até pelo nível socioeconómico. É certo que os fatores

socioeconómicos não têm, por si só, capacidade de provocar a diminuição da idade da menarca, mas exercem uma influência indireta, com efeitos significativos, ao atuarem na saúde, na qualidade da nutrição e nas condições de habitação. Senão vejamos. As meninas que vivem em meios urbanos têm a menarca em idade mais precoce do que as que vivem em meio rural; as meninas que pertencem a famílias numerosas tendem a ter a menarca numa fase mais tardia, bem como as que nasceram mais tarde na sequência familiar relativamente às primogénitas e as meninas com um nível social mais baixo (filhas de pais com menor nível educacional e menores rendimentos) exibem um atraso significativo, quando comparadas com um nível social mais elevado (Padez, 2003). A forma como as condições socioeconómicas e biológicas se interligam continua, em boa medida, por explicar. No entanto, os investigadores têm apontado várias razões para a antecipação da maturidade pubertária: alterações das condições de vida, maior toxicidade ambiental e principalmente os índices cada vez mais elevados de obesidade infantil.

Existe uma relação direta entre a entrada precoce na puberdade (fixada nos 7 anos de idade) e a qualidade da saúde das mulheres, em adultas. Os estudos que analisam esta tendência secular para a antecipação pubertária evidenciam que, com uma menor idade no início da puberdade, as crianças ficam em maior risco de dificuldades psicossociais, excesso de peso, maior probabilidade de desenvolverem doenças cardiovasculares, baixa estatura em adultas, início precoce da atividade sexual e ficam mais expostas a potencial abuso sexual. Adicionalmente, e muito importante também, a menarca precoce é um fator de risco para vários tipos de cancros relacionados com hormonas, como por exemplo o cancro da mama (Karaolis-Danckert et al., 2009). Por estas razões, a comunidade científica tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de se saber mais e de forma mais clara, qual o verdadeiro impacto da antecipação da puberdade na saúde e no bem-estar das meninas e das mulheres, como a sua saúde reprodutiva, a antecipação da menopausa e o desenvolvimento de doenças oncológicas.

A precocidade da puberdade deverá ser estudada com especial cuidado no caso português, na medida em que Portugal é um país com um dos mais altos índices de excesso de peso na infância no espaço europeu, um fator estreitamente relacionado com a menarca precoce. Estudos recentes têm encontrado uma relação estreita entre a pobreza e a obesidade infantil, uma relação que é essencial estudar melhor no caso Português. Além disso, Portugal é o terceiro país mais envelhecido do mundo, com reduzidas taxas de fecundidade. Um conjunto de características que torna o nosso país num caso de estudo particular.

É importante também ter em conta que a maturidade pubertária precoce não é acompanhada, como veremos de seguida, pela maturidade psicológica. É precisamente esta *disritmia* de desenvolvimento, se assim lhe quisermos chamar, que irá potenciar problemas psicossociais, em particular nas jovens raparigas, que entraram precocemente na puberdade.

Imaturidade cortical frontal

Durante muito tempo, pensou-se que o cérebro humano estaria praticamente formatado no inicio da infância. Esta ideia parecia evidente, já que se sabe que aos dois anos de vida o cérebro humano atingiu já 85 por cento do seu volume adulto (Knickmeyer et al, 2008). Sabemos agora que o processo de maturação neuropsicológica é extraordinariamente lento. O córtex central é a última região cerebral a amadurecer completamente, se tomarmos como critérios o número de sinapses, mielinização e metabolismo e não estará completamente conectado antes do *final da primeira metade dos vinte anos* de idade (Knickmeyer et al, 2008). Isto quer dizer, que não se pode analisar os comportamentos dos jovens, as suas maneiras de *ser* e de agir, fora deste contexto de imaturidade cortical frontal. Isso seria um erro grave, porque esta é a base por que os jovens tendem a fazer determinadas escolhas e a razão principal por que têm um determinado padrão de comportamentos. Em nenhum outro período do ciclo de vida, a pessoa se sentirá tão atraída pelo risco, uma tão grande necessidade de busca pela novidade, um tão forte sentido de afiliação com outros semelhantes e uma tão profunda necessidade de aprovação e de inclusão social. Tudo isto devido a um córtex frontal imaturo, que se conjuga com os sistemas límbico, autónomo e endócrino precisamente no pico do seu funcionamento (Sapolsky, 2018).

Quando falamos de amadurecimento cortical frontal referimo-nos não ao crescimento cerebral, mas a um cérebro mais eficiente. Quer dizer, referimo-nos à *otimização das estruturas cognitivas*. Na realidade, o cérebro do feto humano gera mais neurónios do que aqueles que serão encontrados em adulto. A investigação tem demonstrado que no desenvolvimento fetal tardio existe uma competição neuronal; os neurónios vencedores maximizam as conexões sinápticas com outros neurónios e os neurónios vencidos terão morte celular programada. A esta superprodução neuronal fetal, seguida de poda competitiva ou "darwinismo neural", como lhes chama alguns investigadores, permitiu a evolução de circuitos mais otimizados. É exatamente isso que ocorre no córtex frontal dos jovens. Na fase inicial da adolescência, existe um volume maior de massa cinzenta (neurónios e ramificações dendríticas) e mais sinapses do que virá a existir na fase adulta. A densidade da massa cinzenta irá diminuir ao longo da década seguinte, à medida que as conexões menos otimizadas vão sendo aparadas (Giedd, 2008). Não existem diferenças entre os sexos no processo de desenvolvimento cerebral, excetuando o facto de o pico de massa cinzenta cortical frontal ocorrer mais cedo nas jovens raparigas, em relação aos jovens rapazes. As hormonas gonadais, os estrogénio e a progesterona nas raparigas e a testosterona nos rapazes também têm um papel importante na alteração da estrutura e função cerebral, uma vez que são responsáveis pela alteração das taxas de mielinização e dos níveis dos recetores dos vários neurotransmissores.

Isto quer dizer que os marcadores do amadurecimento cerebral no cérebro e no comportamento dos jovens não estão estritamente ligados à idade cronológica, mas sim

ao tempo que decorre desde o início da puberdade. Estas mudanças têm um papel igualmente importante na regulação emocional. Como resultado destas transformações, os jovens experienciam as emoções de uma forma muito mais ampliada e muito mais intensa, em relação às crianças e aos adultos, que se vão estabilizando à medida que o córtex frontal vai amadurecendo.

Consequências no comportamento e tomada de decisão

É importante saber que consequências terão esta antecipação da puberdade e esta imaturidade cortical frontal no comportamento dos jovens. Em particular, qual será o seu impacto no processo de tomada de decisão e nas escolhas dos jovens. As mudanças neurobiológicas, nesta fase do ciclo de vida, vão possibilitar uma cada vez maior ativação das regiões frontais e vão resultar num aperfeiçoamento cognitivo crescente. Esta otimização cognitiva vai refletir-se, por exemplo, no uso mais eficaz da memória de trabalho, no uso flexível de regras, na organização executiva e na regulação inibitória frontal (Sclaggar et al, 2002; Yurelum-Todd, 2007).

Existem duas dimensões importantes que vão orientar as escolhas e os processos de tomada de decisão dos jovens, que não devem ser ignoradas: a primeira é uma forte inclinação para o risco e a procura de novidades e a segunda é uma profunda necessidade de inclusão social.

a. Dificuldades na avaliação de riscos

Uma menor ativação do córtex pré-frontal resulta numa pior avaliação do risco. Os jovens são mais orientados para maximizarem o prazer imediato e para a procura de novidades. Esta orientação do comportamento está relacionada com uma maior atividade dopaminérgica, no "centro de recompensa do cérebro". Contudo, não é correto afirmar-se que a maior ativação antecipatória das vias de recompensa explica a maior tendência dos jovens a fazerem escolhas arriscadas, em comparação com os adultos. Esta influência não parece ser linear. Os investigadores têm observado, que recompensas simples e razoáveis por ações prudentes não têm influência na sinalização dopaminérgica, mas apenas grandes recompensas produzem uma sinalização de dopamina exagerada (Bjork et al, 2007). Isto indica-nos que os jovens têm habilidades de raciocínio em relação à perceção de risco que se equiparam às dos adultos. Inclusivamente, verifica-se que alguns *viezes* no julgamento e na tomada de decisão tendem a crescer com a idade, apesar do aumento das competências do raciocínio, o que nos pode sugerir uma maior incoerência racional entre os adultos do que entre os adolescentes e jovens (Reyna, & Farley, 2006). Isto quer dizer que, em circunstancias ideais, na ausência de altas recompensas que sabemos que reduzem o autocontrole (inclusive até nos adultos), os adolescentes e jovens

são competentes (do ponto de vista do desenvolvimento) para tomar decisões que envolvem riscos. Exceto numa situação específica: quando estão na presença dos seus pares.

b. Necessidade básica de inclusão social

Os jovens têm uma necessidade intrínseca de se sentirem socialmente integrados. Veremos na próxima seção, que esta necessidade se relaciona com a sua construção da identidade e da autonomia. Esta necessidade de inclusão social provoca uma enorme vulnerabilidade pessoal à pressão dos seus pares.

Num estudo sobre a utilização das redes sociais, Madden *et al* (2013) verificou um dado curioso, que provavelmente muitos daqueles que convivem com os mais jovens já terão observado em algum momento recente: um adolescente típico tem, em média, trezentos amigos no Facebook. Ora, esta sociabilidade está particularmente ligada à necessidade de pertença e de aceitação social e a uma particular sensibilidade à sinalização emocional, nesta fase do ciclo da vida. Os estudos mostram que os jovens tendem a fazer a sua autoavaliação a partir da avaliação que os seus pares fazem em relação a si próprios, num registo cognitivo do tipo: *eu sou o que o outro pensa que eu sou*. Estudos de neuroimagem ilustram esta profunda (e perturbadora) sensibilidade à influência dos pares. Se se perguntar a um grupo de adultos que pensem sobre o que eles pensam ser a opinião dos outros em relação a si próprios e depois lhe perguntarmos o que pensam, eles próprios, em relação a si mesmo, veremos que esses adultos irão ativar nas duas tarefas dois tipos de redes diferentes e parcialmente sobrepostas de estruturas límbicas e frontais. Mas nos mais jovens, isso não acontece. Nos jovens, estes perfis de ativação são exatamente idênticos (Guyer et al, 2009; Moor, 2010). Quer dizer, a resposta neurológica de um jovem à pergunta "o que pensa de si próprio ?" é exatamente esta: *aquilo que as outras pessoas pensam de mim*.

Este contágio emocional pode ajudar-nos a compreender, por exemplo, por que estão condenadas ao fracasso as tentativas de se acabar com as praxes académicas à entrada do ensino superior. Estes ajuntamentos de jovens são essencialmente uma expressão cultural desta necessidade básica de inclusão social, que resulta da sua imaturidade cortical frontal. Este contágio emocional tipicamente se relaciona com um treino do comportamento transgressivo. O período entre o final da adolescência e o inicio da idade adulta coincide com um pico da violência, quer seja através da agressão dirigida a estranhos, a companheiros íntimos ou companheiras íntimas, quer seja ainda em relação a si próprios.

Esta extrema fragilidade da capacidade de avaliação do risco na presença dos pares, combinada com uma intrínseca necessidade de ser aceite pelo grupo é uma dupla de características que pode ter consequências dramáticas. Por exemplo, poderá explicar em

boa medida os dados do relatório da Direção Geral de Saúde sobre a mortalidade em idades jovens na década de 1992/2003. De acordo com este relatório, a grande maioria dos óbitos ocorridos no grupo dos jovens portugueses tiveram origem em causas violentas, as que se referem a lesões traumáticas e intoxicações ligadas a acidentes, suicídios e homicídios acidentais ou intencionais, um dado que é particularmente expressivo no grupo etário dos jovens dos 20-24 anos do sexo masculino (DGS, 2005).

Palavras-chave do desenvolvimento cognitivo:
contexto socioeconómico

A análise compreensiva dos comportamentos, das preferências e da tomada de decisão dos jovens devem, necessariamente, integrar as suas condicionantes fisiológicas e biopsicológicas. Como vimos, o atraso cortical frontal tem consequências muito claras e evidentes no comportamento e no processo de tomada de decisão, que não devem ser ignoradas. Daquilo que analisámos até agora, é legítimo questionarmo-nos: porque será que a maturação cortical frontal é um processo extremamente moroso no ser humano? porque é que ela se prolonga até ao início da vida adulta? existirão vantagens que justifiquem este atraso?

A investigação sobre a evolução humana mostra que existe um processo evolutivo de seleção para este atraso cortical frontal. Este atraso acontece para que o cérebro humano tenha *tempo* para desenvolver habilidades essenciais, para que a pessoa possa perseverar na idade adulta. Quer dizer, todas as habilidades necessárias para a preservação e florescimento da vida na idade adulta estão relacionadas com o amadurecimento do córtex frontal, por exemplo: memória social, tomada de perspetiva emocional, controlo de impulsos, empatia, capacidade de cooperação social e autorregulação. O cérebro recebe grande influência dos genes. Contudo, até o início da idade adulta, esta parte do cérebro, que é na realidade a que melhor define o ser humano como um ser racional, é menos um produto dos genes, com que a vida começou, para ser o que cada pessoa vai encontrar no seu percurso de vida. Precisamente por ser o último a amadurecer, o córtex frontal por definição é a região menos limitada pelos genes e mais esculpida pela experiência familiar e pelo contexto socioeconómico.

É por isso que devemos ser prudentes na análise das condicionantes fisiológicas e biológicas no comportamento dos jovens. Sapolsky (2018) em *Comportamento* sintetiza em três palavras a chave no desenvolvimento cortical frontal: contexto, contexto e contexto. O desenvolvimento cortical frontal desenvolve-se em estreita inter-relação com os contextos socioeconómicos. A forma como estruturamos os contextos socioeconómicos irá facilitar ou travar o desenvolvimento dos jovens, enquanto seres humanos. Os contextos socioeconómicos terão um papel fundamental e decisivo na criação de oportunidades para que o jovem possa desenvolver o seu raciocínio crítico e ético, criar a sua identidade e preservar o seu equilíbrio e saúde mental.

São estas três dimensões: o desenvolvimento do raciocínio ético, o desenvolvimento da identidade e a preservação da saúde mental, que vamos analisar nas seções que se seguem.

2. O desenvolvimento do raciocínio ético e da ideia de justiça

Não é correto analisar-se os valores através de confrontações geracionais, identificando-se os valores dos jovens por oposição aos valores dos adultos, na forma do que uns valorizam e outros depreciam. Os valores não são traços fixos, no sentido de se *ter ou não ter* determinados valores. No início da segunda metade do século XX, Jean Piaget deu uma contribuição valiosa ao conhecimento sobre o desenvolvimento da cognição humana, ao confirmar e refinar, de forma experimental, a aceção de Immanuel Kant, segundo a qual o conhecimento não é recebido de forma passiva, mas construído *ativamente* pela pessoa, em estreita relação com os contextos, no tempo e espaço em que se vive. O desenvolvimento cognitivo diz respeito a essa apropriação da realidade, através de níveis cada vez mais complexos de apreensão, à medida que as estruturas de pensamento se vão expandindo, para integrar experiências cada vez mais complexas. O desenvolvimento do raciocínio moral, na linha dos trabalhos clássicos de Piaget (1965) e de Lawrence Kohlberg (1969; 1979), refere-se especificamente à forma como a conceção do mundo social se vai expandindo no ser humano, para integrar o entendimento e a resolução de conflitos ou dilemas difíceis e inevitáveis, que surgem da relação entre o *Eu* e o *Outro*.

Nesta seção não nos iremos deter no sentido filosófico de *valor* e de *moral*. Aceitamos que o julgamento moral envolve, essencialmente, aspetos relacionados com a ética e com a ideia de justiça[2]. O julgamento moral é uma afirmação de prioridade, uma tentativa de resolução racional de um conflito, numa situação em que a própria escolha de certa forma agride a justiça, como por exemplo a tomada de posição sobre quando e sob que condições, se é possível enunciar algumas, se pode justificar a morte de uma pessoa, o roubo da propriedade alheia ou a recusa de ajudar alguém que está em dificuldades. O raciocínio moral envolve, portanto, questionamentos essenciais para a vida pública e privada nas sociedades democráticas, que levantam problemas éticos e de justiça social. Vamos compreender nesta seção que o desenvolvimento, aceitação e incorporação de princípios democráticos e a aceção de princípios éticos universais não é um processo nem automático nem garantido no jovem. Para que isso possa vir a ser uma realidade, o jovem deverá ter oportunidades de reflexão e debate e, acima de tudo, ter a oportunidade de os praticar e os integrar na sua vida prática.

[2] É útil, contudo, considerarmos a distinção entre os termos *ética* e *moral*, que faz João Carlos Loureiro na sua nota de apresentação em *O futuro da natureza humana* de Jurgen Habermas (2006). Estes são termos, a maior parte das vezes, usados como sinónimos, como o faz também Habermas. Contudo, têm origens etimológicas distintas, o primeiro de etimologia grega e o segundo latina. A moral diz respeito ao domínio do justo, entendido como o universalizável, a ética refere-se a uma dimensão particular, que se exprime em questões ético-existenciais e ético-políticas (p. 16). Neste trabalho, usamos ambos os termos como sinónimos, conscientes porém desta distinção.

Lawrence Kohlberg (1979) através de estudos longitudinais com recurso a entrevistas, conduzidas a partir da discussão de dilemas morais, verificou que a forma como os jovens processam e raciocinam sobre questões relativas aos valores se desenvolve ao longo de seis estádios, que podem ser agrupados em três níveis de raciocínio moral; pré-convencional, convencional e pós convencional. No *primeiro nível* de raciocínio moral, denominado de *pré-convencional*, a justiça e a moralidade reduzem-se a um conjunto de normas externas, a que a pessoa obedece para evitar o castigo (*primeiro* estádio) ou para satisfazer desejos e os seus próprios interesses, concretos e individuais (*segundo* estádio), que não são generalizáveis nem universalizáveis.
O *segundo nível* de raciocínio moral, denominado de *convencional*, é aquele em que a pessoa já interiorizou as normas e as expectativas sociais. Existe uma preocupação direcionada para uma terceira pessoa relacional e afetiva e o sujeito procede como gostaria de ser tratado (*terceiro* estádio) ou com o sentido de manter a lei e a ordem, o sistema social e os deveres institucionalizados, a que os interesses individuais devem respeitar (*quarto* estádio). Finalmente o *terceiro* nível de raciocínio moral, o nível *pós-convencional*, considerado por Kohlberg como o tipo de raciocínio mais maduro, o indivíduo está disposto a transgredir uma norma, se ela for contrária a um princípio ético, ou contrária ao bem comum ou ao maior bem para o maior número (*quinto* estádio). Este é o estádio dos princípios democráticos. Neste nível pós-convencional, o raciocínio é orientado por princípios éticos universais, compreendendo a relatividade das normas, em função desses princípios (sexto estádio). O sujeito neste estádio é capaz de tomar decisões autónomas, baseadas em princípios éticos universais, independentemente do contexto de quem esteja envolvido.

A investigação tem confirmado que os jovens que frequentam o ensino secundário e os primeiros anos do ensino superior tendem a utilizar um raciocínio de tipo *convencional*, uma combinação do *terceiro* e *quarto* estádios, que apresentámos sinteticamente acima. Nesta fase do desenvolvimento, o raciocínio moral é fortemente determinado pela *conformidade* para com o grupo social[3]. De resto, um reflexo da sua imaturidade cortical frontal, como analisámos anteriormente. Repare-se que este tipo de raciocínio não é ainda compatível com a defesa de valores democráticos. Aquilo que o jovem tende a entender como justo ou injusto define-se pela *conformidade* às normas e expectativas sociais e culturais em vigor ou a conformidade com a lei e a ordem. Num estudo desenvolvido por Almås, *et al.* (2010) os investigadores verificaram que por esta altura, os jovens já começam a tomar decisões com base em princípios meritocráticos. Contudo, este raciocínio permanece inflexível, o jovem ainda não é capaz de utilizar um raciocínio meritocrático complexo. Quer dizer, os mais jovens conseguem compreender de que

Note-se que não se pode partir do pressuposto que um indivíduo pensa em termos morais, apenas de acordo com um único estádio. Qualquer tipo de classificação dos indivíduos é despropositado e incorreto. Devemos considerar que os indivíduos utilizam processos característicos de um determinado estádio *em relação* a um determinado tipo de assunto e que esse estádio provavelmente constitui o seu nível modal. Noutras situações, a pessoa poderá utilizar processos mais simples ou mais complexos, por exemplo, o jovem pode raciocinar a um determinado nível no *dilema de Heinz*, mas quando se trata de assuntos pessoais, como o envolvimento sexual, utiliza um nível de raciocínio de nível inferior. É muito importante evitar-se categorizações em relação ao indivíduo, ainda que a sua tendência para a moda seja significativa.

maneira as circunstâncias individuais afetam o comportamento, mas não conseguem ainda apreender que o comportamento é afetado por um conjunto de circunstâncias sistémicas. Se sugeríssemos a leitura desta tese a um jovem nesta fase de desenvolvimento, ele teria sérias dificuldades em compreender os nossos argumentos, porque o que propomos aqui é exatamente uma análise sistémica do desemprego. Isto sugere-nos (para além de não se aconselhar que os mais jovens se dediquem ao estudo do desemprego prolongado) que a imaturidade das estruturas cognitivas está igualmente envolvida no raciocínio moral e na avaliação da ideia de justiça.

Kohlberg recorda que a maioria dos indivíduos dos países democráticos não alcançarão um nível de desenvolvimento moral de tipo pós-convencional. Este é um dado que não deve ser ignorado, uma vez que as *éticas procedimentais* (nas palavras de Habermas) da maioria das instituições democráticas são já expressivas deste nível de raciocínio pós-convencional. Quer dizer, tenha ou não tenha alcançado um nível de raciocínio pós convencional, o indivíduo será chamado à participação democrática e a emitir juízos. Ora, é precisamente porque os julgamentos éticos são uma dimensão muito importante para as sociedades democráticas, que os educadores são tentados a acelerar o seu desenvolvimento. Esta não é, contudo uma ideia consensual. Fernando Savater (2005) em *Ética para um jovem,* diz:

> Parece-me à partida nefasto que exista uma disciplina (...) apresentando-se como alternativa à hora da religião. A pobre ética não veio ao mundo para escorar ou substituir catecismos... pelo menos não o deveria fazer nestes dias do século XX. Mas não tenho de maneira nenhuma a certeza de que devam evitar-se algumas primeiras considerações deontológicas incrustadas em cada uma das restantes disciplinas. A reflexão moral não é apenas um tema especializado, sobretudo para aqueles que desejam frequentar cursos superiores de filosofia, mas parte essencial de qualquer educação digna desse nome (p. 13).

Para o nosso trabalho, é importante apenas compreender-se que é possível a passagem para estádios de desenvolvimento moral mais complexos, de tipo não convencional, mas não se trata de um processo, nem automático nem garantido. O desenvolvimento de um raciocínio fundado em princípios democráticos e orientado por princípios éticos universais, representa uma sabedoria já refinada, que é essencialmente fundada na experiência, na ação. Quer dizer, para que o jovem alcance um nível de raciocínio moral de tipo *não convencional*, que seja capaz de tomar decisões autónomas, com base em princípios éticos, que pressupõe uma capacidade de julgamento que vá para além de um julgamento com base na lei e na ordem, é necessário que tenha oportunidades para debater questões e confrontar a sua opinião com a dos outros, que tenha oportunidades para analisar e refletir sobre questões éticas mais complexas, compreender os aspetos envolvidos no debate e, essencialmente, que tenha oportunidades para aprender através da sua própria experiência e que tenha oportunidades para os praticar na vida de todos os dias.

A voz da diferença

Carol Gilligan (1982), em *In a different voice*, chamou a atenção para uma falha, que não se deve negligenciar, em relação aos trabalhos clássicos de Kholberg. O autor havia concluído que os estádios de desenvolvimento do raciocínio moral eram *universais*, muito embora a amostra do seu estudo longitudinal inicial houvesse sido composta *exclusivamente* por indivíduos do sexo masculino (objetivamente, por 84 rapazes, cujas vidas o autor acompanhou por um período de 20 anos), o que indiciava ser tendenciosa em relação ao género. Gilligan, analisou esta omissão, através de um conjunto de estudos sobre o raciocínio moral dos jovens, alguns deles publicados em co-autoria com Kohlberg (Kholberg & Gilligan, 1971) que levariam, mais tarde, à reformulação do conceito de raciocínio *pós convencional*, como veremos de seguida. O seu importante trabalho abriu as portas para a reflexão e discussão pública sobre aquilo que agora se chama de *Ética do Cuidado.*

No lugar de apresentar dilemas hipotéticos, abstratos e desconetados da realidade, Gilligan (1982) questionou os jovens (rapazes e raparigas) sobre a vivência de experiências de conflitos morais nas suas vidas reais, como é que os ajuizavam e como analisavam os direitos e as responsabilidades, em situações de conflito moral. A autora verificou que as jovens mulheres tendem a desenvolver um raciocínio moral diferente dos jovens rapazes: as jovens mulheres tendem a adotar um raciocínio a partir da configuração das relações problemáticas entre as diversas partes e não exclusivamente a partir da utilização de princípios abstratos. O raciocínio que as jovens empregam na resolução de situações de conflito moral não é orientado para saber qual a opção *certa* a tomar e que direitos têm precedência, mas qual a coisa *responsável* a fazer, quando a pessoa se encontra numa situação onde não existe forma de agir, que não seja causadora de sofrimento, para alguma das partes envolvidas no conflito. Ao desenvolverem um tipo de raciocínio que pressupõe alcançar o *menor sofrimento*, as jovens tendem a adotar uma posição que por vezes pode anular o seu autointeresse.

Esta pode ser uma situação altamente problemática, por várias razões. A principal delas é que este tipo de raciocínio constitui uma abdicação da sua *voz*, com consequências no posicionamento das relações de poder. Além disso, quando o analisamos a partir da matriz teórica de Kholberg, que se identificou sinteticamente atrás, cria-nos um problema: se as jovens mulheres orientam as suas decisões através da relação de laços de cuidado e de empatia, no sentido da minimização do sofrimento e da compaixão, então, na lógica de Kohlberg, elas jamais atingirão o nível de raciocínio ético adulto ideal porque, de acordo com o modelo, não passarão do terceiro estádio (conformidade social) da sequência de seis estádios. A menos que, no dizer de Kholberg, reconheçam a inadequação da sua perspetiva moral e progridam para níveis mais elevados, nos quais as relações estão subordinadas às normas (estádio quatro) e as normas a princípios éticos universais (estádios cinco e seis).

Ora, estamos perante um paradoxo, porque os traços que definem o *papel tradicional* das mulheres: a responsabilidade (hétero ou auto imposta) de cuidar do *Outro* e minimizar o sofrimento do *Outro*, são exatamente os mesmos que, em teoria, as marcam como deficientes ou imaturas no desenvolvimento moral (Gilligan, 1982). Quer dizer, o que constitui uma condição de crescimento para os rapazes, a necessidade de serem bem cuidados, para que possam desenvolver a sua autonomia, constitui para as raparigas exatamente o motivo da sua infantilização. Kohlberg *et al* (1984), sensível a esta crítica, haveria de redefinir o pensamento pós-convencional, introduzindo aquilo que chama a *regra de ouro*, que integra dois elementos: a) faz aos outros aquilo que gostarias que te fizessem e b) ama o teu semelhante como a ti mesmo. A primeira dimensão reflete, como se sabe, uma ética fundamentada no imperativo categórico de Kant e a segunda a partir da reflexão da ética do cuidado, resultante dos trabalhos de Gilligan.

O trabalho de Gilligan (1982) é muito importante porque veio esclarecer que existem perceções diferentes da realidade e da verdade, daquelas que haviam sido identificadas por Kohlberg, o que reflete diferentes formas de maturidade humana. É um trabalho que, não raras as vezes, tem sido mal interpretado. Ora, esta diferença na forma de pensar não deve ser entendida de uma forma essencialista, nem ser generalizada aos sexos. Gilligan nunca fez generalizações. Apenas levanta uma questão que é simples e clara: A experiência dos homens não pode, nem deve, ser apresentada como *representativa* da experiência humana, porque existem evidências que vão no sentido contrário.
Não se trata de aceitar uma dicotomia de género, nem de postular uma natureza feminina cuidadosa ou cuidadora, como tem sido incorretamente interpretado, nem se trata de saber qual é a forma mais correta de fazer uso do raciocínio moral ou de reivindicar o primado de um tipo de raciocínio em relação ao outro. Trata-se, tão só, de se considerar que o ser humano tem formas *diferentes* de dar *voz* a juízos morais, que existem modos diferentes de olhar a realidade, de avaliar a realidade e, por conseguinte, outros modos de agir. O facto de as mulheres poderem estar mais próximas de uma ética da responsabilidade não quer dizer que a pessoa (seja ela rapaz ou rapariga) para se dedicar ao cuidado renuncie à justiça ou a princípios éticos universais. Significa, que o sentido de responsabilidade, empatia e cuidado em relação ao *Outro* não é, nem pode ser considerado, menos importante do que a ideia abstrata de justiça, na consciência e nos julgamentos morais. Estes não são dois pólos que se excluem, mas que podem, e devem, conviver pacificamente.

Na terceira parte deste trabalho retomamos este tema para refletirmos sobre a importância da *ética do cuidado*. A simplicidade (aparente) da ética do cuidado não deve induzir-nos no erro de a desvalorizar. Ela é, quanto a nós e como veremos adiante, a grande força mobilizadora para a mudança e para uma maior eficácia no combate às desigualdades de género no acesso ao trabalho *significativo*.

3. Vulnerabilidades psicossociais na formação da identidade

A juventude representa, como vimos atrás, uma descontinuidade biofisiológica no processo de crescimento. O ponto crítico da transição para a vida adulta é a formação e consolidação de uma identidade pessoal. Para se compreender a profunda vulnerabilidade dos jovens na construção da sua identidade vamos partir do conceito de *epigénese* dos trabalhos clássicos de Erik Erikson (1968; p. 91) pela sua robustez teórica e empírica sobre a construção da identidade dos jovens. A identidade dos jovens molda-se a partir dos seus acontecimentos históricos, culturais e dos contextos socioeconómicos. Contudo, não se trata de uma fatalidade, o jovem também modela o ambiente e consegue alterar o curso da história, por vezes de uma forma absolutamente extraordinária.

Para construir a sua identidade, o jovem terá de consolidar o conceito que tem de si próprio e o modo como é visto pelos outros. Se esse alicerce for firme, dele resultará uma identidade pessoal firme, mas se isso não acontecer, a consequência poderá ser a *difusão da identidade*. Uma identidade difusa é um estado de descomprometimento generalizado com a vida, em que a pessoa é incapaz de se comprometer com um conjunto de princípios orientadores. A relatividade das coisas e a vivência de cada momento é a ênfase mais importante de uma identidade difusa. O indivíduo com uma identidade difusa parece não possuir um núcleo interno, tenta desempenhar certos papéis sociais, mas abandona-os com relativa facilidade. Parece não existir um *Eu* e a vida mostra-se sem direção e errante (Sprinthal & Collins, 1999).

Todos nós sabemos, através da nossa própria experiência, que construir a nossa identidade é um processo complexo e muito doloroso. Pressupõe procurar respostas às questões essenciais que nos orientam na vida, quando somos ainda muito imaturos; quem sou eu? qual é o meu lugar no mundo? Para dar resposta a estas questões, os jovens enfrentam um problema difícil e muito prático, porque são apanhados entre dois sistemas essenciais que estão em constante mudança. Por um lado, têm de aprender a lidar com as suas transformações internas, cognitivas, fisiológicas e glandulares, que têm um peso significativo nas suas escolhas, como vimos anteriormente, ao mesmo tempo que se debatem com uma série de regras socioeconómicas, completamente incoerentes com as suas necessidades de desenvolvimento objetivas e em constante mudança.

A formação da identidade é o processo integrador do conjunto dessas transformações pessoais, das exigências sociais e das expectativas que a pessoa tem em relação ao futuro. Envolve a criação de um certo sentido de unicidade que é experienciado pelo indivíduo e reconhecido pelos outros como tendo uma certa consistência, ao longo do tempo. Para funcionar, este processo terá de ser recíproco nos dois sentidos; por um lado, tem de haver um sentimento de unidade genuíno por parte do jovem e por outro, o reconhecimento dessa unidade pela comunidade. Ora, a construção da identidade envolve necessariamente tensões entre aquilo que o jovem sente ser a sua personalidade e aquilo que a comunidade está disposta a aceitar. A confiança que o jovem irá ter em si próprio está em consonância

com o reconhecimento e valor que percebe por parte das outras pessoas e do contexto social a que pertence. Quer dizer, o aparecimento da individualidade e da confiança na sua auto-orientação é essencialmente um processo de reconhecimento social.

Esta procura de reconhecimento e sentido de valor pessoal é, na realidade, o aspeto mais difícil e mais inquietante da formação da identidade e é exatamente aqui que reside o foco da maior parte dos problemas, porque esse reconhecimento não é, nem automático, nem garantido. Esta é uma situação de extrema vulnerabilidade, lembre-se o atraso do desenvolvimento do córtex frontal, que é responsável pela tomada de perspetiva emocional, controlo de impulsos, empatia, capacidade de cooperação social e autorregulação, característico desta fase. Quer dizer, todo o processo de criação e consolidação da identidade tem que ser feito sem que os jovens tenham atingido a maturidade cognitiva. O que é extraordinário na psicologia adolescente é que, na realidade, a própria maturidade cognitiva desenvolve-se também a partir da forma como se irá desenrolar este processo de construção da identidade. O contexto socioeconómico terá um papel absolutamente decisivo. Ora, esta imaturidade cortical frontal, combinada com a necessidade de validação social para que a pessoa edifique a sua identidade, coloca os jovens numa posição de extrema vulnerabilidade social.

É a partir desta extrema necessidade de aprovação social e de pertença que se deve entender o comportamento gregário dos jovens e a sua necessidade de distanciamento familiar. Este distanciamento familiar não é só um requisito para que o jovem consiga construir a sua autonomia, é também uma condição *sine qua non* para o sucesso da criação da sua própria identidade. É muito importante perceber que o distanciamento familiar, necessário para a construção da identidade, não corresponde a um afastamento emocional, ele é essencialmente distanciamento simbólico e deve ser, necessariamente, acompanhado por laços afetivos seguros. Quer dizer, nesta fase do ciclo de vida, o distanciamento familiar só terá efeitos positivos na formação da identidade se for acompanhado por laços afetivos seguros. É uma situação aparentemente paradoxal; a autonomia humana constrói-se a partir de um certo distanciamento familiar, mas com uma garantia de suporte afetivo. Esse suporte afetivo não deve falhar. Caso isso aconteça, o processo de construção da identidade fica fortemente comprometido. Na juventude, o distanciamento familiar acompanhado do distanciamento afetivo gera inseguranças profundas, dependências afetivas e uma identidade difusa. As narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração que acompanhámos para a realização deste trabalho e que analisaremos em maior detalhe no capítulo 3 e 4, confirmam claramente esta necessidade de distanciamento parental, com a garantia de apoio afetivo, para que o jovem possa realizar a sua identidade. A narrativa de vida da jovem Madalena (Narrativa nº 8) é um exemplo concreto das consequências do distanciamento físico e afetivo familiar numa idade precoce, que cria extremas dificuldades na construção e consolidação da identidade.

Vamos ver também que o desemprego prolongado, ao gerar situações de dependência económica, impede este distanciamento, impossibilita a autonomia e, mais relevante do que isso, dificulta e inibe a formação e realização da identidade, podendo levar a uma situação de *insolvência identitária*, com consequências pessoais e sociais muito graves, que não devem ser ignoradas, que analisamos adiante.

A individualidade normalmente não é reconhecida de imediato[4]. A realização da identidade pressupõe, quase sempre, a confrontação social (na família e na comunidade) e uma profunda capacidade para tomar decisões. É a tomada de consciência para a variedade de escolhas difíceis que a vida oferece e que a escolha que se faz é acompanhada de um compromisso. Quer dizer, o jovem doravante utilizará todos os seus recursos psicológicos para atingir o seu objetivo. Ultrapassar esta tensão e chegar a um equilíbrio é um passo essencial para aquilo que Erikson chamou de *resolução da fidelidade*. Referia-se a uma capacidade de nível superior para cada um confiar em si próprio, nas outras pessoas e nas instituições e mais importante que isso uma capacidade essencial para se devotar a uma causa. Não se trata de obediência cega a qualquer causa ou ideologia. Em termos identitários, a fidelidade refere-se a um compromisso com os valores humanos universais, um sentido ético de cuidar dos outros, de os respeitar e de os apreciar. Só através do desenvolvimento destas qualidades é que o *egocentrismo* que caracteriza a adolescência se irá dissipar. Por outras palavras, a centração e as preocupações do adolescente consigo próprio, que é a característica mais expressiva da adolescência, só se irá desaparecer através da resolução da fidelidade, para dar lugar a uma perspetiva mais vasta do mundo, menos egocêntrica e mais alinhada com os valores humanos universais. Se os jovens não forem capazes de resolver este conflito, o início da vida adulta será marcado pela falta de confiança em si próprio, incapacidade em manifestar interesse pelos outros semelhantes e pela submissão a ideologias opostas aos princípios éticos universais.

É essencial compreender-se, que os arranjos socioeconómicos funcionam como condicionantes para a formação da identidade dos jovens e que podem facilitar ou inviabilizar a resolução da fidelidade. Quer dizer, quando os arranjos socioeconómicas criam barreiras à realização da identidade, apesar dos sucessivos esforços dos jovens para ultrapassá-las, perpetuam um estado de *difusão da identidade* e pode conduzir a um estado de *insolvência identitária*. A insolvência identitária tem custos sociais bastantes elevados, que não devem ser ignorados. Refere-se ao evitamento por parte do jovem em fazer escolhas autónomas. A sua ação passa a ser orientada mais pelos outros do que por si próprio. Na insolvência identitária deixa de haver questionamento e agora o jovem aceita o papel que as figuras de autoridade ou os amigos mais influentes lhe impõem, com pouca ou nenhuma dissonância cognitiva. O indivíduo passa a concordar, como se tratasse

[4] Na realidade, raramente o é. Mesmo para grandes personalidades que marcaram o mundo científico, político ou artístico, agora incontestavelmente reconhecidas, o seu reconhecimento foi resultado de um longo e penoso percurso de reconhecimento social. Veja-se por exemplo os percursos de vida da grande cientista Marie Curie, a primeira pessoa a ser reconhecida duas vezes com o prémio Nobel, primeiro da Física e depois da Química. Ou do carismático ativista dos direitos humanos Malcolm X, o seu longo percurso de luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos cidadãos afroamericanos, como Direitos Humanos.

de uma fatalidade, naquilo que os adultos afirmam sobre o mundo do trabalho, sobre a religião ou a política, sem qualquer tipo de esforço para se afirmar como identidade independente e autónoma (Sprinthal & Collins, 1999).

A insolvência identitária é a resignação a uma condição ou posição social, quando o jovem já compreendeu e aceitou que os arranjos sistémicos institucionais são de tal maneira inibidores da vontade pessoal, que não vale a pena lutar contra eles. Por isso, desiste simplesmente de lutar pela sua individualidade, desiste de exercer a sua liberdade, porque o peso da individualidade pressupõe estar sempre em tensão com os contextos socioeconómicos. O peso da individualidade é demasiado pesado. Para evitar o desconforto da difusão da identidade e as dificuldades de modelar uma identidade bem conseguida, o jovem submete-se, então à autoridade. As capacidades para julgar e raciocinar vão ficar igualmente insolúveis e embotadas porque ele não conseguiu criar uma matriz identitária coesa. Essencialmente a pessoa deixa de ser uma identidade humana, capaz de pensar e sentir por si própria e reemerge ou reinventa-se como um ser autómato, agora submisso e obediente.

É muito importante que se apreenda a centralidade dos contextos socioeconómicos como espaço de oportunidade de realização da liberdade, que vai influenciar diretamente o processo na formação da identidade dos jovens. A nossa história comum tem evidenciado que a adesão dos jovens a ideologias totalitárias e a movimentos antidemocráticos encontra raízes nesta incapacidade crónica de realização e validação da sua identidade.

O papel do trabalho *significativo* na construção da identidade

Temos vindo a analisar que a juventude é um tempo do ciclo de vida do ser humano marcado pela descontinuidade do desenvolvimento. Identificámos a importância de se atender ao atraso do desenvolvimento cortical frontal, que tem consequências muito claras e concretas no comportamento e na tomada de decisão, objetivamente nas dificuldades na avaliação do risco e numa necessidade profunda de inclusão social. Analisámos também como se desenvolve o raciocínio ético dos jovens. Chegados aqui, é importante procurarmos compreender, em teoria - analisamos em profundidade esta relação no capítulo 2, que papel ocupa o trabalho *significativo* em todo este processo de desenvolvimento, em particular na construção e desenvolvimento da identidade dos jovens.

O estudo da relação entre o trabalho e a construção da identidade é um tema clássico da psicologia do desenvolvimento, que foi objeto de análise dos mais eminentes psicólogos do século XX, que estudaram o desenvolvimento humano, como Sigmund Freud, Jean Piaget ou Erik Erikson. O exercício de uma atividade profissional parece ser, literalmente, sinónimo de entrada na vida adulta, para grande parte das culturas, apesar das diferenças

nas normas e dos valores sociais. Piaget apontou dois aspetos importantes associados à entrada no mundo do trabalho: o primeiro está associado ao declínio do *egocentrismo intelectual*[5], que caracteriza a adolescência e o segundo está associado ao aparecimento do compromisso. Quer dizer, seria a partir do desempenho de uma atividade profissional real que o jovem reformador idealista se transformaria num indivíduo que luta pela realização. O mesmo será dizer que o adolescente se transforma em adulto. Na verdade, vamos ver que isso não será bem assim.

A investigação esclarece que entrar no mercado de trabalho ou ter uma experiência profissional, na verdade, não garante que o pensamento formal e descentrado aconteça e, por conseguinte, que o egocentrismo adolescente desapareça. Isto acontece por uma razão simples: porque o desenvolvimento cognitivo não acontece de forma automática, as estruturas cognitivas desenvolvem-se através da interação com os contextos. É a qualidade dos contextos que ditará esse desenvolvimento. A investigação esclarece que a qualidade da interação estabelecida e da atmosfera da aprendizagem vai determinar se a atividade profissional servirá ou não para a descentração do pensamento adolescente, ou seja, para o desenvolvimento cognitivo. O que é que isto, na prática quer dizer? Isto quer dizer, que o trabalho tem um papel importante na construção da identidade e na transição para a idade adulta, mas nem todos os trabalhos terão o mesmo efeito na construção da identidade dos jovens. Nesta fase do ciclo de vida, não é a integração numa atividade profissional *per si* que garante o amadurecimento das estruturas cognitivas, mas só aquelas atividades profissionais que cumprem alguns critérios de qualidade, em relação à aprendizagem e à interação humanas.

A essas atividades, que cumprem os critérios de qualidade de aprendizagem e que promovem a interação humana, vamos dar o nome de *trabalho significativo*. É também este o tipo de atividades "conscientes e livres" que Elster (1986) em *Self-realization in work and politics*, identifica como a externalização completa e livre dos poderes e das habilidades dos indivíduos (1986, p. 101). Vamos guardar esta importância central da *qualidade* do trabalho, como condição do desenvolvimento da identidade dos jovens. Este é um elemento chave e um dos fundamentos para defendermos a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*.

[5] O conceito de *egocentrismo intelectual* não deve ser confundido com qualquer forma de julgamento moral. Na teoria piagetiana do desenvolvimento cognitivo, o conceito de *egocentrismo* exprime uma característica típica do raciocínio infantil, que se relaciona com a descoberta do *Eu* e se caracteriza pela indiferenciação entre o ponto de vista próprio e o ponto de vista do *outro*. Na adolescência emerge um novo aspeto de egocentrismo tardio, desta vez na forma de um tipo de pensamento messiânico, que conduz o jovem, banhado de intelectualidade e conduzido por ideais sociais, a se sentir com vocação para reformador da sociedade, das artes ou da religião. É precisamente nesta fase que se concebem revolucionários planos de tratados de filosofia, de política, de religião e de moral, obras que (como alguns de nós saberão por experiência própria) ficarão no plano das intenções. Eça de Queiroz em *Os Maias* projetou no personagem João da Ega este tipo de egocentrismo, de forma extraordinária. O João da Ega projetava escrever as suas memórias, a que chamaria de "As memórias de um átomo". Veja-se:
"O livro do Ega! Fora em Coimbra, nos dois últimos anos, que ele começara a falar do seu livro, contando o plano, soltando títulos de capítulos, citando pelos cafés frases de grande sonoridade. E entre os amigos do Ega discutia-se já o livro do Ega como devendo iniciar, pela forma e pela ideia, uma evolução literária. Em Lisboa (...) o livro fora anunciado como um acontecimento. Bacharéis, contemporâneos ou seus condiscípulos, tinham levado de Coimbra, espalhados pelas províncias e pelas ilhas, a fama do livro do Ega. Já de qualquer modo essa notícia chegara ao Brasil. E sentindo esta ansiosa expectativa em torno do seu livro – o Ega decidia-se enfim a escrevê-lo." (*in* Os Maias, Eça de Queiroz. Edição Livros do Brasil, Lisboa; (p. 111).

A centralidade da qualidade do trabalho, da realização do trabalho *significativo* para o desenvolvimento do ser humano é um dado de extrema importância, que tem sido sistematicamente ignorado na investigação, quer na psicologia quer na sociologia, e que é particularmente central nos segmentos da população jovem.
Convencionou-se que a entrada no mercado de trabalho *per si* é um marco importante na transição para a idade adulta e ficámos por aí. Em boa verdade, esta ideia partiu de um discurso político que, à partida, parece até lógico e intuitivo. Parece incontestável que a promoção do emprego nos grupos mais jovens é importante para que promova a experiência e o contacto com o mundo real, para que os jovens possam desenvolver um sentido de responsabilidade, e uma ética profissional e outros aspetos positivos que se relacionam com o contacto com o mundo do trabalho, como por exemplo o sentido de compromisso, a pontualidade e o trabalho em equipa e é uma forma de obter rendimento e uma oportunidade educativa que poderá promover a maturidade. As vantagens de se promover o emprego jovem parecem prevalecer sobre qualquer inconveniente. Lamentavelmente, não se observa na prática que isso seja linear. A entrada no mundo do trabalho é um marco importante na transição para a idade adulta, mas *a qualidade* das atividades profissionais é o critério decisivo para o sucesso desta transição. Ou seja, para que o trabalho cumpra o seu papel integrador da construção da identidade dos jovens, essencial para a transição para a idade adulta, ele deve *garantir* a qualidade das aprendizagens e das interações humanas. Este pode ser um dado inquietante para aqueles que defendem que a integração no mercado de trabalho *per si* é a via da integração social dos jovens.

Talvez por se entender que integrar os jovens no mercado de trabalho é por si só suficiente para o seu desenvolvimento, participação e integração social, não se tem sequer desenvolvido estudos sobre a importância *da qualidade* do trabalho no desenvolvimento cognitivo e no desenvolvimento da identidade dos jovens. Na realidade, se quisermos, de facto, compreender qual o papel do trabalho no desenvolvimento dos jovens, é necessário olharmos para o trabalho numa lógica de *desenvolvimento humano* e não numa lógica de mercado de trabalho. A ideia de empregabilidade, quer dizer, o ajustamento das capacidades dos jovens às demandas do mercado de trabalho, tem dominado a discussão e os estudos sobre o trabalho na população jovem e talvez seja por isso que se abandonou o estudo sobre a relação entre a *qualidade* do trabalho na *construção da identidade* dos jovens.

Encontrámos um estudo clássico que relaciona o desenvolvimento dos jovens com a qualidade do trabalho, de Greenberger & Steinberg (1986) cujas conclusões foram publicadas em *When teenagers work*, que é importante analisarmos aqui, por ser um estudo de larga escala, com robustez teórica e metodológica. Foi uma publicação que surpreendeu a comunidade científica, que estuda os processos de desenvolvimento dos jovens à data em que foi publicado e que continua a ser atual. Os autores estudaram a relação entre o trabalho e o desenvolvimento cognitivo e moral numa amostra de 3000 jovens de várias origens socioeconómicas da área geográfica de Los Angeles (EUA). Os

investigadores verificaram que o fator mais importante neste processo é a *qualidade* da experiência laboral. Nesta experiência social de larga escala, verificou-se já na altura que a maior parte dos jovens conseguia encontrar trabalho apenas em serviços de vendas a retalho e em locais de comida rápida. Estes trabalhos eram caracterizados pelos salários baixos, poucos benefícios, horários irregulares, trabalho sazonal, políticas arbitrárias de atribuição de intervalos para descanso, ausência de expectativas quanto a promoções, tarefas repetitivas, rotineiras e monótonas.

Nestas atividades profissionais, a qualidade da experiência laboral e das aprendizagens dos jovens era muito baixa Os jovens desenvolviam principalmente atividades como limpar, transportar ou embrulhar comida e tinham muito poucas oportunidades para desenvolver novas capacidades. Além disso, os jovens neste tipo de trabalhos tinham pouca supervisão direta por parte de adultos e, na maior parte dos casos, os supervisores eram praticamente da mesma idade. O caracter subalterno do trabalho executado requeria muito pouca interação entre as pessoas e os jovens, no desempenho das suas tarefas, interagiam essencialmente com colegas da mesma idade. Quais os efeitos destas experiências laborais nos jovens trabalhadores? Estes jovens aprenderiam alguma coisa no seu emprego que fosse aplicável na gestão das suas finanças? Os autores verificaram que não. Não houve qualquer aumento digno de referência sobre a sua capacidade e conhecimento prático e negocial. Os jovens com estas experiências de trabalho precárias não adquiriam qualquer compreensão sobre conceitos como mercado livre, despesas gerais, ideias de género ou como conceber um negócio rentável. Não foram encontradas diferenças quando comparados estes resultados com os dos jovens que não trabalhavam. Os rendimentos diretos do trabalho eram aplicados essencialmente na satisfação das suas necessidades imediatas. Além disso, este tipo de trabalho não teve um efeito positivo no rendimento escolar. Os jovens que trabalhavam em média 20 horas por semana apresentavam um rendimento escolar mais baixo. Contudo, os investigadores identificaram uma mudança nestes jovens: os jovens que trabalhavam neste tipo de trabalhos precários tornavam-se mais cínicos e mais tolerantes em relação ao comportamento fraudulento, quando comparados com outros jovens dos grupos controlo (Greenberger & Steinberg, 1986).

Este estudo levantou uma série de questões relativamente ao papel do trabalho na adolescência, não só no processo de desenvolvimento das carreiras, mas também, e principalmente, em relação ao processo geral de maturação psicológica e também em relação ao desenvolvimento da identidade. Vários outros estudos chegaram a conclusões idênticas. Parece claro que a experiência laboral precária, numa idade precoce, tende a aumentar o grau de dogmatismo e a baixar a classificação nos juízos morais.
De facto, temos muito poucas evidências de que o trabalho, quer dizer, o trabalho precário, ensine valores positivos em relação ao mundo laboral e que seja uma via eficaz para a consolidação da identidade dos jovens. É evidente que alguns jovens que têm este tipo de empregos precários, poderão retirar deles benefícios, em termos de maturidade, responsabilidade e conhecimentos, por exemplo podem contribuir para as despesas dos

seus agregados. Contudo, aquilo que se observa é que estes casos são, de facto, uma exceção, e não a regra.

Tudo nos leva a crer que o isolamento dos jovens em empregos caracterizados pela divisão etária, cuja natureza não requer qualquer treino, nem envolve qualquer tipo de aprendizagem significativa não conduz, de facto, a experiências educacionais positivas. Além disso, o que se verifica é que a ética geral que regulamenta estes ambientes de trabalho pode não ser favorável para o desenvolvimento da responsabilidade e do carácter. Na realidade, como dizem os autores do estudo, poderá estar muito pouco em jogo no desenvolvimento ético e cognitivo do jovem quando este recita repetidas vezes ao longo do dia algo do género: e para beber? com ou sem ketchup? (Greenberger e Steinberg; 1986).

É preciso sermos claros. Não há garantias de que qualquer pessoa, seja ela jovem ou já adulta, aprenda efetivamente algo com o trabalho, *per si*, que possa estimular o seu crescimento. Se não houver lugar para a expressão ativa e para o desenvolvimento das suas potencialidades emocionais e intelectuais a pessoa não retirará dele qualquer tipo de valor. Isto é ainda mais evidente para os jovens, que estão em pleno processo de desenvolvimento e maturação cognitiva, e sendo que o próprio desenvolvimento cognitivo se desenvolve na interação da pessoa com os seus contextos sociais de aprendizagem. Por outras palavras, a qualidade do trabalho é muito mais relevante para os jovens porque estes estão numa fase de desenvolvimento das estruturas cognitivas e a qualidade do seu desenvolvimento depende *objetivamente* da qualidade dos contextos de aprendizagem. A extensão da aprendizagem vai depender do significado que a experiência tem para a pessoa. A experiência de trabalho no inicio da idade adulta pode constituir um estímulo muito importante para o crescimento psicológico e para o desenvolvimento cognitivo, por exemplo, do raciocínio ético, como analisámos na seção anterior, mas é preciso que haja, *de facto*, uma oportunidade para uma experiências de trabalho que lhe dê possibilidade de desenvolver a sua potencialidade intelectuais e emocionais. Na prática, são experiências de trabalho de natureza educativa, que incluem supervisão adequada e oportunidades para reflexão. É precisamente este tipo de experiências, que chamamos de trabalho *significativo* que promovem o desenvolvimento cognitivo dos jovens, o desenvolvimento da ética, a maturidade psicológica e a criação da sua identidade.

É importante guardarmos esta ideia da estreita relação entre o desenvolvimento da pessoa e a realização da ação. A ideia de que é através da ação que a pessoa desenvolve a sua maneira de ser, se quisermos, o seu carácter. A pessoa procurará sempre ajustar-se às suas condições sociais e às condições de trabalho a que é exposta. De facto, ela não só desenvolve os traços com que *tem de agir*, como é esperado que o faça, como desenvolve os traços que a fazem *querer agir*, para se ajustar ao que o contexto social espera dela. Isto quer dizer que as pessoas não são só levadas a agir como é esperado de si, enquanto força de trabalho, como acabam por desenvolver e *adaptar* o seu caracter àquelas exigências sociais. Este processo de adaptação dinâmica do caracter às exigências sociais,

como lhe chamou Erich Fromm (1962) evita o atrito constante e compele a pessoa a agir segundo necessidades económicas específicas.

Este é um aspecto da maior importância para o nosso trabalho. No Capítulo 4, vamos ver que esta necessidade interna de ajustamento ao contexto social e económico é um aspecto central daquilo que chamamos de *adaptação de preferências*, muito visível nas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, e um obstáculo à realização da sua liberdade.

O perigo de *insolvência identitária*

As dificuldades na entrada no mercado de trabalho, a precarização do trabalho e da vida, a escassez de oportunidades de trabalho *significativas* e as dificuldades de perspetivar o futuro têm exacerbado o estatuto marginal dos jovens e aumentando em demasia o seu período de dependência. Erikson (1968, 1980) chamava a atenção para as consequências nefastas em se manter um jovem numa posição de dependência por tempo indeterminado. A consequência seria a *difusão da identidade*, marcada pela alienação pessoal, uma perpétua busca de um sentido de identidade, sem passado nem futuro, uma condição de existência em que a pessoa se sente "estranha na sua própria terra". Este sentimento de alienação pessoal impede no jovem o estabelecimento de um núcleo estável da personalidade.

Os arranjos socioeconómicos funcionam como condicionantes para a formação da identidade dos jovens e podem facilitar ou impossibilitar aquilo que Erikson chamou de resolução da fidelidade. Ora, quando os arranjos socioeconómicas criam barreiras à realização da identidade, apesar dos sucessivos esforços dos jovens para ultrapassá-las, perpetuam um estado de difusão da identidade e pode conduzir a um estado de *insolvência identitária*. A nossa história comum tem evidenciado que a adesão dos jovens a ideologias totalitárias e a movimentos antidemocráticos encontra raiz nesta incapacidade crónica de realização e validação da sua identidade. Não é forçado admitirmos que existe uma clara relação entre a insolvência identitária e o surgimento de uma personalidade autoritária, como nos mostra os trabalhos de Theodor Adorno. O autoritarismo resultaria de uma incapacidade crónica da pessoa criar e realizar a sua identidade, validada e reconhecida socialmente (Adorno et al, 1950).

Um equilíbrio frágil

A ideia de que os indivíduos na modernidade avançada se libertaram das tradições é uma ideia falaciosa e francamente discutível. Anthony Giddens (1991) ensina-nos que a ascensão da individualização dos percursos de vida, através do distanciamento das tradições, conduz a um aumento de algumas formas de integrismo e de conservadorismo moral. Isto acontece porque os rituais e as tradições que caracterizam as comunidades de pertença tradicionais agem como suportes da segurança *ontológica* dos indivíduos e dos grupos sociais. O contrapeso de uma sociedade onde os processos de autoidentidade ou individualização da identidade é privilegiada é a ascensão de um conservadorismo extremo, como por exemplo a procura da pertença a grupos religiosos e políticos mais extremados, para balizar, de maneira mais clara, as normas morais e a solidificação da identidade, como uma resposta para as incertezas ontológicas.

A existência do jovem inscreve-se nesta dialética entre as suas circunstancias socioeconómicas e a vontade de ser ele próprio e, por isso mesmo, a *autocriação* ou a individualização da identidade é uma impossibilidade em si mesma. Se a oportunidade de cada pessoa se construir à imagem que faz de si próprio, fora das margens das instituições tradicionais, é uma das muitas satisfações que a individualização da vida nos propõe, esta forma de existir tem também os seus grandes inconvenientes. Para um jovem, não é tarefa fácil construir a sua própria identidade, confiando apenas na sua intuição. É também pouca a segurança que se pode extrair de uma identidade "autocriada" que não seja reconhecida e confirmada por um poder mais forte e mais duradouro. O filósofo Zygmunt Bauman (2007) sintetiza este paradoxo, de forma irrepreensível:

> A fragilidade da construção da identidade está nisto: a linha divisória que separa a identidade socialmente reconhecida e a identidade imaginada a título meramente individual é a mesma linha que separa a afirmação de si da loucura. É por isso que todos nós, como indivíduos sentimos uma avassaladora necessidade de pertença, uma necessidade de nos identificarmos não só como seres humanos individuais únicos que somos, mas como membros de uma entidade maior. E espera-se que esta identificação através da pertença seja um alicerce firme sobre o qual se possa erigir a identidade pessoal, mais pequena e mais frágil (Bauman, p. 278).

A ideia de "autocriação da identidade", ainda que do ponto de vista ontológico seja um contrassenso, pode parecer atraente e desejável, uma vez que traz sempre a possibilidade de um novo começo, para se alcançar uma vida mais alegre e satisfatória. Bauman (2007) lembra-nos que a liberdade e a segurança são dois valores importantes e indispensáveis para se ter uma vida respeitável, gratificante e digna. Contudo, a conciliação de ambos, quer dizer, a fruição de cada um deles, de forma satisfatória, é árdua e laboriosa, porque não é possível aumentar a segurança sem encurtar a liberdade, nem aumentar a liberdade sem ceder um pouco à segurança. O máximo usufruto de cada um deles é uma impossibilidade em si mesma.

4. Nota sobre a incidência de psicopatologia na população jovem

Não queríamos concluir esta análise sobre a juventude como um período crítico do desenvolvimento humano, sem antes atendermos ao aumento da incidência de psicopatologia, que se tem vindo a identificar na população jovem.

É durante a juventude, na transição para a idade adulta, que surgem as primeiras manifestações graves de psicopatologia. Tem-se verificado que algumas perturbações tradicionalmente associadas à idade adulta, como por exemplo os distúrbios de ansiedade e as depressões, tendem agora a acontecer mais cedo no ciclo de vida, em relação ao que acontecia nas gerações anteriores. É importante procurarmos compreender porquê. A adolescência e a juventude é, como vimos, uma fase crítica do ciclo vital, para o desenvolvimento da autonomia e da identidade, um processo que, apesar das imensas dificuldades por que passam os jovens neste processo, não envolve, necessariamente, manifestações de surtos psicopatológicos. Contrariamente à crença generalizada do senso comum, em relação a uma suposta turbulência dos jovens, a evidência científica empírica esclarece que a transição para a idade adulta, tende a acontecer sem crises incapacitantes, pela regulação emocional, formação da identidade e com uma certa harmonia e colaboração entre as gerações.

Como a psicopatologia na infância e juventude reflete desigualdades socioeconómicas

É útil compreender-se a distinção entre *stress psicológico* e *doença mental*. O stress psicológico refere-se à presença de sintomas transitórios, sendo os mais comuns as depressões e a ansiedade. Estes sintomas podem surgir no seguimento de algum evento stressante, que tenha ocorrido na vida da pessoa, por exemplo, uma situação de desemprego transitória ou a perda de um amigo ou familiar. Estes casos transitórios de stress psicológico não são considerados doença mental e, com grande probabilidade, não chegarão a ser. O diagnóstico de doença mental é essencialmente considerado quando o stress psicológico é particularmente severo, durável e incapacitante, que interfere com a vida diária da pessoa, impossibilitando-a de gerir a sua vida, de forma autónoma. O distúrbio psicológico na infância e juventude, por norma, não desaparece por si mesmo. É precisamente o oposto. Se não houver intervenção apropriada, tende a progredir para uma perturbação na vida adulta.

É importante esclarecer que a psicopatologia na infância e juventude tende a manifestar-se quando existem fatores contextuais socioeconómicos *objetivos*, fortemente desfavoráveis ao desenvolvimento humano. Ora, se se tem verificado que algumas perturbações tradicionalmente associadas à idade adulta acontecem agora mais cedo no ciclo de vida, é necessário compreender-se a que condições socioeconómicas objetivas

elas estão associadas. Por outras palavras, é preciso fazer-se a questão: o que tem mudado nos contextos socioeconómicos para que as perturbações psicológicas, tradicionalmente associadas à idade adulta, como por exemplo, o stress generalizado ou as depressões, estejam a acontecer em idades cada vez mais precoces, fixando-se agora na infância e juventude?

Sem termos a preocupação em sermos exaustivos neste tema, vamos situarmo-nos sobre o que se tem descoberto de novo, nos últimos anos, sobre a relação entre a privação socioeconómica e a manifestação de distúrbios mentais, particularmente nesta fase do ciclo de vida, na infância e na juventude. O objetivo aqui é darmos a conhecer as razões objetivas por que se deve mudar de rumo na forma como encaramos a doença mental na juventude. Se quisermos alcançar melhores resultados no seu combate, não temos outra alternativa a não ser promover e preservar a saúde mental dos mais jovens, no lugar de combater a doença mental já instalada.

A pobreza "debaixo da pele"

Há muito tempo que se conhece a correlação entre a privação material e os distúrbios mentais[6]. Independentemente da sua identificação disciplinar, a psicologia reconhece também a importância dos contextos sociais na expressão de psicopatologia, pelo menos desde os trabalhos pioneiros do psiquiatra britânico John Bowlby (1982, 1988)[7] e de Harry Harlow. Contudo, a análise efetiva da força dos contextos socioeconómicos na expressão da psicopatologia nunca se conseguiu impor como paradigma disciplinar dominante. A análise da psicopatologia acabaria por se centrar na forma como os sujeitos *se adaptam* e lidam com os seus contextos, e a análise das formas como os contextos tendem a gerar psicopatologia foi virtualmente ignorada. Parece-nos inequívoco que a razão maior da pouca eficiência das estratégias de intervenção psicológicas na promoção da saúde mental dos jovens é precisamente esta: o desinteresse generalizado em se intervir nas formas como a adversidade dos contextos socioeconómicos, como a pobreza e a exclusão socioeconómica, influencia a saúde e o equilíbrio mental dos mais jovens.

Dados recentes no domínio das neurociências reavivam essa necessidade de se atender aos contextos socioeconómicos na expressão de psicopatologia na infância e juventude. Os dados científicos são inequívocos: as disparidades socioeconómicas familiares estão

[6] Já em 1855, Edward Jarvis em *Report on sanity* encontrou relações entre a pobreza e a expressão de doença mental. Este documento pode ser consultado on-line em https://archive.org/details/reportoninsanity00mass/page/n17

[7] John Bowlby havia tido uma longa experiência com crianças na década de 1940: crianças que haviam sido separadas das suas mães durante a Segunda Guerra Mundial, as crianças de Londres que haviam sido enviadas para o interior do país durante o período dos bombardeamentos, crianças judias da Europa Central, que haviam sido enviadas para Inglaterra no esquema de resgates, que se adiantavam aos avanços de Hitler e órfãos de guerra. Ao contrário da maioria dos freudianos e behavioristas, Bowlby fundamentou a sua trilogia *Apego e Perda* nessa sua longa experiência, como especialista em saúde mental infantil, validada pela sua extensíssima experiência clínica (Sapolsky, 2018; p. 237).

associadas a diferenças no desenvolvimento cognitivo das crianças e dos jovens (Noble et al, 2015). Começamos a compreender melhor aquilo que, na realidade, todos nós já sabíamos, e que tem sido completamente ignorado ao longo das últimas décadas: o porquê das crianças e jovens, que crescem em situações de pobreza e exclusão socioeconómica, terem maior propensão para desenvolver problemas de comportamento e psicopatologia. Os estudos no âmbito da neuropsicologia esclarecem que as adversidades na infância prejudicam a aprendizagem e a memória e de forma crucial atrapalham o amadurecimento e o funcionamento do córtex frontal. A relação entre a adversidade e comprometimento do desenvolvimento frontal cortical relaciona-se inequivocamente com a pobreza na infância e na juventude.

Os estudos confirmam uma verdade que nos deve motivar a reler os compêndios sobre as doenças mentais. Estes estudos informam-nos que, já aos *cinco anos* de idade, quanto mais baixo o nível socioeconómico, em média, verifica-se o seguinte: mais altos os níveis basais de glicocorticóides e/ou mais reativa a resposta ao stresse por glicocorticoides; menos espesso é o córtex frontal e menor o seu metabolismo; mais fraca a função frontal em relação à memória, a regulação emocional, o controlo de impulsos e a tomada de decisões executivas. As crianças provenientes de um nível socioeconómico baixo, para alcançar uma regulação frontal equivalente, necessitam de ativar mais córtex frontal do que aquelas com um nível socioeconómico alto. A pobreza na infância prejudica também o amadurecimento do corpo caloso, que é um feixe de fibras axonais que conecta os dois hemisférios e integra os seus funcionamentos. O stresse gerado pela exclusão social faz com que as pessoas, com predisposição genética, tenham um risco significativamente mais elevado para desenvolver perturbações mentais (Hammen et al, 2000; Lupien et al, 2009; Sheridan et al, 2012; Hoffman & Spengler, 2012; Liberzon et al, 2015; Noble et al; 2015; Anacker et al, 2014) e assim por diante[8].

A psicologia humana na *escassez*

Haushofer & Fehrs (2014) analisaram também que a pobreza provoca stresse e estados afetivos negativos como a depressão, que podem levar a tomadas de decisões avessas ao risco, limitando a atenção e favorecendo os comportamentos habituais, em detrimento dos direcionados a objetivos de longo prazo. No seu conjunto, isto pode constituir um ciclo de *feedback*, que contribui para a perpetuação de situações de pobreza e de exclusão social e a associação destas a estados depressivos e de disrupção social.

[8] Para uma síntese mais completa sobre o vasto conhecimento científico atual sobre a relação entre a privação material e a qualidade do desenvolvimento humano na infância e adolescência sugerimos a leitura de Sapolsky, 2018; capítulo 7; pp. 220-280.

No seu todo, os estudos que relacionam a pobreza e a exclusão socioeconómica com o desempenho cognitivo remetem-nos para aquilo que Mullainathan & Shafir (2013) chamaram de "psicologia da escassez". Estes autores juntaram os seus conhecimentos de economia e de psicologia e analisaram o impacto da adversidade dos contextos socioeconómicos nas escolhas e na tomada de decisão. Concluíram que as pessoas que vivem na escassez estão mais centradas na procura de sustento para os próximos dias e nestas circunstâncias são particularmente eficazes a resolver problemas no curto prazo, mas são pouco ou nada eficazes a resolver problemas que envolvam um raciocínio a longo prazo. Os autores utilizaram a expressão *largura de banda mental* para explicar que a perceção de escassez induz perturbação constante, distração, falta de concentração, o que leva à tomada de decisões incongruentes com o envolvimento em atividades que não tragam benefícios imediatos e concluíram que maior largura de banda mental conduz a mais saúde, melhor educação dos filhos e até a uma maior produtividade no trabalho. Esta psicologia da escassez tende a se eternizar em situação de exclusão e dependência económica.

Estes dados não nos devem surpreender. Não nos parece que seja necessário conhecer-se os níveis basais de glicocorticóides, a espessura do córtex frontal e o nível amadurecimento do corpo caloso para termos boas razões para combater a pobreza na infância e juventude. É importante que se compreenda que o ser humano que vive na pobreza e na escassez está mais sujeito ao stress e que o stress está associado a maiores dificuldades de desenvolvimento e de aprendizagem na infância e na juventude. Se a pessoa não sabe se irá ter condições para fazer uma refeição decente amanhã, certamente não terá concentração e tranquilidade para ler *Guerra e Paz*. Contudo, é também importante não nos entusiasmarmos demasiado com estes dados, porque também sabemos que pouco daquilo que acontece na infância *define* o comportamento do adulto, muito embora praticamente tudo na infância afete as *inclinações* para certos comportamentos (Sapolsky, 2018; p. 273).

O que estes dados nos informam é que, de facto, a qualidade das condições de vida, das aprendizagens na infância e na juventude são verdadeiramente importantes e não devem ser ignoradas, porque ditam *predisposições* e *estruturas* para o desenvolvimento e o equilíbrio mental na vida adulta. É importante, por isso, preservar e garantir a prestação de cuidados materno-infantis e a qualidade de vida na adolescência, essencialmente, é importante criar-se formas mais eficazes de inclusão socioeconómica na juventude, através do combate à pobreza e da criação de oportunidades para o trabalho *significativo* para os jovens. Essa será, de facto, uma forma eficaz de se prevenir a psicopatologia na infância e juventude e de promover a saúde mental dos mais jovens. O nosso trabalho esclarece que a situação de pobreza e exclusão socioeconómica, que caracteriza os jovens desempregados de longa duração, caminha lado a lado com uma *psicologia da escassez*.

Incidir na prevenção

As doenças mentais poderão ter já deixado de ser um tema *tabu*, como o foram até um passado recente, mas continuam a ser geradoras de persistentes estigmas sociais. Um exemplo de estigma social muito presente é a ideia generalizada de que as doenças mentais refletem simplesmente "problemas" mentais, ou uma fraca capacidade de adaptação à mudança, uma incapacidade da pessoa encarar desafios e enfrentar problemas. Existe, igualmente, a ideia de que as doenças mentais afligem apenas uma franja da população. Os estudos mostram que a realidade é bem diferente.

O estudo de Wittchen *et al* (2011), que inclui dados para a população portuguesa, estima que a cada ano 38,2 % de pessoas que vivem na União Europeia (UE) sofre de, pelo menos, um tipo de *doença mental* (lembre-se que é diferente de stress psicológico) o que corresponderá a um total de 164,7 milhões de pessoas da UE, todos os anos. Os investigadores sublinham, que este é um valor muito conservador. Os distúrbios mentais mais frequentes são os distúrbios de ansiedade e as depressões. Os *distúrbios da infância e adolescência* estão entre os muito frequentes, como a hiperatividade com défice de atenção (ADHD) e outros distúrbios hipercinéticos, que contam com um total de 3,3 milhões de crianças e jovens, por ano, no espaço da EU (p. 656).

As doenças mentais são extremamente dispendiosas, não por causa dos custos diretos dos tratamentos, mas por causa dos custos indiretos: estão associadas a uma mortalidade comparativamente baixa, mas, têm uma prevalência muito elevada na população e são altamente incapacitantes (Caldas-de-Almeida et al, 2013). Quer dizer, as pessoas com doença mental poderão ter uma vida longa, mas com muito pouca qualidade de vida. Em Portugal, de acordo com os dados de 2010, as doenças mentais eram a segunda causa de perda de DALYS[9]. Existe ainda o problema da morosidade dos tratamentos, que exigem um esforço interdisciplinar (psiquiatria, psicoterapia, serviço social e outros serviços altamente especializados) e que nem sempre se revelam eficazes na remissão da doença. Os estudos mostram também, que apenas uma em cada quatro pessoas com doença mental recebe algum tipo de cuidados de saúde e ainda uma proporção mais baixa da população recebe cuidados de saúde adequados, psicoterapia ou medicação, que garantam os standards mínimos de qualidade, mesmo nos países com os melhores sistemas de saúde (Kessler, 2008).

Ao nível da intervenção, existe uma tendência para se incidir nos tipos de doenças mentais mais severos e negligenciar as que se apresentam com formas menos severas e menos incapacitantes. Ora, os estudos longitudinais esclarecem, que para a maioria das pessoas que teve o primeiro surto de doença na infância ou adolescência, raramente a doença entra em remissão, de forma espontânea, mas tende a aumentar significativamente o risco para

[9] DALYS; *Disability-Adjusted Life Years*; corresponde aos nos de vida perdidos por doença ou incapacidade. É o indicador calculado como o produto de número de casos de uma doença ou incapacidade na população, pelo seu peso relativo e pelo número médio de anos até a cura ou o óbito. Consultar em: https://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/metrics_daly/en/.

distúrbios secundários. Isto informa-nos que existe um padrão de desenvolvimento bastante evidente na doença mental: quando surge na infância e na adolescência, ela tende a tomar um padrão psicossocial altamente disfuncional e debilitante, que, com grande probabilidade, se manterá ao longo do ciclo de vida da pessoa.

Kessler et al (2003) critica a estratégia usada pelos sistemas de saúde, que priorizam o tratamento dos casos mais severos e negligenciam os menos severos. Os autores entendem que esta não é uma estratégia eficaz no combate à doença mental. Teremos melhores resultados se dermos prioridade às intervenções em idades precoces, na infância e juventude, antes que a doença mental se instale. Objetivamente, os estudos (Wittchen et al, 2011) apontam uma direção importante, que é precisamente onde queremos chegar: a necessidade de se combater os níveis ansiedade, cada vez mais elevados, que se têm verificado na infância e na juventude.

A situação de desemprego de longa duração e a falta de acesso ao trabalho *significativo*, que comprometem o desenvolvimento psicossocial dos jovens e impossibilita a realização da sua autonomia é, quanto a nós, a grande fonte geradora de ansiedade e de perturbação na juventude, na transição para a vida adulta. As narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, que apresentamos e analisamos na segunda parte deste trabalho (Capítulos 3 e 4) ajudam-nos a compreender esta íntima relação entre a exclusão socioeconómica e a saúde mental dos jovens desempregados. Pela sua centralidade na qualidade de vida e no bem-estar dos mais jovens, voltamos a este tema, na discussão apresentada na terceira parte deste trabalho, no ponto 6: *Promover a saúde mental na população jovem*.

Capítulo 2

Estar em situação de desemprego prolongado:
Precarização da qualidade de vida e bloqueios na participação democrática

Estar em situação de desemprego prolongado:
Precarização da qualidade de vida e bloqueios na participação democrática

Como analisámos no capítulo anterior, tudo leva a crer que os condicionalismos biológicos e psicológicos são de molde a que a infância se encurte e a juventude se prolongue, dando assim lugar a uma moratória cada vez mais longa, antes da entrada na idade adulta. Estes condicionalismos fisiológicos não devem ser vistos de forma isolada, na medida em que eles vão interagir com os condicionalismos sociais, políticos e económicos objetivos. Neste capítulo, vamos compreender melhor como é que a exclusão socioeconómica, resultante do desemprego prolongado, amplia as vulnerabilidades biopsicológicas de que falámos no capítulo anterior, cria dependências e prolonga a transição para a vida adulta.

Vamos ver que, para muitos jovens, este prolongamento da transição para a vida adulta possibilita uma maior preparação para que possam enfrentar os desafios colocados por uma cultura cada vez mais individualizada e globalizada. Mas, para outros, o prolongamento desta moratória significa o agravamento da sua situação de precariedade e de exclusão social. As dificuldades de percurso são mais severas para os grupos mais vulneráveis, particularmente os jovens provenientes de famílias com menos recursos económicos, para os que tiveram um percurso escolar marcado pelo insucesso (Osgood et al, 2005) e essencialmente para as jovens mulheres, particularmente para aquelas que têm filhos ou pessoas dependentes do seu cuidado.

As políticas que dizem respeito à educação, medidas de apoio ao emprego, ao acesso à habitação ou à proteção social têm um impacto *direto* no timing de transição para a vida adulta. Nos países ocidentais, como em Portugal, foram desenvolvidas políticas que favorecem a educação secundária e pós-secundária para responder às necessidades da economia informacional, que vieram impor novos calendários de vida. Como é evidente, as políticas que estimulam os jovens a prolongar os estudos pós-secundários e superiores, irão adiar a entrada no mercado de trabalho, e aquelas que incentivam os jovens a empreender uma formação profissional tendem a promover a integração mais rápida na vida laboral.

Tão importante como os efeitos das políticas sobre os percursos de vida dos jovens, é importante analisar também qual o efeito da ausência de políticas para a juventude, na medida em que elas marcam igualmente escolhas ideológicas. Ora, nos contextos em que as desigualdades sociais são evidentes, a ausência de incentivos vai tornar esta etapa ainda mais vulnerável às mudanças estruturais. Por exemplo, se no início da vida adulta os jovens não têm oportunidade de acesso a um alojamento próprio, eles irão certamente adiar a partida do lar parental e a formação de família, ainda que essa seja a sua vontade. A entrada na idade adulta é um período muito sensível ao contexto da economia global. Como se sabe, os jovens são particularmente afetados pelas flutuações do mercado de

trabalho, sendo que esta transição fica fortemente comprometida nos contextos em que a taxa de desemprego é elevada.

Vamos ver nesta seção que o trabalho ocupa um papel central na transição para a vida adulta. Seria um erro considerarmos a importância do trabalho apenas como fonte de rendimento ou emprego para este segmento da população. O impacto do desemprego prolongado nas trajetórias de vida dos jovens vai confirmar que a centralidade do trabalho converge cada vez mais para a consolidação da identidade dos jovens, para a realização pessoal e está intrinsecamente associado a mecanismos de proteção social. Vamos ver também que a inserção no mundo do trabalho (não apenas no mercado) converge cada vez mais com a ideia de inclusão social, desenvolvimento de um sentido de pertença social e identidade e para o exercício da participação política democrática. É exatamente isso que vamos analisar neste capítulo, concentrando a nossa atenção nos *Jovens Milénio* (Ferreira et al, 2017).

1. Efeitos de mudança geracional: a *Geração Milénio*

A sociologia tem-nos ensinado que as gerações não emergem naturalmente dos ritmos biológicos ou demográficos, traduzidos pelas idades dos indivíduos. Para se compreender uma geração na sua especificidade são necessários dois atributos; primeiro, a existência de um quadro de eventos suficientemente amplos e intensos para se quebrar a continuidade histórica da vida coletiva; segundo, esse quadro de descontinuidade histórica deve ser experienciado pelos indivíduos de uma forma alargada, numa fase precoce da sua socialização, para que possa produzir efeitos duradouros nas suas biografias e relações com os contextos sociais. Quer dizer, um novo quadro geracional reconfigura as formas de existência da condição de "adulto" e dos próprios percursos de vida, tal como foram vividos e projetados até aí (Ferreira et al, 2017).

O rótulo de *Geração Milénio* foi utilizado pela primeira vez por Howe & Strauss (2000) para designar os jovens nascidos depois de 1980. Designa a especificidade social das coortes etárias que vivem a transição para a idade adulta nas condições socioeconómicas e políticas características da viragem do milénio ou depois. Bessant et al (2017) num estudo que incluiu vários países do mundo ocidental (Espanha, França Ingraterra, EUA e Austrália) ao qual podemos incluir o de Ferreira *et al* (2017) em Portugal, mostraram que a geração nascida depois de 1980 viu-se confrontada com padrões salariais mais baixos, em relação às gerações precedentes, com condições de precariedade laboral que vão muito para além da entrada no mercado de trabalho e que têm marcado cada vez mais os percursos de vida desta geração.

No seguimento da crise do *subprime* em 2008, em Portugal foi instaurado um conjunto de medidas de austeridade imposto pela *Troika*, formada pela Comissão Europeia, o

Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional. A implementação das políticas de austeridade, neste período, veio intensificar processos económicos e sociais que já se vinham a assinalar e que prognosticavam a fragilidade da esperança da geração de Abril em consolidar um Estado Social forte com justiça social e crescimento económico.

A geração precedente, a *Geração 25 de Abril* (Pais, 1998) ao longo dos anos 80 do século XX, viveu a crença na possibilidade de segurança material e de mobilidade social ascendente, viveu a estabilização do sistema democrático e do Estado-Providência, uma conjuntura de crescimento económico e de progressiva terciarização da economia, viveu a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, o aumento substancial da educação, a criação do sistema nacional de saúde, a expansão dos meios de comunicação social. Estas mudanças sociais potenciaram um sentimento generalizado de esperança no futuro, particularmente entre as crescentes frações das classes médias. Entre 1985 e 1991, o nível do desemprego jovem decresceu e as taxas de escolarização cresceram significativamente, especialmente no ensino superior (Figueiredo et al, 1999).

A *Geração 25 de Abril* (Pais, 1998) foi socializada em condições marcadas pela expansão da escolarização a todos os níveis, desde o ensino básico até ao ensino superior e foi alimentando, ao longo do seu percurso escolar, aspirações e expetativas muito elevadas, quanto ao valor de empregabilidade dos diplomas, para o acesso a um posto de trabalho, equivalente às qualificações dos certificados e a formas mais estáveis de emprego. É extremamente importante sublinhar-se a notável progressão da escolarização dos jovens portugueses nos últimos 40 anos, acompanhada também de um aumento das aspirações e expetativas dos jovens em relação a uma melhor qualidade de vida no futuro e ao nível da estabilidade e da segurança laboral. No entanto, a progressão da escolarização foi acompanhada também de crescentes dificuldades na inserção profissional, designadamente no acesso a postos de trabalho equivalentes à qualificação obtida, em termos de remuneração, estatuto e proteção social (Figueiredo et al, 1999).

A *Geração Milénio* (Howe & Strauss, 1999) terá sido assim a primeira geração de jovens a ter de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal. Aquela que teve de ajustar as expetativas e aspirações que partilham à dura estrutura de constrangimentos e oportunidades que lhes é proporcionada; à diminuição do volume de emprego, à consequente compressão do mercado de trabalho, à volatização do emprego estável, à consolidação de uma relação laboral cada vez mais flexível, contingente, precária e individualizada e à redução salarial em relação a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes.

Ora, os jovens adultos portugueses vivem hoje uma condição social paradoxal, que os diferencia dos outros jovens do espaço europeu. Nunca houve em Portugal uma condição juvenil tão qualificada e, simultaneamente, tão frustrada em relação às suas expectativas laborais e em tão grandes dificuldades de inserção laboral. Note-se que é preciso ter cautela quando nos referimos à *Geração Milénio* como a geração mais qualificada de

sempre, porque esta expressão pode induzir-nos no erro de acharmos que temos uma juventude altamente qualificada e isso não corresponde à nossa realidade. A Geração Milénio é na realidade a mais qualificada, mas quando nos comparamos connosco próprios, quer dizer, quando comparamos esta geração com as anteriores. Continuamos a ter uma proporção muito baixa de jovens qualificados, uma das mais baixas dos países da OCDE. Vamos compreender mais adiante que as baixas qualificações dos jovens portugueses é um dos problemas que mais dificulta a integração dos jovens no mercado de trabalho quando analisarmos o caso específico dos jovens NEET, que estão de fora dos sistemas educativos e formativos e do mercado de trabalho, que representam uma grande parcela dos jovens portugueses.

Como consequência disso, a *vulnerabilidade* e a *reversibilidade* são as marcas características desta geração. Vulnerabilidade porque esta situação de fragilidade não se faz sentir apenas no campo da inserção do mercado de trabalho, ela vai ampliar-se a todas as esferas da vida, forjando situações de desproteção social e de dependência económica. Neste sentido, fica comprometido um conjunto de processos sociais associados à transição para a idade adulta, como a saída da casa dos pais, a autonomia habitacional, a compra de casa ou a constituição de família (Guerreiro & Abrantes, 2004; Alves et al, 2011; Ferreira & Nunes, 2014). Reversibilidade porque os jovens estão agora sujeitos a assumir diferentes estatutos sociais ao longo da sua vida. Saem da casa dos pais correndo o risco de regressar, deixam de ser estudantes com a possibilidade de voltar à escola e vivem num labirinto entre emprego, desemprego, estágios e formações. Esta situação de vulnerabilidade cria uma atitude de *desfututrização* perante a vida (Ferreira et al, 2018), uma vez que torna difícil valorizar, delinear, planear e concretizar projetos para o futuro. Por essa razão, a *Geração Milénio* é (forçada a ser) mais *presentista* do que a geração anterior, na medida em que tende a valorizar muito mais as experiências e gratificações que se proporcionam no presente, no lugar de valorizar projetos de futuro incertos, impossíveis de antever e com gratificações incertas.

É tendo em conta esta vulnerabilidade e reversibilidade das trajetórias de vida dos jovens que a ideia de "inserção profissional", tradicionalmente conotada com as ideias de "entrada na vida ativa" e de "transição da escola para o trabalho" deixa agora de fazer sentido, uma vez que já não pode ser conceptualizada a um momento específico do ciclo da vida. Ela vai tomar contornos fluidos e imprecisos. Os marcadores tradicionais de passagem para a idade adulta vão assim criar cenários e itinerários altamente complexos, incertos, inseguro e arriscados, que vão pôr em causa as fronteiras simbólicas, não só da condição de ser jovem, como também da condição de ser adulto (Vieira, Ferreira & Rowland, 2015; Ferreira et al, 2018). É precisamente por isso que importa discutir-se que a ideia de inserção profissional converge, cada vez mais, com a ideia de inclusão social, na medida em que o emprego está intrinsecamente associado a mecanismos de proteção social.

Comecemos por nos situarmos no contexto das trajetórias mais dominantes no espaço da europeu, atendendo especialmente às trajetórias relacionadas com a pobreza, a exclusão social e a falta de independência dos jovens. Naturalmente que existem diferenças substanciais entre os diferentes países da União Europeia. Hallerod & Ekbrand (2015) analisaram um conjunto de dados longitudinais do Inquérito Europeu sobre o Rendimento e as Condições de Vida (EU-SILC, vagas de 2007 e 2008) de um conjunto de 23 países da União Europeia, incluindo a Noruega. Os dados da amostra estudada incidiram na faixa etária dos 16-25 anos e são representativos da população jovem europeia. Verificou-se que as condições de vida dos jovens no espaço europeu variam consideravelmente nos diferentes países da União. Considere-se alguns exemplos desta variabilidade. A taxa de pobreza dos jovens, varia dos cerca de 35% na Noruega para menos de 5% na República Checa. Na Hungria, mais de 40% da população jovem vive em situação de privação, relativamente ao consumo de bens e serviços. O valor correspondente na Holanda é inferior a 5%. Na Eslovénia, cerca de 90% da população na faixa etária 22-25 vive na casa dos pais. Na Suécia, o número correspondente é inferior a 20%. Como seria de esperar, confirmou-se que os jovens vivenciam diferentes trajetórias relacionadas com o mercado de trabalho. A sua situação atual pode estar relacionada com experiências anteriores em relação ao emprego, desemprego, nível de formação e outros tipos de atividades relacionadas com o mercado de trabalho. Os dados confirmam que certas trajetórias estão intimamente relacionadas com todos os três indicadores estudados: a pobreza, a privação e a independência.

As situações de pobreza dos jovens, quer dizer, viver num agregado familiar com um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano, são mais comuns nos países nórdicos e muito menos comum em países com um PIB per capita mais baixo. No que diz respeito à privação, a imagem é completamente invertida e a distribuição entre os países segue, em grande medida, a distribuição do PIB per capita. A razão de ser deste padrão deve-se ao facto de os jovens dos países nórdicos deixarem a casa dos pais numa idade mais precoce. Desta forma, não estão protegidos contra a pobreza, através do rendimento dos pais. No entanto, os dados informam-nos que, apesar destes jovens saírem de casa mais cedo, eles vivem em situação de menor privação, quando comparados com a maioria dos seus congéneres europeus. Os autores concluem que os países nórdicos têm conseguido criar um melhor sistema que promove a autonomia dos jovens, facilitando o acesso à habitação, para que possam viver num agregado independente, ainda numa idade precoce. Esta opção fá-los relativamente pobres, mas não particularmente privados. Estes jovens poderão entender que a pobreza é o preço a pagar para viverem o tipo de vida que valorizam (Hallerod & Ekbrand, 2015).

Trajetórias residenciais e familiares; interdependência geracional

A entrada no mercado de trabalho é um marcador muito importante na entrada para a vida adulta. No entanto, foram os calendários familiares que mais se modificaram no decurso dos últimos 50 anos. Este fenómeno explica-se pela entrada massificada das mulheres nos sistemas educativos e no mercado de trabalho, pelo seu impacto sobre as taxas de fecundidade e pelas relações sociais de género, relacionadas com a prestação de cuidados. No presente, a proporção de mulheres é maior a prosseguir estudos superiores. Em Portugal, 54% dos jovens que estavam no ensino superior eram mulheres (INE, 2017). A consequência direta do prolongamento dos sistemas educativos é o adiamento do nascimento do primeiro filho. Em Portugal, a idade média das mulheres que tiveram o primeiro filho em 2015 foi de 31 anos (INE, 2017). A decisão de adiar a maternidade corresponde, muitas vezes, às expectativas do mercado de trabalho e estas mudanças nos percursos de vida das jovens são, em boa medida, responsáveis pela redefinição das relações sociais de género. É curioso verificar-se, no entanto, que este desejo de equidade no mercado de trabalho torna-se um paradoxo na esfera privada, na medida em que são as mulheres aquelas que suportam a maior carga do trabalho em relação à prestação de cuidados a pessoas dependentes, crianças e idosos e em relação ao trabalho doméstico[10].

Este protelar das transições familiares deve-se também ao facto de este ser um período de exploração amorosa, em que os jovens coabitam com o seu par, sem necessariamente se comprometerem a longo prazo. Em Portugal, a idade média do casamento, em 2015, era de 31 anos para as raparigas e 33 para os rapazes, mais sete anos em relação a 1990 (INE, 2017). A coabitação conjugal não implica necessariamente um compromisso de longo prazo entre os jovens. No contexto das uniões livres, a relação de casal assume menos importância do que o trabalho, contrariamente ao que se poderá esperar nos casais casados. Como referimos, registam-se mudanças importantes na sequência e duração dos marcadores tradicionais da entrada na idade adulta. Um outro elemento importante é a mudança de valores entre as gerações. É importante reter este fenómeno num contexto de política, essencialmente porque as instituições do Estado Providência foram desenvolvidas em função dos valores de uma geração específica. Gaudet (2015) analisou as diferenças das trajetórias residenciais e familiares no percurso de entrada dos jovens para idade adulta em 2000 à dos respetivos pais. A autora identificou três características que mais diferenciam estas duas gerações; i- a importância dada à independência; ii- a fragmentação do controlo social e iii- a *agência*.

Para as gerações anteriores, a saída do lar familiar era frequentemente vivida de forma abrupta e irreversível, o que os leva ainda a associar a entrada na idade adulta com a independência em relação aos pais, sob todos os pontos de vista. Este valor virá a estar sempre presente no discurso dos adultos e das instituições. No entanto, vários estudos

[10] Este tema será retomado no Ponto 2 da discussão intitulado: *A desigualdade de género na realização do trabalho significativo e a ética do cuidado como condição de mudança.*

mostram que os jovens Milénios se caracterizam justamente por um período de semi-dependência ou de interdependência crescente, mais do que por uma fase de independência. A geração atual de jovens adultos guarda uma distância simbólica dos pais, mas dependem frequentemente da ajuda familiar. A presença ou não da família na transição para a vida adulta terá um impacto significativo na qualidade do percurso dos jovens adultos. Por essa razão, parece-nos necessário rever-se a associação que persiste entre jovem adulto e independência, na medida em que ela foi mais patente no passado do que é no presente.

O suporte familiar (ou a ausência dele) vai ser o elemento que mais influencia o percurso de entrada na idade adulta. A ajuda que circula de uma geração para outra vai depender necessariamente, e uma vez mais, das capacidades financeiras e temporais, mas também da qualidade das relações entre as gerações. O nosso trabalho confirma que a ajuda das famílias tem um impacto importante na trajetória de vida dos jovens adultos e este impacto está muito para além do valor material. Ela funciona também, e principalmente, como um suporte emocional que vai ser essencial para mitigar a situação de exclusão social resultante da situação de desemprego prolongado. Por isso, é importante compreender-se a juventude numa perspetiva intergeracional. O ponto crucial não é só mostrar que as gerações têm valores diferentes - isso é inevitável, mas sim na sua coabitação simultânea. O pano de fundo desta análise é sempre o problema de continuidade e descontinuidade. É dessa relação que se engendra o presente e se engendrará o futuro.

De acordo com as normas sociais, nas famílias é geralmente aceite que os pais assumam papéis de dador. Quer dizer, a ajuda material tende a circular das gerações mais velhas para as mais jovens, até aquelas exigirem cada vez mais cuidados e apoio dos mais jovens. Nesta lógica, a passagem à idade adulta significaria a passagem da condição de recetor à condição de dador. Ora, porque a transição para a vida adulta é agora mais longa e mais fluida, a transição destes papéis é necessariamente também mais fluida. Esta interpretação antropológica da circulação da ajuda familiar tem influenciado muitos pré-conceitos em relação à posição dos jovens relativamente às outras gerações, dentro e fora das famílias. Dentro da mesma família coabitam várias gerações e é natural que todas elas tenham valores e expectativas diversificados em relação aos jovens. Alguns pais continuarão a apoiar ativamente o jovem, mantendo o seu papel de dador, outros esperarão que a nova geração se posicione como eles quando tinham a mesma idade, tornando-se independentes financeiramente, ignorando mais ou menos as diferenças contextuais do passado em relação ao presente.

Tanto no seio das famílias, como nas outras instituições sociais existe um ajustamento a fazer ao nível das expectativas que se podem ter em relação a nova geração de jovens adultos e essencialmente da ajuda que estes necessitam. Os estudos mostram que a ajuda que circula ou não na família é um elemento incontornável para uma entrada mais facilitada ou mais dificultada na idade adulta. É o fator que mais diferencia os percursos dos jovens. A possibilidade de os jovens regressarem temporariamente ao lar, por

exemplo, em caso de dificuldades financeiras ou de separação amorosa, fará toda a diferença entre os percursos de vida, sobretudo nos bens e recursos que o jovem pode acumular (Gaudet, 2015). As narrativas de vida que estudámos neste trabalho evidenciam também que aqueles jovens que num momento ou noutro da sua infância e adolescência estiveram sob a proteção do Estado, devido a negligência ou maus-tratos por parte dos progenitores, esta circulação de ajuda fica irremediavelmente comprometida. A narrativa de vida da Madalena (Narrativa nº 8) uma jovem que esteve sob a proteção do Estado desde a infância até completar 18 anos mostra-nos esta passagem abrupta da condição de recetora de ajuda à de adulta independente, sem qualquer sustentáculo económico. Ainda que tivesse mantido contacto com a mãe, a relação entre ambas foi irremediavelmente perturbada pela intervenção estatal e a transição para a vida adulta ficou estruturalmente comprometida.

Analisámos que a circulação de ajuda entre as gerações é o principal elemento facilitador da entrada na idade adulta e verificámos que parece não ter fundamento a ideia de que o inicio da idade adulta equivale ao momento de aquisição de independência. Os investigadores têm verificado que a ideia da associação direta entre entrada na idade adulta e independência tem impedido os jovens adultos de receber a ajuda de que necessitam ao seu estatuto de semi-dependência (Gaudet, 2015). Existe claramente uma confusão conceptual entre *independência* e *autonomia*, subjacente ao discurso institucional sobre a juventude, que é bem visível na literatura. Esta confusão dificulta o debate sobre que expectativas tem as instituições sobre os jovens adultos, que merece ser aqui esclarecida.

Ser autónomo não é o mesmo que ser independente. A transição para a idade adulta pressupõe a autonomia, mas não pressupõe a independência. Nenhum ser humano é independente das estruturas socioeconómicas em que vive. A autonomia é autodeterminação. Ela informa-nos em que medida a vontade da pessoa, de forma autentica e genuína, influencia o seu curso de ação. Por esta razão, ela deverá ser sempre avaliada *em relação* ao contexto social em que opera. A autonomia tem sido amplamente utilizada no discurso institucional como sinónimo de independência. E isto cria-nos um problema, na medida em que as pessoas, nesta perspetiva, tendem a ser vistas numa ótica isolacionista. Deste ponto de vista, os contextos em que operam são mais ou menos irrelevantes na análise normativa.

Ora, se utilizarmos a independência como marcador da transição para a idade adulta, estamos a utilizar uma visão isolacionista da juventude, sugerindo-se que os jovens não necessitam de suportes sociais, económicos e familiares para efetuar esta transição.
Como vimos, esta é uma visão que vai no sentido contrário da realidade biológica, social e económica dos jovens. Por outras palavras, a independência como marcador de transição para a idade adulta é uma impossibilidade em si mesma. Considere-se a seguinte analogia; se eu, em teoria, institucionalizar um discurso que defenda que todas as crianças com um ano de idade devem ser capazes de dominar a marcha, eu estou a criar uma legião de indivíduos com atraso de desenvolvimento, porque esta ideia é contrária ao *timing* do

desenvolvimento nesta etapa do ciclo de vida. Pode ser que alguns indivíduos até o façam com sucesso nesta idade, mas esse não é um marcador válido do desenvolvimento humano, de acordo com o conhecimento científico de que dispomos, nem está de acordo com a nossa própria observação da realidade. A mesma lógica se aplica à ideia de independência na transição para a vida adulta. A autonomia é um marcador mais realista, na medida em que, por definição, ela pressupõe um suporte social e familiar (económico e afetivo) para que essa transição tenha sucesso e seja duradoura, sendo também mais consensual na comunidade científica. Iremos retomar esta diferenciação entre autonomia e independência, mais adiante para compreendermos que a *adaptação de preferências* dos jovens desempregados de longa duração reflete um défice de autonomia, não de independência.

Parece claro que as evidências socioeconómicas dão-nos conta que estamos a viver, de facto, um novo quadro geracional. A *Geração Milénio* está imersa num contexto estrutural relativamente particular, marcado por processos comuns, por exemplo, uma condição juvenil que se alonga ao longo da vida, como analisámos anteriormente e uma escolarização alargada, em boa parte resultante das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. É verdade que a situação de vulnerabilidade e a reversibilidade das trajetórias escolares e profissionais conduz sempre à mesma meta, a precariedade. Contudo, seria um erro julgar-se que existe uma unidade intrageracional no que diz respeito às trajetórias familiares e profissionais, porque o impacto das marcas desta época vai ser filtrado pelas condições de vida objetivas de cada um. Vamos confirmar que a intensidade da precariedade, a sua configuração, a forma como ela é vivida e gerida é socialmente diversificada e, de facto, desigual. Ela irá depender, por um lado, dos regimes de transição subjacentes aos contextos nacionais no espaço europeu, por outro, da origem social e dos capitais que os jovens foram acumulando ao longo do seu percurso de vida, do suporte familiar, da forma como encaram o seu futuro profissional e até da sua capacidade para empreenderem o tipo de vida que valorizam (Ferreira *et al*, 2018).

Sociabilidades hiperconetadas

A centralidade da utilização do espaço web e a mobilidade têm sido dois elementos identitários que diferenciam a *Geração Milénio* das gerações anteriores. São, na realidade, dois fatores que surgem articulados, na medida em que o aumento das relações sociais mediadas pelas formas de comunicação *on-line* têm incentivado também o aumento da mobilidade física, que é necessária para a manutenção dessas ligações (Edmunds e Turner, 2005). A maior mobilidade, quer seja por motivos de estudo, trabalho ou lazer relaciona-se com o surgimento de novas oportunidades e expectativas de uma vida mais satisfatória. A abertura das fronteiras dos países europeus, a criação de programas de mobilidade estudantil no espaço da União Europeia, como o programa

Erasmus e a maior facilidade de acesso a viagens aéreas de baixo custo alteraram profundamente a perceção de fronteiras globais e incentivou a criação de novos e diversificados projetos de vida (Cairns et al, 2017).

Esta maior mobilidade que caracteriza esta geração deve também ser compreendida à luz dos constrangimentos causados pela crise económica, designadamente a precarização laboral e o aumento das taxas de desemprego. Os *jovens milénio* nascidos a partir dos anos 1980 são considerados já *nativos digitais* (Prensky, 2001). São jovens tecnologicamente adaptados, que tendem a evidenciar capacidades para lidar com múltiplas fontes de informação, com múltiplas referências globais e com tendência à dependência do uso das tecnologias no dia a dia (Bennett, Matton & Kervin, 2008). O uso das tecnologias de rede têm vindo a ganhar cada vez mais importância na vida das gerações mais jovens. O acesso direto ou indireto a outras culturas e a outras realidades culturais torna esta geração mais cosmopolita, em comparação com as gerações precedentes. É uma geração simultaneamente marcada por contrastes e por experiências globais e locais (Beck & Beck-Gernstein, 2009) para a qual as sociabilidades tendem a ser hiperconetadas às comunidades *web*.

Rowland (2018, in Ferreira et al, 2018) realizou uma análise comparativa de alguns indicadores sobre a realidade dos jovens adultos portugueses em termos as suas expectativas e atitudes face à mobilidade internacional, práticas de lazer e uso da internet. A autora verificou que a mobilidade jovem só em parte se distingue da realidade das gerações anteriores. A procura de uma experiência de trabalho no estrangeiro é transversal para os vários grupos etários portugueses e reflete diferentes fenómenos, designadamente o desemprego, a procura de melhores condições de vida, a procura de melhores opções de carreira ou o desenvolvimento pessoal. Esta mobilidade internacional é vivenciada sobretudo pelos jovens mais escolarizados e pelos menos escolarizados. As experiências laborais fora do país escondem assim formas diferentes de inserção no mercado de trabalho. De uma maneira geral, os jovens tendem a ter experiências de trabalho de tipo sazonal. No entanto, os jovens menos escolarizados (com formação básica até ao 9º ano de escolaridade) tendem a ter experiências de trabalho de tipo permanente e os mais escolarizados (com formação pós secundária e superior) tendem a ter essencialmente experiências de estágios fora do país. A predisposição para a mobilidade laboral internacional está associada essencialmente à condição de estudante, mas acima de tudo, ao capital económico e social do agregado a que pertence o jovem. Aqueles mais carenciados economicamente valorizam sobretudo o acesso ao emprego e a melhoria das condições gerais de trabalho e de vida. Apenas os que já têm melhores condições económicas valorizam a descoberta de novas e gratificantes vivências. Não admira que as experiências de lazer fora do país sejam igualmente determinadas pelo capital socioeconómico e estejam desta forma vedadas aos jovens com qualificações mais baixas e menos acessíveis aos jovens que vivem com maiores dificuldades económicas, que continua a ser a larga maioria dos jovens portugueses.

O uso da internet trouxe mais oportunidades de acesso à informação e conteúdos lúdicos aos jovens de todos os contextos socioeconómicos. O uso da internet de forma generalizada tem vindo a ganhar uma importância crescente na vida escolar e profissional dos jovens, mas tem vindo a impor-se essencialmente nas práticas de interação social e de lazer. A autora identificou diferentes perfis de utilização da rede *web* que se relacionam também com o nível de escolaridade e as condições socioeconómicas dos jovens. O uso da rede através de um perfil mais especializado está relacionado com uma maior escolaridade e com melhores condições socioeconómicas. O perfil de utilização da internet mais comum é o perfil lúdico. É exatamente no convívio social que este peso do digital diferencia significativamente as gerações atuais das gerações anteriores.

Trajetórias escolares e profissionais marcadas pela reversibilidade e precariedade

No conjunto dos países europeus, o acesso aos estudos pós-secundários é a porta de entrada que terá mais impacto sobre o conjunto das trajetórias de vida dos jovens e sobre as desigualdades sociais no seio da população. Adicionalmente, o capital social e cultural dos pais é o que tem mais influência sobre o prolongamento da escolarização. Quer dizer, a educação dos pais, tal como a dos filhos continua a ser o vetor mais importante de mobilidade social. Ora, enquanto um grupo da população de jovens prolonga os seus estudos e as suas oportunidades de ascensão social, um número significativo de jovens deixa a escola antes de concluir o ensino secundário. Em Portugal, 14% dos jovens entre os 18-24 anos abandonam a escola ainda antes de concluírem o ensino secundário (INE, 2016). Entre aqueles que abandonam a escola e não conseguem concluir os estudos secundários, as investigações identificam dificuldades em competências básicas, como numeracia, literacia e competências relacionais e comunicacionais Estes dados sugerem-nos que deixar a escola não é uma escolha, ainda que, por vezes, seja assim apresentado pelos jovens.

O trabalho de Browman et al (2019) informa-nos que a motivação para o esforço académico se relacionada com a perceção de mobilidade social. Os jovens de um nível socioeconómico baixo são mais persistentes nos estudos académicos quando percecionam a possibilidade de mobilidade social e tendem a ser menos persistentes nos estudos quando percecionam que o esforço não lhes traz quaisquer vantagens na mobilidade social. O retorno aos estudos funciona como uma segunda oportunidade para os jovens que abandonaram a escola, antes de completarem a escolaridade obrigatória. No entanto, voltar à escola parece mais difícil à medida que os jovens progridem na idade e geram filhos, particularmente as jovens mulheres.

O desemprego prolongado no inicio da idade adulta é altamente problemático, quando relacionado com a crescente *individualização* das trajetórias de vida. Os jovens adultos

nesta condição estão duplamente fragilizado*s*, porque a inserção no mercado de trabalho é a porta de entrada para a autonomia, não só no plano financeiro, como também para a construção da identidade. Estudos empíricos têm confirmado de forma consistente que o desemprego prolongado na transição para a idade adulta está fortemente associado a perda de liberdades fundamentais e conduz a duras penalizações profissionais de longo prazo. Tem-se verificado que os efeitos negativos do desemprego prolongado na transição para a idade adulta são mais agravados nas jovens mulheres; ficam mais expostas a gravidezes precoces, mais vulneráveis a situações de dependência financeira e mais expostas a situações de violência doméstica. Finalmente, estudos empíricos (Paul & Moser, 2009) têm demonstrado consistentemente que as pessoas desempregadas estão mais expostas ao declínio do bem-estar individual e relacional e têm mais probabilidade de experienciar problemas psicológicos, como depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos e baixa auto-estima.

Austeridade e precarização das relações laborais

O trabalho é, na realidade, um dos domínios onde as mudanças geracionais mais se têm sentido (Ferreira et al, 2018; Lyons e Kuron, 2014). Estas mudanças são identificadas em relação às condições de trabalho e às condições salariais a que esta geração está sujeita nos processos de inserção profissional. Quer dizer, a maior flexibilidade e precariedade das condições contratuais, menor volume de emprego, salários mais baixos e limitação dos benefícios sociais. Paralelamente, identificam-se mudanças ao nível das éticas em relação à vida laboral, que tendem a ser mais orientadas para a ideia de empreendedorismo - uma ideia que analisaremos mais adiante.

As dificuldades de inserção dos jovens na vida ativa não é um fenómeno, nem recente nem específico do caso português. Essas dificuldades são vividas com intensidades diferentes no espaço europeu. Contudo, os anos vividos sob as políticas de austeridade foram particularmente penalizadores para a inserção profissional dos jovens portugueses. Portugal, em linha com os países do sul da Europa, nomeadamente com a Grécia e a Espanha, apresentou uma taxa de desemprego jovem que ultrapassava metade da população ativa. Esta situação foi particularmente penalizadora para a população de jovens, uma vez que estes são, precisamente, os países onde os regimes de transição juvenil são os menos apoiados pelo Estado Social, de cordo com Walther (2006). Quer dizer, os jovens do sul da Europa foram os mais penalizados pelas políticas de austeridade e pelo aumento do desemprego no espaço europeu, sendo que são precisamente estes os jovens europeus que menos dispõem de uma estrutura de apoio do Estado Social.

A compressão do emprego disponível e a precarização das relações laborais, condições que têm vindo a agravar-se depois de 2011, vieram pôr em causa as estratégias tradicionalmente virtuosas centradas na ideia de um projeto de vida e nas trajetórias de sucesso centradas em escolaridades longas. Segundo Figueiredo et al (2018), o período

de crise, marcado pela implementação de medidas de austeridade impostas pela *troika*, terá sido o culminar de um conjunto de tendências que já se faziam sentir na sociedade portuguesa. Terá sido o ponto de viragem, provavelmente sem retorno, cujos efeitos terão consequências duráveis nas gerações vindouras. Estes efeitos correspondem a um padrão comportamental forjado pela flexibilização e liberalização do mercado de trabalho, induzidas pelas políticas de austeridade. Os investigadores têm verificado que estes efeitos têm ido muito muito além da esfera económica, de forma intensa e lacerante, tendo instaurado um regime social de existência precária com consequências profundas e irreversíveis, pelo menos a médio prazo na economia, no mundo do trabalho e nas estruturas sociais (Carmo & Barata, 2017).

Os anos de austeridade intensificaram as dificuldades de inserção profissional dos jovens. As transições para a vida adulta foram marcadas pela precariedade laboral, a instabilidade e o desemprego prolongado. Em Portugal as taxas de desemprego atingiram cerca de um terço da população jovem, uma situação que para a maioria dos jovens deixou de ser temporária e intermitente para se tornar uma condição estrutural. Senão vejamos, mais de 50% dos jovens adultos entre os 25 e os 34 anos já se encontram nesta situação há mais de um ano (Ferreira et al, 2018). Os jovens com menores qualificações profissionais são os mais vulneráveis a situações de desemprego prolongado. A razão pela qual os jovens menos qualificados são os que mais tempo estão sujeitos à situação de desemprego pode ser explicada pelo tipo de credenciais escolares e o campo de oportunidades profissionais que ele condiciona. Estes jovens com baixos níveis de escolaridade têm oportunidades profissionais cada vez mais reduzidas. Do mesmo modo, tendem a aceder a segmentos do mercado de trabalho onde os lugares disponíveis são condicionados pela rotatividade e intensidade de mão de obra. Marques (2016) verificou que os percursos laborais destes jovens tendem a ser horizontais, quer dizer, o emprego desqualificado tende a ser substituído por outro emprego em tudo semelhante ao anterior. À medida que se avança no percurso de vida, os períodos de desemprego tendem a ser mais frequentes e duradouros, pela ação da desatualização de saberes e pela discriminação em função da idade.

Nos segmentos juvenis mais qualificados, a partir de 2011 as taxas de desemprego aumentaram abruptamente e em 2012, no pico da crise, situava-se quase nos 40% (INE, 2017). Ferreira et al (2018) sugerem que, as descidas das taxas de desemprego que se verificaram a partir dessa data devem ser analisadas à luz de fatores como o aumento do fluxo emigratório e a crescente disponibilidade a que se tem assistido de muitos destes jovens aceitarem postos de trabalho muito abaixo do seu grau de qualificação. Estes jovens mais qualificados têm se submetido a condições de subemprego como estratégia de evitarem situações de desemprego. E o que se sabe sobre os jovens portugueses que estão de fora do mercado de trabalho e não estão integrados sistemas educativos nem estão a frequentar nenhum plano de formação? É sobre este segmento de jovens mais vulneráveis que vamos analisar na seção seguinte.

2. O que se sabe sobre os jovens NEET; que estão excluídos dos sistemas educativos e formativos e fora do mercado de trabalho

O rápido aumento do desemprego jovem em Portugal, durante os anos da crise económica global, levou ao aumento das taxas de jovens que abandonaram os estudos, que estão desempregados ou que não participam em ações de educação e formação, também designados por *jovens NEET* (*Not in Employment, Education or Training;* OCDE, 2015). Esta é, na verdade, uma categoria bastante heterogénea. Engloba jovens em diversas situações de exclusão integrados em vários subgrupos, de acordo com a situação em relação ao mercado de trabalho e com diferentes motivos para a inatividade, por exemplo: jovens desempregados de longa duração, jovens inativos devido a doença, jovens inativos devido a prestação de cuidados e jovens inativos desmotivados que abandonaram a procura de emprego (cf. metodologia para consultar a caracterização completa desta grupo).

Segundo a *Estratégia Nacional de Sinalização de Jovens NEET*[11] (2017), em 2015, ano para o qual existem dados disponíveis, em Portugal haviam cerca de 272.000 jovens nesta situação de extrema fragilidade social, mas apenas 58% de todos os jovens NEET encontravam-se registados junto do serviço público de emprego, como desempregados de longa duração (74,9 %). Cerca de um terço destes jovens (29%) tinha apenas o ensino básico, a maior parcela tinha o ensino secundário (44%) e 26,3% tinha frequência no ensino superior. Cerca de um terço de todos os jovens desempregados não se encontram registados serviço público de emprego. Quer dizer, cerca de 55 mil e não recebiam nenhum tipo de apoio para reingressar no mercado de trabalho ou para retomar o seu percurso educativo ou formativo. Ser um jovem NEET em Portugal é portanto um indicador claro de pobreza e de exclusão social. Quase 40% destes jovens portugueses vivem de um rendimento abaixo do limiar da pobreza e enfrentam graves privações materiais. Além disso, uma quota elevada destes jovens enfrenta vários riscos, por exemplo: aproximadamente 10% vivem em situação de pobreza associada a uma intensidade de trabalho reduzida e outros 7,6% encontram-se em risco de pobreza, risco de privação material grave e de intensidade de trabalho reduzida.

A exclusão na exclusão; desigualdades de género

Existem muitas assimetrias em relação ao género nesta situação de exclusão social. A *Estratégia Nacional de Sinalização de Jovens NEET* (2017) informa-nos também que as jovens raparigas, maioritariamente as que têm entre 15 aos 24 anos estão mais expostas a vários fatores de risco, comparativamente aos rapazes. As jovens raparigas têm maior probabilidade de estar numa situação de desemprego de longa duração ou de ficar inativas

[11] Cf. https://www.refernet.pt/noticias/apresentacao-da-estrategia-nacional-neet.html

devido a serem prestadoras de cuidados e desempenharem responsabilidades familiares. Para estas jovens, o nível educativo baixo parece constituir um indicador, tanto para o desemprego de longa duração, para a inatividade, a desmotivação e uma barreira para a reintegração no mercado de trabalho. A exclusão dos jovens é mais expressiva nas áreas geográficas com grande procura de mão-de-obra, onde as entidades empregadoras dispõem de uma maior oferta de jovens qualificados com menores ciclos de desemprego e com alguma experiência profissional. Mais de metade de todos os jovens inativos (54,4%) são jovens adultos, especialmente jovens mulheres, que se encontra no grupo etário dos 25 aos 29 anos. A maior concentração destas jovens encontra-se na Área Metropolitana de Lisboa, uma área geográfica onde existem mais de 10.000 jovens inativos. Estas jovens adultas têm maior probabilidade de se encontrarem inativas, quer em relação aos jovens do sexo masculino, quer em relação às mais jovens. Tem-se verificado que a probabilidade de um jovem estar inativo diminui com o nível de educação. Mais uma vez as jovens mulheres apresentam uma probabilidade maior de ficar inativas comparativamente aos rapazes e os níveis elevados de educação não protegem as jovens adultas do sexo feminino de ficarem inativas devido a responsabilidades familiares.

Uma das tarefas de investigação a que nos propusemos neste trabalho foi compreender melhor as características deste segmento da população jovem portuguesa mais vulnerável. Procurou-se compreender como tem sido abordado este segmento mais vulnerável de jovens e que respostas têm sido dadas a estes jovens que continuam excluídos dos sistemas educativos e formativos e do mercado de trabalho.

Compreender a ideia de *ativação* dos jovens para o mercado de trabalho; o exemplo da *Garantia Jovem*

O Conselho da União Europeia em abril de 2013, adotou uma Recomendação que estabelecia uma *Garantia Jovem* (aprovada por Portugal através da Resolução 104/2013 do Conselho de Ministros). A Garantia Jovem introduziu um enquadramento de políticas ativas de emprego para os jovens na União Europeia com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (Portugal viria a alargar a idade de participação neste programa até aos 30 anos) que estariam excluídos dos sistemas educativos e formativos e excluídos do mercado de trabalho. Deveria ser dada uma resposta a estes jovens mais excluídos no prazo de quatro meses, após terem ficado desempregados ou de terem abandonado a escola. O programa português tem se centrado no aumento do nível de qualificações dos jovens, um problema que tem sido sinalizado como uma dificuldade acrescida para a integração no mercado de trabalho, tanto dos mais jovens como dos jovens adultos. A estratégia portuguesa que serve de base ao esquema da Garantia Jovem fundamenta-se essencialmente na ideia de *ativação precoce* para a formação com vista à integração no mercado de trabalho.

Portugal, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu uma estratégia para a sinalização e apoio de jovens NEET que deveria ser implementada em

duas fases: a primeira fase com desenvolvimento de projetos piloto (2017-2018) e a segunda fase, mediante a avaliação dos resultados obtidos, deveria dar escala aos projetos desenvolvidos (2019-2020). Na altura em que recolhemos informação para a redação deste trabalho, a segunda fase estava ainda em curso. O esquema português de ativação dos jovens NEET para o mercado de trabalho na primeira fase pretendeu essencialmente atrair o acesso dos jovens ao programa. Para isso, foram organizadas campanhas de informação, foi criado um portal online[12] e disponibilizados serviços diretos para a assistência na procura de emprego e orientação profissional. A multiplicidade de pontos de acesso ao programa parece ser a característica que diferencia a Garantia Jovem portuguesa; os pontos de entrada dos jovens no programa são os centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional, os parceiros locais e o portal online da Garantia Jovem.
O conjunto de medidas da *Garantia Jovem* para a integração destes jovens mais excluídos no mercado de trabalho inclui essencialmente: i) incentivos às empresas para a contratação de jovens; ii) apoio ao empreendedorismo para a criação do próprio emprego; iii) programas de formação profissional para jovens; iv) programas de segunda oportunidade para aqueles que não concluíram o ensino obrigatório; v) programas de aprendizagem; vi) estágios em empresas privadas ou em instituições públicas e embaixadas e consulados no estrangeiro e vii) medidas para promover a mobilidade de trabalhadores jovens nos países da União Europeia.

Este estudo não teve como propósito a avaliação do programa *Garantia Jovem*, que como vimos à data da recolha de informação para a redação deste trabalho estava ainda na primeira de duas fases de trabalho ainda em curso. O que para a nossa reflexão é relevante é procurarmos responder às seguintes questões: Como se coloca em prática a ideia de ativação de jovens que abandonaram os sistemas escolares e profissional e que vivem em situação de exclusão socioeconómica? Que informação se dispõe para se caracterizar este grupo de jovens mais excluídos/as? Quais as práticas de aproximação e acolhimento a estes/as jovens? Uma vez chegado a esses jovens que estão fora dos sistemas formais de ensino e emprego, como é que estes são envolvidos nos processos de tomada de decisão? De que forma as instituições valorizam a participação dos jovens nas suas próprias escolhas de vida e o que tende a prevalecer neste processo, o interesse dos/das jovens ou o interesse institucional?

Interessa-nos compreender qual tem sido os efeitos deste programa no combate ao desemprego jovem em Portugal. De acordo com os dados do INE, Inquérito ao Emprego e do relatório anual da Garantia Jovem, coordenado pelo IEFP, concluído em Junho de 2017, que reflete o balanço da atividade desenvolvida da Garantia Jovem em 2016 em Portugal continental, salienta-se o seguinte: Durante esta primeira fase de funcionamento foram abrangidos nas medidas da *Garantia Jovem* um total de 211.778 jovens NEET. Os Estágios foram as respostas que mais contribuíram para a *integração* dos jovens, que

[12] Cf. www.garantiajovem.pt

abrangeram 22% do total dos jovens NEET integrados em medidas ativas de emprego no ano 2016.

Analisámos qual o impacto deste programa nesta primeira fase, ao longo destes três anos iniciais. Desde o arranque da Garantia Jovem em 2013 até 2016, para o qual existem dados disponíveis, a taxa de desemprego jovem (até aos 29 anos) apesar de ter baixado ligeiramente, continua muito elevada, baixou de 28,5% em 2013 para 20,6% em 2016. A taxa de jovens NEET mantém-se igualmente elevada, nos 56% e a taxa de abandono escolar precoce mantém-se igualmente muito elevada, nos 13,3%.
Não se tem conseguido cumprir o objetivo dos quatro meses, estipulado para dar uma resposta aos jovens que procuram a *Garantia Jovem*. Na realidade, mais de metade dos jovens participantes na Garantia Jovem esperaram por uma resposta mais de quatro meses e mais de 20% dos jovens pelo menos 12 meses. Um dado importante é que a representatividade dos jovens inativos tem vindo não a diminuir, mas a aumentar: passaram de 31,1% em 2013 para 37,2% em 2016, o que nos sugere que a Garantia Jovem não tem sido capaz de sinalizar e atrair os jovens inativos, afastados do sistema formal de educação, formação e emprego. As jovens mulheres continuam a representar a maioria destes jovens inativos.

3. A individualização de riscos sistémicos

A figura do jovem empreendedor personaliza a figura prototípica do neoliberalismo económico, que coloca no indivíduo o ónus da responsabilidade da sua condição de desempregado e por conseguinte da saída dessa sua condição. Os fatores estruturais que estão na base do aumento de jovens na situação de desemprego prolongado são mais ou menos ignorados. Esta imagem do jovem empreendedor tem sido alimentada em larga escala pelas políticas públicas de combate ao desemprego jovem, com o objetivo de integrar os jovens no mercado de trabalho.

Os estudos realizados para a população portuguesa revelam que existe um perfil social muito específico dos jovens que expressam predisposição para o empreendedorismo (Ferreira et al 2018). São essencialmente jovens que já detêm alguma experiência empreendedora no seu percurso laboral e os que vivem em melhores condições socioeconómicas. É uma predisposição mais significativa entre os jovens que afirmam viver confortavelmente com o seu rendimento anual, que possuem formas atípicas de vínculo ou contrato laboral e que têm formação pós-secundária, com uma expressão maior no sexo masculino, portanto uma pequeníssima parte dos jovens portugueses.
Apesar da predisposição para o empreendedorismo manifestar-se essencialmente entre os jovens que têm vantagens socioeconómicas e qualificativas, continua a ser esta a estratégia mais valorizada na esfera pública, como medida de combate ao desemprego, de promoção do emprego e da empregabilidade dos jovens na última década, de que a *Garantia Jovem* é um exemplo.

As trajetórias de vida têm vindo a instituir-se como um projeto pessoal (Beck & Beck-Gernsheim, 1996). A individualização das escolhas e das trajetórias de vida tornou-se possível por um lado graças à fragmentação do controlo social, quer dizer, ao distanciamento das tradições familiares, sociais ou religiosas e por outro lado graças à natural evolução das políticas públicas que as reconhecem. É importante reconhecer-se que estas mudanças sociais e culturais foram muito importantes, uma vez que possibilitaram uma maior liberdade normativa. Estas mudanças socioculturais possibilitaram, sem dúvida, uma maior escolha de possíveis e legitimaram a possibilidade de cada pessoa ter aspirações sociais maiores. No entanto, estamos agora em condições de compreender que uma maior liberdade normativa não corresponde necessariamente a uma libertação das estruturas que geram desigualdade socioeconómicas.

A consequência destas formas de desinstitucionalização é a fragilização da proteção social e a individualização do risco. Para Beck (1992) os riscos pessoais, sociais e ambientais, são as consequências do desenvolvimento científico e industrial da modernidade e não podem ser contidos, nem no espaço, nem no tempo. Vivemos numa sociedade de risco, onde a exposição individual ao risco é generalizada e transversal a todos os grupos sociais. Isso irá resultar na precarização crescente da existência, na individualização da desigualdade social e da incerteza quanto às condições de trabalho e emprego. Os indivíduos são agora estimulados a procurar e a encontrar soluções individuais para problemas socialmente criados e a implementar essas soluções individualmente, usando habilidades e recursos individuais. E é por essa razão que entendemos que a análise das desigualdades de acesso aos recursos socioeconómicos revela-se ainda mais importante, porque as diferenças de recursos socioeconómicos vão ser os indicadores de vantagem ou desvantagem na exposição aos riscos. Ora, todos estamos expostos a riscos, mas alguns de nós estão mais expostos do que outros. Os mais jovens, em particular, estão em franca desvantagem, não só pelas suas dificuldades em lidar com o risco, uma condicionante biopsicológica desta fase do ciclo de vida, como também pela sua acrescida condição de vulnerabilidade socioeconómica.

A individualização de riscos sistémicos aumenta a necessidade de assistência aos jovens, sendo que um dos grandes desafios das políticas públicas é o de assegurar a equidade e o respeito pelos direitos sociais. Quando os riscos são na sua maioria de cariz sistémico e global é sempre o Estado o garante final do valor dos bens, da dignidade e da vida das pessoas. Ao querer adaptar-se às individualidades, investindo exclusivamente na estimulação de cada um desenvolver o seu potencial individual, o Estado arrisca-se a esquecer o quadro social através da qual eles evoluem. Sen (1997 chamou a atenção para a necessidade de se refletir sobre o declínio dos valores de apoio social para os jovens em circunstâncias adversas e para a ênfase cada vez maior na capacidade de cada um ajudar-se a si próprio. É muito importante refletirmos se estarão a ser adequadamente equacionados os requisitos políticos e económicos que sustentem esta filosofia de autoajuda:

> Uma situação em que (...) uma pessoa jovem, tem uma alta probabilidade de estar desempregada não é a melhor preparação para uma psicologia da independência (...) Existe, eu diria mesmo, uma esquizofrenia política em querer-se que as pessoas confiem mais em si mesmas e, ao mesmo tempo, achar os níveis atuais de desemprego europeu "lamentáveis, mas toleráveis". Quando os empregos são quase impossíveis de obter para determinados grupos de trabalhadores aconselhar a autoajuda pode ser inútil e cruel. Para poder ajudar a si mesmo, a pessoa precisa das mãos de outros em relacionamentos económicos e sociais (como Adam Smith (1776) observou há mais de dois séculos). A oportunidade do trabalho pago está entre as formas mais simples de escapar da dependência (1997, p. 167).

Participação democrática *fraca*

O discurso político-social sobre a geração *Milénio* é com frequência adotado no contexto das lutas sociais, em torno das políticas de redistribuição de poder e de rendimento e do reconhecimento de direitos, que têm estado em causa. O conceito de *precariado*, uma ampla e heterogénea categoria social, que se caracteriza pela vulnerabilidade dos empregos, pela incerteza e insegurança crónicas em termos de rendimentos no futuro, dá conta de uma nova realidade de classe, que se articula com a idade (Standing, 2014; Milkman, 2017). Na realidade, existe atualmente uma distribuição desigual das posições de poder em termos geracionais. As transformações socioeconómicas não estão a ser promovidas pelas gerações mais jovens, mas por elites financeiras que se beneficiam em detrimento delas. Simultaneamente, em diversos pontos do globo, têm vindo a ganhar poder político posições mais conservadoras, que são resultado da vantagem demográfica que as coortes etárias mais velhas têm em relação às coortes mais jovens nos processos eleitorais e de consulta pública. Tome-se como exemplo o caso do *Brexit*. Os eleitores que votaram *sim* no referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia teriam sido essencialmente os eleitores mais velhos, que vieram a escolher um futuro que eles próprios não iriam viver, um futuro que não foi maioritariamente escolhido pela geração mais nova. Os mesmos argumentos são utilizados sobre a análise da eleição de figuras políticas populistas, que têm surgido por todo o mundo.

Ao longo da última década, os jovens têm vindo a reivindicar ativamente a sua integração económica, justiça social e liberdade. Em 2011, uma onda massiva de protestos à escala global liderada por grupos de jovens teve origem na Tunísia, onde um grupo de jovens denunciava as elevadas taxas de desemprego e o regime totalitário, rapidamente se alastrou ao Cairo, com a ocupação da praça Tahrir, que precipitou a queda do regime do Egito. Foi o início da *Primavera Árabe*, uma onda de protestos e revoluções que se alastrou por vários países do Médio Oriente e norte do continente africano. As aspirações de liberdade política, integração económica, justiça social e a falta de oportunidades de trabalho produtivo foram fatores que alimentaram os protestos. Este espírito reivindicativo teve imediata repercussão nos países industrializados mais afetados pela crise financeira de 2008. Inspirou os movimentos de *Indignados*, de *Occupy Wall Street* até *Ocupy All Streets*, numa onda de reivindicações que teve lugar em mais de 1000

cidades em 82 países, só no outono de 2011. Em Portugal, a aplicação das medidas de austeridade impostas pela *Troika* provocaram uma eclosão de movimentos sociais como o *Movimento 12 de Março*, os *Precários Inflexíveis* ou os *Indignados* que manifestavam sentimentos de desencanto e insatisfação social e denunciar o problema do desemprego jovem prolongado e a incapacidade de autonomização face à família. É certo que existiram diferenças nacionais nas origens de todos estes movimentos. No entanto, é imprudente ignorar-se a transversalidade das angústias profundas dos jovens face ao futuro, face à exclusão social e económica, que serviram como pólvora na internet e nas redes sociais e que estiveram na origem desta onda massiva de protestos à escala global. Chomsky, na análise destes movimentos em *Occupy* (2012), afirmou que o maior sucesso desta onda histórica de protestos foi de facto a exteriorização das desigualdades sociais, tendo sido capaz de colocar a exclusão social e económica dos jovens nas agendas políticas.

Alguns autores sugerem que esta onda de participação juvenil em movimentos e protestos poderá ser residual e circunscrita a um tempo próprio e não deve ser entendida como significado de uma participação política forte dos jovens nas instituições democráticas. Os estudos sobre a relação entre a juventude e a participação política têm identificado níveis muito baixos de participação política nas democracias europeias (Albacete, 2014). Esta tendência não é exceção na sociedade portuguesa. O quadro que emerge das formas como os jovens portugueses se envolvem no processo democrático, quer em termos de confiança nas instituições, interesse pela política, participação eleitoral, militância partidária ou associativismo, revela uma cidadania política *fraca* (Lobo, 2013). Ainda não é muito claro saber se estamos perante atitudes e comportamentos geracionais. Os investigadores avançam duas hipóteses.

A primeira hipótese é que estas atitudes e comportamentos resultam da socialização dos indivíduos num tempo histórico e político específico. A geração atual foi socializada num quadro de menor polarização ideológica, em relação às gerações anteriores, tanto num contexto internacional (num clima de pós Guerra Fria), como no contexto nacional (depois da Revolução de Abril de 1974). A *Geração 25 de Abril* (Pais, 1998) terá vivido numa conjuntura política que levou a uma geração mais participativa e interventiva politicamente.

A segunda hipótese aponta para um processo de modernização social que terá levado as gerações mais novas a rejeitar formas hierárquicas e burocráticas de envolvimento político, em favor de práticas de participação política mais informais, como a participação em protestos. Lobo & Sanches (cf. Ferreira et al, 2017) fizeram uma análise comparativa através da replicação do inquérito *Lazer, emprego, mobilidade e política; situação e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada* que havia sido utilizado por Magalhães & Moral (2008). Apesar de os dois estudos não ser em painel (as amostras são independentes) o que limita a comparabilidade dos dados, ainda assim é possível fazer-se uma análise longitudinal comparada a dois níveis: a) diferenciar as atitudes e comportamentos políticos dos mais jovens (entre 15 a 24 anos) dos jovens adultos (entre

25 a 34 anos) dos diferentes grupos etários e b) comparar o inquérito de 2015 com o de 2007, portanto antes e após a crise. As investigadoras confirmaram que houve uma quebra significativa nas atitudes e comportamentos de cidadania política dos jovens entre 2007 e 2015, particularmente na participação cívica, o que nos pode sugerir uma deterioração importante da qualidade da participação democrática em Portugal. Sublinhamos alguns aspetos que se considera relevante para este trabalho.

Os jovens portugueses estão satisfeitos com a democracia, na realidade, manifestam mais satisfação com a democracia do que a população portuguesa em geral. Contudo, isso não implica maior mobilização ou maior interesse pela política. Esse interesse correlaciona-se sim com o nível de instrução, o rendimento e o género masculino. Os jovens não se revêm nos partidos políticos, têm pouca participação eleitoral e pouca tendência para o associativismo. Destacam-se sobretudo pela presença em grupos desportivos e associações juvenis e estudantis. Confirma-se que os jovens socializados durante a crise são os que menos recorrem a formas convencionais de participação política, mas não de uma forma mais significativa em relação às coortes anteriores, apesar de haver variações nas atitudes e comportamentos dos jovens em função dos seus recursos educativos, económicos e políticos (Lobo & Sanches, 2018).

O que nos dizem estes dados? Os estudos informa-nos que os jovens valorizam muito a democracia, na realidade, valorizam ainda mais do que as gerações anteriores. Contudo, a sua participação política nas democracias europeias é muito fraca. Os jovens têm pouca confiança nas instituições, pouco interesse pela política, pela participação eleitoral, pela militância partidária e pelo associativismo (Albacete, 2014). Os jovens têm consciência que os problemas que enfrentam hoje, como os problemas relacionados com o emprego são problemas sistémicos e globais e têm consciência também que a resolução desses problemas não depende exclusivamente da sua força de vontade para trabalhar.

Ferreira et al (2017) confirma que os jovens *Milénio* portugueses parecem não estar na posição de *agentes ativos* na mudança social com que têm de lidar atualmente, pelo menos como o fora a anterior geração. As lutas das gerações anteriores tinham alvos muito objetivos e concretos, as lutas estudantis da *Geração 25 de Abril* eram contra a guerra colonial e pela justiça social que se seguiu após a revolução dos cravos. Os jovens *Milénio* estão conscientes que os problemas sistémicos globais que enfrentam, como o desemprego ou os problemas ambientais são moldados por forças invisíveis e poderosas, como os mercados e interesses financeiros. A política não está a ser capaz de resolver o problema do desemprego jovem como um problema sistémico e um problema de desenvolvimento humano. Ao individualizar o problema do desemprego está a emitir uma mensagem muito clara aos jovens: cada um está entregue a si próprio. É exatamente a perceção com que ficámos do grupo de jovens em situação de desemprego prolongado que acompanhámos para a realização deste trabalho. Talvez seja por isso que os jovens entendam que o seu voto pouco impacto terá na resolução dos seus problemas e talvez seja por isso também que não tenham confiança nas instituições, porque, na realidade,

elas próprias não têm sido capazes de envolver e apoiar os jovens na resolução dos seus problemas concretos, que enfrentam todos os dias.

SEGUNDA PARTE

COMO E POR QUE NÃO É POSSÍVEL REALIZAR A LIBERDADE NO DESEMPREGO JOVEM PROLONGADO

Capítulo 3

Metodologia:
Compreender o prolema da adaptação de preferências
através da análise de narrativas de vida

Metodologia:
Compreender o prolema da adaptação de preferências
através da análise de narrativas de vida

Problema de investigação

O desemprego jovem *de longa duração* é, inequivocamente, um problema de desenvolvimento humano. A transformação daquilo que poderia ser um evento, sem consequências de maior na vida do jovem, num problema de desenvolvimento humano relaciona-se com *a ação do tempo*. O tempo é decisivo neste processo de duas formas: A primeira e a mais conhecida relaciona-se com a duração do desemprego. A investigação tem demonstrado que quanto mais longo o tempo de desemprego na juventude, maiores serão as dificuldades e mais profundos serão os estigmas em relação ao jovem, que se vão prolongar no longo prazo, ao longo do seu percurso profissional. Tem-se verificado que os efeitos negativos do desemprego prolongado na transição para a idade adulta são ainda mais adversos para as jovens mulheres, que ficam mais vulneráveis ao risco de pobreza, a situações de dependência financeira e mais sujeitas à violência doméstica. A segunda, relaciona-se com o *timing* do ciclo de vida. A juventude, (considere-se o espaço alargado dos 16 aos 30 anos) é um tempo do ciclo vital marcado pela descontinuidade do desenvolvimento, neurobiológico e psicossocial, é o tempo *ótimo* para a consolidação da identidade e da autonomia do ser humano, sendo que ambas estas dimensões do desenvolvimento humano se concretizam através da realização do trabalho *significativo* (cf. Capítulos 1 e 2). É precisamente a convergência destas duas dimensões temporais; a exclusão socioeconómica gerada pelo prolongamento do tempo de desemprego, conjugada com a imperiosa necessidade de realização da autonomia e da identidade, que torna o desemprego jovem *de longa duração* num problema de desenvolvimento humano, altamente complexo.

Este trabalho foi motivado por uma genuína preocupação. Sabemos que a incapacidade crónica da realização da identidade e da autonomia dos jovens, pela via de um trabalho que para o jovem seja *significativo* (que cumpra alguns critérios de *qualidade*) conduz a processos de *adaptação de preferências*. Isto quer dizer que, quando a adversidade é persistente e, apesar dos seus esforços, o jovem não consegue superá-la, ele irá adaptar-se às condições adversas, ajustando as suas preferências às suas circunstâncias sociais e económicas desfavoráveis. Esta *sujeição à adversidade* tem custos pessoais e sociais muito grandes, porque gera vulnerabilidades e dependências e bloqueia o desenvolvimento humano e o exercício da liberdade. A literatura e a nossa história comum tem demonstrado que a submissão das pessoas a autoritarismos e a desvalorização dos valores democráticos são consequências diretas desta incapacidade crónica de realização da autonomia e da identidade (Adorno, 1950; Fromm, 1962).

Hipótese de trabalho

Pelo seu efeito constrangedor no desenvolvimento humano e na liberdade objetiva dos jovens, o *desemprego prolongado* é, na sua essência, um problema de Desenvolvimento Humano. Fundamentada num amplo corpo científico multidisciplinar, teórico e empírico, que esclarece a tendência atual para o prolongamento da juventude (Capítulo 1) e os problemas sistémicos associados ao desemprego prolongado na transição para a vida adulta (Capítulo 2), formulou-se a seguinte *hipótese de trabalho*:
A juventude é uma fase do ciclo vital marcada por naturais *vulnerabilidades*, neuropsicológicas e sociais. A juventude é o tempo *ótimo* do ciclo vital da consolidação da *identidade* e da *autonomia* da pessoa. A consolidação da identidade e da autonomia realiza-se através do trabalho *significativo*. A impossibilidade de realizar um trabalho *significativo* e o prolongamento da situação de desemprego ampliam as vulnerabilidades psicossociais próprias desta fase do ciclo de vida e criam obstáculos à realização da identidade e da autonomia. A exclusão socioeconómica persistente conduz a processos de *adaptação de preferências*. Os processos de adaptação de preferências bloqueiam a resolução da identidade e da autonomia e impossibilitam o desenvolvimento do jovem enquanto ser humano. A adaptação de preferências orienta o jovem para a desvalorização da educação, a desvalorização e evitamento da participação nas instituições democráticas e para a sujeição a autoritarismos, como formas (desintegradas) de valorização pessoal e social da sua individualidade.

Métodos e técnicas de investigação utilizadas

A operacionalização do exercício da *capabilidade* para o trabalho *significativo* é uma tarefa que pressupõe uma análise multidimensional. Teremos de ter acesso a um conjunto de dados adequados capazes de representar *a dimensão de oportunidade* para a realização do trabalho *significativo*. A análise da dimensão de oportunidade é central na análise da capabilidade para o trabalho *significativo*. Por isso, é muito importante recorrer-se a metodologias mistas, a vários métodos e técnicas de investigação, tanto de natureza quantitativas como qualitativas, que sejam capazes de se apreender, por exemplo, as oportunidades e a qualidade do trabalho, os programas de apoio aos jovens. Na tabela que se segue apresentamos um sumário dos métodos e técnicas de investigação que utilizámos neste trabalho.

Quadro 1: Métodos e técnicas de investigação utilizados para a análise da *capabilidade* dos jovens para o trabalho

Métodos e técnicas		**Racional**	**Tarefa de investigação**	**Material de apoio ANEXOS**
1.	Entrevistas em profundidade com jovens desempregados de longa duração (>12 meses)	Analisar a experiência de desemprego prolongado inserida na trajetória de vida dos jovens; Analisar a liberdade *real* das escolhas e os processos de tomada de decisão; compreender o processo de adaptação de preferências à adversidade; Analisar a participação dos jovens em medidas políticas de emprego do ponto de vista da sua liberdade para expressarem a sua opinião em assuntos do seu maior interesse;	Tarefa de investigação 1 e 2	Guião de entrevista para Biograma (ANEXO2);
2.	Narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração;	Analisar o impacto da situação de desemprego prolongado na trajetória de vida;	Tarefa de investigação 1	Guião de entrevista para Biograma (ANEXO2);
3.	Técnicas narrativas Biogramas	Analisar a génese e os processos da adaptação de preferências		Narrativas de vida (ANEXO 1)
4.	Entrevistas semiestruturadas de carater exploratório a decisores políticos	Compreender os processos institucionais no âmbito do desemprego jovem; Compreender a Garantia Jovem como medida de ativação dos jovens mais excluídos para o mercado de trabalho; Estudar o planeamento, envolvimento e o impacto da ação política no desenvolvimento da capabilidade dos jovens para o trabalho	Tarefa de investigação 2	Guião de entrevista para decisores políticos (ANEXO 3)
5.	Entrevistas semiestruturadas de carater exploratório a técnicos que atendem jovens desempregados	Analisar as estratégias de acolhimento e a integração dos jovens na Garantia Jovem	Tarefa de investigação 2	Guião de entrevista (ANEXO 3)
6.	Análise documental	Análise de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho, sobre a qualidade do emprego; Analisar o funcionamento do programa *Garantia Jovem*	Tarefa de investigação 2	

As narrativas de vida como forma de se aceder ao *habitus*

As trajetórias de vida são o domínio das análises multidisciplinares, que têm como objetivo estudar-se a continuidade e as mudanças dos percursos de vida. É através da análise das trajetórias que conseguimos aceder ao *habitus*, que se vai refletindo através de uma estrutura de reprodução social. A adaptação de preferências está intrinsecamente associada à interiorização das estruturas sociais geradoras de desigualdade. Pierre Bourdieu (2010) em *A Distinção*; *uma crítica social da faculdade do juízo*, ensina-nos que a investigação do comportamento social humano deve sempre acautelar que:

(...) entre as condições de vida e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturadora dos agentes, que longe de reagirem mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo cujo sentido eles próprios contribuíram para produzir. No entanto, o princípio desta

atividade estruturadora não é, como pretende o idealismo intelectualista e antigenético, um esquema de formas e categorias universais, mas um sistema de *esquemas incorporados*, que, constituídos ao longo da história coletiva, são *adquiridos* ao longo da história individual e funcionam *no estado prático e para a prática* (e não para fins de puro conhecimento). Isto significa que, em primeiro lugar, que a ciência social, na sua construção do mundo social, leva em conta o facto de os agentes serem eles próprios, nas suas práticas ordinárias, os sujeitos de atos de construção do mundo social; mas significa também que a ciência social tem por objetivo, entre outras coisas, descrever a génese social dos princípios de construção e que procura no mundo social, tal como o pode apreender, o fundamento desses princípios. Ao romper com o preconceito antigenético, que acompanha muito frequentemente o reconhecimento do aspeto positivo do conhecimento, a ciência social procura (...) o fundamento dos sistemas de classificação (...). É preciso incidir-se sobre a génese das estruturas mentais e das classificações, incidindo-se sobre os princípios das divisões sociais, dos princípios que estão na base das divisões entre idades, géneros e gerações. Este é, de resto, o fundamento que está na base das variações das distribuições ocupadas nas distribuições estatísticas (Bourdieu, 2010; pp.681-682).

Tanto Amartya Sen, em *Development as Freedom* (1999) como Martha Nussbaum em *Women and Human Development* (2000) recorrem a exemplos de histórias de vida de pessoas *reais*, que vivem na adversidade, para refletirem sobre o problema das preferências adaptativas, fazendo-o de uma forma mais ou menos intuitiva, para reforçar a sua argumentação sobre o exercício das liberdades e a justiça social. Vamos seguir esse mesmo método, através de uma análise *sistemática* de narrativas de vida de jovens em situação de desemprego de longa duração para analisarmos a génese e as formas de adaptação de preferências no desemprego prolongado que apresentamos mais adiante.

As narrativas de vida podem ser definidas como histórias que refletem a forma como as pessoas vêm-se a si próprias e as suas circunstâncias e os seus contextos de vida. A forma como cada um tem de contar a sua história pode variar, por exemplo, nas palavras, imagens ou comportamentos, mas uma característica se mantém invariável: a incorporação de uma sequência significativa de acontecimentos no tempo e no espaço.
As narrativas de vida são inerentemente sequenciais. São uma estrutura de articulação de uma série de eventos, experiências, sentimentos e emoções, relacionados e interligados na forma de uma história. Desta forma, elas postulam uma ordem e um significado entre momentos e locais distintos da natureza humana. Por esta razão, as narrativas de vida são um modo privilegiado para se aceder e entender a experiência humana. Parece haver uma predisposição humana para organizar a sua experiência em forma de narrativa (Bruner, 1990). Roland Barthes afirmou que a narrativa é internacional, trans-histórica e transcultural. Ela está simplesmente lá, como a própria vida (1975).

Uma das mais relevantes histórias sobre a natureza humana é quando a história de vida é narrada pelo próprio ser humano. Ao construir a sua própria história, com passado, presente e futuro, ao integrar nela relações de semelhanças e diferenças, a pessoa desenvolve, ela própria, o seu autoconhecimento. Muito embora a ideia que cada pessoa tem de si própria seja um projeto inacabado, continuamente sujeito a ser reescrito, e embora a consciência que temos de nós mesmos seja sempre fragmentada e imperfeita, a narrativa permanece unida, fechada e coesa. Por isso mesmo, narrar a nossa própria história tem o poder de transformar o sentido insipiente da nossa experiência, de

transformar a fragmentação temporal e espacial das nossas vidas, oferecendo-nos coerência. Quer dizer, um sentimento de que as nossas vidas podem ser, pelo menos parcialmente, integradas numa narrativa em aberto. Este é o poder transformador das narrativas de vida. Elas neutralizam um sentimento de fragmentação pessoal, de contingência e aleatoriedade temporal e espacial (Rapport; 2000). Vamos ver adiante que os jovens narradores que acompanhámos para a realização deste trabalho experienciaram exatamente esta sensação de neutralização da fragmentação pessoal ao narrar as suas histórias de vida.

A narrativa de vida só é possível quando o sujeito, enquanto narrador, se separa de uma história coletiva e se reporta a um discurso pessoal, estruturado por ele próprio. É a partir da forma como ele próprio conceptualiza a sua essência como ser humano, da forma como caracteriza a sua liberdade e da forma como concebe a necessidade de realizar o seu futuro pessoal, que vai organizar a sua história de vida, através da sua racionalidade.

A literatura tem demonstrado que esta racionalização, presente nas narrativas de vida, poderá estar comprometida em alguns grupos sociais, cuja identidade pessoal encontra-se diluída nos grupos de pertença, como no caso dos jovens. Nestes casos, os metodólogos têm sugerido que a realização de entrevistas em profundidade para a realização de histórias de vida seja estruturada a partir de um fio condutor problemático (Guerra, 2006). Respeitámos este princípio, orientando os jovens a narrar os seus percursos pessoais a partir de um fio condutor temático relacionado com as suas preferências e escolhas nos domínios da educação, saúde, trabalho, emprego e experiência de desemprego.

Duas dimensões de análise /duas tarefas de investigação

A análise do exercício das liberdades dos jovens foi feita em *dois níveis de análise*, correspondendo cada um deles a uma tarefa de investigação: a primeira dimensão, ou primeira tarefa de investigação, foi direcionada para a análise de *narrativas de vida* de jovens que estiveram em situação de desemprego de longa duração (tempo superior a 12 meses) para compreendermos, por um lado a experiência do desemprego prolongado, inserida na trajetória de vida do jovem e por outro quais os arranjos contextuais objetivos na génese da *adaptação de preferências*. Pretendeu-se compreender como é que as aspirações expressas pelos jovens foram sendo condicionadas ao longo dos seus percursos de vida, pelos seus contextos socioeconómicos e pelas suas experiências pessoais de desvantagem.

A segunda dimensão, ou segunda tarefa de investigação, incidiu na análise do funcionamento do programa *Garantia Jovem*, um programa de ativação dos jovens NEET para a integração no mercado de trabalho, para analisarmos o exercício da liberdade dos jovens e o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão como jovens

desempregados. Procurou-se estudar em que medida este programa incentiva os jovens a ter uma palavra a dizer no processo coletivo de tomada de decisões que diz respeito às suas próprias vidas. Colocámos esta questão da seguinte forma: estarão as escolhas dos jovens circunscritas às decisões tomadas por terceiros? Estarão os jovens em posição de expressar o que pensam e o que valorizam e em posição de fazer valer essa opinião no processo coletivo de tomada de decisão? Se os jovens não querem ser envolvidos no processo de tomada de decisão, que consequências têm este seu comportamento? Passamos a caracterizar cada uma destas tarefas de investigação em maior detalhe.

a. Tarefa de investigação 1
Análise da *génese* da *adaptação de preferências*
no desemprego jovem de longa duração

Princípios éticos e deontológicos

O uso de narrativas de vida na análise social pressupõe então uma conceção weberiana do sujeito, quer dizer, pressupõe a conceção de um sujeito que é dotado de racionalidade própria, capaz de interpretar situações, capaz de conceber estratégias e mobilizar os seus recursos disponíveis para agir. Pressupõe que estamos perante sujeitos racionais (investigador e entrevistado) e que ambos são capazes de dar sentido à sua ação, de uma forma aberta e transparente, o primeiro pretende recolher informações sobre percursos e modos de vida sobre os quais o segundo é um informador privilegiado, pelos arranjos sociais em que viveu ou em que vive. Reconhece também que estamos perante um sujeito inteligente, capaz de reconhecer o seu interesse na pesquisa e concentrar-se nas questões que o investigador lhe coloca.

Antes do arranque do processo de recolha de dados, os jovens selecionados para participar neste estudo foram informados, clara e corretamente, acerca dos objetivos da investigação e do seu papel como informadores privilegiado e foi garantida a total confidencialidade dos dados. Todo o processo de recolha de dados, tanto durante a entrevista em profundidade como a construção das histórias de vida decorreu a partir de uma relação de confiança, neutralidade em relação a juízos de valor e clareza de ideias.

Critérios de escolha e características dos jovens participantes neste estudo

A investigação tem demonstrado que o uso de intermediários, por exemplo, o recurso aos Centros de Emprego, pode afetar negativamente a relação entre o investigador e os participantes, isto acontece porque os jovens tendem a relacionar o investigador como parte do sistema, dificultando o estabelecimento de uma relação de confiança (Sixsmith, Boneham & Goldring, 2003). Para de prevenir que isso acontecesse, evitou-se que o acesso aos jovens participantes neste estudo fosse feito pela via institucional, através de centros de emprego, e optou-se pela via informal, através do "passa a palavra" e da técnica "bola de neve". Este aspeto revelou-se de grande importância, na medida em que se confirmou que os jovens com um historial de desemprego prolongado desenvolvem uma relação de tensão com os centros de emprego. Além disso, vários jovens colocaram como condição para a participação neste estudo a investigadora não ter qualquer relação institucional com o IEFP a que pertenciam.

Participaram neste estudo oito jovens com idades compreendidas entre os 27 e os 29 anos, quatro rapazes e três raparigas. Procurou-se balancear o género e o nível de formação. Para este trabalho privilegiámos os jovens que se encontravam numa situação de desemprego prolongado (tempo acima de 12 meses consecutivos). No entanto, aceitou-se integrar no estudo dois jovens que tendo estado desempregados durante alguns períodos do seu percurso de vida, nunca chegaram a estar desempregados por um período superior a 10 meses consecutivos (o Tiago, Narrativa de vida nº 7) e nove meses consecutivos (a Betânia, narrativa de vida nº 3). Esta nossa decisão teve efeitos práticos muito positivos porque possibilitou observar-se o efeito diferenciado do tempo de desemprego nas trajetórias de vida dos jovens.

Para este trabalho, era importante captar-se a experiência humana do desemprego prolongado no limiar da transição para a idade adulta. Inicialmente ponderou-se incidir a análise no grupo geral de jovens dos 16 aos 30 anos. Com o evoluir do nosso estudo e, partindo da literatura e das análises documentais e estatísticas optou-se por incidir a nossa análise neste grupo. Esta nossa opção baseou-se em dois pressupostos; por um lado para que fosse possível integrar-se jovens que tivessem já concluído formação superior, inclusive mestrado integrado e por outro lado, entendeu-se que nesta faixa etária, os jovens teriam mais experiência de vida e mais maturidade para que fosse possível captar-se uma narrativa de vida com uma perspetiva temporal mais longa e abrangente, com uma maior profundidade reflexiva sobre as suas experiências de vida no desemprego prolongado.

Estes jovens à data residiam nos Distritos de Coimbra, Aveiro, Porto e Funchal. Os dados foram recolhidos entre Janeiro e Março de 2017. Verificou-se que alguns jovens participantes neste estudo estiveram integrados em medidas diferenciadas da *Garantia Jovem*. A participação neste programa não era, no entanto, uma condição essencial para participarem no nosso estudo, tratando-se de tarefas de investigação diferenciadas. Apresenta-se no Quadro 1 as principais características sociodemográficas e escolares da situação dos jovens perante o trabalho, à data da recolha de dados.

Quadro 2: caracterização dos jovens participantes neste estudo

	Género	**Idade**	**Formação**	**Estado civil**	**Filhos**	**Tempo de desemprego**	**Situação atual***
Narrativa_1_Pedro	M	29	12º ano	Solteiro	S/	16 meses	*NEET; inativo*
Narrativa_2_Maria	F	28	Ensino Superior	Casada	Um	26 meses	Empregada
Narrativa_3_Betânia	F	27	12º ano	Solteira	S/	9 meses	Empregada
Narrativa_4_André	M	27	Ensino Superior; M. integrado	Solteiro	S/	18 meses	*NEET; inativo*
Narrativa_5_O. Maria	F	29	Ensino Superior não concluído	Divorciada	Dois	26 meses	*NEET; inativa*
Narrativa_6_Simão	M	27	Ensino Superior; M. integrado	Solteiro	S/	20 meses	*NEET; estágio*
Narrativa_7_Tiago	M	28	12º ano + CET	Solteiro	S/	10 meses	*NEET; CET*
Narrativa_8_Madalena	F	28	9º ano; curso profissional	Casada	Um	26 meses	*NEET; Inativa*

***** Situação institucional do jovem face ao programa *Garantia Jovem*

Representatividade, fiabilidade e rigor

De uma maneira geral, as críticas dirigidas às narrativas de vida como método qualitativo são remetidas para questões de representatividade, fiabilidade e rigor. A maior parte das vezes, estas críticas partem de uma aceção de ciência exclusivamente a partir de um modelo cartesiano, positivo ou dedutivo, em relação ao qual, como sabemos, a singularidade humana adquire um estatuto altamente problemático.
Quando apresentadas em confronto, as metodologias de análise qualitativas com as quantitativas, com frequência assistirmos a uma confusão semântica entre representatividade estatística e representatividade social (Yin, 1994, 2003), que é importante aqui se esclarecer. Do ponto de vista da representatividade, a questão central que se coloca na nossa análise qualitativa não é a definição de uma amostra de sujeitos estatisticamente representativos da população portuguesa, mas uma pequena dimensão de sujeitos *socialmente significativos*. Essa sempre foi a nossa preocupação. Isto reporta-nos para a diversidade de opiniões e para a unidade do género humano. Por outras palavras, a questão que se coloca é a de se assegurar a representatividade *social* de um pequeno número de indivíduos, inevitável na investigação que utiliza entrevistas em profundidade e histórias de vida.

Isto quer dizer que a representatividade dos casos analisados e, portanto, o valor do conhecimento científico dos dados recolhidos, não assenta, nem pode ser avaliado, em relação ao seu valor estatístico. É a sua ligação à natureza do fenómeno investigado que determina o seu valor em termos de representatividade (Yin, 1994), não a sua relação quantitativa com um universo, que nem sequer é possível ser determinado neste tipo de estudos. A generalização nos estudos qualitativos refere-se, não à extrapolação das conclusões para um universo, mas sim à expansão e generalização de teorias (Yin, 1994). Por outras palavras, aquilo que está sujeito à generalização são as proposições teóricas

que os casos analisados ilustram. Neste trabalho é precisamente o fenómeno da limitação e da fragilidade do exercício da liberdade associado à situação de desemprego prolongado, que é passível de generalização.

Saturação de um conjunto de dimensões de análise; expansão da teoria

O uso de narrativas de vida, como material empírico primário, não obedece por isso a uma quantificação dos resultados obtidos, mas a análise da informação obtida possibilita o aparecimento gradual de regularidades. Isto vai acontecendo através da verificação da replicação das proposições teóricas e da saturação das dimensões de análise, no conjunto dos casos singulares analisados. A análise não obedece a um procedimento lógico-dedutivo simples, mas a uma relação circular e cumulativa entre dedução e indução, que assenta na utilização conjunta dos métodos e técnicas diversas utilizadas.

Na prática, a leitura e análise das narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, no seu conjunto, possibilita a saturação de um conjunto de temas que são coerentes com as proposições teóricas da abordagem das *capabilidades*, como por exemplo, identificar a génese do problema da adaptação de preferências ou a identificação de desigualdades em relação ao género. A configuração desses temas, a sua leitura e confrontação com a teoria, vai permitir adicionar valor ao conhecimento, expandindo assim a teoria das *capabilidades*, que sustenta a nossa análise.

A discussão, que apresentamos na terceira parte deste trabalho, corresponde precisamente ao conjunto dessas dimensões principais de análise, que foram emergindo do total das narrativas de vida dos jovens. Será através do confronto com as preposições teóricas que resultará, espera-se, na expansão do conhecimento teórico sobre a *capabilidade dos jovens para o trabalho significativo* que apresentamos na segunda parte do trabalho a discussão e no esclarecimento sobre o problema da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado.

Método de construção das narrativas de vida

Para a construção das narrativas de vida delineou-se e implementou-se um método inovador. Cada uma das narrativas de vida foi construída através de um rigoroso e sistemático processo de recolha de informação, com recurso a um conjunto de técnicas narrativas; entrevistas em profundidade; construção de *biogramas* que foram sendo aperfeiçoados até chegar-se à narrativa final, que se integra neste trabalho. No quadro abaixo, apresenta-se uma grelha com as fases distintas do processo de construção das narrativas, para de seguida se explicar cada uma delas em detalhe.

Quadro 3: Método e técnicas de construção das narrativas de vida

	Racional	**Material de apoio ANEXOS**	**Duração**
Fase preparatória	Primeiro contacto; Estabelecimento de condições de participação e plano de trabalho	Contacto telefónico	< 15 min
Primeira entrevista	Princípios éticos; Estabelecimento de uma relação de confiança; Compreensão da situação do jovem; Questões generalistas sobre o mundo do trabalho e aspirações pessoais	Presencial	60-90 min
Segunda entrevista (entrevista em profundidade)	Narração da história de viva (foco nos percursos familiares, escolares e profissionais)	Presencial	>120 min
Construção de *biograma* (pela investigadora)		Recurso ao registo áudio	-----
Terceira entrevista (devolução de informação)	Devolução da informação; Revisão e adição de informação complementar	Presencial; biograma	>120 min
Cada narrativa de vida que apresentamos em Anexo 1 é a versão final, depois de ter passado por este processo de construção e validação da informação por parte de cada um dos jovens.		Anexo 1	-----

Fase preparatória

A fase preparatória do processo de recolha de dados coincidiu com o primeiro contacto com os jovens. Este contacto foi realizado individualmente, por telefone e pretendeu-se esclarecer quais os objetivos do nosso estudo, quais os procedimentos a cumprir para a recolha de dados e o que se espera do jovem. Valorizou-se e encorajou-se a sua participação e esclareceu-se todas as questões de ordem ética e deontológica. Foi nesta fase preparatória que a maior parte dos jovens participantes neste estudo colocaram como condição da sua participação na investigação a garantia da independência deste estudo em relação aos centros de emprego que estiveram afetos ou que estavam à data da recolha de dados. Seis dos oitos jovens apenas aceitaram participar neste estudo na condição da investigadora não pertencer ao Instituto de Emprego com quem contactavam ou já haviam contactado como jovens desempregados.

Primeiro momento: primeira entrevista

Este primeiro momento correspondeu ao primeiro contato presencial. Aqui foram assegurados e reforçados os pressupostos éticos para o estabelecimento de uma relação de confiança. Repetiu-se tudo aquilo que foi dito no contacto anterior. Informou-se cada

jovem, clara e inequivocamente, sobre o objetivo do estudo e sobre como se iria proceder para a construção da sua história de vida e o que se esperava dele neste trabalho conjunto. Reforçou-se a importância da colaboração de cada jovem para conhecermos melhor os problemas reais que enfrentam os jovens desempregados em Portugal. Insistiu-se na garantia da confidencialidade, na preservação dos dados e na necessidade de se proceder, na próxima entrevista, à gravação das entrevistas. Este primeiro momento teve como objetivo principal promover-se uma relação de confiança e de empatia entre a entrevistadora e cada um dos jovens. Fizeram-se questões bastante generalistas sobre o trabalho, a educação e as aspirações dos jovens. Neste primeiro momento, procurou-se compreender a situação escolar e profissional de cada jovem e os traços gerais do seu percurso escolar e profissional, o que nos possibilitou preparar o momento seguinte e afinarmos a grelha de recolha de informação que seria utilizada no momento seguinte. Todas as entrevistas foram realizadas na área de residência dos jovens e tiveram uma duração aproximada de 60 a 90 minutos.

Segundo momento: entrevista em profundidade

Num segundo momento procedeu-se a uma entrevista em profundidade. Esta entrevista teve como objetivo compreender-se *em detalhe* a trajetória de cada jovem; familiar, escolar, profissional, geográfica e residencial, desde o seu início de vida até ao presente. Como suporte a esta narrativa foi apresentada uma grelha analítica com as dimensões a considerar, no sentido de funcionar apenas como material de apoio na orientação da entrevista. Neste segundo momento, foi dada ampla liberdade para o sujeito relatar e construir a sua história de vida. Procedeu-se à gravação áudio desta entrevista.
O local do encontro foi deixado à sugestão de cada jovem. Procurámo-nos certificar se o espaço reunia as condições de tranquilidade, confiança e segurança para cada um dos jovens, que possibilitasse uma entrevista descontraída, mas com conforto e condições de trabalho. Na maior parte dos casos, recorremos aos espaços das bibliotecas municipais e cafés-teatro. Em alguns casos, as jovens mulheres tiveram de levar consigo os seus filhos para a entrevista, o que obrigou, nestes casos, a uma maior flexibilidade e informalidade no processo de recolha de dados. Nesses casos, recorremos preferencialmente a um espaço seguro e amplo ao ar livre, onde as crianças pudessem brincar em segurança, para que as mães pudessem estar descansadas e mais concentradas na narração. Em caso algum verificou-se que a presença das crianças tivesse comprometido a qualidade do processo de investigação. A entrevista foi planeada para ter a duração de duas horas. Na maior parte dos casos, este tempo foi ultrapassado.

Construção de *biograma*

A partir do material áudio informativo recolhido no momento anterior, procedeu-se a um primeiro tratamento da informação. Efetuou-se uma síntese detalhada dos acontecimentos da história de vida relatados pelo sujeito, identificados cronologicamente. Esta síntese, também chamada de *biograma* foi redigida pela investigadora. A construção do biograma é um processo relativamente moroso na construção das narrativas de vida que obriga a imprimir estrutura e rigor à narrativa. O tempo de escrita é variável, porque depende da extensão da narração do sujeito e da sua forma de narrar. No nosso caso, o tempo médio de escrita do biograma para discussão ultrapassou sempre cinco horas. Depois de concluído o biograma em detalhe, imprimiu-se duas cópias que serviria de material de trabalho para a sessão seguinte. O *biograma* é uma técnica de grande valor nas histórias de vida para o cumprimento dos critérios de fiabilidade e rigor na investigação. É uma ferramenta que ajuda a imprimir estrutura e coerência à narrativa e funciona também como uma boa estratégia de devolução de informação.

Terceiro momento: devolução de informação

Neste momento, que corresponde à terceira entrevista (em alguns casos houve uma quarta entrevista), foi o momento de leitura do biograma. Para o efeito, a investigadora apresentou duas cópias do biograma; uma para si e outra para o jovem. Pretendeu-se dar a possibilidade do jovem visualizar uma síntese da sua narrativa de vida e, a partir dela, confirmar, alterar ou complementar a informação que entendesse necessária, no sentido de imprimir veracidade e a maior objetividade possível aos factos.
Através desta técnica, otimizámos o tempo e garantimos o aprofundamento necessário aos nossos objetivos da pesquisa. Neste momento, foi dado ao jovem a possibilidade de comentar o impacto e as reflexões geradas pela primeira narrativa; ler e analisar o documento quanto à fidelidade em relação à entrevista anterior; assinalar os incidentes mais críticos do seu percurso de vida, quer dizer, os acontecimentos mais marcantes e decisivos da sua trajetória de vida, adicionar informação à narrativa e organizar os acontecimentos que compõem a trajetória em períodos ou fases principais.
Desta discussão conjunta, resultou aquilo que chamámos de "narrativas de vida" e que é resultado deste trabalho conjunto, que se apresenta em anexo.

Resultados; narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração

No quadro apresentado abaixo apresenta-se uma síntese breve para cada uma das oito narrativas. Por razões de edição de texto, optou-se por se apresentar em anexo a versão integral comentada das narrativas de vida. Elas são uma parte fundamental deste trabalho.

A leitura das sinopses que se apresenta abaixo não dispensa a leitura integral de cada uma das narrativas de vida no anexo 1.

Estas narrativas de vida resultam de um trabalho desenvolvido com os oito jovens participantes neste estudo. Cada uma é o resultado de um trabalho rigoroso e faseado, cuja metodologia de construção se apresentou atrás. Cada narrativa foi revista, analisada e aprovada por cada jove. Elas são o ponto de partida para a nossa análise sobre o problema da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado (capítulos 3 e 4) e da nossa discussão sobre a capabilidade para o trabalho significativo (capítulo 5). Como já se referiu atrás, da análise detalhada destas narrativas emergiu um conjunto de temas coerentes com as proposições teóricas da abordagem das capabilidades, que apresentamos a discussão na terceira e última parte deste trabalho.

Sinopses (quadro síntese)

Quadro 4: Síntese das narrativas de vida dos jovens desempregados que participaram neste estudo

Nome fictício	**Idade / Escolaridade**	**Sinopse**	Tempo de desemprego/ Situação atual	Participou no programa Garantia Jovem
Narrativa 1 **Pedro**	29 anos; 12º ano	A narrativa de vida do Pedro sugere-nos que a instabilidade financeira, a desconexão familiar e os maus-tratos em idade muito precoce, situações de perseguição, ameaças e medo conduzem ao insucesso e o abandono escolar precoces e consequentemente à adaptação de preferências. Esclarece-nos também que a exposição continuada a ameaças, medo e o desrespeito pela identidade sexual da pessoa, uma situação de doença crónica e a exploração laboral condicionam objetivamente a adaptação de preferências e escolhas profissionais que vão no sentido exclusivo, não do florescimento humano, mas da manutenção da sobrevivência pessoal.	16 meses NEET; inativo	Não
Narrativa 2 **Maria**	28 anos; ensino superior	A narrativa de vida da Maria informa-nos como a instabilidade financeira familiar por si só exerce uma influencia a adaptação das preferências. No entanto, o seu impacto pode ser mitigado por laços familiares seguros. Esta segurança afetiva é a base da persistência e perseverança na procura e realização de uma atividade profissional que se valoriza, durante longos e repetidos períodos de desemprego. Esta narrativa esclarece-nos também como a gravidez e a maternidade em situação de exclusão financeira, de falta de autonomia, precariedade e exploração laboral é geradora de dependências, medo e desespero e pressiona a tomada de decisões que poem em risco a saúde e o bem-estar maternos. Informa-nos também sobre a existência de fragilidades institucionais no funcionamento do programa *Garantia Jovem*, em particular o programa de estágios que integram os jovens mais qualificados, e esclarece-nos sobre a necessidade de condições prévias objetivas para o sucesso daqueles programas de ativação para o emprego (autonomia e formação).	26 meses Empregada	Sim
Narrativa 3 **Betânia**	27 anos; 12º ano	A narrativa de vida da Betânia informa-nos como a instabilidade financeira familiar influencia o abandono escolar e pressiona à adaptação de preferências profissionais. Esclarece-nos, no entanto, que o exercício da autonomia, o reconhecimento profissional e o sentido de integração social ou pertença estão na origem da adaptação de preferências e escolhas que vão no sentido do crescimento pessoal e profissional.	14 meses Empregada	Sim
Narrativa 4 **André**	27 anos; ensino superior; mestrado	A narrativa de vida do André esclarece-nos como uma condição de doença crónica em idade precoce é geradora de dependências e exclusão social. Esta condição de desvantagem influencia objetivamente a adaptação de preferências escolares e profissionais e pode conduzir a um ciclo vicioso interminável de dependências e sofrimento psicológico, fortemente debilitante e disfuncional. A sua narrativa de vida esclarece-nos também sobre fragilidades dos arranjos institucionais no funcionamento dos programas de apoio aos jovens desempregados NEET mais qualificados.	18 meses NEET; inativo	Sim
Narrativa 5 **O. Maria**	30 anos; ensino superior não concluído	A narrativa de vida da O. Maria informa-nos como o medo e a insegurança política e económica do país influenciam o abandono escolar e pressiona à emigração ilegal. Dá-nos conta também de como a maternidade precoce, os maus tratos e a violência doméstica conduzem a um ciclo interminável de dependência e exclusão social e pressionam à adaptação de preferências que vão exclusivamente no sentido da manutenção da sobrevivência individual. A sua narrativa de vida esclarece-nos também sobre a ineficácia dos programas oficiais de apoio aos jovens NEET mais vulneráveis, com menores a seu cargo. Fica claro que ativar esta jovem para o emprego, pressupõe o garante de condições prévias para que possa ter autonomia para realizar as escolhas que valoriza.	26 meses NEET; inativa	Não

Narrativa 6 **Simão**	27 anos; ensino superior; mestrado	A narrativa de vida do Simão esclarece-nos como a estabilidade económica e a proteção familiares em idade precoce orientam a pessoa numa trajetória de realização de escolhas que vão no sentido do crescimento pessoal. Esta narrativa esclarece também que, não obstante o mérito académico, as falhas no funcionamento e descoordenação das instituições pressionam à adaptação de preferências profissionais leais à oferta institucional e inviabilizam e bloqueiam a realização de escolhas pessoais. Estas falhas nos programas oficiais de apoio aos jovens desempregados mais qualificados alimentam uma situação de dependência financeira familiar e inviabilizam o crescimento pessoal e profissional.	20 meses NEET; estágio	Sim
Narrativa 7 **Tiago**	28 anos; ensino superior não concluído	A narrativa de vida do Tiago esclarece-nos como um contexto familiar alargado de estabilidade económica e emocional (apesar da morte precoce de progenitor) promove a autonomia e a confiança pessoais. No entanto, o funcionamento das organizações laborais, orientadas para a competitividade predatória entre pares, promove a médio e longo prazo alienação social e *Burnout* e pressionam a readaptação de preferências e escolhas profissionais.	10 meses NEET; CEF	Sim
Narrativa 8 **Madalena**	28 anos; 9º ano; curso profissional	A narrativa de vida da Madalena esclarece como a instabilidade financeira, os maus-tratos e institucionalização em idade muito precoce alimentam um percurso de inseguranças, insucesso e abandono escolar precoces e influenciam objetivamente a adaptação de preferências. Esta narrativa informa-nos também como a maternidade, o não reconhecimento financeiro do papel de cuidadora de crianças e idosos gera um ciclo interminável de dependência financeira e exclusão socioeconómica e inviabiliza a realização de escolhas pessoais e profissionais que visam não o florescimento humano, mas a mera sobrevivência pessoal. Esclarece-nos também, e mais uma vez, sobre a ineficácia dos programas oficiais de apoio aos jovens NEET mais vulneráveis, com menores a seu cargo. Ativar esta jovem para o emprego pressupõe garantir-lhe condições prévias para que possa, ela própria, realizar as escolhas que valoriza.	26 meses NEET; Inativa	Não

Avaliação crítica do método utilizado na construção de narrativas de vida

O método que criámos para a construção das narrativas de vida revelou ser muito robusto e eficiente para a análise da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado. A sua eficácia foi muito evidente no estabelecimento de uma relação de empatia com os jovens narradores. Os jovens sentiram-se confiantes e seguros para expor os seus percursos de vida, para refletir sobre eles e para expressar os seus pontos de vista sobre a situação complexa e dolorosa de desemprego que viveram, ou que estavam a viver no momento. Na quase totalidade dos casos, esta foi a primeira vez que os jovens tiveram uma oportunidade de falar sobre o seu percurso de vida, de refletir sobre ele e dar-lhe sentido, sem quaisquer juízos de valor por parte de um interlocutor.

Gostaríamos de destacar alguns elementos importantes sobre as condições da recolha de dados. Nesta fase de recolha de dados, a investigadora estava grávida e a gravidez era evidente. Esta condição física da investigadora teve uma influência muito expressiva no processo de recolha de dados, que poderá ser avaliada como positiva ou negativa, em função daquilo que se entenda ser a seriedade dos critérios epistemológicos. Sem que tivesse antecipado, esta condição revelou ser um elemento facilitador do estabelecimento da nossa relação de confiança e da construção de uma relação de empatia, tanto com os jovens rapazes como com as jovens mulheres. Talvez em virtude de um caldo hormonal tempestivo, em alguns momentos senti dificuldade em manter um certo distanciamento afetivo. Em algumas situações em que os jovens narraram situações de abuso e violência extrema, não consegui conter a minha posição de imparcialidade como investigadora e abracei-os. Não creio que essa minha atitude tenha contribuído negativamente para uma

alteração da qualidade das narrativas. Este meu comportamento como investigadora poderá indiciar que os resultados da investigação científica podem ser sensíveis à progesterona à ocitocina e à prolactina.

A necessária morosidade do processo de recolha de dados para a construção de narrativa de vida obrigou a uma organização e flexibilização da disponibilidade dos jovens e dos locais de recolha de informação, prevalecendo sempre a disponibilidade de cada jovem. A nossa experiência de intervenção psicológica com adolescentes e jovens adultos foi muito importante para a condução deste processo de recolha de dados. Durante a condução das entrevistas fui o menos diretiva possível, procurando apenas evitar desnecessárias dispersões à temática da narrativa principal. O meu comportamento foi sempre pautado por um padrão de empatia e assertividade. Alguns jovens verbalizaram pela primeira vez sentimentos de humilhação pessoal relacionados, por exemplo com a sua orientação sexual, abuso sexual, maus tratos infantis e situações de violência doméstica. Algumas narrativas são, de facto, surpreendentes e particularmente elucidativas da forma como as preferências e o processo de tomada de decisão refletem o contexto *objetivo* do jovem.

Para alguns jovens, narrar as suas histórias de vida, ao longo das sucessivas sessões, foi avaliado por eles próprios como um processo terapêutico e estruturante para as suas vidas. É importante deixar aqui claro, no entanto, que apesar de isso ter acontecido, a condução deste processo nunca teve como propósito qualquer intenção de intervenção terapêutica. Se a narração do percurso de vida foi considerado pelos jovens como estruturante, isso é uma consequência do próprio processo narrativo individual. Como vimos, a literatura tem demonstrado que narrar a nossa própria história de vida tem um efeito neutralizador do um sentimento de fragmentação pessoal e de aleatoriedade, tanto temporal, como espacial e, precisamente por isso, podem ter um efeito transformador (Rapport, 2000). Esse efeito era já por nós esperado e foi observado ao longo do nosso trabalho com os jovens. É importante deixar claro que o nosso objetivo foi sempre o de compreender a forma como os contextos socioeconómicos e relacionais interferem nas escolhas e no processo de tomada de decisão dos jovens. Quer dizer, o nosso objeto de análise foi sempre formulado em termos de *ação* ou de *agência*.

A devolução das narrativas de vida para aprovação dos jovens e correções finais revelou ser uma estratégia de devolução de informação muito eficaz. A visualização da narrativa de vida teve um impacto positivo e integrador, para alguns jovens bastante emotivo. Possibilitou, não só uma concretização e apreciação do nosso trabalho conjunto, como também uma análise mais objetiva e orientada e a otimização do tempo despendido. Ao longo de todo o processo de recolha de dados, os jovens demonstraram maturidade, responsabilidade, interesse e envolvimento nas tarefas propostas. Todos os jovens demonstraram vontade de continuar a colaborar em investigações futuras desta natureza.

b. Tarefa de investigação 2
Análise do programa *Garantia Jovem* como *espaço* de *oportunidades* para o trabalho *significativo*

Princípios metodológicos

É importante e desejável que a análise do espaço de oportunidades em situação de desemprego prolongado seja focada na análise de um programa institucional estruturado de combate ao desemprego jovem. Esta opção metodológica é vantajosa, por um lado, porque possibilita uma análise mais estruturada do problema e o acesso a vários informadores privilegiados. Por outro lado, possibilita uma recolha de dados diversificada e menos dispersa, o que facilita uma visão articulada do funcionamento de um conjunto amplo de instituições ligadas à Educação, Formação e Emprego e da forma como elas, direta ou indiretamente, ampliam ou restringem o espaço de oportunidades e influenciam as escolhas dos jovens. Foi por estas razões que estudámos o funcionamento do programa *Garantia Jovem*, um programa de ativação para o mercado de trabalho direcionado aos jovens que estão excluídos dos sistemas educativos e formativos e estão excluídos do mercado de trabalho. À data da recolha de dados este programa encontrava-se em curso, no final da primeira fase de trabalhos.

A investigação pretendeu captar uma situação da seguinte natureza: a vantagem ou sucesso institucional, como seja a colocação de um jovem num determinado trabalho, pode corresponder igualmente a uma situação de desvantagem individual, na medida em que pode comprometer ou aniquilar o pleno exercício da liberdade de escolha. Sabemos que devido aos constrangimentos do mercado de trabalho, da contração das ofertas de trabalho, os jovens tendem a valorizar qualquer trabalho, independentemente do nível da sua formação de base, se confrontados com a possibilidade de não terem nenhum. Consequentemente, podem baixar dramaticamente as suas aspirações e expectativas. É importante para nós sinalizarmos este processo de adaptação de preferências e compreender quais os arranjos contextuais a que estão associados.

Objetivos

Nesta tarefa de investigação pretendeu-se analisar o funcionamento do programa *Garantia Jovem* como plano de ação política para a integração dos jovens desempregados mais excluídos no mercado de trabalho, os chamados jovens NEET: os jovens que não trabalham, não estudam, nem estão integrados em qualquer plano de formação. Procurou-se compreender que oportunidades oferece a *Garantia Jovem* para a realização do trabalho *significativo*. Pretendeu-se compreender: 1) em que medida o programa tem condições de garantir esta capabilidade para os jovens socioeconomicamente mais

excluídos; 2) que reais oportunidades disponibiliza este programa a estes jovens, para que possam realizar um trabalho que valorizam e c) como se interligam os interesses institucionais com as necessidades específicas dos jovens.

Partimos de uma questão que para nós é inquietante: Como se concebe a *ativação* de jovens em situação de exclusão socioeconómica? Que instrumentos, ferramentas e estratégias dispõe o programa para concretizar esse objetivo? Como se interliga a ativação com as necessidades específica de trabalho *significativo*? Concretamente, pretendemos: compreender de que forma é que os decisores políticos analisam, eles próprios, o problema do desemprego jovem prolongado em Portugal e ao nível global, compreender quais as preocupações institucionais quanto à *qualidade* das ofertas educativas, formativas e laborais, compreender o ajustamento entre as intenções políticas e os princípios ideológicos da *ativação* dos jovens para o mercado de trabalho e a sua relação com as necessidades dos jovens nesta fase específica do ciclo de vida; conhecer que informações dispõem sobre este grupo de jovens vulneráveis que estão fora do sistema, quais as práticas de aproximação e acolhimento a estes jovens, como é que os jovens são integrados no programa, como é que os jovens são envolvidos nos processos de tomada de decisão, de que forma as instituições valorizam e promovem a participação dos jovens nas suas próprias escolhas de vida e o que tende a prevalecer, se o interesse dos jovens ou o interesse institucional.

Procedimento da recolha de dados

Realizaram-se duas rondas de entrevistas, em dois momentos desfasados no tempo. No primeiro momento entre Janeiro e Março de 2017, no mesmo espaço temporal da realização de entrevistas com jovens desempregados. O segundo momento realizou-se entre Fevereiro e Abril de 2018.

Entrevistas semi-estruturadas de caráter exploratório

A primeira ronda de entrevistas teve um caracter exploratório para análise do funcionamento do programa Garantia Jovem em traços gerais. Coincidiu com o início da pesquisa no terreno e teve um caracter exploratório. Foram dirigidas a informadores privilegiados, com responsabilidades institucionais na área do desemprego jovem e a técnicos responsáveis pela implementação do programa. Por conveniência, privilegiou-se as áreas de Lisboa e Coimbra. Nesta primeira ronda, optámos por diversificar os interlocutores e utilizámos uma estratégia de questionamento de caracter extensivo e diversificado. Para isso, entrevistou-se alguns responsáveis no terreno das *Loja já*. Nesta fase inicial, procurámos compreender como é que o programa Garantia Jovem funciona no terreno, como se articula, do ponto de vista institucional, que estratégias de

comunicação institucionais são utilizadas e qual a apreciação global do funcionamento deste programa por parte dos intervenientes.
Na segunda ronda de entrevistas, partiu-se da informação recolhida na primeira fase da pesquisa e delineou-se uma estratégia de recolha de informação, agora mais orientada para a nossa análise. Nesta fase tínhamos já concluídas as narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração. Reduziu-se o número de informadores privilegiados a duas pessoas com altos cargos diretivos no sentido de se alcançar maior profundidade na análise. Uma vez que vários jovens que participaram neste estudo são residentes na Região Autónoma da Madeira, uma região com autonomia para a implementação do programa Garantia Jovem, optou-se por incluir mais uma entrevista a técnicos decisores daquela Região autónoma, que foi realizada no Funchal.

Preparação dos guiões de entrevistas

Antes de se iniciar o processo de recolha de dados, procedeu-se à preparação dos guiões de entrevista. Os guiões de entrevista foram afinados em função do progresso da investigação e em função da progressão do nosso conhecimento sobre o programa e da informação que fomos recolhendo sobre as narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração. Numa primeira fase de pesquisa, o guião teve um caracter extensivo sobre as problemáticas associadas ao desemprego jovem. Ao longo do desenvolvimento da investigação, procurou-se reduzir os questionamentos, aprofundando-se os elementos centrais, reduzindo-o a dimensões mais precisas em função dos nossos questionamentos teóricos.
Para este trabalho, era muito importante compreender como é que os decisores políticos e os técnicos que intervêm no terreno vêm o exercício da liberdade dos jovens e o envolvimento e nos processos de decisão e que importância atribuem à *adaptação de preferências* dos jovens. Para evitarmos fazer questões teóricas sobre a ideia de *capabilidade*, desenvolveu-se uma estratégia para introduzirmos as questões teóricas que estávamos a estudar, como o problema da adaptação de preferências no desemprego prolongado, através do recurso a *micronarrativas*. Estas *micronarrativas* foram inspiradas nas nossas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração. Tome-se o exemplo retirado de um dos guiões de entrevista utilizado, direcionado a decisores políticos:

Pedia-lhe agora que considerasse a situação hipotética do Joel:

O Joel tem 27 anos. Tem uma licenciatura em Engenharia Civil concluída há três anos. Após ter concluído o curso, esteve à procura de emprego durante um ano. Enviou o seu CV para várias empresas, foi a algumas entrevistas, mas não conseguiu emprego. Após esse tempo, e com a ajuda do centro de emprego, encontrou um trabalho temporário como técnico de vendas numa empresa de telecomunicações, onde trabalha há dois anos. De início, o Joel continuava a procurar de trabalho na sua área de formação. Com o tempo, habituou-se a esta situação, que apesar de precária, é a sua única fonte de rendimento. Neste momento, o Joel já desistiu de procurar emprego como engenheiro civil, já não acredita que algum dia venha a trabalhar como

engenheiro civil. Por vezes, acha mesmo que ter frequentado o ensino superior foi uma perda de tempo. Agora dedica-se a tempo inteiro ao seu trabalho como técnico de vendas.

1. Tecnicamente, a situação do Joel é uma situação de sucesso para o Instituto de Emprego, apesar de ser uma situação fracasso para ele. O que tem a dizer sobre isso?
2. Os jovens na situação do Joel por vezes adaptam as suas expectativas à dura realidade. Isso tem sido uma preocupação institucional?

O guião de entrevista foi ajustado por forma a controlarmos a duração da entrevista, no sentido de se chegar a um tempo não superior a duas horas, como tecnicamente convencionado neste tipo de metodologia de investigação (Guerra, 2006). Considerou-se também a valorização do papel do entrevistado enquanto informador privilegiado e a licença para efetuar a gravação exclusivamente para fins de investigação. A informação recolhida nestas entrevistas teve um caracter *exploratório* e foi integrada ao longo da redação deste trabalho, sempre que se achou pertinente.

Análise documental

Para o estudo do funcionamento do programa *Garantia Jovem* analisou-se igualmente um conjunto de informação de dados estatísticos e de material legislativo. A realização destas entrevistas possibilitou-nos o acesso a material informativo ainda não publicado, facilitador desta tarefa de investigação. Todo o material que solicitámos para a redação deste trabalho, relatórios de atividades e relatórios de avaliação deste programa foram sempre prontamente disponibilizados.

Avaliação crítica do procedimento utilizado

O desfasamento temporal entre as duas rondas de entrevistas, que não tendo sido planeado ao detalhe, verificou ser, contudo, muito proveitoso para a qualidade da informação recolhida. Na realidade, este desfasamento coincidiu com uma pausa na investigação por motivos de licença de maternidade da investigadora, que se prolongou mais do que o inicialmente previsto. Os puerpérios prolongam-se sempre mais tempo do que se prevê. Durante este tempo, que intermediou ambas as rondas de entrevistas, analisou-se em detalhe as narrativas de vida dos jovens desempregados e estudou-se as dificuldades dos jovens de uma forma mais cuidada. Este tempo foi essencial para reorientarmos, sempre que achámos necessário, as nossas questões de investigação.
O recurso a *micronarrativas*, baseadas nas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, revelou ser uma boa estratégia para se incidir e direcionar a entrevista para as nossas questões teóricas de investigação, com precisão, clareza e objetividade e essencialmente para se evitar equívocos de linguagem.
Houve um envolvimento ativo e um genuíno interesse e colaboração da parte dos

intervenientes neste processo de recolha de dados. A registar, no entanto, alguma renitência por parte de alguns técnicos que trabalham em contacto direto com os jovens. Notou-se um claro desconforto e resistência por parte destes técnicos que os inibiu a expressarem livremente as suas críticas e as dificuldades que sentem no terreno. Compreendeu-se que identificavam falhas no terreno na implementação do programa, mas não expressaram-no de uma forma clara e inequívoca. Estas entrevistas foram realizadas numa sala de trabalho partilhada na instituição. Apesar de se garantir a confidencialidade relativamente ao processamento de dados, verificou-se que a presença de outras pessoas inibiu os interlocutores de expressarem livremente as suas opiniões. Não foram portanto garantidas, da nossa parte, as condições ideias para a recolha de informação, uma falha que cometemos e que sugerimos que seja corrigida no futuro. Esta falha nossa não teve, contudo, um impacto significativo na realização desta tarefa de investigação.

Capítulo 4

As resignação dos jovens à adversidade persistente;
A exclusão do trabalho *significativo* e a *adaptação de preferências*

As resignação dos jovens à adversidade persistente;
A exclusão do trabalho *significativo* e a *adaptação de preferências*

Parte 1:
A ideia de *capabilidade* de Amartya Sen a Martha Nussbaum: fundamentos teóricos

1. A liberdade como *oportunidade* e *processo*

A *abordagem das capabilidades* foi apresentada por Amartya Sen como uma estrutura de avaliação normativa para o combate do fenómeno da pobreza a nível global.
Esta abordagem contrasta com a ideologia dominante que se centra no crescimento económico como indicador da qualidade de vida de um país, que analisa a pobreza do ponto de vista dos bens básicos necessários à sobrevivência das pessoas. Sen vai centrar a sua análise do fenómeno da pobreza e da exclusão, não através dos bens que a pessoa possui, mas através da sua liberdade substantiva para a pessoa realizar aquilo que valoriza (Sen, 1999). O foco da análise é colocado exatamente nas capacidades positivas reais da pessoa, quer dizer, as suas *capabilidades*. O argumento utilizado é muito simples. Se compreendermos o que as pessoas são realmente capazes de *fazer ou ter/ser*, aquilo a que chamou de *funcionalidades,* ser-nos-á possível compreender muito melhor as barreiras que foram erguidas pelas sociedades que impossibilitaram o florescimento humano de alguns grupos de pessoas e do seu acesso à estrutura de oportunidades e a uma justiça plena. A realização de capabilidades são desenvolvidas ou dificultadas de várias maneiras, nem sempre apenas em virtude da falta de rendimento. Por isso, a incapacidade de realização de capabilidades, quer dizer, uma falha na *liberdade substantiva*, nem sempre pode ser compensada por um aumento do rendimento.

Martha Nussbaum vai aprofundar os argumentos de Sen, introduzindo considerações de ordem prática, promovendo uma lista de capabilidades humanas, a partir de uma conceção de dignidade humana (Nussbaum, 2000, 2011). De acordo com a autora, para que o ser humano possa levar uma vida que seja significativa, essa pessoa precisa de ser capaz de atingir um limiar em alguns aspetos centrais da sua humanidade, como por exemplo, na sua saúde, na sua integridade corporal ou ter controle do seu meio material. A falta de oportunidades de agir de uma forma que promova esses fins impossibilita a pessoa de ter uma experiência humana verdadeiramente significativa. Para prosperar, no sentido do desenvolvimento das suas potencialidades, o ser humano deve ser capaz de agir para atender às suas necessidades humanas básicas, ultrapassando a mera sobrevivência. Uma vida que cumpre apenas as necessidades naturais fica aquém de uma vida totalmente humana. O ser humano é um ser livre, digno de ser capaz de exercitar a sua razão prática, de moldar a sua própria vida em cooperação e reciprocidade com os outros, que vá além de uma vida passiva e dependente dos outros (Nussbaum, 2000).

O foco principal de análise são os contextos de vida reais das pessoas e aquilo que estas são *efetivamente* capazes de *ser* e *fazer* para realizar o tipo de vida que valorizam. Neste sentido, a abordagem das capabilidades, tanto na versão de Sen como na versão de Nussbaum, advoga a necessidade de as políticas públicas serem direcionadas para a promoção da qualidade de vida das pessoas e para a remoção de obstáculos à liberdade individual, no sentido de cada um ser agente ativo com o direito às suas próprias escolhas. Trata-se de um modelo de análise claramente assente numa perspetiva filosófica liberal na medida em que valoriza a liberdade e autonomia individuais. Lembramos, no entanto, que o conceito de *liberalismo filosófico* não está associado a políticas económicas neoliberais nem advoga a priori posições políticas económicas de *direita* ou de *esquerda*. A abordagem das *capabilidades* centra-se nas oportunidades que as pessoas têm para melhorar a sua qualidade de vida. É, na sua essência, uma abordagem centrada nas pessoas, que coloca a agência humana (e não organizações como os mercados ou os governos) como plano central de análise. O papel crucial das oportunidades sociais é o de expandir o domínio da ação ou *agência* e da liberdade humanas, não só como um fim em si mesma, mas também como um meio de expandir ainda mais a liberdade. Drèze & Sen (2002) esclarecem que

> a (...) "oportunidade social" (...) é uma chamada de atenção útil para não vermos os indivíduos e suas oportunidades de forma isolada. As opções que uma pessoa tem dependem muito das suas relações com os outros e da maneira como o Estado e outras instituições funcionam. Estamos particularmente preocupados com as oportunidades que são fortemente influenciadas pelas circunstâncias sociais e políticas públicas (p. 6).

A integração da diversidade humana na análise do bem-estar é uma dimensão essencial na abordagem das capabilidades. Sen advoga a diversidade humana de duas formas distintas e interrelacionadas; através da análise de *capabilidades* e *funcionalidades* e através do reconhecimento da influência de fatores contextuais na conversão de bens e serviços em funcionalidades. Para uma pessoa que trabalha a tempo inteiro, num trabalho decente, com saúde física e mental, sem menores ou idosos a seu cargo, o seu rendimento poderá revelar, em boa medida, parte do seu bem-estar mas será manifestamente insuficiente numa outra situação em que a pessoa está desempregada, com problemas físicos ou com menores a seu cargo. Mais do que falar em bem-estar e desigualdades em sentido lato, esta abordagem coloca as questões "que desigualdades?" e "que bem-estar?" (Sen, 1980). A clarificação dos "espaços" de desigualdade e bem-estar é o ponto de partida para a análise das capabilidades.

Uma crítica à teoria das capabilidades diz respeito ao seu caracter individualista, que merece ser esclarecida desde já. A teoria das capabilidades advoga claramente o individualismo *ético*, ao defender que os indivíduos, e apenas os indivíduos, são objeto de interesse moral. Neste sentido, defende que os processos ou políticas sociais deverão ser focados, clara e inequivocamente, nos seus efeitos diretos ou indiretos nas pessoas. O individualismo *ontológico*, por seu lado, discute a natureza humana e a forma como os indivíduos vivem e se organizam em sociedade. Em termos ontológicos, o individualismo

advoga que a sociedade é constituída apenas e *exclusivamente* por indivíduos e que a análise social deverá ser preferencialmente focada nos compromissos e nas relações sociais. A abordagem das capabilidades não rejeita a relevância do individualismo ontológico, mas distancia-se deste, dado que objetivamente valoriza e dá ênfase ao impacto das estruturas e das instituições políticas e sociais na liberdade de ação das pessoas, por um lado, reconhecendo que os fatores sociais e ambientais influenciam diretamente a conversão de bens e serviços em funcionalidades e, por outro, fazendo a distinção entre *funcionalidades* e *capabilidade*[13].

A matriz teórica de Sen e Nussbaum é importante para o nosso trabalho, na medida em que ela se apresenta como a mais prometedora e mais eticamente satisfatória forma de encarar a questão da liberdade de oportunidades do ponto de vista da ação política. De seguida, fazemos uma análise mais aprofundada de alguns segmentos teóricos para apreendermos os argumentos que estão na base da nossa defesa da tese do trabalho como capabilidade.

Funcionalidades e *Capabilidades*

A abordagem das capabilidades de Amartya Sem, agrega dois conceitos centrais que importa definir melhor: *funcionalidades* e *capabilidades*. Funcionalidades são dimensões das condições reais de vida, aquilo que as pessoas, como membros de uma sociedade são capazes de *estar/ser* ou *fazer* (Sen, 1993; p. 30). O *estar* refere-se a estados relevantes e valiosos para a pessoa, como estar de boa saúde, estar bem alimentado. O *fazer* refere-se a atividades fundamentais, como ler e escrever ou votar, por exemplo. A *capabilidade* consiste na capacidade da pessoa executar atos valiosos ou ter acesso a estados valiosos. No original, o termo *capability* é um substantivo abstrato que acentua o caracter optativo do uso de uma capacidade (Santos, 2015). Possuir capabilidade é então ter a possibilidade ou a opção livre de usar ou não uma dada capacidade, quer dizer, de executar ou não uma *funcionalidade*. É a liberdade substantiva que a pessoa tem para realizar uma combinação de funcionalidades. As capabilidades não se referem apenas a habilidades inerentes à pessoa, mas também às oportunidades criadas pelos contextos socioeconómicos e políticos. A esta liberdade substantiva que caracteriza a ideia de capabilidade para Sem, Nussbaum dá o nome de capabilidades combinadas, quer dizer, a totalidade de oportunidades que a pessoa tem para escolher e agir de acordo com o seu contexto socioeconómico e político (Nussbaum, 2011, p. 21).

[13] Na terceira parte deste trabalho voltamos a este tema para discutirmos *que individualismo* defende a ideia de capabilidade.

A tese central da abordagem das capabilidades de Sen é que a base da informação para a avaliação da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas é o espaço das liberdades substantivas (as capabilidades) para a pessoa escolher a vida que valoriza (Sen, 1999). A abordagem das capabilidades é, neste sentido, uma estrutura geral para a análise e comparações interpessoais da qualidade de vida, que pode ser usada de maneiras diferentes, em função dos contextos de privação em que incide e das informações disponíveis. Por esta razão, esta abordagem é deliberadamente incompleta, porque é interdependente dos contextos e do debate público. Sen recusa deliberadamente especificar uma lista de capabilidades no âmbito da teoria por razões de ordem política e epistemológica, muito embora em diferentes publicações, como em *Inequality Reexamined* (1992) refira-se a *capabilidades básicas* (*basic capabilities*) (1992; pp. 44-45) para sublinhar a importância da capacidade de estar bem nutrido, bem protegido, escapar da morbilidade evitável e da mortalidade prematura ou em *Development as Freedom* (1999) quando se refere a *capabilidades elementares* (*elementary capabilities*). Fica claro, no entanto, que a sua intenção não é valorizar uma lista de capabilidades *per si*, mas antes destacar o processo que leva ao reconhecimento de *funcionalidades* verdadeiramente importantes.

No lugar de uma definição ou hierarquização de *capabilidades* Sen propõe sobretudo um *espaço* de avaliação das capabilidades (Sen, 1999). O autor considera, na linha do pensamento de Rawls, que são as pessoas que devem escolher livremente as suas conceções do bem. Sendo assim, identificar e hierarquizar *capabilidades* fundamentais a promover através das políticas públicas seria já fazer escolhas normativas e, desta forma, limitar o espaço de escolha das pessoas. A teoria deverá limitar-se a promover um espaço de comparação e a fornecer instrumentos de medida das *capabilidades*. Outra razão para Sen não se comprometer com uma lista de capabilidades específicas é que a sua definição é interdependente de valores culturais e de preocupações sociais, e isso, na sua opinião, a teoria não deverá assumir. As capabilidades devem ser identificadas na conceção de políticas públicas e comportamentos (*funcionalidades*) a promover para a promoção do desenvolvimento humano. É neste âmbito que a teoria de Sen das capabilidades oferece-se como instrumento de comparação e medida. Para Santos (2015) a não aceitação da parte de Sen de uma lista de *capabilidades* a promover dentro da própria teoria não constitui ela própria uma contradição. É legítimo que os responsáveis políticos ponham em prática políticas públicas que promovam determinadas capabilidades, desde que essas medidas resultem de um processo democrático de discussão e decisão coletivas.

A forma como Sen concebe o bem-estar é em estreita relação com o exercício da liberdade, incluindo a liberdade de participar nas escolhas sociais e no processo de tomada de decisões públicas (1999). Sen insiste na liberdade de participação democrática do indivíduo. As *funcionalidades* democraticamente acordadas vão fornecer uma matriz a partir da qual vão ser avaliadas as capabilidades. Essa matriz irá também sinalizar qualquer inibição à realização dessas capabilidades através de processos de adaptação de preferências, como resultantes da adversidade e injustiça.

As *capabilidades* na visão de Martha Nussbaum

Nussbaum transforma a abordagem das capabilidades de Sen numa teoria das capabilidades. Ao contrário das filosofias liberais contemporâneas, a versão de Nussbaum das capabilidades confere a prioridade do *bem* e não uma conceção abstrata do *justo*. Nussbaum, sendo uma profunda conhecedora da filosofia prática de Aristóteles vai propor uma conceção *eudemonista*, concreta e substancial de *vida boa*, quer dizer, do bem. Compreenda-se que as capabilidades não são virtudes éticas. Não se trata de impor ao indivíduo um código eticamente determinado, um estilo ou um modo de vida boa. Nussbaum vai continuar fiel ao liberalismo, mas vai compatibilizar o *eudemonismo* aristotélico com uma forma de liberalismo moderno, que confere à liberdade da pessoa o maior espaço possível para a *ação* ou agência humana. Nussbaum sistematiza e reforça os elementos aristotélicos da teoria das capabilidades de Amartya Sen (Nussbaum, 1990; 1995) e, desta forma a sua conceção ultrapassa a questão da medida das desigualdades sociais de Sen, para se aproximar mais de uma filosofia política (Santos, 2015).

Em *Aristotelian Social Democracy* (1990) Nussbaum justifica o seu distanciamento do do pensamento liberal dominante, sugerindo que a principal distinção entre a conceção aristotélica e as teorias liberais é a prioridade do *bem*. Quer dizer, a forma como teoriza as capabilidades não visa pensar um sistema de normas e princípios reguladores da distribuição de recursos ou bens primários (que seria dar a prioridade ao "justo"), mas antes pensar a organização política da sociedade a partir das condições capazes de contribuir para uma vida *boa* para cada cidadão. Ora, é importante compreender-se que o *bem* a que a sua versão da teoria se refere não tem como referência uma forma de vida eticamente sobredeterminada por práticas e valores, mas *capabilidades* que possibilitam muitas e diversificadas formas de vida boa (Santos, 2015).

O bem, ou a bondade de uma vida humana é definido por Aristóteles como *eudaimonia* e não se trata de um estado passivo de bem-estar, mas de *atividade* ou agência, não no exercício de nenhuma atividade em particular, mas de um conjunto de atividades em que a vida acontece. Para levar a cabo as atividades que constituem a vida humana, o ser humano tem necessariamente de dispor determinadas faculdades ou capabilidades. As capabilidades são as disposições que permitem ao ser humano responder ativamente como *agente* aos desafios da vida (Nussbaum, 1990). Ora, na versão de Nussbaum, o objetivo da ação política dos governantes consiste essencialmente no incremento das capabilidades dos cidadãos, cabendo ao Estado assegurar as condições externas ao seu desenvolvimento. É precisamente neste ponto que divergem as versões da teoria de Sen e Nussbaum, essencialmente pelo facto de Nussbaum objetivar uma lista com dez capabilidades centrais, que se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 5: Lista de capabilidades (síntese). Quadro elaborado a partir de Nussbaum (2011; 33-34)

Capabilidades humanas centrais	Experiências fundamentais
1. Mortalidade. Aversão à morte	Ser capaz de viver até ao fim da vida humana completa; não morrer prematuramente ou viver num estado em que a vida esteja tão diminuída ao ponto de não valer a pena ser vivida.
2. Corporeidade. Necessidade de movimento, alimentos, proteção do corpo, sexualidade	Ser capaz de *viver* em boa saúde; de ser adequadamente alimentado; de ter abrigo e proteção adequados; de ter oportunidades de satisfação sexual; de se mover livremente de um lado para outro.
3. Sentir prazer e dor	Ser capaz de evitar sofrimento desnecessário e inútil e ter experiências que deem prazer.
4. Cognição, perceção, imaginação, pensamento	Ser capaz de usar os cinco sentidos, de imaginar, pensar e raciocinar.
5. Emoções	Ser capaz de ter ligações emocionais a coisas e outras pessoas sem ser nós, de amar quem nos ama e cuidar de quem cuida de nós, de ficar triste com a sua ausência, de sentir saudade e gratidão.
6. Razão prática: planificação da vida de acordo com uma planificação do bem	Ser capaz de especificar uma conceção do bem e levar a cabo, de acordo com ela, uma reflexão relativa à planificação da nossa vida e da vida comum com os outros.
7. Relações com outros: relações familiares, sociais e políticas	Ser capaz de viver com e para os outros, de mostrar reconhecimento e preocupação pelos outros seres humanos, de se empenhar em diversas formas de interação familiar, social e política
8. Relação com seres de outras espécies e com a natureza. Sensibilidade à beleza natural	Ser capaz de viver com animais e plantas e preocupar-se com eles, bem como preocupar-se com a natureza na sua totalidade.
9. Humor e experiência lúdica	Ser capaz de rir, brincar, jogar e fruir com atividades lúdicas e recreativas.
10. A. experiência de controlo do meio humano em que se vive	*Controlo político do meio humano*. Ser capaz de participar em escolhas políticas que governam a nossa vida; ter direito à participação política, à participação da liberdade de expressão e associação.
B. experiência de controlo do meio material em que se vive	*Controlo material*. Ser capaz de possuir propriedade (da terra e de bens móveis); ter direitos de propriedade numa base de igualdade com os outros. *Ter direito a procurar emprego numa base de igualdade com os outros*; Ter liberdade nas buscas e apreensões injustificadas. *No trabalho, ser capaz de trabalhar como um ser humano, exercitar a razão prática e manter relações significativas de mútuo reconhecimento com os outros trabalhadores*

Capabilidades internas e *capabilidades combinadas*

Nussbaum faz a distinção entre capabilidades *internas* (*internal capabilities*) e capabilidades *combinadas* (*combined capabilities*) que são, no seu entender, duas tarefas de uma sociedade decente (2011, p. 21). Esta distinção ajuda-nos a compreender dois tipos de bloqueios da liberdade de agir (agência) das pessoas que são, como veremos, bem visíveis nas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração.

As capabilidades internas são características da pessoa, como por exemplo, competências, capacidades intelectuais e emocionais ou saúde física. Estas capabilidades internas não são inatas. Elas resultam da *interação* da pessoa com o seu meio familiar, social, económico e político. Para que uma sociedade promova o desenvolvimento de capabilidades humanas ela deve incidir no desenvolvimento de capabilidades internas,

através da educação, da promoção da saúde física e mental, do apoio à prestação de cuidados familiares, entre outros. As *capabilidades combinadas* (*combined capabilities*) resultam da combinação entre as *capabilidades internas* e os arranjos dos contextos socioeconómicos e políticos. O trabalho é, portanto, uma capabilidade combinada, porque resulta da combinação entre capabilidades internas e dos arranjos contextuais.

Uma sociedade pode ser muito eficaz a promover capabilidades internas, mas não dar oportunidades para as pessoas agirem de acordo com essas capabilidades. Considere-se o exemplo encontrado nas nossas narrativas de vida: uma jovem pode ter determinadas competências profissionais, mas não é capaz de realizá-las por ser imigrante sem direitos legais (por exemplo no caso da O. Maria; Narrativa nº 5) ou porque existem entraves burocráticos que bloqueiam o exercício de uma atividade profissional (por exemplo, no caso do Simão; Narrativa nº 6) ou porque simplesmente não encontra um emprego onde possa exercer as suas competências (por exemplo no caso do André; Narrativa nº 4 e o caso do Simão; Narrativa nº 6). Por outro lado, a sociedade pode ser muito eficaz a promover a liberdade de escolha, em vários domínios, mas não ser eficaz na promoção de capabilidades internas para que as pessoas tenham competências para exercer essa liberdade (por exemplo no caso da Madalena; Narrativa nº 8). Para Nussbaum, não é possível uma sociedade produzir capabilidades combinadas, sem que produza capabilidades internas (2011, p. 22).

Na Terceira Parte deste trabalho, depois de se analisar o problema da adaptação de preferências em profundidade, vamos discutir a capabilidade para o trabalho *significativo* como capabilidade combinada, à luz das narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração.

2. O problema da adaptação de preferências

Uvas azedas

Jon Elster, em *Sour grapes* (1983; p. 110) apresenta o primeiro trabalho que se conhece sobre a *adaptação de preferências*, fortemente influenciado pelos trabalhos clássicos do psicólogo Festinger sobre a *dissonância cognitiva*. Elster sugere que, tal como na fábula clássica da raposa e as uvas[14], as pessoas tendem a adaptar as suas preferências em circunstâncias adversas. Isto porque a distância entre desejos e realizações cria *dissonância cognitiva*, quer dizer, potencia um sentimento de desconforto, na forma de

[14] Uma raposa, cheia de fome, foi a uma vinha sabendo que lá haveria de encontrar muitas uvas. Mas, por muito que tentasse, não conseguiu alcançar nenhum cacho de uvas porque estavam muito altos. Tentou várias vezes sem sucesso. Por fim, cansada de tantos esforços inúteis, foi embora dizendo: tão verdes e azedas estão estas uvas, mesmo que alguém mas desse, nunca as comeria. (*A Raposa e as uvas*; Fábula atribuída a Esopo; Séc. V a.C.)

culpa ou vergonha, perante a discrepância entre aquilo que se deseja e aquilo que se pode fazer. A adaptação de preferências seria então uma das formas tipicamente humanas de redução desse tipo de desconforto ou frustração, por não se poder alcançar aquilo que se deseja. A hipótese da adaptação de preferências postula que a dissonância cognitiva é reduzida através do ajustamento das volições às reais oportunidades. As pessoas tendem a adaptar as suas escolhas àquilo que percebem como alcançável e a inibir as que percecionam como não realizáveis. Para Elster (1983) a adaptação de preferências seria então uma forma de adaptação a circunstâncias adversas, que acontece *sem a ação* do indivíduo[15]. É discutível que a adaptação de preferências seja a única resposta adaptativa a situações que envolvem dissonância cognitiva. A forma como Sen considera a adaptação de preferências vai distancia-se de Elster, para o qual a adaptação é um processo puramente causal de adaptação que acontece à revelia do próprio indivíduo (*behind the back;* p. 117).

Sen vai sublinhar a importância da adaptação de preferências, mostrando que se trata de um processo racional, que envolve a agência ou a ação das pessoas. A forma como se integra a razão e a ideia do que é ser racional é importante para se compreender o processo de adaptação de preferências. Aceitarmos que as pessoas ajustam os desejos aos contextos pressupõe abandonarmos a ideia de racionalidade estreita, que está subjacente nos modelos simplificados de racionalidade humana, porque existe uma multiplicidade de razões para escolher e porque as pessoas *ajustam* os seus desejos às reais oportunidades que têm, de forma planeada e consciente[16].

A discussão sobre a adaptação de preferências surge na tradição dos trabalhos de Isaiah Berlin e Jon Elster, Amartya Sen e Martha Nussbaum, que vão criticar o utilitarismo com o argumento de que a análise na satisfação de preferências falha no reconhecimento da tendência humana em se adaptar a circunstancias desfavoráveis ou de grande adversidade. As autoavaliações de bem-estar podem ser distorcidas pela privação. As decisões utilitárias deverão ser baseadas em preferências *autónomas* e, para termos a garantia que estamos perante preferências autónomas, devemos analisar retrospetivamente a sua formação e o seu desenvolvimento e não apenas analisá-las de forma isolada. A abordagem das capabilidades é uma resposta ao problema da adaptação de preferências, na medida em que a ideia de capabilidade tem em consideração, não só aquilo que o indivíduo valoriza, como também aquilo que o indivíduo tem bons motivos para valorizar (Sen, 1999).

Ora, porque as pessoas mais excluídas muitas vezes apresentam preferências que são adaptadas aos seus contextos desfavorecidos objetivos, a norma utilitária pela qual se pretende avaliar aquilo que as pessoas mais gostam e o grau de satisfação que dizem

[15] Elster em *Sour Grapes* (1983) caracteriza as preferências adaptativas de tipo *uvas azedas* como um fenómeno oposto ao *o fruto proibido é o mais apetecido*, que conceptualiza como *preferências contra adaptativas*. Elster considera estas últimas como eticamente menos problemáticas porque não geram um conflito comparável entre a autonomia e o bem-estar (p. 112).

[16] A ideia de racionalidade é desenvolvida na terceira parte deste trabalho no tema 4: Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem.

sentir, demonstra não ser adequada para fazer face a questões referentes à justiça social e à igualdade de oportunidades. Por não considerar o facto de existir preferências adaptativas, o conceito de utilidade desvia o processo de desenvolvimento a favor do *status quo*, ao ser este utilizado como referência normativa. A norma utilitária, ao sugerir que o objetivo do desenvolvimento é um *estado* ou uma condição das pessoas, quer dizer, um estado de satisfação, desvaloriza a importância da ação e da liberdade.

Sen desenvolve estes argumentos rejeitando as abordagens que se fundamentam exclusivamente nas preferências utilitárias para o desenvolvimento de princípios de ação política, porque estas são incapazes de produzir e conduzir um escrutínio das preferências ou desejos que podem revelar diferentes formas pelas quais o *habitus*, medo, baixas expectativas e condições sociais injustas deformam as escolhas das pessoas ou os seus desejos, em relação às suas vidas. Por não ter em conta o facto de existir preferências adaptativas, o conceito de utilidade altera também o processo do desenvolvimento a favor do *status quo*, ao ser utilizado como referência normativa. Por outro lado, uma vez que que sugere que o objetivo do desenvolvimento é um estado ou uma condição das pessoas, ou melhor, um estado de satisfação, desvaloriza a importância da ação e da liberdade no processo de desenvolvimento.

Sen sublinha ainda que estas lacunas são ainda maiores quando a teoria é confrontada com as desigualdades que se baseiam no sexo, pois a vida das mulheres reflete a sua luta por muitos elementos de bem-estar, nos quais estão incluídos a saúde, a educação, o trabalho, a mobilidade, a participação política, etc. As preferências das mulheres normalmente são apresentadas de uma forma distorcida e têm frequentemente origem em circunstancias que à partida foram injustas. Tanto a ação como a liberdade são objetivos que têm uma particular importância para as mulheres, na medida em que tantas vezes têm sido tratadas como seres dependentes e passivos (Sen, 1999)

A adaptação de preferências na visão de Amartya Sen

Nos seus estudos sobre a divisão de trabalho por género, dentro e fora da família, Sen (1985) refere-se a perceções adaptadas (*adapted perceptions*; p. 196) que tende a afetar os desejos e a forma como as pessoas manifestam a sua satisfação em relação a regras e normas sociais injustas. Isto pode acontecer como um indicador de que as preferências e os desejos se vão ajustando ao longo do tempo, para tornar a vida suportável perante a exposição continuada à adversidade, de modo que *a dona de casa domesticada* (*tamed housewife*) ou o *desempregado empedernido* (*broken unemployed*) tenham uma trégua no desconforto gerado entre o desejo inalcançável e a sua experiência continuada de exclusão. Baixar as expectativas será uma forma de o indivíduo poupar-se ao dispêndio de energia da frustração e da revolta constantes. Este ajuste mental pode sugerir alguma resistência inicial à adversidade das circunstâncias. Contudo, Sen lembra que aqueles que não conheceram outra coisa a não ser a privação material, podem não estar

necessariamente insatisfeitos ou descontentes com as circunstancias da sua vida. Em *Gender and cooperative conflicts* (1990) Sen dá o exemplo de mulheres sem instrução que vivem abaixo do nível de subsistência, sujeitas ao nível de bem-estar da sua família, que são incapazes de sequer compreender o conceito de interesse pessoal:

> Tem sido observado frequentemente que se uma mulher rural indiana típica fosse questionada sobre o seu bem-estar pessoal, ela acharia a pergunta ininteligível e, se pudesse responder, ela responderia à pergunta em termos da sua leitura do bem-estar da família a que pertence. A ideia de bem-estar pessoal pode não ser viável nesse contexto (Sen, 1990; p. 126).

Para Sen, a adaptação de preferências está implícita, se quisermos, na aceitação de uma determinada ordem social e, desta forma as autoavaliações do bem-estar são influenciadas pelas suas circunstâncias sociais e culturais. Ao referir-se à adaptação de preferências, Sen tende a retratar situações extremas de exclusão social ou económica, indivíduos que são expostos, durante longos períodos de tempo a situações de privação intensas e específicas, que os obrigam a acomodar os seus desejos às restrições contextuais, situações de pressão social, medo, ignorância ou discriminação persistente, como no caso da discriminação contra as mulheres (Sen, 1999). Nestes contextos, as pessoas tendem a inibir os seus desejos, dadas as circunstâncias extremamente difíceis e esta inibição tende a comprometer a capacidade destas desempenharem as suas funções de agentes. Na medida em que, nestas circunstancias, as pessoas conformam-se com as suas circunstâncias desfavoráveis, que distorcem as suas preferências, os seus pontos de vista subjetivos são pouco fiáveis como base informacional de análises normativas de bem-estar.

Daquilo que temos vindo a afirmar até aqui, destacamos dois aspetos chave na conceção de Sen sobre preferências adaptativas, que se diferenciam do fenómeno das *uvas azedas* de Elster, que apresentámos no inicio desta seção; primeiro, elas incluem o pensamento racional e segundo elas nunca são fenómenos triviais do comportamento humano, porque comprometem significativamente a *agência*, o bem-estar e a dignidade da pessoa.

Sen dedica-se a analisar o impacto profundo que a adaptação de preferências tem para o bem-estar. Em *Rationality and Freedom* (2002) afirma que as pessoas que vivem sob tirania podem não ter coragem de desejar viver em liberdade e aceitam as privações da liberdade, experimentando prazer em pequenas coisas. Na escala de utilidade, medida em termos de satisfação mental, as privações são abafadas e silenciadas. O sucesso das tiranias está em transformar as vítimas em colaboradores (Sen, 2002, p. 634), como as *minorias eternamente oprimidas em comunidades intolerantes* ou as *donas de casa em culturas severamente sexistas* (Sen, 1999, pp. 62-63). A teoria das capabilidades considera a liberdade como uma coisa boa em si mesma e as preferências adaptativas inibem a liberdade. Por outras palavras, as preferências adaptativas são produtos inequivocamente negativos da adversidade e da injustiça.

Em Sen, os cenários de adaptação de preferências remetem-nos para situações extremas de exclusão, o que pode criar dificuldades quando se procura analisar a adaptação de preferência em situações menos extremas. Nas narrativas de vida de jovens desempregados que serviram de base a este trabalho (que se apresenta na íntegra em anexo 1) encontramos casos de adaptação de preferências muito extremos, próximos da caracterização de Sen. São os exemplos das narrativas de vida do Pedro (narrativa 1), da O. Maria (narrativa 5) e da Madalena (narrativa 8) que analisaremos mais adiante. No entanto, encontramos exemplos de adaptação de preferências menos extremos, como os exemplos das narrativas de vida da Maria (narrativa 2), da Betânia (narrativa 3), do André (narrativa 4) e do Simão (narrativa 6). Ora, se se aceitar que todas as preferências podem ser mais ou menos adaptativas, qual o valor da análise da adaptação de preferências na linha de Sen para exemplos de adaptação menos extremos? Por outras palavras, como saber que os indivíduos carenciados participam em estratégias de intervenção sem que as suas escolhas sejam resultantes da adaptação de preferência?

Sen defende uma abordagem multidimensional do comportamento humano e do bem-estar, assumindo que as estruturas sociais exercem influência nos indivíduos, nas suas funcionalidades e *capabilidades*. Contudo, o autor não apresenta uma teoria explicativa da forma como as pessoas produzem e reproduzem os seus ambientes socioculturais de desigualdade e injustiça social. Quer dizer, a teoria das *capabilidades* não é uma teoria social e, precisamente por isso não consegue apreender a *génese* da adaptação de preferências.

A adaptação de preferências na visão de Martha Nussbaum

O respeito pela capacidade de pensamento reflexivo centraliza a preocupação de Nussbaum sobre as preferências adaptativas e está na base da sua rejeição do utilitarismo como princípio da ação política, porque falha em capturar a complexidade das ações humanas, ao ignorar o carater crítico e deliberado das pessoas na vida real (Nussbaum, 2000). Nussbaum analisa o problema da adaptação de preferências particularmente do ponto de vista da descriminação das mulheres, recorrendo a exemplos de histórias de vida de mulheres em circunstâncias marcadas pela adversidade, como no caso de Jayamma (Nussbaum; 2000; p. 103) ou Vasanti (Nussbaum, 2001). Em *Women and Human Development* (2000) Nussbaum explica que a iniquidade das preferências adaptativas está na sua capacidade em apagar a consciência de si como pessoa com direitos e a clarividência mental de que a pessoa se encontra numa situação de clara injustiça. Mais importante ainda é que as preferências adaptativas impedem que a pessoa reconheça os seu direito inalienável de ser reconhecida como ser humano. A pessoa não reconhece sequer as capabilidades funcionais em relação à sua própria vida porque se tornou, ela própria, cúmplice da sua subjugação. Alguma coisa estará errado quando a pessoa não se vê como portadora de direitos e um cidadão cuja dignidade e valor são iguais a todos os

outros (2000, p. 13). Todavia, ao contrário de Sen, Nussbaum não considera que todas as preferências adaptativas sejam uniformemente negativas e dá um exemplo:

> Alguém em criança pode querer ser a melhor cantora de ópera do mundo (como eu fiz) ou o melhor jogador de basquete, a maioria das pessoas ajusta as suas aspirações àquilo que elas realmente podem alcançar. Eu não sou livre para ser a principal cantora de ópera nem o adulto de baixa estatura para ser o principal jogador de basquete. Não conseguimos alcançar as uvas e (portanto) mudámos as nossas preferências de acordo com esse fracasso, pensando que essas vidas não são para nós. Mas isso é claramente uma coisa boa e provavelmente não devemos encorajar as pessoa a persistir em aspirações irrealistas (2000; pp. 137-138).

Ora, para Nussbaum a adaptação de preferências surge da inibição de certas capabilidades centrais, que correspondem às dimensões da sua lista de capabilidades. Em suma, as preferências adaptativas podem ser positivas quando o florescimento individual é baseado no reconhecimento das nossas próprias limitações como indivíduos, mas são negativas quando o florescimento é impedido pela aceitação e resignação de formas de vida abaixo dos padrões de humanidade. Quando a pessoa reconhece a natureza adaptativa das suas preferências é o início da sua busca pela sua independência e pela sua autodefinição (Nussbaum, 2000). Vamos aprofundar este tema nas seções que se seguem.

3. Porquê rejeitar o *valor* da adaptação de preferências

A resignação como adaptação à adversidade

Considere-se aquilo que os investigadores chamaram de *síndrome da resignação*, uma síndrome identificada em crianças em idade escolar e jovens, ainda controversa, que só recentemente a literatura tem dado destaque (Santiago et al, 2018). Existem registos históricos que esta síndrome teria sido identificada em prisioneiros detidos em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. A síndrome da resignação manifesta-se através do isolamento social, que se vai intensificando até a pessoa cair em estado comatoso. Esta síndrome voltou a ser identificada nos nossos dias, em crianças e jovens refugiados, provenientes de países do Médio Oriente e dos Balcãs e a sua prevalência tem aumentado com a situação de crise humanitária internacional dos refugiados, que se tem vivido, desde o início das guerras do Médio Oriente, na Líbia, na Síria e no Iraque. A Suécia tem a maior prevalência desta síndroma no espaço europeu, eventualmente por ser um país com uma política aberta ao acolhimento de refugiados. Trata-se de crianças e adolescentes filhos de refugiados que pediram asilo político, porque viveram situações de violência extrema no seu país de origem: presenciaram crimes de guerra, perseguição politica, assassinatos e violações. Quando a síndrome se manifesta, estas crianças e adolescentes já estão perfeitamente integradas na sociedade que os acolheu; dominam a língua do país, frequentam a escola, têm amigos, mas no entanto vivem numa situação de perpétua indefinição legal, num impasse político. As crianças têm clara noção de que estão em risco de deportação para os seus países de origem (elas e as suas famílias). A

síndrome da resignação começa a manifestar-se através de sintomas de isolamento social, sem que haja um motivo aparente, que despolete uma mudança repentina do seu comportamento. Progressivamente, a criança ou o adolescente deixa de falar, deixa de se alimentar, não se levanta da cama e, deixa de reagir a estímulos, chegando mesmo a ter de ser alimentada por sondas e estimulada para que não percam o tónus muscular. Estes sintomas não se relacionam com quaisquer outros quadros clínicos e estão excluídos quaisquer outros tipos de patologia. Algumas crianças e jovens vivem neste estado comatoso durante meses consecutivos. O mais extraordinário é que quando a sua situação legal se resolve, quando as crianças deixam de correr o risco de serem deportadas, por exemplo, quando os pais recebem autorização de residência ou deixam de viver num clima de medo, elas lentamente começam a recuperar a consciência, retomam a alimentação e voltam a fazer a sua vida normal, sem registo de qualquer memória do que aconteceu. Não se sabe ao certo como isso acontece, que processos psicológicos e biológicos estarão na base deste síndroma, mas acredita-se que seja uma forma inata de autoproteção ou homeostasia, eventualmente porque as crianças pequenas não têm capacidade de discernimento para lidar com situações de terror, de violência extrema e injustiça social e, por isso, ativam recursos homeostáticos inconscientes. Por outro lado, a recuperação só acontece quando o contexto familiar se altera definitivamente, quando as tensões e ameaças cessam e o ambiente familiar fica normalizado. Apenas quando isso está garantido, a síndrome lentamente desaparece (Santiago et al, 2018).

A síndrome da resignação é um exemplo de um processo de adaptação na adversidade *in extremis* que nos ajuda a compreender os processos de adaptação humana. Ela dá-nos uma imagem clara e inequívoca de duas dimensões importantes da adaptação humana para a nossa análise: primeiro, que a adaptação à adversidade envolve o recurso a processos cognitivos e psicológicos que são ativados para que a pessoa possa otimizar a sua adaptação à adversidade dos contextos; segundo, esclarece que, para se compreender o florescimento ou o desenvolvimento humano, temos forçosamente de incidir na forma como os contextos familiares, sociais, económicos e políticos condicionam a liberdade do ser humano, que pensa e sente. Voltaremos a ela, sempre que dela precisarmos, para refletirmos sobre o que é e qual o valor da adaptação de preferências.

Os argumentos robustos a favor do bem-estar *subjetivo* e suas contradições

Sen reconhece que, em sentido prático, a adaptação de preferências poderá ser uma estratégia de sobrevivência (Sen, 1999; 2012). No entanto, o autor é muito relutante em reconhecer quaisquer aspetos positivos desse tipo de adaptação, considerando as preferências adaptativas como produtos inequivocamente negativos da adversidade e da injustiça. Os investigadores que estudam o bem-estar subjetivo desafiam esta ideia defendida por Sen de que a adaptação de preferências é um produto inequivocamente negativo.

A Psicologia tem estudado há várias dezenas de anos o bem-estar, particularmente desde que Diener (1984) publicou um artigo intitulado *Subjetive well-being*. Os psicólogos referem-se ao bem-estar subjetivo (BES) como um experiência de funcionamento psicológico ótima, que é reportada como uma experiência de nível elevado de afetividade positiva, um nível baixo de afetividade negativa e um nível elevado de satisfação com a vida. Quando a pessoa reporta a experiência destas três dimensões, é avaliada como tendo um nível elevado de bem-estar subjetivo. Alguns investigadores associam esta experiência de BES igualmente como felicidade. Diz-se *subjetivo* porque é a própria pessoa que reporta essa avaliação, por si própria, identificando, ela própria, qual o grau que experiencia esse sentimento de bem-estar.

A investigação neste domínio centra-se nos fatores pessoais sociais e culturais, que estão associados a esta experiência subjetiva de bem-estar. É importante esclarecer que, as assunções teóricas sobre o BES não são feitas a partir daquilo que se entende sobre o que deve gerar bem-estar, nem sobre a universalidade das condições que provavelmente farão as pessoas felizes. Os psicólogos que analisam o BES não têm essas pretensões. A abordagem do BES é uma abordagem *hedonista* do bem-estar (Kahneman, Diener &, Schwarz, 1999) porque interpreta o bem-estar do ponto de vista da afetividade positiva ou negativa da pessoa.

A investigação empírica do BES evidencia que a capacidade de adaptação humana à adversidade constitui um bom indicador de saúde física e mental e um bom preditor de longevidade (Diener *et al*, 1999). É muito importante deixarmos algumas notas sobre este que nos parece ser o argumento mais robusto por parte do bem-estar subjetivo. Precisamente a evidência empírica que que a adaptação humana à adversidade é um bom preditor de uma vida longa. Vamos chamá-lo de *argumento da longevidade* e que desafia a análise da ideia de *valor* da adaptação de preferências. Quer dizer, se assumirmos que as pessoas que têm maior capacidade de adaptação à adversidade são as pessoas que têm mais probabilidades de viver uma vida longa, como evidencia a investigação empírica, continuaremos a considerar as preferências adaptativas um produto inequivocamente negativo da adversidade? O *argumento da longevidade* não será uma boa razão para se valorizar a adaptação de preferências?

Rejeitar o "argumento da longevidade"

Como referimos no início deste capítulo, existe uma linha divisória na forma como a abordagem das capabilidades e as análises do bem-estar subjetivo entendem o uso de informação subjetiva nas análises normativas do bem-estar. O investigador do bem-estar subjetivo vê o bem-estar como *hedonismo*, um estado *passivo* de bem-estar ou felicidade. A análise das capabilidades vê o bem-estar como *eudaimonismo*, um conceito de bem-estar associado a um processo de realização pessoal através da *ação*, a realização *ativa* das potencialidades da pessoa como ser humano. São duas abordagens diferentes do bem-

estar, na forma como se vê a ação humana: a primeira vê o bem-estar como um fim e a segunda vê o bem-estar como um meio para a realização pessoal. O que Sen rejeita é a ideia hedonista de bem-estar *como princípio de ação política*, porque este sentimento de bem-estar ou felicidade pode ocultar um processo de adaptação de preferências a situações de injustiça.

Quer dizer, o *argumento da longevidade* não refuta (nem pode refutar) o facto de que essa adaptação, em algumas circunstâncias, possa ser um produto inequívoco da adversidade e da injustiça. A história da evolução humana é também a história da adaptação do ser humano a circunstâncias adversidade extrema. É natural que as adversidades por que passámos coletivamente como espécie, no decurso do nosso longo processo evolucionário, nos tenham levado a desenvolver mecanismos adaptativos para a preservação da vida, que nos inoculassem capacidades mais adaptativas a circunstâncias de semelhante adversidade e sofrimento. Estes mecanismos estariam relacionados com a necessidade de redução do sofrimento humano e com a reposição da *homeostasia* (Damásio, 2017).

A *síndrome da resignação* que apresentámos no início desta seção, é um exemplo muito claro da adaptação humana *in extremis*, onde são recrutados mecanismos inconscientes de adaptação para a preservação da vida. Nesse caso, os mecanismos fisiológicos e psicológicos são ainda desconhecidos, mas sabemos que são ativados principalmente em crianças e jovens, que viveram situações sociais de stress psicológico extremo. Em sentido estrito, este processo de adaptação como resignação é essencial e favorável à preservação da vida. Mas, o que está aqui em causa é atender-se às circunstâncias que levaram à emergência desses mecanismos, que particularmente neste caso seriam circunstâncias *objetivas*, altamente impeditivas do desenvolvimento e da dignidade humana daquelas pessoas e, por isso, injustas.

Ora, é importante aqui compreender-se que esses mecanismos de adaptação não são bons nem maus em si mesmos. Quer dizer, a adaptação por si só não é uma virtude em si mesma. São mecanismos adaptativos complexos, mecanismos físicos, químicos, biológicos e psicológicos, que a pessoa possui através da sua corporeidade, para que se possa adaptar ao meio e que são ativados em função da intensidade da adversidade a que a pessoa é exposta. Se a adaptação é um processo que preserva a vida e a espécie, então podemos assumir que a adaptação, nesse sentido, é uma coisa positiva. Mas, o que está aqui em causa não é discutir-se os mecanismos da adaptação da natureza humana, mas as *circunstâncias* em que ocorre essa adaptação. Há séculos que se sabe, a partir dos trabalhos pioneiros de Darwin sobre a teoria da evolução das espécies, que o indivíduo que tem mais probabilidades de sobrevivência não é o indivíduo mais forte, nem é o indivíduo mais inteligente, mas sim aquele que tem maior capacidade de adaptação à adversidade. Também se sabe que, em algumas circunstâncias, a pessoa para se adaptar à adversidade pode ter de ignorar toda a sua humanidade. Ora, mais importante que a pessoa sobreviva é importante que ela viva com dignidade. É precisamente isso que está aqui em

causa, a capacidade da pessoa viver uma vida *com dignidade*, por outras palavras, a dignidade humana.

Martha Nussbaum (2011) em *Creating Capabilities* lembra-nos que para que um ser humano possa levar uma vida digna, quer dizer, para que a sua vida seja, de alguma forma, significativa é preciso que ele seja capaz de atingir um limiar em relação a alguns aspetos específicos da sua humanidade, como por exemplo em relação à sua saúde e integridade corporal, possa fazer uso da razão prática, seja capaz de se expressar emocionalmente, se relacionar com os outros, possa fazer uso da sua imaginação ou ter controle sobre o seu ambiente. Na ausência de uma oportunidade realmente robusta de *agir*, de maneira a poder alcançar esses fins, é praticamente impossível que a pessoa experiencie uma vida humana significativa.

Podemos, na realidade, evitar determinadas circunstancias do mundo (social económico e cultural) que sabemos que potenciam adaptações que desumanizam o ser humano. A análise da adaptação de preferências está estreitamente relacionada com o comprometimento das liberdades das pessoas. É importante compreender-se que a abordagem das capabilidades não analisa *o que é* a natureza humana nem pretende analisar as normas do que é inato na natureza humana. No lugar disso, a ideia de capabilidade é essencialmente um questionamento ético para se saber que capabilidades são realmente valiosas para que o ser humano possa ter uma vida digna e quais as capabilidades que uma sociedade minimamente justa se deve esforçar para alimentar e apoiar (Nussbaum, 2011; p. 28).

Por outras palavras, do ponto de vista da ética, faz mais sentido promover-se uma discussão, séria e alargada, sobre quais as contrariedades associadas à privação da liberdade, no lugar de discutirmos quais as vantagens em nos habituarmos à falta dela. Esta é, na verdade, a essência do desentendimento entre os que rejeitam as escolhas subjetivas como ponto de partida para a análise do bem-estar (porque essas escolhas mascaram a adaptação de preferências) e aqueles que valorizam as escolhas pessoais como ponto de partida para a análise do bem-estar subjetivo, duas dimensões de natureza distinta da análise do bem-estar e da natureza humana.

A análise do bem-estar *subjetivo* não assume um compromisso ético

A análise psicológica do bem-estar subjetivo tende, de alguma forma, a analisar as vantagens e as desvantagens da adaptação à adversidade ou à privação do exercício da liberdade, mas não assume necessariamente um compromisso ético da defesa da liberdade das pessoas. Essa posição nunca pode ser garantida pelo investigador que analisa o bem-estar subjetivo, porque a sua posição é *necessariamente* neutra, da mesma maneira que as análises dos mecanismos bioquímicos envolvidos na adaptação humana à adversidade não envolve um posicionamento ético, apenas analisam padrões de funcionamento mental

da natureza humana na adversidade. É precisamente por esta razão que temos de ser cautelosos na forma como se analisa os resultados da investigação do bem-estar subjetivo, que tendem a valorizar a adaptação à adversidade, como o *argumento da longevidade*. Sabemos que a pessoa pode ter uma vida longa na privação extrema, tendo sido, ao longo de todo o seu percurso de vida, privada da sua dignidade e liberdade como ser humano. Ora, se o foco de análise for a mera sobrevivência, a adaptação de preferências pode ser considerada um bem, mas se o foco de análise for a liberdade humana a adaptação de preferências nunca pode ser considerada um bem.

A análise das capabilidades assume um compromisso ético com o exercício da liberdade do ser humano, reconhecendo que a liberdade da pessoa é um valor a preservar. Por isso, por princípio, a ideia de capabilidade tem de *rejeitar* liminarmente as preferências adaptativas, porque elas desumanizam o ser humano, *ainda que* elas possam ser a única condição para uma vida longa e feliz.

Esclarecer e rejeitar "o argumento da longevidade" ou o valor da adaptação de preferências não é um mero detalhe teórico. É, na realidade, o ponto de partida para compreendermos um conjunto de equívocos e pré-conceitos em relação à tomada de decisão das pessoas mais fragilizadas e vulneráveis. É também o ponto de partida para o desenho de políticas e métodos de investigação aplicada no estudo da adaptação humana à adversidade e para o desenvolvimento e planeamento de programas de intervenção, no terreno, destinados a grupos mais vulneráveis.

Na terceira parte deste trabalho, vamos retomar esta questão para discutirmos que implicações terá a rejeição do valor da adaptação de preferências para o desenho de planos e estratégias de intervenção psicológica e social com a população jovem. Vamos ver que promover a adaptação e a resiliência à adversidade dos contextos nem sempre é uma boa estratégia para se promover a saúde mental dos jovens. Nas síndromas que têm origem nos arranjos socioeconómicos, como por exemplo, a *Síndroma de Burnout*, promover-se a adaptação e *estratégias de aceitação*, mais do que despropositado, parece-nos um erro grave, porque estamos a *patologizar* problemas políticos e económicos. Remetemos este tema para a discussão (terceira parte deste trabalho), que se espera esclarecedora e inspiradora para uma discussão aberta sobre a cada vez maior incidência de psicopatologia na população jovem. Para já, vamos estudar a génese da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado. Para este trabalho, vamos recorrer às narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração que apresentamos no Anexo 1.

Parte 2:
Compreender a *génese* da *adaptação de preferências* no desemprego jovem prolongado através de narrativas de vida

Como analisámos atrás, tanto Sen como Nussbaum sugerem que as preferências adaptativas têm um carácter particular e especial, que se afasta do fenómeno das *uvas azedas* de Elster (1984). Em *Rationality and Freedom* (2002) Sen reforça a ideia de que a adaptação de preferências envolve o pensamento racional e nunca deve ser considerada como um fenómeno trivial do comportamento humano, uma vez que compromete a liberdade de agir e o bem-estar, com um impacto profundo no curso de vida das pessoas. Vimos que a natureza contra factual das capabilidades de Sen possibilita a identificação das preferências adaptativas em circunstâncias de extrema privação, mas concordamos com Teschl & Comin (2007), quando dizem que a sua eficácia enfraquece quando se faz a análise das privações da liberdade em circunstâncias menos extremas ou menos óbvias, em que é difícil distinguir-se o que as pessoas realmente preferem daquilo que são levadas a preferir (p. 236).
Sen tem insistido que é importante compreender-se que as oportunidades dependem crucialmente dos arranjos institucionais e da forma como as instituições funcionam (Sen, 1999). As instituições têm um papel tanto cognitivo como causal (*cognitive and causal power*) que são dimensões importantes para se analisar a atribuição de responsabilidades (Nussbaum; 2002). Por isso mesmo, temos boas razões para pensar que a responsabilidade para se promover as capabilidades humanas é também uma responsabilidade institucional (p. 20). Em *Women and Human Development* (2000) Nussbaum dá exemplos de histórias de vida de mulheres altamente excluídas (como as narrativas de Vasanti e de Jayamma), com as quais ela própria contactou, para sugerir que quando estas mulheres experienciam o exercício das capabilidades, inicia-se um processo que será irreversível. Estas mulheres, tendo experienciado viver a sua vida em liberdade, quer dizer, uma vez tendo acesso por exemplo a educação, trabalho pago, cuidados de saúde, reconhecimento social, não mais quereriam voltar ao seu ponto de partida. (p.153). As mulheres teriam de passar por dois níveis de consciência: primeiro, teriam de considerar, elas próprias, que estão numa má situação e segundo, teriam de reconhecerem-se a si próprias como cidadãs com direitos, para viverem uma vida melhor (p. 140). Quando isso acontece, quando experienciam a vida em liberdade, inicia-se um processo inevitávelmente irreversível. Por essa razão, adianta, os desafios que sejam bem sucedidos às preferências adaptativas são um sinal de que "a conceção que estamos a desenvolver [as capabilidades] é estável e que os regimes que frustram as capabilidades centrais provavelmente se mostrarão instáveis" (Nussbaum, 2000; p. 153).

Esta ideia de que se pode desestabilizar os regimes que frustram as capabilidades centrais, levando as pessoas a tomarem consciência da sua adaptação de preferências, parece-nos ser uma ideia demasiado otimista. É certo que a mudança começa com essa tomada de consciência que a situação em que se vive é injusta e que se merece viver uma vida em liberdade. Contudo, temos dúvidas que este seja um processo linear, inevitável e

irreversível. A razão maior para desconfiarmos da linearidade, irreversibilidade e da inevitabilidade deste processo relaciona-se com o facto das sociedades tenderem a estabilizar-se através da própria aquiescência, ou se quisermos da colaboração dos indivíduos em produzir e reproduzir poder e desigualdade.

A psicologia e a sociologia ensina-nos que as pessoas que são expostas por longos períodos à adversidade, especialmente em idades mais precoces, tendem a interiorizar as estruturas de desigualdade, quer dizer, tendem a passar do papel de vítimas a colaboradores, de agredidos a agressores. Isto quer dizer que a abordagem das capabilidades é muito eficaz em identificar a adaptação de preferências como um problema que interfere o exercício da liberdade das pessoas, mas não consegue apreender a *génese* da adaptação de preferências.

Sen assume uma abordagem multidimensional do comportamento humano e do bem-estar, assumindo que as estruturas sociais exercem uma influência nos indivíduos, nas suas funcionalidades e capabilidades. Mas, o autor não elaborou uma teoria explicativa da forma como a pessoa reproduz o seu ambiente social. Quer dizer, a abordagem das capabilidades não é uma teoria social nem um projeto acabado (Martins, 2012) e, por isso, não consegue apreender os processos sociais que estão na génese da adaptação de preferências. Esta impossibilidade de apreender a génese da adaptação de preferências, tanto na versão de Sen como na versão de Nussbaum da adaptação de preferências, não tira qualquer valor à ideia de capabilidade. Apenas quer dizer que teremos de alargar o foco da nossa análise para fora do âmbito das capabilidades, para que possamos apreender as dinâmicas dos poderes de dominação socioeconómica, de uma forma mais sistemática.

4. As preferências como estruturas sociais incorporadas

Num dos trabalhos mais marcantes da análise social contemporânea, Pierre Bourdieu (2010) em *A distinção, uma crítica social da faculdade do juízo* demonstrou como os recursos e os arranjos sociais, especialmente aqueles a que as pessoas são expostas durante os anos da juventude, geram entendimentos muito claros sobre o que é razoável a pessoa esperar para a sua vida. Nesta obra, o autor apresenta um conjunto de argumentos contrários às definições abstratas e utilitárias da possibilidade de "escolha" porque essas definições abstratas da ideia de escolher não apreendem as disposições sociais que estão na base dessas opções.

As preferências das pessoas em domínios sobre a educação, formação, preferências profissionais, ou mesmo as suas posições políticas ou referências artísticas, por exemplo, são sempre dependentes do volume de capital acumulado e sempre relativas ao nível de instrução e à herança familiar. Quer dizer, as preferências das pessoas classificam-nas e distinguem-nas, aproximam e afastam-nas. Ora, de que maneira as preferências das pessoas enquanto *agentes*, se quisermos, são estruturadas? Bourdieu explica a

estruturação das preferências traçando sistematicamente correlações entre a transmissão do capital cultural e o que foi herdado pela família, em idades muito precoces. Quer dizer, os princípios e valores que vão orientar as suas escolhas e as suas preferências é socialmente construído pelos capitais acumulados, que aprenderam a reconhecer pela via de uma lógica de *campo* e de *poder*.

Será esse *habitus* que irá hierarquizar o que é culturalmente aceite ou excluível para a pessoa e que irá distinguir aquilo que é autêntico ou inautêntico para o seu grupo social, como por exemplo a escolha de uma profissão, a escolha de um parceiro ou até a escolha de um local para se viver. O *habitus* é o princípio das afinidades imediatas e a base dos encontros e das aquisições sociais. Este é o princípio básico por que Bourdieu também defendia que a igualdade de oportunidades, por si só, não garante necessariamente a igualdade social a todos os indivíduos. O *habitus* é a base da escolha dos agentes, porque as preferências estão estreitamente relacionadas com as condições objetivas da sua existência. Ora, a ideia de *habitus* não deve ser entendida como uma visão determinista da vida social. As práticas dos diferentes grupos sociais vão distribuir-se ao longo de um campo alargado de possibilidades, de tal maneira que o número de espaços de preferências será equivalente ao universo de possibilidades objetivas.

O *habitus* tem assim o poder de estruturar, restringir e moldar as aspirações e comportamentos dos agentes, em vez de meramente os inibir ou constringir, através de um processo que Hodgson (2006) chamou de "causação reconstitutiva descendente" ("reconstitutive downward causation") (p. 7). Ora, este fenómeno não pressupõe que as instituições através do *habitus* possam determinar as aspirações de forma direta, completa ou uniforme, mas antes que possam exercer efeitos descendentes significativos e duradouros. Ao moldar e confinar as aspirações, as instituições através do *habitus* abrem caminho para a perpetuação desses efeitos, contaminando com as suas convenções as estruturas de pensamento individual e coletivo.

Isto não quer dizer que as instituições atuem à margem dos indivíduos ou grupos de indivíduos nelas envolvidos. Elas são simultaneamente estruturas objetivas e fontes de recursos e florescimento ou prosperidade da agência humana. Os hábitos individuais e coletivos e as estruturas institucionais são interdependentes, interagindo e reforçando-se mutuamente. É precisamente através do *habitus* que as instituições criam fortes mecanismos de conformismo e consentimento coletivo (Bourdieu, 2010).

A concetualização de *habitus*, pelo seu grande valor empírico é um conceito valioso para compreendermos a *génese* da adaptação de preferências, como limitadora da realização das capabilidades básicas das pessoas. E adquire um alcance universal, na eficácia com que ele apreende a homogeneidade dos gostos e preferências dos jovens em relação às escolhas de atividades profissionais ou cursos de formação e educação que vão ditar os seus percursos de vida. O *habitus* ajuda-nos igualmente a compreender um conjunto de escolhas e preferências relativamente alargado das vivencias políticas e sociais dos jovens como a sua participação política, preferências religiosas ou até conflitos urbanos juvenis.

O seu valor está também no reconhecimento dos processos históricos que estão na génese e na ampliação de práticas culturais.

O *habitus* dissimula a ideia da livre escolha

A partir do conceito de *habitus* compreendemos que as preferências individuais não são resultado de um raciocínio isolado, nem decorrem do acaso. As preferências dos indivíduos obedecem a uma lógica interna, obedecem a esquemas e formas de classificação, que devem a sua eficácia ao facto de funcionarem para lá da consciência e do discurso. Em *A distinção*, Bourdieu afirma:

> As estruturas cognitivas que os agentes sociais aplicam para conhecerem praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social implicado no comportamento "sensato" neste mundo usa esquemas classificatórios (ou, se preferirmos, "formas de classificação", estruturas mentais (...), esquemas históricos de perceção e de apreciação que são produto da divisão objetiva em classes (classes etárias, classes sociais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Sendo o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, estes princípios de divisão são comuns a todos os agentes desta sociedade e possibilitam a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum (Bourdieu, 2010; p. 682).

Os esquemas de *habitus* dissimulam o que poderia ser erroneamente designado por *valores* ou por escolhas livres, porque envolvem os princípios fundamentais da construção do mundo social, por exemplo, os princípios que exprimem a divisão do trabalho entre faixas etárias e sexos ou a divisão sexual do trabalho. Os esquemas de *habitus* exercem um controle muito prático e objetivo da distribuição ou da divisão do trabalho, que convém ou não ao indivíduo que ocupa uma determinada posição no espaço social. As preferências vão funcionar como um sentido de orientação social, vão orientar os agentes nas escolhas que melhor beneficiam a posição social que ocupam. Vai existir assim uma correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, cujo efeito mais importante é a adesão coletiva das relações de ordem social que são aceites como evidentes, quer dizer, a adesão à *doxa*. A *doxa* é pois a aceitação por parte dos indivíduos dos limites e das posições das estruturas e dos grupos sociais. A transformação do *habitus* em *doxa* é a forma como Bourdieu (2010) apreende este processo de dominação social.

As escolhas e as preferências dos indivíduos são incorporadas em esquemas classificatórios ou esquemas históricos de perceção que são, como vimos, produto de uma divisão objetiva em classes, por exemplo em faixas etárias, género ou outras classes sociais e que funcionam de forma subliminar. Estas são estruturas inerentes ao funcionamento social, comuns a todos os agentes sociais e económicos e ao funcionamento das instituições. Ora, o reconhecimento da ordem social não significa que a perceção do mundo social seja uma simples reflexão mecânica. Os agentes dominados, se quisermos usar a linguagem de Bourdieu (2010; 2013), têm um papel ativo neste processo. Eles avaliam o valor da sua posição social e das suas características fazendo

uso de um sistema de esquemas de perceção. Quer dizer, as pessoas vão incorporar as leis objetivas através das quais o seu valor pessoal se vai construir. Assim, as pessoas atribuem a si próprias o que a distribuição lhes atribui e vão recusar o que normalmente lhes é recusado, ajustando as suas expectativas àquilo que percecionam como sendo as suas *hipóteses* de vida. Cada pessoa irá assim definir-se como a ordem social e económica estabelecida a define, reproduzindo os vereditos que os sistemas socioeconómicos pronunciam sobre ela própria e consentindo o seu destino de modéstia e humildade.

A conservação da ordem social é reforçada pelo que Durkheim chamou de *conformidade lógica*. Quer dizer, a aceitação das estruturas sociais dominantes (e dos interesses daqueles que a dominam) e a interiorização dessas estruturas como uma necessidade objetiva.

Esta ideia de *conformidade lógica* dá-nos pistas para compreendermos a adaptação de preferências como um processo cognitivo de racionalização da situação de exclusão socioeconómica. A situação de exclusão socioeconómica vai ser racionalizada como uma situação que se não pode vencer e em relação à qual é importante que a pessoa se adapte, por uma questão de lógica de sobrevivência. Nos jovens desempregados de longa duração, que acompanhámos nas nossas narrativas de vida, verificou-se esta racionalização da adaptação à adversidade como um processo de *conformidade lógica*. Os jovens em situação de maior exclusão social recorrem mesmo a um processo de racionalização da necessidade de aceitação da adversidade como se a aceitação fosse, ela própria, uma *virtude*, um sinal de modéstia e de humildade. É isso mesmo que se observa na narrativa de vida da Madalena (Narrativa de vida nº 8):

A Madalena é uma jovem com 28 anos, com um longo historial de exclusão económica, maus tratos, institucionalização e abandono escolar. Com sete anos foi viver (com a irmã) para uma instituição de acolhimento para crianças em risco onde esteve em regime de internato até completar 18 anos, para regressar novamente à casa da mãe. Durante o tempo em que esteve na instituição, a sua vida era altamente regrada, com horários muito restritos para cada uma das atividades do seu dia-a-dia (...). Enquanto era criança, esta estrutura dava-lhe alguma segurança e sentido de orientação, mas à medida que foi crescendo, particularmente durante a fase da sua adolescência, sentia-se cada vez mais "presa" (...) Por vezes apetecia-lhe fugir, mas "fugir p'ra onde?", pergunta. Não teve alternativa a não ser acomodar-se à rigidez das normas da Instituição; "foi tudo para o bem da gente", repete a Madalena, uma e outra vez; "foi tudo para o bem da gente". Nessa altura, apesar de ser apenas um ano mais velha do que a irmã, sentia que tinha o dever de a proteger e de ser um bom exemplo (...) Sentia-se frágil, controlada, desprotegida, mas tentava "aguentar tudo" pela irmã. Compreende agora o porquê de a mãe as ter deixado aos cuidados daquela instituição, mas diz que sempre sentiu uma grande tristeza e revolta por aquela ter tomado essa opção (...) A Madalena fez toda a sua formação escolar e profissional naquela Instituição, mas nunca gostou de estudar. Ficava extremamente ansiosa sempre que tinha de se dedicar ao estudo. Era (e diz continuar a ser) muito insegura em relação a si própria e era-lhe muito difícil executar tarefas que exigissem concentração "mesmo hoje em dia não sei fazer contas de cor (...) nunca foi o meu forte." Apesar de todas as dificuldades, concluiu o curso profissional de Ajudante de Cozinha e Pastelaria. Era a única oferta formativa que oferecia a Instituição e a Madalena não teve outra alternativa a não ser aquela. Se tivesse tido oportunidade de escolha teria escolhido um curso de Cabeleireira e Estética. Aos 18 anos regressou a casa da mãe para cuidar da avó materna acamada. Cuidou da avó até aquela falecer, sete anos mais tarde. Durante esse tempo não tinha

qualquer fonte de rendimento e era financeiramente dependente da mãe. Casou aos 23 anos, teve uma filha aos 24 e vive na casa da sogra com o marido, de quem agora é financeiramente dependente. Faz trabalho voluntário no centro de dia da sua área de residência (...). Diz que se sente inferiorizada por não ter um trabalho remunerado que goste e porque sempre que necessita tem de pedir dinheiro ao seu marido, o que a deixa "envergonhada e triste", diz. Ter um trabalho remunerado seria para si muito importante para deixar de ser dependente do marido "se eu tivesse um trabalhinho que eu gostasse tinha até mais gosto pela vida e era mais dona de mim", diz, mas acrescenta que "a vida é assim mesmo, não é?", "a gente não escolhe a vida que tem, tem-se de aceitar o que Deus escolheu para a gente". Como é que imagina a sua filha, o que é que deseja para ela no futuro, perguntei-lhe. "gostava que ela fosse cabeleireira, como eu nunca consegui ser." (Madalena, excerto da narrativa de vida nº 8).

A Madalena ajustou as suas preferências e escolhas ao seu campo socioeconómico extremamente restrito. A sua adaptação ao seu contexto social partiu da racionalização de uma lógica de conformidade e de um imperativo de sobrevivência.

A narrativa de vida da Madalena é um exemplo vivo, o mais claro que encontrámos, desta aceitação da adversidade como condição da sua sobrevivência e como condição de manutenção do seu equilíbrio mental. Para que conseguisse manter o seu equilíbrio mental, no meio de tamanha adversidade e submissão, a Madalena necessitou de criar uma narrativa coerente, que desse, de facto, sentido à sua vida submissa e à falta de liberdade com que tem vivido, em diferentes fases da sua vida. Para aceitar a sua situação de extrema exclusão socioeconómica, a Madalena tem de continuar a ser capaz de criar, com sucesso, uma narrativa que integre vários elementos da sua história de vida. Essa narrativa terá de ser coerente e racional, para que possa justificar a sua posição social de mulher dominada. É por isso que sente necessidade de repetir que o facto de a mãe a ter entregue aos cuidados de uma instituição quando era ainda uma criança pequena "foi tudo para o meu bem". E repetirá isso quantas vezes for necessário, até que essa narrativa lhe faça sentido.

Como se transforma a injustiça social em virtude e modéstia

Para construir essa narrativa, a Madalena recorre a todos os elementos de que dispõe, inclusive a aceitação da vontade divina. Aceitar a submissão como um desígnio divino surge para si como um pensamento libertador, que dá sentido à vida na adversidade e na injustiça. Foi a partir da perceção do seu campo socioeconómico restrito que esta jovem mulher arquitetou o seu valor como ser humano, um valor diminuído, portanto. Contudo, aceitando a ideia de que ela própria não pode ter controlo sobre a sua vida, porque a sua vida depende dos desígnios de Deus, paradoxalmente, a Madalena consegue inverter a situação, alargando o campo do seu valor como ser humano, atribuindo a si própria um conjunto de virtudes, como a capacidade de sofrimento, a humildade e a modéstia. O resultado desta inversão de preposições é, de facto, extraordinário: ela agora não só aceita

a sua situação de exclusão, como também a valoriza. É um raciocínio coerente e válido portanto, se considerarmos os dados de que dispõe e a adversidade do seu percurso e contexto de vida. A Madalena poderia ser tomada como personagem *tipo* da submissão de milhões de mulheres em todo o mundo.

Sabemos que a resiliência é isso mesmo, uma extraordinária capacidade de adaptação a circunstâncias adversas. Contudo, é importante aqui deixar claro que a resiliência ou a adaptação a situações de extrema adversidade não é um bem em si mesma, nem é tão pouco uma virtude, trata-se tão só de um imperativo de sobrevivência. É precisamente por isso que é importante termos prudência na forma como se analisa e promove a resiliência das pessoas à adversidade, porque, em algumas circunstâncias, ao fazê-lo, estamos igualmente a promover a adaptação de preferências e a perpetuar situações de privação da liberdade e de injustiça social. Os psicólogos que intervêm com pessoas em circunstancias de extrema adversidade, como a Madalena, sabem que um dos segredos, se quisermos, para a manutenção da saúde mental nestas circunstâncias é a capacidade de cada ser humano criar uma narrativa que integre e supere a sua situação de adversidade.

As religiões são uma fonte inesgotável de exemplos das provações e adversidades por que têm de passar os seres humanos[17]. Talvez tenham sido criadas exatamente com o propósito de ajudar os seres humanos a superar momentos de submissão, adversidade, escravidão e infortúnio, dando esperança às pessoas na libertação dos corpos e dos espíritos, ajudando-as a manter viva a ideia e o valor da liberdade. O neurocientista português António Damásio em *A Estranha Ordem das Coisas; a vida os sentimentos e as culturas humanas* quando analisa a *homeostasia* e as raízes biológicas da cultura afirma:

[17] Veja-se o *Livro de Job* do *Antigo Testamento*, a história de um homem "verdadeiro, irrepreensível e justo". Para provar a submissão inamovível do seu servo, Deus destruiu-lhe todo o seu património e matou-lhe todos os seus filhos; sete filhos e três filhas. De seguida, afligiu-o com toda a variedade de doenças repugnantes, levando-o a desejar a própria morte. Tal como o filho que, sem nenhuma razão aparente leva uma sova do pai, e findo o espancamento, na dor e na humilhação que se segue, Job não consegue associar nenhum comportamento seu à violência do castigo de Deus. Por isso, interroga-se sobre quais as razões que teriam levado um homem justo e impoluto como ele a passar por tamanhas dores, físicas e psíquicas. Job, como escravo submisso do Senhor tem ainda laivos de rebeldia. Não aceita passivamente a tremenda injustiça de que foi vítima, ao ponto de chamar por Deus e lhe pedir que preste contas da sua "justiça". Deus, no entanto, é esmagador na proclamação da sua imensa superioridade e nunca chega a justificar nem a explicar nada a Job. Todo este livro, como na verdade todos os livros do Antigo Testamento, está repleto da ira de Deus. Preconiza da parte do homem em relação a Deus a docilidade na submissão, que o escravo cristão deve mostrar perante o seu criador. É um livro que mostra de uma forma muito clara o estatuto de um Deus como um pai despótico que mantém uma relação com a sua descendência acima de tudo abusiva, ciumenta, cruel e bipolar na manifestação de afeto e de repúdio. No final do livro de Job, Deus restitui tudo o que retirou a Job e dá-lhe o dobro de rebanhos e o mesmo número de filhos e filhas que matara. Job haveria de morrer "velho e satisfeito com os dias que viveu". (Lourenço, 2015; pp.59-62; Bíblia, *Antigo Testamento*, *Os livros sapienciais*, Vol. IV. Job; pp.79-194; Tradução de Frederico Lourenço).
Não é com um sentimento de satisfação que chegamos ao fim deste texto. Ele é, de facto, revelador e um livro sapiencial, se imaginarmos a forma como marcou a literatura, as artes e a imaginação coletiva no mundo ocidental. É um bom ponto de partida para refletirmos sobre a ideia da paternidade divina como modelo inspirador da paternidade humana, com todas as consequências que daí advêm.

Concebo o desenvolvimento das crenças religiosas como estreitamente relacionado com a mágoa provocada por toda a espécie de perdas pessoais, perdas que obrigavam os seres humanos ao conforto com a inevitabilidade da morte e com o sem-fim de maneiras em que ela pode surgir: acidentes, doenças, violências naturais, tudo menos a velhice, uma condição bem rara na Pré-História. Mas note-se que grande parte dos traumas da alma humana eram infligidos por acontecimentos públicos no espaço social. As crenças religiosas constituíram respostas apropriadas a esses traumas em diversos aspetos (...). É compreensível que a mágoa pudesse ser combatida e compensada com uma conceção bem adaptativa, de poderes super-humanos. Estes podiam assumir a forma de deuses capazes de sanar grandes conflitos e de acabar com um grau muito elevado de violência (...) O Budismo é onde mais claramente se identifica o sentimento e a motivação homeostática das crenças e das práticas religiosas. O príncipe Gautama [o fundador do Budismo] identifica o sofrimento como sendo um aspeto corrosivo da natureza humana (...) Os deuses e, a seu tempo, um só Deus, são uma maneira de transcender os interesses erráticos dos seres humanos e de procurar uma autoridade *des*interessada que possa ser imparcial (...) nas últimas duas décadas, a investigação dos fenómenos neurais e cognitivos entrou em contacto com os sentimentos e com as cognições (...). (Damásio, 2017; p. 241-243; *itálico* no original).

A adaptação de preferências como imperativo de saúde mental

Em *A Ideia de Europa* George Steiner afirma:

Somos um bípede capaz de inenarráveis sadismos, de ferocidade territorial, de avidez, de toda a sorte de vulgaridade e abjeções. A nossa inclinação para o massacre, para a superstição para o materialismo e para o egotismo carnívoro pouco ou nada se alterou durante a breve história da nossa estada na Terra. Todavia, este perigoso e malfadado mamífero gerou três passatempos, paixões ou jogos que encerram uma dignidade absolutamente transcendental (...) a música, a matemática e o pensamento especulativo. Esplendorosamente inúteis, amiúde profundamente contraintuitivas (...) (Steiner, 2004; p. 36).

O pensamento especulativo é na realidade profundamente contraintuitivo, mas a psicologia ensina-nos que está longe de ser esplendorosamente inútil, como afirmou Steiner (2004). A capacidade do ser humano especular na adversidade diríamos que é absolutamente útil e necessário para a manutenção da sua sobrevivência e, acima de tudo, da manutenção da saúde mental na adversidade. Sabemos que as pessoas pouco criativas ou incapazes de especular narrativas criativas na adversidade tendem a desenvolver desequilíbrio psicológico. A intransigência e a rigidez mentais são normalmente inimigas da saúde mental. Para este propósito, a veracidade das narrativas que especulamos não é um elemento sequer relevante. Todos nós sabemos que em alguns momentos da nossa vida a verdade pode desnudar-nos e fragilizar-nos, tornando a existência humana insuportável. Por isso, o ser humano sente necessidade de criar e acreditar em narrativas que aliviem e tornem a existência suportável. A criação artística é isso mesmo, a sublimação da existência, porque a corporeidade da vida pode não ser suportável nem suficiente para a podermos valorizar.

A adaptação de preferências em situação de adversidade é um imperativo de saúde mental. Não deveremos portanto ficar surpreendidos quando por vezes países com níveis muito baixos de literacia, desigualdades económicas extremas, altos níveis de pobreza e

grandes assimetrias sociais, com uma fervorosa participação religiosa, são identificados também como países onde as pessoas reportam níveis elevados de felicidade. Ora, aquilo que as pessoas reportam como felicidade poderá estar mais próximo de uma sensação de bem-estar associada ao *ajustamento mental* à adversidade. Não será desajustado dizermos que, nessas circunstâncias, aquilo que é avaliado como felicidade, aproximar-se-á mais de um indicador de criatividade. É preciso compreender-se que um estado de felicidade não implica necessariamente o escrutínio, confrontação e a aceitação da verdade objetiva. Ela depende, sim, da capacidade criativa da pessoa em construir uma narrativa ajustada e coerente às suas circunstâncias de vida. Mas, deve ficar claro que essa narrativa pode não se aproximar sequer da verdade. Sabe-se que quanto mais criativo e inventivo for um ser humano na forma de expressar o seu corpo e o seu espírito, mais tende a ser compensado psicologicamente.

É por isso elementar compreender-se que um índice de felicidade reportada pela pessoa não pode, de forma nenhuma, ser usado como medida objetiva do seu bem-estar. Isso seria um erro grosseiro, porque a subjetividade do bem-estar quase sempre encobre situações de medo, injustiças e desigualdades que deturpam a autoavaliação. Se se avaliasse o bem-estar da Madalena a partir da sua autoavaliação da felicidade, desconhecendo o seu historial de vida, ignoraríamos que esta jovem adaptou as suas preferências à sua situação de extrema adversidade. Quer dizer, a Madalena interiorizou, reproduz e agora valoriza as estruturas de desigualdades socioeconómicas das quais ela própria é vítima. Por isso mesmo, o exercício da sua liberdade como jovem mulher está fortemente comprometido. A sua total dependência económica, o seu nível baixo de instrução, o não reconhecimento socioeconómico do seu trabalho como prestadora de cuidados e a sua total exclusão do mercado de trabalho são os indicadores objetivos fiáveis, os que melhor caracterizam o seu bem estar objetivo, e é sobre eles que devemos incidir, se quisermos compreender os entraves sociais ao exercício da sua liberdade. Utilizar a autoavaliação da felicidade como indicador do seu bem-estar será nada mais nada menos equivalente a criar um instrumento de análise que legitima e perpetua as estruturas de dominação socioeconómicas.

A interiorização das estruturas de desigualdade; de vítimas a colaboradores

A adaptação de preferências é uma forma extremamente eficaz de transformação das vítimas em colaboradores.

Em circunstâncias adversas, essa transformação acontece de forma natural no ser humano que pensa e sente, sem necessidade de coerção nem ameaças exteriores à pessoa. Bourdieu entendeu que o poder de dominação não se tem de manifestar sob a forma de coerção (2010; 2013). Pelo contrário, ele é muito mais eficaz e mais estável quando gera uma *sensação* de liberdade. É importante compreender-se que, nas sociedades liberais

avançadas, o exercício do poder de dominação é feito sem coerção nem ameaça. O *habitus*, como vimos, surge assim por assimilação dos valores estabelecidos, em função de uma determinada ordem de dominação e gera uma forma de automatismo dos costumes. As pessoas socialmente mais desfavorecidas agem em função dessa ordem dominante, que resultou em seu prejuízo. E as situações a que a pessoa é constrangida, devido à sua situação social inferior, são vividas *como se* fossem escolhas da própria pessoa. A identidade socialmente construída é vivida como se fosse um projeto livre e o dominado acaba por adquirir *gosto* por um estado que em si mesmo é negativo.
É exatamente assim que o senso comum encara a pobreza, como um *estilo de vida* que decorre de uma *escolha* própria. Existe uma inclinação para a realização de uma identidade que foi na realidade socialmente construída, um *amor fati*, como lhe chamou Bourdieu.

O *sujeito produtivo* e a autoexploração

Nas nossas sociedades capitalistas avançadas, o *sujeito produtivo*, para usarmos a designação de Han (2014) já não está no domínio de qualquer instância externa que o obrigue a trabalhar ou que o explore e não está também sob o jugo de ninguém, a não ser de si mesmo. Contudo, não se pode afirmar que esta supressão das instâncias de domínio, que produz uma equiparação da liberdade, tenha conduzido à liberdade individual. O sujeito produtivo entrega-se agora à *livre coação* em prol da maximização da produtividade, que o conduz a uma situação de autoexploração.

Repare-se que a autoexploração é mais eficaz do que a exploração por terceiros, uma vez que ela está associada a um sentimento de liberdade individual. A pessoa explorada é simultaneamente a que explora, é agente e vítima em simultâneo. Ora, esta autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal e se converte em autoagressão porque as estruturas coercivas são intrínsecas ao próprio sujeito (Han, 2014). A *síndroma de Burnout* é a imagem deste sujeito produtivo esgotado. A causa da depressão vai surgir deste imperativo de produtividade. A depressão dá-se no momento em que o sujeito produtivo já não é mais capaz de poder. Considere-se um excerto da narrativa de vida do Tiago (Narrativa de vida nº 7):

Depois de abandonar o curso de Gestão no ensino superior, o Tiago foi trabalhar num *call centre* numa empresa de telecomunicações na cidade de Coimbra. Trabalhou como comercial a tempo inteiro, durante dois anos consecutivos. Era um excelente comercial. Ganhava à comissão e no final de três meses, passou a ser um comercial de topo. Sentia-se imparável. Chegaria a ter um salário de 3000 Euros brutos. O seu contrato de trabalho era quinzenal. Se num mês não atingisse os objetivos esperados e cumulativamente a meio do mês seguinte os objetivos não fossem alcançados a cinquenta por cento era despedido. As regras eram claras. Um jovem na sua situação "conseguia aguentar em média apenas quatro meses", disse-nos. O Tiago impusera a si próprio manter um nível ótimo de produtividade, o maior tempo possível. Sabia que, independentemente do dinheiro que ganhasse, mesmo naquela altura ganhando um montante elevado, não podia pedir um empréstimo a um banco porque não cumpria o requisito de ter um contrato de trabalho a termo. Isto para si era um grande inconveniente porque o impossibilitava de pôr em prática outros projetos

de vida que valorizava. Por isso mesmo, era preciso "aguentar" aquele ritmo de trabalho para poupar dinheiro para ter outra vida. Conseguiu fazê-lo durante dois anos consecutivos. Ao fim desse tempo, a sua condição psicológica foi diminuindo significativamente. Passava em média oito horas por dia a falar ao telefone com pessoas. "O meu trabalho era convencê-las a comprar uma coisa que não precisavam, era absurdo". Quando chegava a casa isolava-se dos familiares e amigos. Sentia-se impaciente, irritado, desiludido com o seu trabalho, com o mundo e consigo próprio. Passou a isolar-se cada vez mais e esse isolamento fazia-o sentir-se profundamente infeliz e desmotivado com a vida. Candidatou-se a supervisor, um lugar que o aliviaria do ritmo de trabalho. Não foi aceite e passados alguns meses apresentou a demissão. Não procurou ajuda especializada, talvez por vergonha, mas tem consciência que estava claramente em situação de *Burnout*. (Tiago, excerto nº 1 da Narrativa de vida nº 7).

Culpa e autoagressão

Os jovens em situação de desemprego prolongado vivenciam sentimentos de fracasso pessoal e de culpa, por não se sentirem capazes de encontrar, ou até mesmo de manter, o emprego, ainda que esse emprego seja executado em condições altamente precárias, como no caso do Tiago, apresentado acima. A extrema necessidade de rendimento leva à sujeição da precariedade e do trabalho alienado. Essa sujeição acontece ainda que o jovem tenha uma condição de saúde vulnerável, por exemplo doença crónica, como se vai observar na narrativa de vida do André, ou numa condição física que exige mais cuidados, como na gravidez, por exemplo, que se observará mais adiante na narrativa de vida da Maria. Na realidade, é exatamente nestas circunstâncias de maior fragilidade que a pessoa se irá culpabilizar, ainda mais, pelo seu fracasso. Quando o jovem sente não ser mais capaz de poder recorre à autocrítica e à autoagressão. Com o prolongamento do tempo de desemprego, na existência de antecedentes críticos, a autoagressão pode assumir mesmo vias de facto, com consequências bastante dramáticas. Considere-se um excerto da narrativa de vida do André (Narrativa de vida nº 4):

O André tem problemas respiratórios crónicos que o obrigou desde a infância a ter de adotar cuidados de saúde e isolamento social. Depois de um atribulado percurso escolar (por que passou de vítima de *bullying* a agressor) conseguiu prosseguir estudos superiores e concluir mestrado integrado em Estudos Europeus na Universidade de Coimbra. Foi trabalhar para um *call centre* numa empresa de telecomunicações naquela cidade, primeiro a tempo parcial e depois a tempo inteiro. Trabalhava por turnos. O seu vencimento era demasiado escasso, ganhava pouco mais do que o salário mínimo, o que não era suficiente para "pagar as contas". O André não se sentia realizado profissionalmente, não estava a fazer progressos para ter uma vida financeiramente estável e não acreditava que a sua situação fosse melhorar num futuro próximo. Sentia-se frustrado e desiludido consigo próprio. Por esta altura, iniciou o consumo massivo de substâncias psicoativas, particularmente haxixe, erva e álcool. Por várias vezes chegou a ir para o trabalho sem dormir, durante vários dias consecutivos. Alimentava-se mal, evitava regressar a casa e afastou-se dos pais. Apesar do seu trabalho não ser minimamente satisfatório, sentia que era a única coisa positiva que tinha. Não tinha outra forma de obter rendimento. Aquele era um motivo para se levantar da cama todos os dias e manter contacto com outros jovens com quem tinha um bom relacionamento de amizade. Viveu nesta situação por seis meses consecutivos. Este período de consumos massivos e trabalho altamente precário agravou a sua situação de saúde precária. Começou a sentir dores agudas no peito e foi internado de urgência nos Hospitais da UC com um pneumotórax. Foi operado e, não tendo outra alternativa, foi forçado a regressar para casa dos pais. Esteve nove meses de baixa, mas não recebia qualquer apoio social, porque não havia descontado 12 meses consecutivos para a Segurança Social, condição essencial para ter direito a subsídio de

desemprego. Com frequência tinha ataques de ansiedade e raiva; choro compulsivo e hiperventilação. Procurou ajuda psicológica para lidar com essa situação de mal-estar sem o conhecimento dos pais, "sentia-me um falhado, um incapaz, tinha vergonha de mim próprio". Nesta fase de pós-operatório tentou ainda regressar ao seu trabalho no *call centre*, apesar de ter sido desaconselhado a expor-se a lugares com ar condicionado, pela sua condição de saúde precária. Fê-lo por necessidade, porque precisava de ganhar algum dinheiro para as suas despesas diárias. Além disso, sentia saudades dos seus colegas de trabalho. Após alguns dias, desenvolveu uma infeção pulmonar. Depois de várias tentativas falhadas de procura de emprego, decidiu mesmo registar toda a sua frustração e dor no seu corpo. Num impulso, tatuou no seu corpo uma caveira enorme num grande fundo negro, "representa a minha dor envolta na minha escuridão interior", diz. (André, excerto adaptado da narrativa de vida nº 4)

Observa-se que quando o jovem experiencia longos períodos de desemprego e de dependência financeira sujeita-se ao trabalho precário, de forma submissa. As consecutivas tentativas falhadas de obter um emprego que valoriza leva a uma aceitação acrítica das regras do mercado de trabalho e à interiorização de que não tem capacidade para lutar contra as "forças do mercado". A narrativa de vida do André mostra-nos que a existência de antecedentes críticos de fragilidades de saúde, paradoxalmente, não apazigua esse sentimento de incompetência, nem funciona como um elemento de compaixão para consigo próprio, como seria de esperar. A falta de saúde amplia ainda mais este sentimento de culpa e conduz à revolta consigo próprio, de não ser capaz de poder lidar com a situação. Repare-se que essa revolta não é direcionada para as circunstâncias socioeconómicas adversas, que alimentam a sua situação de exclusão face ao mercado de trabalho, mas uma revolta interior, contra si próprio, por não ter capacidade nem recursos pessoais para lidar com a situação.

Esta é uma situação altamente problemática e perigosa, porque a coerção é intrínseca ao próprio sujeito. Quer dizer, o explorador é também a pessoa explorada é agente e vítima em simultâneo. A tatuagem do André é, simbolicamente, uma forma de autopunição de autoagressão, um rótulo que ele próprio gravou na sua pele para se recordar de que é um incapaz, um inútil. A história de vida do André mostra-nos que o sentimento disruptivo que advém da exclusão prolongada do mercado de trabalho, na presença de antecedentes críticos de depressão, conduz a um ciclo vicioso interminável de dependências e sofrimento psicológico, distúrbio mental, um ciclo fortemente debilitante e disfuncional. A situação de desemprego prolongado conduz assim à ansiedade e à depressão que conduz à incapacidade de aceitar ou manter um emprego que conduz à ansiedade e à depressão e assim por diante, num ciclo disfuncional e penoso, sem fim.

Vulnerabilidades adicionais na construção da identidade homossexual

O desenvolvimento da identidade sexual, particularmente da construção da identidade homossexual na juventude, é um processo extremamente complexo, que coloca o jovem numa situação de grande vulnerabilidade social. A construção da identidade homossexual é um processo que tende a ser longo e difícil, porque implica o confronto e a luta pela aceitação social da identidade da pessoa, num clima social que tende a ser ainda preconceituoso e pejorativo, em relação à homossexualidade. Muito embora tenhamos vindo a assistir a mudanças legislativas importantes e a um processo de "despatologização" da identidade homossexual[18], a identidade homossexual carece ainda de legitimação social. Para algumas pessoas, que vivem em contextos sociais e culturais intolerantes e discriminatórios, a dificuldade da legitimidade social tem consequências muito claras e dolorosas, do ponto de vista pessoal. Eventualmente por isso, a população homossexual é mais vulnerável em relação a outras populações normativas em relação ao isolamento social, ansiedade, depressão e suicídio (Wichstrøm & Hegna, 2003; McAndrew & Warne, 2004).

Não será portanto difícil imaginar que os jovens homossexuais, em situação de afirmação da sua identidade, estejam mais sujeitos a pressões, ameaças e medo e mais sujeitos a processos de adaptação de preferências e à privação do exercício das suas liberdades. A narrativa de vida do Pedro (Narrativa nº 1) esclarece-nos sobre as dificuldades por que pode passar um jovem no seu caminho de afirmação e aceitação social da sua identidade homossexual, um processo que, no seu caso, ainda se encontra em aberto e que poderá, eventualmente, nunca vir a acontecer. Ela mostra-nos como as vulnerabilidades adicionais na construção da identidade, potenciadas pelo preconceito e intolerância, geram sentimentos de medo que contaminam o processo de tomada de decisão e obriga à adaptação de preferências. Considere-se um excerto da sua narrativa de vida.

(...) o Pedro foi sempre um bom aluno até ao 9º ano de escolaridade, ano em que reprovou. Este foi um ano particularmente difícil da sua vida, de grande turbulência pessoal. Foi a altura que descobriu ser homossexual. Nesse ano e nos dois seguintes haveria de ser perseguido e chantageado por um homem mais velho, vizinho e amigo íntimo dos seus pais. Esta situação de permanentes ameaças, chantagens e algumas tentativas de abuso sexual, deixavam-no aterrorizado, mas manteve silêncio, com medo de alguém poder saber que era homossexual, especialmente os seus pais. Até esta altura, nunca havia comentado nada acerca da sua orientação sexual com os seus pais, irmãos ou amigos e tinha medo que algum dia alguém viesse a descobri-lo. Vivia num meio social extremamente intolerante relativamente à homossexualidade (veja-se que mais tarde, já com 26 anos, viria a ser agredido e insultado no café, por vizinhos, simplesmente, diz, "porque olhei-os nos olhos"). O Pedro diz que esta foi a razão principal porque perdeu o 9º ano de escolaridade. Não porque não gostasse da escola (na verdade, era o que mais gostava de fazer na altura) mas porque não conseguia estar concentrado nas aulas ou nos estudos. Com frequência, o homem que o perseguia esperava-o à saída da escola e, por isso, passou a faltar também à escola. Os pais nunca viriam a saber a razão desta mudança repentina no seu comportamento, nem mesmo já depois de adulto. Sempre julgaram que se tratou de "rebeldia própria da adolescência". Esta situação de perseguição durou dois anos

[18] Repare-se que só em 1994 se eliminou a homossexualidade do manual de diagnóstico de saúde mental, na DSM-III, um dos manuais de referência utilizado por técnicos de saúde mental.

(dos seus 16 aos 18 anos) (...). Após ter chumbado o 9º ano, perdeu todos os apoios sociais escolares que tinha.
Para não sobrecarregar financeiramente os pais, tomou a decisão de abandonar a escola e trabalhar com o pai na construção civil. Quando iniciou este trabalho, ainda não tinha a idade legal para entrar no mercado de trabalho, por isso, trabalhou clandestinamente, com o consentimento do pai. Auferia um rendimento de 780 Euros mensais. Vivia na casa dos seus pais e colaborava nas despesas do agregado. Na altura continuava a ter como objetivo fazer um curso superior. Sonhava vir a trabalhar na aviação como piloto ou assistente de bordo e estava decidido a consegui-lo. Entendia que a única maneira de mudar o curso da sua vida era através do investimento na sua formação. Queria viajar, conhecer novas culturas e novos lugares, sair do meio pequeno, moralista e intolerante, onde vivia. Por essa razão, decidiu completar o ensino básico e secundário à noite. Foi um tempo em que decidiu "ignorar" a sua orientação sexual, que na altura via como "um problema", diz, e dedicar-se exclusivamente ao trabalho e à conclusão dos seus estudos secundários. Compreende agora que não se pode ignorar aquilo que se é, mas essa foi a melhor estratégia que encontrou na altura, na sua circunstância. Frequentou todo o ensino secundário à noite, como trabalhador-estudante, no curso Profissional de Técnico de Gestão. Apesar de todas as adversidades, viria a concluí-lo com média de 18 valores com intenso esforço pessoal. A meio da frequência do ensino secundário, decidiu mudar de trabalho porque a sua atividade como construtor civil era demasiado pesada e cansativa para compatibilizar com os estudos à noite. Por sugestão de um amigo, candidatou-se ao lugar de técnico de bordo de navios. Conseguiu o posto de trabalho. Este trabalho possibilitou uma mudança altamente positiva naquela fase da sua vida. Sentia-se realizado profissionalmente, conseguiu compatibilizar o trabalho com os estudos e viajava muito, em contacto com outras pessoas e lugares, que tanto valorizava. Ganhava por volta de 900 euros mensais, sem incluir estadia e alimentação, o que lhe possibilitou uma grande e muito desejada mudança de vida; independência financeira e saída da casa dos pais. A direção da empresa gostava muito do seu trabalho e da forma como se empenhava nos estudos. Sempre o encorajaram a não abandonar a escola, dando a entender que teria hipóteses de subir na carreira naquela companhia de transportes marítimos. O Pedro sentia-se motivado e valorizado e sentia que o seu plano de prosseguir estudos superiores era completamente viável.
Manter-se-ia neste trabalho por cinco anos e poderia ainda por lá continuar, não fosse o acaso interferir nos seus planos.
Nesta altura iniciou uma relação amorosa que duraria cinco anos. Esta seria uma relação de abuso, extorsão e violência doméstica, exercida pelo companheiro (...). O Pedro haveria de manter-se nesta relação abusiva, porque diz que, apesar da violência, amava o companheiro e esse era o preço que tinha a pagar por isso. Ficaria a saber mais tarde que o companheiro era portador do VIH. Em nenhum momento foi informado pelo companheiro sobre a sua doença e acabou por vir a ser infetado por aquele. Apesar do estado de choque inicial, manteve-se na relação, com medo de ser abandonado. Tinha medo de não vir a ter mais nenhum outro parceiro, diz. Durante este tempo, continuou a viver numa situação contínua de extorsão por parte do companheiro que o chantageava e ameaçava informar a direção da empresa que estava infetado com o VIH. O Pedro vivia num clima de medo. Esta altura coincidiu com o fim do seu contrato de trabalho como técnico de bordo de navios. Foi-lhe proposta a renovação do contrato por parte da direção da empresa. Era chegado o momento por que se havia esforçado tanto. Decidiu não a aceitar e saiu por iniciativa própria. (Pedro, excerto adaptado da narrativa de vida nº 1).

A narrativa de vida do Pedro esclarece que a escolha de uma atividade profissional está intimamente relacionada com o processo de construção e de afirmação da identidade e que as dimensões identitárias, afetivas, e profissionais interligam-se e condicionam-se mutuamente. O Pedro fez todo o seu percurso escolar com imenso esforço pessoal, em circunstancias de extrema adversidade. Conseguiu realizar uma atividade profissional na qual se sentia valorizado, contudo, chegado ao momento de renovação do seu contrato de trabalho, por que tanto esperava, não aceitou e saiu por iniciativa própria. Esta tomada de decisão não foi realizada de *livre* vontade, na medida em que o jovem foi pressionado a

fazê-lo, a escolha foi realizada sob ameaças e medo. Pouco tempo depois, a sua relação terminaria e após um grande esforço para se manter autónomo e independente, perderia o emprego precário e ver-se-ia forçado a regressar a casa da mãe, de quem é agora financeiramente dependente.

A sua narrativa de vida é uma clara ilustração de como as vicissitudes dos contextos sociais e económicos constringem o exercício da liberdade. O Pedro é agora tecnicamente considerado um jovem *inativo*, em situação de desemprego prolongado, um jovem NEET que se encontra fora dos sistemas de educação e formação e não está sinalizado pelas instituições. Ora, este jovem não se encontra agora numa situação de desemprego prolongado por livre escolha, ou porque não tenha sido suficientemente ativo para procurar ou manter um emprego. A sua situação de jovem desempregado de longa duração resulta de um processo longo e complexo de adaptação de preferências à sua situação de severa adversidade.

5. A sujeição e a *adaptação de preferências* no feminino

Para as jovens mulheres com filhos a seu cargo, o desemprego prolongado é uma via de sujeição para variadas formas de submissão. Veja-se que todas as jovens que acompanhámos, que têm filhos estão sujeitas a uma forma de submissão. O sentido de obrigação de cuidarem dos seus filhos, o não usufruto de uma rede de suporte familiar e social para cuidar das crianças e de outros dependentes a seu cargo, deixa as jovens sujeitas a situações de dependência financeira. Esta situação de dependência torna-as mais vulneráveis e expostas a situações de violência doméstica, física e psicológica. Veja-se o caso da O. Maria (Narrativa de vida nº 5):

A O. Maria vive em Portugal desde 2007. Os seus primeiros anos de vida foram vividos na Sibéria, no início da década de noventa, em pleno processo de dissolução da União Soviética, num tempo em que o país atravessava grandes convulsões políticas e económicas. Lembra dessa ter sido uma altura de grandes dificuldades financeiras, fome e racionamento alimentar. A O. Maria frequentou o curso de tradução de Inglês/Alemão/Russo na Sibéria na Universidade de Barnaul. Sabia que não teria emprego no seu país. Se quisesse trabalhar como tradutora teria de mudar de cidade, eventualmente para Moscovo ou S. Petersburgo, cidades onde o custo de vida era muito elevado e onde não teria meios de subsistência. (...) Foi forçada a desistir por falta de recursos financeiros para o pagamento da propina. Emigrou para Portugal com a mãe em 2007. (...) Levaria três anos para falar fluentemente o Português, o mesmo tempo que permaneceria ilegal. Durante esse tempo fez trabalho temporário pago à hora, um valor nunca superior a cinco euros. Usufruía do apoio da comunidade em bens de primeira necessidade (alimentação, vestuário) e recebia apoio informal de uma rede de amigos que as ajudavam a arranjar trabalho. Fez trabalho doméstico em casas particulares, trabalhou em restaurantes, cafés, lojas e numa fábrica de roupas, sempre "sem documentos", diz.
Conheceu um rapaz filho de imigrantes Ucranianos radicados em Portugal há quase uma década. Eram dois jovens muito diferentes; ele tinha pouca escolaridade, não tinha nenhuma ambição de futuro e isso chocava com o desejo da O. Maria ter um futuro melhor, tinham culturas muito diferentes e não falavam a mesma língua. Apesar das suas diferenças, casaram-se passados cinco meses. Compreenda-se que a O. Maria estava ilegal no país há já três anos, com dificuldades em reunir todas as condições para proceder ao

processo de legalização (...) Se casasse com aquele amigo, que estava legal e que lhe ofereceu ajuda, poderia ter um percurso mais facilitado. Perceberia mais tarde que não. Foi viver para a casa dos pais do marido e passados poucos meses engravidou. Enquanto lá esteve, era financeiramente dependente do marido, que recebia o ordenado mínimo. A convivência com os sogros, com o tempo, tornou-se bastante difícil, especialmente durante a sua gravidez, altura em que passaram a trata-la mal. O marido por várias vezes agrediu-a fisicamente. Quando o bebé nasceu a tensão entre o casal agravou-se. Durante o mês de dispensa de paternidade, o marido não foi a casa; "estava sempre a beber", e não colaborou em nada (...) Passados dois meses cada um regressou para casa dos seus pais, ele sem nada, ela com a filha. Continuou a viver na casa da sua mãe, de quem era financeiramente dependente. Passados alguns meses (...) a O. Maria tentou reconciliar-se com o marido. Voltou a engravidar. Hesitou se haveria de ter o filho, o casal continuava separado e o marido não colaborava nas despesas do agregado. Decidiu levar avante a gravidez. Houve nova tentativa de viver em conjunto e a O. Maria regressou a casa dos sogros, grávida, com a filha. Em pouco tempo, tudo voltou a ser como dantes; recomeçaram os maltratos e a situação com o marido voltou a piorar. A algumas semanas do nascimento do segundo filho, o marido emigrou e a O. Maria regressou a casa da mãe. Este regresso foi muito difícil para si. Sentia-se envergonhada por ser dependente da mãe e por regressar a casa grávida, pela segunda vez. (...) A O. Maria tem pendente o pedido de equivalência de habilitações porque ainda não conseguiu juntar o valor necessário para pagá-lo. Ao longo dos últimos anos, tem tido muitas dificuldades em arranjar trabalho, apesar de ser muito ativa na procura de emprego. Informalmente tem encontrado trabalho temporário como empregada de limpezas. Não consegue ser contratada para outro tipo de trabalho. A O. Maria acredita que os sogros e o ex-marido não a escutam nem a levam a sério porque não tem qualquer poder financeiro. Por isso, "fazem troça de mim e não me respeitam", diz, e isso deixa-a com um sentimento de impotência e revolta (O. Maria, excerto adaptado da narrativa de vida nº 5).

A consciência da submissão

Para as jovens que têm filhos, tanto a Madalena (Narrativa nº 8), a Maria (Narrativa nº 2) como a O. Maria (Narrativa nº 5) a situação de desemprego prolongado pressiona-as à dependência financeira e consequentemente a uma vida de submissão.
O nível de instrução das jovens com filhos não as livra de serem submissas, *apenas* lhes dá uma maior consciência da sua situação de submissão. É importante que se reforce esta *consciência* da submissão. Ela não pode ser desvalorizada, porque é a característica que vai fazer a distinção da adaptação de preferências entre as jovens mulheres. Quer dizer, as jovens com um nível de formação superior, com filhos a seu cargo, estão numa situação de submissão, mas são capazes de se debater pela melhoria da sua condição.

Um nível de educação superior funciona como um reduto de segurança e autoconfiança que bloqueia a adaptação de preferências.
A forma como, tanto a Maria (Narrativa nº 2) como a O. Maria (Narrativa nº 5) veem a sua condição de mulheres e a sua liberdade, distancia-se da forma como se vê a si própria a Madalena (Narrativa nº 8), que analisámos atrás. Estas mulheres com mais instrução não atribuem a sua condição de submissão ao destino ou à vontade divina. Elas são capazes de arquitetar um discurso coerente de revolta social. Elas têm consciência que estão numa condição de submissão, mas sabem que precisam de ajuda para que se possam livrar dessa condição de submissão. Têm consciência dos esforços que fizeram ao longo do seu percurso de vida para estudarem, mas também sabem que o estudo por si só não

as livra da submissão. Têm consciência que a sua educação superior não é uma garantia para viverem o tipo de vida que elas valorizam. Veja-se o discurso da Maria, quando narra o dia em que soube que estava grávida. Na altura estava a fazer um estágio, tinha um vencimento de 600 euros por mês, não conseguia, apesar de todos os seus esforços, ser financeiramente independente dos pais e não conseguia também viver uma vida autónoma com o namorado (Narrativa de vida nº 2):

(...) Este episódio da sua vida refere-o em tom de grande revolta pela situação de injustiça e desilusão que diz ter sentido naquela fase da sua vida. A voz sobe-lhe de tom porque, "tinha feito um percurso escolar com grande empenho, tinha concluído o curso superior com mérito, tinha uma profissão muito valorizada socialmente, tinha dado o meu melhor, mas a sociedade não tinha nada para [lhe] dar. No início da minha gravidez foi muito difícil aceitar o meu novo papel de mãe, com um trabalho tão incerto e tão precário". (Maria, excerto adaptado da narrativa de vida nº 2).

A Madalena não é capaz de arquitetar um discurso de revolta. Como vimos, ela aceita e, mais do que isso, ela valoriza a sua condição de mulher submissa. É o exemplo típico da submissão e da adaptação de preferências das mulheres, quando estas não têm recursos educativos para poderem alterar a sua condição. Toda a sua forma de comunicar, toda a sua linguagem corporal e a pobreza da seu discurso verbal transmitem-nos resignação:

"Foi tudo para o meu bem." (...) "a gente não escolhe a vida que tem, tem-se de aceitar o que Deus escolheu para a gente" (Madalena, excerto da narrativa de vida nº 8).

Estas jovens mulheres têm ambas 28 anos e vivem na mesma região, mas os seus percursos foram muito diferentes, desde logo, o contexto familiar. A Maria cresceu num numa família com algumas dificuldades económicas, contudo sempre usufruiu de um suporte familiar constante, tanto económico como afetivo. A Madalena foi entregue pela mãe a uma instituição de proteção de menores, porque não tinha, de facto, condições económicas para a criar. Esta diferença no suporte familiar não é um mero detalhe ou um mero incidente de percurso que se deva ignorar. Vimos no capítulo 1 deste trabalho como a pobreza e a escassez na infância e adolescência se instala "debaixo da pele" e sabemos também que a experiência familiar e o contexto socioeconómico exercem um efeito *direto* no desenvolvimento das estruturas cognitivas do ser humano. A privação afetiva e económica na infância compromete, de facto, o desenvolvimento humano, como as capacidades de aprendizagem e a memória e contribui, como vimos, para uma *psicologia da escassez*.

Os estudos de Mullainathan & Shafir (2013) e de Haushofer & Fehrs (2014) esclarecem que as pessoas que vivem na escassez estão mais centradas na procura de sustento para os próximos dias e, nestas circunstâncias, são muito eficazes a resolver problemas no curto prazo, mas não são eficazes a resolver problemas que envolvam um raciocínio a longo prazo. Vimos que a perceção de escassez induz perturbação constante, distração, falta de concentração, o que leva à tomada de decisões incongruentes com o envolvimento em atividades que não tragam benefícios imediatos. Esta *psicologia da escassez* tende a se eternizar em situação de exclusão e dependência económica. Viver na pobreza e na

exclusão provoca stresse e estados afetivos negativos que levam à tomada de decisões avessas ao risco, limitando a atenção e favorecendo os comportamentos habituais, em detrimento dos direcionados a objetivos de longo prazo. Este ciclo de *feedback* é a base do ciclo da pobreza, que se perpetua e auto alimenta.

Para que estes efeitos não sejam persistentes ao longo do ciclo da vida, deverá haver mudanças nas condições socioeconómicas objetivas. Não foi isso que aconteceu à Madalena. A Madalena efetuou uma transição brusca da instituição de acolhimento, aonde viveu até atingir a maioridade, para a casa da mãe, sem qualquer rede de suporte económico. Saiu de uma situação de dependência (da instituição), para outra situação de dependência económica (da mãe) e depois para outra situação de dependência económica (do marido). Não sendo capaz de ser economicamente independente, a Madalena manter-se-á neste ciclo de dependência, porque não dispõe de quaisquer recursos educativos nem financeiros para que possa alterar a sua situação, para poder *agir* pelos seus próprios meios.

Vamos ver que os programa de ativação para o mercado de trabalho, como a *Garantia Jovem* que analisaremos mais adiante, que são precisamente direcionados para jovens como a Madalena, pressupõem que estas jovens com baixa instrução invistam na sua educação como forma de maior integração no mercado de trabalho. Não é difícil compreender-se que as jovens que partilham as mesmas circunstâncias socioeconómicas da Madalena, não só não dispõem de *funcionalidades* para *agirem* como, e mais relevante ainda, elas próprias já desvalorizaram a educação. Quer dizer, as suas circunstâncias socioeconómicas de adversidade extrema já as forçou a adaptar as suas preferências. A mudança é na realidade possível, mas para que isso de facto aconteça, as jovens terão de sair da sua situação de dependência financeira. Elas terão inequivocamente de ter autonomia financeira.

Parece claro que o caminho para a tomada de consciência da situação de submissão das jovens mulheres passa *necessariamente* por um maior nível de autonomia e educação. As jovens com mais instrução estão numa situação mais favorável, do ponto de vista da *consciência* da situação problemática em que se encontram. Contudo, seria um erro acharmos que isso corresponde ao usufruto de um maior espaço de liberdade, como se verá de seguida.

Desemprego, medo e maternidade

O medo é o melhor alimento da submissão e da adaptação de preferências.
O desemprego prolongado na transição para a vida adulta é a vida suspensa, num estado perpétuo de *difusão da identidade*. A falta de rendimento é só o ponto de partida para a dependência financeira. Todos os outros domínios da vida vão sendo contaminados, em

efeito dominó: a impossibilidade de partilhar a mesma casa com o parceiro, porque não dispõem de rendimentos financeiros para pagar uma renda de casa, a impossibilidade de se ser autónoma para viver uma vida que se valoriza, como por exemplo constituir família ou planear ter filhos, mesmo se se o deseja, a impossibilidade de sequer manter um relacionamento amoroso, pelo efeito de desgaste da situação de dependência financeira.

Aquilo que se observa é que à medida que o tempo vai passando, a jovem vai baixando, degrau a degrau, as suas expectativas e os seus critérios de exigência em relação ao emprego, quer dizer, vai ajustando e adaptando as suas escolhas. Suponhamos que a jovem com formação superior foi persistente na procura de emprego, porque usufruiu de um apoio incondicional da família, para que fosse possível perseverar na procura de um emprego que valoriza, suponhamos que ao fim de uma penosa situação de desemprego prolongado conseguiu esse emprego que valoriza. Então, é chegada a altura de demonstrar que se é merecedor desse emprego, que se é o mais produtivo possível. O medo estará sempre presente, para lembrar que perder aquela oportunidade de emprego significa voltar a ter a vida suspensa.

Depois de um longo e penoso percurso de desemprego prolongado, a Maria (Narrativa de vida nº 2) não vê o emprego valorizado como uma mera transação económica, de prestação de serviços. O emprego é a garantia de que pode construir um futuro, é o seu passaporte para a saída da *difusão da identidade* e o caminho para o exercício da sua liberdade. O que acontecerá se engravidar nestas circunstâncias? A gravidez, se for levada avante, será vivida num clima de intenso *stress* e medo, porque não sendo financeiramente independente, a jovem antecipa que não terá capacidade para garantir os cuidados de um bebé, de cuja vida dependerá apenas de si própria. Levar avante uma gravidez nestas circunstâncias é igualmente aceitar que a sua situação de dependência se irá agravar. Para evitar que isso aconteça, é preciso que se assegure o emprego. Por isso, a Maria sentiu uma enorme pressão para provar a sua competência técnica e a sua capacidade de ser o mais produtiva possível. Está aberto o caminho para a submissão e a autoexploração.

Foi precisamente o medo de perder o emprego que levou a esconder a sua gravidez dos colegas de trabalho, para que não fosse subavaliada no seu desempenho como enfermeira. Foi também o medo de perder um contrato de trabalho com melhores condições que a levou a ir a uma entrevista de emprego em plena convalescença, horas depois de ter dado à luz a sua filha. Considere-se um excerto da narrativa de vida desta jovem enfermeira:

Depois de um percurso académico de excelência, a Maria concluiu o curso de enfermagem, a sua primeira e ponderada opção, como uma das melhores alunas do curso. Após uma breve mas marcante experiência de trabalho em cuidados paliativos, a Maria ficou desempregada por um período de 13 meses. Durante esse tempo vivia na casa dos pais, de quem era financeiramente dependente. Findo esse tempo, realizou um estágio profissional num lar de idosos, através do centro de emprego, por um período de nove meses. Trabalhava a tempo inteiro e ganhava por volta de 500 Euros mensais fixos. O ordenado que recebia não era suficiente para ser financeiramente independente dos pais. Sentia-se explorada e insatisfeita com o trabalho (...) o que ganhava não era suficiente para ter uma vida independente, (...). No final do estágio

voltou a estar desempregada por um período de 13 meses, continuando a viver na casa dos pais. Foi um período extremamente difícil para si. Não tinha qualquer fonte de rendimento e começou a trabalhar como manicure a partir de casa para ganhar algum dinheiro (...) Os pais apoiavam-na financeiramente e aconselhavam-na a ser persistente na procura de trabalho na sua área de formação, mas sentia-se cada vez mais desmotivada na procura de emprego. (...) Findo esse tempo, iniciou novo estágio (...) na escola de enfermagem onde trabalhava como voluntária. Este foi o trabalho mais gratificante que teve no seu percurso profissional e duraria 10 meses (...) No entanto, o ordenado que recebia como estagiária (600 Euros) era insuficiente para ser financeiramente independente e poder sair definitivamente da casa dos pais. A meio do estágio a Maria engravidou.

Tinha uma relação amorosa que durava há alguns anos, mas por limitações financeiras de ambos, cada um vivia na casa dos seus pais. Haviam adiado a decisão de viver em conjunto para quando tivessem alguma estabilidade financeira, mas essa estabilidade nunca chegou. Quando soube da gravidez, a Maria ficou muito assustada, preocupava-a a ideia de ter um bebe a seu cargo sem quaisquer condições financeiras para o criar. A um mês de concluir o estágio, aceitou uma proposta para trabalhar a recibo verde no serviço público de saúde. Para si era muito importante que neste novo trabalho fosse avaliada exclusivamente pelas suas competências profissionais e, por isso, entendeu que teria de evitar qualquer tipo de tratamento diferenciado por parte dos colegas pelo facto de estar grávida. Acreditava que, se tivesse uma boa prestação, poderia vir a ser contratada no futuro. Precisava daquele trabalho e não podia correr o risco de perdê-lo. Por essa razão, ocultou a sua gravidez até ao final do quinto mês de gestação, altura em que a gravidez já era evidente. Aos sete meses de gestação, foi aconselhada a fazer repouso pelo facto do bebe não estar a ganhar o peso esperado para a idade gestacional. Se deixasse de trabalhar passaria a viver apenas do rendimento do companheiro, que ganhava o salário mínimo (pouco mais de 500 euros mensais). Para evitar esse constrangimento financeiro, manteve-se no trabalho o mais que pôde, até o final do oitavo mês de gestação, altura em que pediu baixa e passou a receber 300 euros de apoio social. O final da sua gravidez foi vivido com extrema ansiedade, nas suas palavras, "é assustadora a ideia de ter um filho e não ter dinheiro para poder sustentá-lo; a maternidade pode ser uma coisa muito assustadora". Três dias após o parto, a Maria foi convocada para uma entrevista de emprego. Coincidiu com o dia que saiu do hospital. A sua condição física era muito vulnerável ainda, sentia-se frágil, com dores fortes e febre alta. Sabe agora que poderia ter adiado a entrevista, mas na altura estava confusa e ansiosa e teve medo de perder aquela oportunidade de um emprego com melhores condições. Compareceu à entrevista. Considera este ser o dia mais "negro" da sua vida. Esta experiência foi tão dolorosa e intensa, física e emocionalmente, que dela não guarda memória, fez a entrevista, mas não se lembra daquilo que disse; estava com dores e cheia de febre. "Fiz o melhor que consegui", diz. Dois meses depois soube que tinha sido selecionada para o emprego, passaria a ter um contrato de trabalho no serviço regional de saúde. Nas suas palavras, "só depois de ter recebido esta boa notícia vivi verdadeiramente a maternidade." (Maria, excerto adaptado da narrativa de vida nº 2).

Cuidar do *Outro* como razão do desemprego prolongado

Quando nos referimos a jovens mulheres com filhos, estamos a falar de jovens que são mães de bebés ou crianças pequenas, ainda em idade pré-escolar. Porque são ainda muito jovens, com idades abaixo dos 30 anos, e muito embora algumas tenham formação altamente especializada (a Maria é enfermeira e a O. Maria é tradutora de Inglês/Alemão/Russo) a sua escassa experiência de trabalho foi obtida em empregos altamente precários ou em sucessivos estágios, com vencimentos muito baixos. Por esta razão, estas jovens não conseguem assegurar as suas despesas básicas, como a alimentação e a habitação. São jovens mulheres cujos companheiros têm igualmente empregos precários, com salários muito baixos. Repare-se que, em ambos estes casos, os

companheiros têm um nível de educação básico e elas um nível de educação superior. Contudo estando elas excluídas do mercado de trabalho, estão mais sujeitas a uma vida de dependência financeira, em relação a eles. Em virtude desta sua situação de dependência, estas jovens, não dispõem de um excedente financeiro para se organizarem e viverem a gravidez de forma tranquila. Nestas circunstâncias, uma gravidez não planeada é vivida num clima de medo, nas palavras da Maria (Narrativa de vida nº 2):

"é assustadora a ideia de ter um filho e não ter dinheiro para poder sustentá-lo; a maternidade pode ser uma coisa muito assustadora".

Sem autonomia financeira, com apoios sociais insuficientes para serem financeiramente autónomas, sentem-se pressionadas a regressar rapidamente ao trabalho precário. É importante sublinhar que o regresso ao trabalho depois do puerpério é uma tarefa extraordinariamente difícil. Implica, a maior parte das vezes, ultrapassar uma necessidade interna de recolhimento, própria deste período vulnerável de reajustamento a um novo papel social como mães. Esta transição da maternidade para o trabalho poderá ser facilitada quando o trabalho é *significativo* para a pessoa, quando se mantém uma atividade profissional, que para a jovem tem valor intrínseco. As jovens mães que são pressionadas a retomar um trabalho precário, por mera necessidade económica, são forçadas a contrariar este alerta interno de recolhimento sem o sentimento apaziguador do trabalho valorizado. Existe um problema adicional: o dinheiro que recebem do seu trabalho precário, como empregadas de limpeza (tanto a Madalena, como a O. Maria) é quase equivalente ao dinheiro necessário para pagar a creche do bebé. Nesta circunstância, acabam por optar por cuidar dos filhos. Com mais ou menos formação, as jovens mulheres debatem-se com a impossibilidade de conjugarem as suas tarefas de cuidar dos seus filhos com uma atividade profissional fora de casa.

A impossibilidade de conjugar o trabalho de cuidar de filhos pequenos em casa, bebés ou crianças em idade pré-escolar, com um trabalho fora de casa, é para as jovens mulheres um grande problema de ordem prática. Em primeiro lugar, porque elas continuam a despender muito mais do seu tempo, em relação aos parceiros, a executar trabalho doméstico e trabalho assistencial às crianças e adultos dependentes. Lembre-se da situação da O. Maria (Narrativa de Vida nº5) que nos informa que:

"(...) quando o bebé nasceu, a tensão entre o casal agravou-se. Durante o mês de dispensa de paternidade, o marido não foi a casa"

Ora, a disparidade no trabalho doméstico e no trabalho de cuidar das crianças e outras pessoas dependentes, não sendo valorizado economicamente, coloca as mulheres em situação de grande dependência e vulnerabilidade financeira, em particular se tivermos em conta as alterações nas estruturas familiares tradicionais, como temos vindo a assistir nas últimas décadas. Precisamente por esta razão, um nível elevado de educação, muito embora se relacione com uma maior consciência ou, se quisermos, maior capacidade crítica para lidar com a situação, na realidade, não livra as jovens mulheres com filhos da

submissão, da dependência e, em algumas circunstâncias, da violência doméstica, física e psicológica. Repare-se num dado recente importante da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima: a maior proporção de mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal em 2019 tinha, de facto, formação superior (APAV, 2020). Este é um sinal evidente de que algo está a correr muito mal na integração social e económica das jovens mulheres.

As desigualdades baseadas no género constituem um problema de justiça política.
É, de facto, surpreendente que os problemas que enfrentam as jovens (e menos jovens) mulheres, que se sabe que advêm essencialmente da sua maior exclusão económica: maior dificuldade em conjugar o emprego com o trabalho doméstico e o trabalho de cuidar de pessoas dependentes e, por isso, maiores dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, e por isso, maior exposição à pobreza e exclusão social e, por isso, maior sujeição à violência doméstica, não seja sequer motivo de indignação social. Dada a grande importância das questões de género levantadas no nosso estudo, este tema será discutido na terceira parte deste trabalho como "A desigualdade de género na realização do trabalho *significativo*; a *ética do cuidado* como condição de mudança".

6. Preferências *consistentes* e *inconsistentes* com o desenvolvimento humano

As narrativas de vida esclarecem que a adaptação de preferências dos jovens às suas condições sociais adversas é uma realidade e uma limitação do exercício da liberdade.
Elas mostram-nos que as aspirações dos jovens e os percursos escolares e profissionais são claramente condicionadas pelos seus antecedentes de privação socioeconómica, ainda numa idade muito precoce. Trata-se de um processo social genuíno, que reflete um problema de justiça social, que merece ser amplamente discutido.

Através da análise de trajetórias de vida de jovens é possível distinguir-se, no entanto, adaptações de preferências consistentes e inconsistentes com o *desenvolvimento* humano. Lembre-se que a ideia de desenvolvimento a que nos referimos aqui, é consistente com o sentido aristotélico de *eudaimonia*, de florescimento humano ou bem-estar, não de um estado passivo de bem-estar ou felicidade, mas de liberdade de agir ou *agência*. Entendemos então que a adaptação de preferências pode então conduzir a uma rota florescimento, a que damos o nome de "preferências consistentes com o desenvolvimento humano". Um exemplo deste tipo de adaptação de preferências é a narrativa de vida da Betânia (Narrativa de vida nº 3, que se analisa de seguida). Por outro lado, a adaptação de preferências pode conduzir a uma rota de exclusão e de sobrevivência, não conducente portanto ao florescimento. A estas, daremos o nome de "preferências inconsistentes com o desenvolvimento", um exemplo deste tipo de adaptação de preferências é a narrativa de vida da Madalena (Narrativa de vida nº 8), a que várias vezes temos vindo a fazer referência nesta análise.

Quais serão então as condicionantes que estarão *na génese* de um e de outro tipo de adaptação? Por outras palavras, o que nos informam as narrativas dos jovens que, tendo estado em situação de privação económica numa fase precoce das suas vidas, que os pressionou a adaptar as suas escolhas, essa adaptação, no entanto, não se revelou inconsistente com o desenvolvimento?

Realização de três *necessidades psicológicas básicas*

A análise das narrativas de vida dos jovens desempregados mostram-nos que o processo de adaptação de preferências está *sempre* associado a bloqueios numa de três dimensões: a) *Autonomia*; b) *Competência* ou c) *Pertença* ou Vínculo. Estas três dimensões são coerentes com as três dimensões essenciais para a auto-determinação, identificadas como *necessidades psicológicas básicas* na Teoria da Auto Determinação (Deci & Ryan, 2000; Ryan & Deci, 2000).

A teoria da auto-determinação, no original, *Self-Determination Theory*, SDT é uma macro teoria psicológica direcionada para o estudo do *florescimento* humano, no sentido aristotélico de *eudaimonia* (Deci & Ryan, 2008). Entende que os seres humanos são orientados para a realização de capacidades, através de processos que incluem a motivação e a integração social. Contudo, este processo, que é tendencialmente orientado para o crescimento, não ocorre em todas as circunstâncias. Para que o ser humano possa *florescer* ou desenvolver-se é necessário que se cumpram algumas condições sociais As condições sociais são aquelas que satisfazem as necessidades psicológicas básicas das pessoas: a) a necessidade de *Autonomia*; b) a necessidade de *Competência* e c) a necessidade de P*ertença ou vínculo*. Os contextos sociais têm assim o poder de promover ou travar o florescimento humano, através da forma como satisfazem ou não as necessidades psicológicas básicas. Quer dizer, ao exercerem o poder de colocar as pessoas numa rota de crescimento e bem-estar ou numa rota de defesa e de dependência. É importante compreender-se que as necessidades psicológicas básicas não são preferências, são *requisitos básicos* para o desenvolvimento humano (Ryan, 1995) que são *universais*, como sustentam vários estudos interculturais (Chirkov et al; 2003; Chen et al; 2014).

O que a nossa análise das narrativas de vida esclarece é que o processo de adaptação de preferências dos jovens desempregados de longa duração acontece precisamente a partir dessa *impossibilidade* da pessoa efetuar escolhas ou realizar um comportamento *autodeterminado* numa destas três dimensões. Quer dizer, a adaptação de preferências resultaria da incapacidade do jovem ser autónomo e/ou da incapacidade do jovem desenvolver ou exercer as suas competências e/ou da sua incapacidade de estabelecer vínculos seguros ou um sentido de pertença com outras pessoas que lhe são significativas.

Seria eventualmente possível desenvolver-se uma teoria psicológica da adaptação de preferências recorrendo-se a um modelo explicativo do processo de *internalização*. A internalização refere-se a um processo no qual o indivíduo transforma expectativas ou demandas externas em valores e crenças internamente consistentes. Compreenda-se que a *internalização* não transforma uma experiência extrinsecamente motivada numa experiência intrinsecamente motivada. Em vez disso, torna os comportamentos extrinsecamente motivados menos onerosos e, por isso mais facilmente passíveis de serem integrados nas estruturas cognitivas. A psicologia ensina-nos que as pessoas têm tendência a internalizar comportamentos quando os contextos sociais promovem a *autonomia*, a *competência* e a *pertença ou vínculo*. O processo de internalização oferece-nos uma fundação sólida (heurística e concetual) para se compreender como é que os seres humanos se envolvem em tarefas em relação às quais não manifestam intrinsecamente qualquer interesse.

Não vamos aqui aprofundar a análise destes processos de internalização, que seguramente estão na base da adaptação de preferência. Para este trabalho, interessa-nos apenas identificar como a incapacidade de realização destas três necessidades psicológicas básicas (necessidade de autonomia, competência e vínculo) se relaciona com a *génese* da adaptação de preferências. Vamos fazê-lo, não através da análise dos processos cognitivos, não é esse o propósito deste trabalho, mas través da ação ou *agência* dos jovens. Vamos agora analisar cada uma destas dimensões à luz das narrativas de vida dos jovens.

a- A necessidade básica de *Autonomia*

A necessidade de *autonomia* diz respeito à necessidade que todos os seres humanos têm de experienciar um comportamento *volitivo*. Representa em que medida uma pessoa tem capacidade de influenciar, de uma forma autêntica e genuína, o curso das suas ações. É importante compreender-se que a autonomia não é uma forma de individualismo ou de isolamento individual, mas antes é uma forma de autogoverno (Ryan & Deci, 2000).
A autonomia é travada quando o comportamento é pressionado ou coagido por forças externas à pessoa. Gardner et al (2001) num conhecido estudo intitulado *Good Work*, em que os investigadores analisam histórias de vida de geneticistas e jornalistas identificaram que o exercício da autonomia, da criatividade e da motivação intrínseca eram fortemente experienciadas no trabalho de todos os dias por aqueles profissionais altamente qualificados. Este tipo de trabalho significativo, a que Gardner chama de *Good Work* é o perfeito exemplo de um exercício ótimo de autonomia no trabalho e que é observado em contribuições profissionais de alta qualidade, que normalmente resultaram em mudanças positivas na sociedade.

A experiência de autonomia tem, do ponto de vista psicológico, a potencialidade de transformar uma experiência externamente regulada numa experiência mais

autodeterminada (Ryan & Deci, 2000). Vamos analisar o seguinte excerto da narrativa de vida da Betânia (Narrativa de vida nº 3):

A Betânia nasceu na cidade do Funchal onde completou toda a sua escolaridade. Sempre foi uma boa aluna. Desde que se lembra, sempre teve um grande interesse por História, especialmente História de Arte e História Medieval. No final do ensino secundário, candidatou-se a História e ficou colocada na Universidade do Algarve, a sua primeira opção. Estava motivada e entusiasmada com a sua escolha. No entanto, aquele ano coincidiu com uma situação aguda de doença do seu pai, a única fonte de rendimento do agregado. (...). Por falta de recursos financeiros, a Betânia viria a desistir da sua candidatura (...). Ficou dececionada com a situação, não tinha um plano alternativo para o seu futuro escolar e profissional. Decidiu ficar um ano a refletir sobre o que iria fazer no futuro (...) Nesse ano fez um curso de formação profissional em Parafarmácia, não porque tivesse um grande interesse na área, mas com a intenção de ocupar o seu tempo "de uma forma construtiva", diz. O curso teve a duração de oito meses, seguido de um estágio. Após o estágio, a Betânia começou a trabalhar como rececionista numa clínica onde haveria de permanecer por cinco anos. Ganhava 700 Euros mensais, um valor que lhe possibilitava ter estabilidade financeira. Durante parte desse tempo, continuou a viver com os seus pais, contribuindo financeiramente para o agregado. (...) Com o passar do tempo, abandonou a ideia de voltar a candidatar-se ao ensino superior. Ao fim de 3 anos, a direção da empresa onde trabalhava foi gradualmente reconhecendo o seu empenho e a sua grande evolução em competências técnicas. Era uma funcionária empenhada e competente (...) Gradualmente foi-lhe dada mais autonomia e mais responsabilidade em tarefas de gestão. Ao fim de três anos foi-lhe apresentada nova proposta para dar formação ao pessoal noutras sucursais do grupo para onde a empresa se expandia. Aceitou a proposta e mudou-se para a cidade de Almada, onde trabalhou durante dois anos, como responsável pela formação da qualidade do atendimento ao público. Sentia-se completamente confiante na realização das tarefas que desenvolvia. Ganhava 750 Euros mensais, acrescido de despesas de alojamento e alimentação. Era autónoma e financeiramente independente (...). Durante os dois anos que viria a permanecer em Almada, a sua vida era, nas suas palavras "trabalho-casa" (...) não teve oportunidade de criar uma rede de amigos, com quem partilhasse os seus interesses. Por essa razão, sentia-se bastante isolada, socialmente. Ao fim de dois anos, por iniciativa própria, a Betânia apresentou a sua demissão. A direção da empresa insistiu para que ficasse, propôs-lhe um aumento de salário, mas não aceitou. Regressou ao Funchal. Ficou desempregada durante 8 meses. Durante esse tempo, viveu na casa dos seus pais, mas era financeiramente independente. Tinha as suas economias e recebia o subsídio de desemprego. Findo esse tempo, trabalhou numa loja de artigos para o lar (...) Ganhava 800 Euros por mês. Estava satisfeita com o salário, mas o trabalho era demasiado rotineiro (...) Por não lhe proporcionar qualquer desafio profissional ou aprendizagem de outras tarefas de maior responsabilidade (...) após um ano, apresentou a demissão. Passou por um novo período de desemprego de seis meses. Neste tempo estava decidida a encontrar um trabalho de que realmente gostasse, ainda que tivesse de esperar mais tempo. Ao fim desse tempo, encontrou trabalho numa loja de produtos para animais, como responsável de loja, onde se mantém até hoje. Foram-lhe confiadas desde o início, tarefas de logística, gestão, gestão documental, contabilidade. Começou a ganhar mestria e autonomia nestas áreas e começou a dar formação a outros funcionários à medida que a empresa crescia e se expandia. É agora responsável por essas tarefas de trabalho. O seu salário é de 900 euros mensais, um valor que lhe permite ter uma vida financeiramente estável. Recentemente saiu da casa dos pais e vive numa casa independente com o namorado, com quem diz ter uma excelente relação afetiva. Ambos têm trabalhos estáveis e bem remunerados (...) Sente-se muito satisfeita com esta mudança de vida recente. Não pretende vir a ter filhos no futuro próximo. Essa não é uma prioridade para si, de momento. A Betânia diz que aprendeu a gostar da área das vendas com o tempo e à medida que foi ganhando experiência e responsabilidade, apesar desta não ter sido uma escolha planeada. "Nunca me imaginei como vendedora", diz. (...) O grupo para quem trabalha está em expansão. Já foi informada que tem a possibilidade de trabalhar com o mesmo grupo, no continente, se essa for a sua escolha. A Betânia deixa essa possibilidade em aberto. Caso opte por trabalhar no Continente com o mesmo grupo, não tem quaisquer constrangimentos que a impeçam de fazer essa escolha. Os seus pais e o companheiro apoiam-na nas suas decisões. É uma opção que mantém em aberto. Para já, não pondera mudar de área de trabalho, nem fazer outra formação profissional. Diz sentir-se realizada e segura a nível profissional e diz também ter uma vida

mais tranquila e financeiramente estável, em comparação com os seus colegas e amigos da sua faixa etária. Abandonou a ideia de fazer um curso superior, apesar de ainda ser incentivada pelos pais a fazê-lo. Mantém um grande interesse pela História como área do saber, mas não coloca a possibilidade de fazer um curso de ensino superior, "pelo menos não para já" porque "estou bem como estou agora e vou continuar assim até sentir vontade de mudar" (Betânia, excerto adaptado da narrativa de vida nº 3).

A Betânia (Narrativa de vida nº 3) é um caso especial, no conjunto das narrativas de vida dos jovens desempregados. Dos jovens que acompanhámos, esta jovem, a par com o Tiago (Narrativa de vida nº 3) nunca esteve desempregada por um período superior a oito meses consecutivos. Além disso, durante os dois períodos em que esteve desempregada, sempre teve direito a receber o subsídio de desemprego, nunca tendo sido financeiramente dependente dos pais. Este suporte financeiro foi essencial para que fosse ajustando as suas escolhas em função do que valorizava, por exemplo, procurar uma atividade que fosse mais desafiadora para si e que colocasse em prática as suas competências ou viver mais próxima da sua rede de amizades.

Com o passar do tempo, a Betânia abandonou o seu projeto de fazer o curso superior de História e já não coloca sequer a hipótese de o fazer. Em teoria, tratou-se de um processo de adaptação de preferências. Contudo, no decurso desta adaptação de preferências, a Betânia passou por um processo de reconhecimento do seu valor pessoal, teve reais oportunidades de aprender uma atividade profissional, que até então desconhecia, desenvolveu competências para si desafiadoras, teve sempre muita autonomia, reconhecimento pelo seu trabalho e o apoio afetivo da família. Adicionalmente, e ainda mais importante, durante todo este processo, sempre foi financeiramente autónoma. A Betânia não teve condições económicas para continuar a estudar, um projeto que valorizava muito e para o qual se preparou durante todo o seu percurso escolar, com empenho e mérito. contudo, a sua adaptação conduziu-a numa rota de desenvolvimento humano.

É importante sublinhar-se que, mesmo quando conduz a uma rota de desenvolvimento, a adaptação de preferências não é, necessariamente, uma coisa boa. Ela pressupõe sempre um ajustamento das estruturas cognitivas ao contexto e às circunstâncias restritas a que o sujeito se deve adaptar. A adaptação de preferências é sempre um estreitamento dos espaços de desenvolvimento das potencialidades e da liberdade humanas. Repare-se que, no presente, a condição económica, familiar e pessoal da Betânia já não constitui qualquer impedimento para ela continuar a estudar, se assim o entender. No presente, a Betânia reúne as condições financeiras para o fazer, mas agora é ela própria que não deseja fazê-lo, apesar da insistência dos pais. A adaptação de preferências deixou a sua marca, levou-a a desvalorizar a Educação. Agora a Betânia sente-se feliz e realizada como técnica de vendas e já não pretende prosseguir estudos superiores, apesar de ter todas as condições para o fazer.

Ora, se compararmos o processo de adaptação de preferências da Betânia com a Madalena, naturalmente que a Betânia usufrui de um mais amplo espaço de autonomia (e competência, que analisaremos de seguida) e, por isso mesmo, o processo de adaptação

de preferências da Betânia é menos oneroso, porque conduziu-a numa rota de desenvolvimento. A nossa análise vai de encontro dos trabalhos de Amartya Sen e Martha Nussbaum, que sugerem que uma característica comum das preferências adaptativas é o facto destas não serem escolhidas de forma autónoma.

b- A necessidade básica de *Competência*

A necessidade de *competência* é a necessidade básica que todos os seres humanos têm de experienciar eficácia e mestria em atividades consideradas importantes ou valiosas para a pessoa. A competência tem lugar em contextos que proporcionam oportunidades para adquirir saberes e receber *feedback*. Os estudos têm demonstrado que a experiência de competência promove a *internalização*, a mestria, o esforço que se dedica às tarefas e o nível de persistência face a obstáculos.

É importante, no entanto, destacar que desenvolver competências *por si só* não aumenta, necessariamente, a satisfação com o trabalho. Em vez disso, a experiência de competência está associada a um maior sentimento de *autorregulação*, que ajuda a tornar mais suportável um trabalho que não se valoriza. A narrativa de vida da Betânia (narrativa 3, que analisámos anteriormente) ilustra claramente este processo. A adaptação de preferências profissionais, quando acompanhado por um sentimento de competência, eficácia e mestria, torna este processo adaptativo *menos oneroso*, e pode abrir caminho a uma rota de crescimento pessoal. Repare-se agora num excerto da narrativa de vida do Simão (Narrativa nº 6):

O Simão tem 27 anos, é solteiro, não tem filhos, tem mestrado integrado em Psicologia e está desempregado há 20 meses. Fez todo o seu percurso escolar com mérito e concluiu mestrado integrado em Psicologia com 18 valores. Está desempregado desde então, há 20 meses (...) Para poder candidatar-se a um trabalho na sua área de formação, o Simão terá de estar inscrito na Ordem dos Psicólogos. Para entrar na Ordem dos Psicólogos é requisito essencial a realização de um estágio profissional que reúna duas condições essenciais: 1- ter uma duração mínima de 12 meses e 2- ser um estágio remunerado num valor igual ou superior a 600 Euros mensais. Caso não reúna estas condições, o estágio não é considerado elegível para aquela ordem profissional e o candidato fica impedido de exercer aquela atividade profissional. Esta tem sido a maior dificuldade do Simão, desde que concluiu o mestrado integrado há dois anos. Durante este tempo de desemprego tem contactado dezenas de instituições. O *feedback* que tem recebido é sempre o mesmo: as instituições não têm dinheiro para lhe pagar o trabalho de estágio. Sente uma dificuldade acrescida; o IEFP deixou de financiar estágios de 12 meses e no presente, financia estágios de apenas 9 meses. Algumas instituições já aceitaram a sua proposta de estágio profissional por um ano, mas com a condição de não lhe pagar qualquer valor financeiro. Depois de inúmeras tentativas frustradas o Simão diz que até estaria na disposição de realizar um estágio não remunerado, mas sabe que isso não lhe traria benefícios profissionais a curto prazo (...) Após quase um ano neste impasse, tomou a iniciativa de se inscrever num curso de *Empreendedorismo* desenvolvido pelo IEFP (...) O Simão inscreveu-se naquele curso simplesmente porque queria estar ativo e porque podia usufruir de uma bolsa de formação de 250 euros mensais, acrescidos de subsídio de alimentação e transporte. Dependia financeiramente dos pais e esta seria uma forma de ganhar algum dinheiro para as suas despesas. Este curso de formação profissional

inclui um estágio de seis meses, que está a realizar neste momento numa associação de desenvolvimento para pessoas com doença mental. Ironicamente, o Simão havia apresentado uma proposta de estágio profissional a esta mesma Instituição solicitando os requisitos para entrar na Ordem dos psicólogos e foi recusada. Compreenda-se, a instituição recusou a sua proposta de estágio profissional como Psicólogo Estagiário por 600 Euros mensais por um período de 12 meses, mas aceitou que a mesma pessoa efetuasse estágio em *Empreendedorismo* por seis meses por 250 Euros mensais, um valor pago na totalidade pelo IEFP. Neste estágio o Simão desenvolve várias atividades que exigem conhecimento técnico e científico da área da Psicologia. O Simão mantém-se nesta situação porque acredita que, se fizer um bom trabalho, se demonstrar competência, a direção da instituição reconhecerá o seu valor e poderá considerar um novo estágio, desta vez com os requisitos para entrar na Ordem dos Psicólogos. Esta situação é para si altamente desmotivadora. Sente-se explorado e humilhado. O valor que ganha da bolsa de estágio não chega para as suas despesas mensais, tão pouco para poder sair da casa dos seus pais e ser financeiramente independente. Para si entrar naquela ordem profissional continua a ser muito importante porque é a única possibilidade que tem para ter um trabalho que gosta e valoriza e poder vir a ganhar um salário compatível com as suas expectativas. Ao longo deste tempo que tem estado desempregado as suas expectativas de arranjar trabalho na sua área de formação têm vindo a diminuir, cada vez mais. A sua crença no bom funcionamento das instituições tem vindo a diminuir a pique. Para si, é importante encontrar um trabalho de que goste e que, acima de tudo, seja remunerado para poder realizar o tipo de vida que valoriza. Gostaria de viajar e ter a possibilidade de sair da casa dos pais. Diz que ficaria satisfeito com um salário de 700 euros mensais. Não coloca a possibilidade de emigrar porque (...), nas suas palavras "é aqui que eu quero viver, no meu país, se possível com um trabalho que eu goste e que me dê para viver com o mínimo de condições". (Simão, excerto adaptado da narrativa de vida nº 6).

A narrativa de vida do Simão é particularmente esclarecedora da necessidade da pessoa pôr em prática uma atividade que tem para si valor intrínseco. Durante todo o seu percurso académico, o Simão foi um aluno empenhado e, de forma ponderada, escolheu estudar Psicologia, uma área do saber que valoriza. Durante o longo tempo que tem estado desempregado o suporte familiar, tanto financeiro como afetivo, tem sido essencial para que possa persistir ativamente na procura de uma oportunidade trabalho especializado que o realize. Para que isso se possa concretizar, o Simão, no decurso destes 20 meses em que está desempregado, foi baixando gradualmente os seus requisitos e expectativas em relação ao vencimento e, neste momento, já está na disposição de trabalhar a custo *zero*, se esse trabalho fosse elegível para entrar na ordem profissional.

A sua narrativa de vida esclarece uma série de obstáculos e falhas institucionais, que se interpõem a essa realização. Um exemplo claro é a disparidade entre os critérios do IEFP na estruturação dos estágios e os critérios impostos pela ordem profissional. Estas falhas institucionais, com o passar do tempo, transformaram-se num sério bloqueio da sua procura ativa de trabalho. Note-se que a resolução deste impasse não depende da sua força de vontade nem da sua capacidade de ser ativo na procura de emprego, depende exclusivamente das regras institucionais. É irónico que o Simão, precisamente nestas circunstâncias, esteja a frequentar um curso de *empreendedorismo*, particularmente numa instituição à qual apresentou uma proposta de estágio que cumprisse os requisitos para entrar na ordem profissional, tendo-lhe sido recusada e cujo seu trabalho implica agora o uso de conhecimentos e competências altamente especializadas no domínio da Psicologia. O Simão sente-se explorado e humilhado em relação ao seu trabalho, porque apesar do seu esforço, não consegue resolver a sua situação de dependência.

Face a estas falhas institucionais, a sua descrença no funcionamento das instituições democráticas tem vindo cada vez mais a aumentar. Todo o discurso do Simão transmite uma atitude de descrença e cinismo em relação ao bom funcionamento das instituições democráticas, na sua incapacidade de apoiar os jovens a alcançar a sua autonomia. É importante sublinhar que no seu discurso esta descrença generaliza-se a todo o espectro da política e da participação social. O Simão está convencido que está entregue a si próprio e que é o próprio sistema que o responsabiliza por "ser um falhado", diz, na procura de emprego. Este jovem continua a persistir, apesar de tudo, e recusa emigrar como muitos dos seus colegas, diz, porque ainda acredita que pode vir a encontrar um trabalho que valoriza, que lhe dê possibilidade de ter uma vida com o mínimo de condições e dignidade.

É importante aqui retomarmos a ideia de "jovem empreendedor" que abordámos no Capítulo 2 deste trabalho. A literatura tem sistematicamente identificado que a predisposição dos jovens para o *empreendedorismo* está estreitamente relacionada com a sua condição socioeconómica favorável. Especificamente, para que o jovem seja empreendedor, ele deverá viver confortavelmente com o seu rendimento, ter já uma experiência empreendedora no seu percurso laboral e ter tido formação de nível pós-secundário (Ferreira *et al* 2018).

O Tiago (Narrativa de vida nº 7) foi o único jovem que acompanhámos que reúne todas as condições para ser considerado, de facto, um jovem *empreendedor*. É um jovem com frequência no ensino superior, já com experiência empreendedora no seu percurso laboral, inclusive uma experiência de trabalho fora do país e com uma grande capacidade de por em prática ou *empreender* vários projetos que valoriza. Não será por acaso que o Tiago é igualmente o único jovem, a par da Betânia, cuja narrativa de vida se analisou atrás, que vive confortavelmente com o seu rendimento e nunca esteve desempregado por um período superior a 10 meses. A narrativa de vida do Tiago esclarece a necessidade básica do jovem experienciar a competência e como, de facto, a competência promove a o esforço e a persistência face a obstáculos. Analise-se um excerto da sua narrativa de vida (Narrativa de vida nº 7):

Depois de um período de 20 meses a trabalhar como empregado de bar na cidade de Essen, na Alemanha, o Tiago decidiu regressar a Portugal. Entendeu que ganhava muito pouco (2000 euros) para o seu esforço e para o retorno que dava à casa. Foi, no entanto, uma experiência de trabalho muito positiva, aprendeu a viver sozinho, aprendeu a falar alemão (...) viajou, conheceu vários países e dezenas de cidades da Europa central. Ainda ponderou mudar-se para o Luxemburgo; conhecia um amigo residente e teria a possibilidade de trabalhar na instalação de fibra ótica, mas decidiu regressar a Portugal porque sentia falta da família, essencialmente dos irmãos e da mãe (...). Quando regressou a Portugal, trabalhou num bar (...) e posteriormente esteve a gerir uma loja de telemóveis em Aveiro (...). Durante esse tempo, manteve-se na casa da mãe, apesar de ser financeiramente independente.
O Tiago tem um grande conhecimento e interesse sobre o negócio de automóveis. Desde o seu regresso da Alemanha, viaja frequentemente até aquele país para comprar automóveis para uma rede de vendedores seus conhecidos, ganhando por isso uma comissão. "Se tivesse capital financeiro, abriria um negócio de compra e venda de automóveis e investiria no comércio de automóveis elétricos. É o futuro", diz. Por

iniciativa própria, o Tiago procurou ajuda no IEFP. Pretendia inscrever-se no curso de mecatrónica de automóveis, que teve conhecimento através da internet, mas o curso não abriu por falta de vagas. Foi orientado (...) para o curso de desenho técnico (...) O Tiago diz estar satisfeito com o curso, apesar de tecer duras críticas ao seu funcionamento. Diz ter sentido uma forte pressão da parte do IEFP para que se inscrevesse no curso. O Tiago entende que a maneira como as pessoas são selecionadas poderá não ser a mais eficaz. Os conteúdos de formação inicial e o nível de formação dos desempregados são altamente díspares, o que faz com que o grupo de formandos, seus colegas, seja pouco coeso e o nível de desistência seja muito elevado; de 15 colegas do seu grupo inicial, restam quatro. Existe, no seu entender, um grande esforço para que a instituição capte jovens desempregados para que os cursos possam funcionar e está menos interessada na adequabilidade dos perfis de cada jovem ao curso. O Tiago valoriza a qualidade técnica e pedagógica dos formadores. No entanto, entende que os conteúdos poderiam ser cumpridos em seis meses, mas arrastam-se, pensa que para cumprir os referenciais (1200 horas). Este curso inclui a realização de um estágio que fará brevemente numa empresa de componentes automóveis. O Tiago tem expectativas que o estágio lhe dê oportunidades de trabalho especializado. Não pretende concluir o curso de Gestão que frequentou no ensino superior. Considera que ter uma licenciatura poderia ser uma vantagem para eventualmente poder evoluir na carreira, mas não coloca já essa possibilidade. A Gestão, nos moldes como a encontrou na faculdade, não consegue acompanhar as mudanças do mundo, diz, e por isso, deixou de fazer sentido para si. (Tiago, excerto nº 2 da narrativa de vida nº 7)

c- A necessidade de pertença ou *vínculo*

Analisámos neste trabalho, que a necessidade de cada ser humano se sentir significante e conectado com outros seres humanos é uma necessidade psicológica básica, que só é experienciada quando somos cuidados e quando cuidamos do *Outro*. Sabemos, através de um vasto corpo de estudos no âmbito da psicologia, desde os trabalhos pioneiros de Ainsworth, (1989) e Bowlby (1982) até às evidências mais recentes no domínio das ciências da vida e das neurociências que esta necessidade humana é seminal para a qualidade da integração social e do desenvolvimento físico e mental do ser humano[19]. Além disso, e não menos importante, a experiência *de cada um* de nós confirma esta necessidade intrínseca de cuidado para o nosso equilíbrio e bem-estar.

As narrativas de vida dos jovens, que apresentamos em anexo 1, e que temos vindo a analisar neste trabalho, ilustram muito bem a centralidade do cuidado no percurso de vida de cada jovem, que se vai manifestando de várias maneiras. Como analisámos no Capítulo 4, a experiência de isolamento e desconexão social, em idades muito precoces, bloqueia a construção de um sentido de *pertença* e da construção da autonomia. As narrativas de vida do Pedro (Narrativa nº 1) e da Madalena (Narrativa nº 8), dois jovens que foram forçados a crescer afastados de um contexto familiar capaz de lhes proporcionar cuidados de forma eficiente, são particularmente expressivas dessas consequências adversas e persistentes, quando falha esta necessidade inata de *vínculo e cuidado*. É evidente a

[19] Ver Capítulo 1, seção 1: Descontinuidade no desenvolvimento neurobiológico; imaturidade cortical frontal e seção 3: Vulnerabilidades psicossociais na formação da identidade

relação entre a privação de cuidado, a perceção de insegurança, a falta de confiança em si próprio, o insucesso e abandono escolares, em *efeito dominó*. Será eventualmente um reflexo de uma *psicologia da escassez*, que identificámos no Capítulo 1. Como se sabe também, a qualidade das condições de vida na infância e na juventude, de entre elas o cuidado, não devem ser ignoradas, porque ditam *predisposições* e *estruturas* para o desenvolvimento e para o equilíbrio mental na vida adulta.

O duplo papel do *cuidado*

Esta necessidade de cuidado será particularmente evidente na situação de desemprego prolongado, uma situação percebida pelos jovens como fortemente causadora de stress. O suporte intergeracional no desemprego jovem prolongado e na precarização da vida, que daí advém, está identificado na literatura. Amiúde, este suporte surge associada a suporte financeiro, através do conceito de "famílias providência", como no estudo de Alves et al (2013). Mas é evidente que esta relação ultrapassa o apoio financeiro, que tem, como vimos, uma expressão e um papel particular nos jovens com formação superior.
Se atendermos às narrativas da Maria (Narrativa nº 2) e do Simão (Narrativa nº 6), dois jovens com formação altamente especializada, de nível universitário, ela enfermeira e ele psicólogo, veremos que este suporte familiar vai muito mais além do suporte financeiro. O cuidado dos pais é o suporte afetivo, para que os jovens possam perseverar na procura de um trabalho *significativo*, sem o qual, os jovens teriam já desistido e sucumbido ao cansaço das adversidades socioeconómicas. Por outras palavras, teriam já adaptado as suas preferências. O cuidado é a força do suporte afetivo e emocional, que funciona como um corrimão de corda, que sustém o jovem em equilíbrio, para que possa persistir e perseverar na procura de um emprego, que para si seja significativo.

Ora, se um nível de formação superior funciona como uma forma de bloqueio para a adaptação de preferências dos jovens desempregados de longa duração, ele não será coeso sem este suporte afetivo do cuidado. Quer dizer, um nível de formação superior só ganhará uma força bloqueadora da adaptação de preferências se acompanhada de um sentido de pertença e vínculo seguros. Considere-se a narrativa de vida do André (Narrativa de vida nº 4). Este jovem com formação de nível superior não dispõe de um suporte e cuidado familiar coesos, de que precisa nesta fase desemprego prolongado, altamente causadora de stress. O seu ambiente familiar é altamente disfuncional, o que constitui para si um problema adicional. Por isso, no lugar de funcionar como um apoio afetivo emocional seguro, a família funciona como mais um problema com que o André tem de lidar, para que consiga resolver a sua autonomia. Veja-se um pequeno excerto da sua narrativa de vida:

A mãe continua a procurar trabalho para ele, no seu entender, de forma altamente disfuncional e precipitada, que em nada ajuda; envia currículos e entra em contacto com instituições, sem o seu consentimento e isso tem vindo a criar ainda mais atrito na sua relação com ela (André, Narrativa de vida nº 4).

A narrativa de vida deste jovem é rica na sua complexidade e não devemos cair no erro de incorrer em raciocínios demasiado simplistas. Jamais poderemos apreender a complexidade da narrativa de vida do André, sem que se a integre numa análise sistémica da saúde mental dos jovens. Porém, para este segmento da discussão ela consegue ilustrar, pela negativa, é certo, a importância dos vínculos e do cuidado no desenvolvimento da autonomia do jovem, ilustrando o efeito contrário àquilo que seria desejável que acontecesse nesta fase. Recorde-se, como falámos no Capítulo 1, que para construir a sua autonomia o jovem necessita de reforçar os seus vínculos afetivos seguros. Parece, à partida uma situação paradoxal: para que o ser humano se aventure na exploração do mundo que o rodeia, e do seu próprio mundo interior, necessita de laços afetivos seguros. Todos nós já experienciámos essa necessidade. Em momentos decisivos de partir, necessitamos sempre de alimentar a angústia do medo de falhar com um abraço genuíno.

A *Geração Milénio*, como se analisou no Capítulo 2 a partir dos trabalhos de Figueiredo et al (1999) depara-se agora com níveis mais elevados de incerteza, insegurança e risco, que se reflete numa maior e mais expressiva vulnerabilidade e fragilidade face à precariedade salarial e a precariedade da vida (Vieira, Ferreira & Rowland, 2015; Ferreira et al, 2018). Para os jovens Milénio, a saída do lar familiar não é já efetuada de uma forma abrupta e irreversível, como acontecia nas gerações anteriores. Por essa razão, não faz sentido analisarmos as gerações numa lógica de confronto, mas antes numa lógica de solidariedade e interdependência geracional, como analisaremos no ponto seguinte. Cremos, por isso, que tanto no seio das famílias, como das instituições económicas e sociais existe um ajustamento a fazer em relação às expectativas que se podem ter quanto à autonomia dos jovens, objetivamente em relação à circulação de ajuda e cuidado que estes necessitam.

Quando falamos de cuidado não queremos dizer que os jovens precisam (só) de abraços da família para realizarem a sua autonomia. Queremos, sim, reforçar que a ajuda que circula ou não na família é um elemento incontornável para uma entrada mais facilitada ou mais dificultada na idade adulta. A ajuda e o cuidado será um desses elementos, que a literatura (e o nosso estudo confirma-o) ser central para uma entrada mais facilitada ou mais dificultada nos papéis de adulto. O suporte familiar, que agora sabemos que não é só económico, é o fator que mais diferencia os percursos de vida de cada um. A possibilidade de os jovens regressarem temporariamente a casa, por exemplo, em caso de dificuldades financeiras ou de separação amorosa, fará toda a diferença entre os percursos de vida, não só na quantidade de bens e recursos que o jovem pode acumular, como também na sua qualidade de vida, saúde física e mental. Isto obriga-nos a reconsiderar e a discutir que marcadores de orientação técnica e científica fiáveis utilizaremos doravante. Obriga-nos também a desenvolver formas mais comprometidas e mais

eficazes na promoção do cuidado e da solidariedade intergeracional. Obriga-nos a passar do plano das boas intenções para a prática.

Necessidades psicológicas básicas: síntese

Em síntese, a necessidade da realização destas três necessidades básicas: necessidade de *Autonomia*, necessidade de *Competência* e necessidade de *Pertença ou Vínculo* estão na génese, tanto da "adaptação de preferências consistentes com o desenvolvimento", como da "adaptação de preferências inconsistentes com o desenvolvimento". A análise das narrativas de vida informa-nos que a forma como estas três dimensões operam não obedece a regras fixas e predeterminadas. Os sistemas sociais, não se tratando de sistemas fechados, pressupõem a *equifinidade*. Quer dizer, diferentes condições iniciais geram igualdade de resultados e diferentes resultados podem ser gerados por diferentes condições iniciais. Contudo, isso não quer dizer que se deva cair no relativismo. As narrativas de vida mostram-nos um padrão muito claro na *génese* da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado.

Parece-nos evidente que as dificuldades económicas familiares numa fase precoce do ciclo de vida têm um impacto muito eficaz na adaptação de preferências escolares e profissionais. É revelador observar-se que o desempenho escolar e o mérito académico dos jovens, por si só, não é suficiente para bloquear este processo de adaptação de preferências quando a condição económica é particularmente adversa em idades precoces. Contudo, a adaptação de preferências pode tomar uma rota *consistente* ou *inconsistente* com o desenvolvimento. Quer dizer, a adaptação das preferências, que resulta da adversidade socioeconómica, pode tomar uma rota que, apesar de tudo, conduz a um certo crescimento e bem-estar, ou, pelo contrário, conduzir a uma rota de dependência e defesa. Essa *consistência* ou *inconsistência* da adaptação de preferências com o desenvolvimento humano dependerá da realização destas três necessidades básicas que analisámos: a realização da *Autonomia*, a realização da *Competência* e a realização de um sentido de *Pertença ou Vínculo*. Se uma (e mesmo que *apenas uma*) destas três necessidades básicas falhar, sendo que cada uma delas é essencial para o comportamento autodeterminado, então estão reunidas as condições para a continuidade de um novo ciclo de dependência, inclusive dependência financeira, exclusão, alienação social e perturbação psicológica.

TERCEIRA PARTE

RAZÕES PARA SE ADOTAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM PORTUGAL

Capítulo 5

Discussão:
A *capabilidade* dos jovens para o trabalho *significativo*
como condição da liberdade

Discussão:
A *capabilidade* dos jovens para o trabalho *significativ*
como condição da liberdade

Nesta terceira parte discutimos um conjunto de temas, que foram emergindo ao longo deste trabalho, em particular a partir da análise da adaptação de preferências dos jovens em situação de desemprego prolongado. Selecionámos *sete* temas, que correspondem a problemáticas que foram identificados ao longo deste trabalho de investigação, que levantam novas questões de investigação, teóricas e práticas, importantes e que merecem ser discutidas em maior profundidade, porque têm implicações diretas ou indiretas na forma como se analisa e intervém no desemprego jovem de longa duração. Selecionámos os *sete temas* seguintes: 1. Por que se deve caminhar para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo;* 2. A desigualdade de género na capabilidade para o trabalho *significativo*; 3. Sobre a ineficiência das *políticas ativas de emprego* no desemprego jovem prolongado; 4. Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem; 5. *Que* individualismo?; 6. Promover a saúde mental na população jovem; e 7. Da fragilidade ao medo da liberdade. Passamos a discutir cada um deles.

1. Por que se deve caminhar para a capabilidade dos jovens para o *trabalho significativo*

I am fully aware that after the camp my work, or rather my two kinds of work (chemistry and writing), did play, and still play, an essential role in my life. I am persuaded that normal human beings are biologically built for an activity that is aimed towards a goal, and that idleness, or aimless work (like Auschwitz's Arbeit*), gives rise to suffering and to atrophy. In my case, and in the case of my alter ego Faussone, work is identical with 'problem-solving'. At Auschwitz I quite often observed a curious phenomenon. The need for* lavoro ben fatto *– 'work properly done' – is so strong as to induce people to perform even slavish chores 'properly'. The Italian bricklayer who saved my life by bringing me food on the sly for six months, hated Germans, their food, their language, their war: but when they set him to erect walls, he built them straight and solid, not out of obedience but out of professional dignity.*

(Primo Levi, numa entrevista a Philip Roth, publicada no New York Times, a 12 de Outubro de 1986: "A man saved by his skills")

a) O trabalho *significativo* como meio de criação da *identidade*

Os jovens orientam e estruturam o seu percurso de vida, em função da realização de um trabalho, que seja para si *significativo*, que lhes traga oportunidades de aprender e fazer coisas que valorizam.
O trabalho para os jovens é a oportunidade de expressão da sua própria identidade e, mais relevante ainda, é através da sua realização que ele constrói a sua identidade. A literatura

tem demonstrado e as narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração confirmam[20], que os jovens não procuram um trabalho apenas como fonte de rendimento. Isso acontece, de facto, nas situações de adversidade extrema, em situações em que a pessoa foi forçada a adaptar as suas preferências, em relação aos seus contextos socioeconómicos adversos.

Isto quer dizer, que apenas em situações em que os jovens vivem num estado de mera sobrevivência é que procuram um trabalho como uma fonte de rendimento, como meio de sobreviver, deixando para segundo plano a necessidade de realização pessoal. Ora, a abordagem das capabilidades, tanto na versão de Amartya Sen, como na versão de Martha Nussbaum defende o direito das pessoas a uma vida digna, que vá além da mera sobrevivência. A dignidade relaciona-se com a realização de várias capabilidades, que elevam a pessoa acima dos limiares da sobrevivência humana. Repare-se que, mesmo a Madalena, uma jovem com um percurso de vida altamente adverso ao seu desenvolvimento, entende que "se tivesse um trabalho que gostasse tinha mais gosto pela vida e era mais dona de mim" (Narrativa nº 8).

Todos os jovens narram o seu percurso de vida em função desta procura de uma atividade que lhes dê a oportunidade de expressar a sua individualidade e, através dela, criar e construir a sua identidade. Todo o esforço escolar do Pedro, como trabalhador da construção civil e estudante, apesar das severas adversidades (Narrativa nº 1), todas as experiências de trabalho precário por que passou a Maria até trabalhar como enfermeira (Narrativa nº 2), todo o percurso profissional da Betânia, depois de ter sido forçada a abandonar o prosseguimento de estudos superiores (Narrativa nº 3), todo o percurso do André, que balança entre o equilíbrio e o desequilíbrio psicológico (Narrativa nº 4), todo os obstáculos institucionais que enfrenta o Simão, para que possa entrar na ordem profissional e trabalhar como psicólogo, desde que concluiu mestrado integrado (Narrativa nº 6), todo o percurso empreendedor do Tiago, desde que desistiu do ensino superior (Narrativa nº7), toda a adversidade por que passou a Madalena (Narrativa nº 8), todos estes jovens, cada um deles à sua maneira, têm feito um percurso na busca de atividades profissionais que lhes ajude a *criar* e a realizar a sua identidade. Repare-se que, mesmo quando os jovens têm um rendimento que lhes permite ser financeiramente autónomos, mas que para eles não seja um trabalho *significativo* e desafiador (como no caso da Betânia e do Tiago) eles procuram outras oportunidades de trabalho, que lhes permita trabalhar de maneira significativa. O Tiago (Narrativa nº 7) consegue expressar essa necessidade de um trabalho significativo, depois de dois anos de trabalho alienado, quando diz "o meu trabalho era convencê-las [as pessoas] a comprar uma coisa que não precisavam, era absurdo".
Os jovens encaram o trabalho *significativo* como uma forma de alcançar a sua autonomia financeira e familiar e como forma de expressar a sua individualidade e a sua criatividade como seres humanos.

[20] Apresentadas e analisadas nos Capítulos 3 e 4.

b) A consciência e a recusa do trabalho *alienado*

Os jovens têm plena consciência de que estão sujeitos a diferentes formas de alienação no trabalho: o distanciamento da realização da sua natureza, o distanciamento daquilo que produzem e o distanciamento dos outros seus semelhantes. Os jovens têm consciência que a alienação é uma forma de dominação social e uma forma de repressão da sua consciência, que impõe uma visão do mundo, dominada pela produção de capital. E temos de reconhecer que os jovens, de facto, apesar do seu *não poder*, se têm debatido contra isso. A mobilização de jovens à escala global, de *Occupy Wall Street* até *Ocupy All Streets*, que teve lugar em 2011 a que nos referimos no Capítulo 2, até às mais recentes ondas de protesto sobre violência sexual e racial, como os movimentos *metoo* e *Black Lives Matter* e os movimentos em defesa de modos de vida mais ecológicos, todos eles liderados por jovens, com expressão à escala global, refletem esta consciência da dominação, que tem sido legitimada pelas estruturas de poder (Milkman, 2017; Kilomba, 2019).

Os jovens têm consciência do seu *não poder de ação* sobre os seus próprios interesses. Têm consciência de que as transformações socioeconómicas não estão a ser promovidas pela sua geração, como seria desejável que acontecesse, mas por elites financeiras que se beneficiam em detrimento deles. Têm consciência das profundas desigualdades sociais em que vivem. Esta consciência da dominação e da subordinação será eventualmente uma das razões por que os jovens não se revêm nas instituições, demonstram ter pouco interesse pela política e manifestam pouca participação eleitoral. As instituições têm estado, de facto, distanciadas das necessidades específicas dos jovens, das suas necessidades concretas de resolução da sua identidade e autonomia, da sua necessidade concreta de trabalho *significativo*. Esta consciência da submissão é, como analisámos no Capítulo 3, muito visível nas narrativas de vida, muito expressiva nos jovens com mais formação académica, uma consciência que é profundamente geradora de frustrações, ansiedade e instabilidade.

c) O trabalho *significativo* como meio de realização da autodeterminação

O nosso estudo esclarece que a impossibilidade do acesso ao trabalho *significativo* impede a realização de três necessidades psicológicas básicas: 1) a necessidade de *autonomia*; 2) a necessidade de *competência* e 3) a necessidade de *vínculo*. Vimos que estas três necessidades psicológicas básicas, estão envolvidas em processos de adaptação de preferências. O nosso estudo é de certa forma coerente com o trabalho de DeHaan & Ryan (2016) que investigaram a relação entre estas três necessidades psicológicas centrais e a realização da lista de dez *capabilidades* centrais de Nussbaum (2010). Os investigadores concluíram que as dez *capabilidades* indicam as condições *objetivas*

necessárias para a satisfação das necessidades psicológicas básicas (autonomia, competência e vínculo). Vamos rever como é que o trabalho significativo é um meio de realização de cada uma destas três necessidades psicológicas básicas.

c1. O trabalho *significativo* como meio de realização da *autonomia*

O conceito de autonomia tende a gerar confusão. A ideia de autonomia tem sido orientada no discurso político para uma lógica de *independência*. Isto cria-nos um problema, na medida em que os jovens tendem a ser vistos numa perspetiva isolacionista e, neste sentido, os contextos em que operam são mais ou menos ignorados. Ser um jovem autónomo não é ser independente de influências externas, sociais, económicas ou políticas. A autonomia informa-nos em que medida a vontade do jovem, de forma autentica e genuína, influencia o seu curso de ação. Autonomia é auto-determinação e é sempre avaliada em relação ao contexto social em que opera. O acesso ao trabalho *significativo* é a forma mais eficaz do jovem realizar a sua autonomia, não só da sua autonomia financeira, como também a sua autonomia familiar e a realização da sua individualidade. A impossibilidade de realização da autonomia, tal como analisámos no Capítulo 3, está estreitamente relacionada com a adaptação de preferências. Quer dizer, quando os jovens não conseguem realizar a sua autonomia tendem a adaptar-se à adversidade das circunstâncias.

Temos de discordar com Serene Khader (2011) quando em *Adaptive preferences and women's empowerment* (2011) rejeita a ideia de a adaptação de preferências resultar da falta de autonomia. Para a autora é necessário que se assuma a autonomia na adaptação de preferências, porque esta é a condição para uma maior tolerância cultural e para se evitar culpabilizar as culturas por estas limitações e vitimizar as pessoas pelos seus contextos culturais. Além disso, na sua opinião, possibilita fazer-se intervenções nas quais as pessoas tenham um papel ativo na mudança, e por isso, potencialmente mais eficazes (Khader, 2011). Acredito que a autora rejeita a adaptação de preferências como não autónomas, essencialmente por uma excessiva sensibilidade a críticas culturais. De facto, se assumimos que a adaptação de preferências resulta de limitações à autonomia, então temos de analisar que contextos económicos, sociais e culturais estão a inibir essa autonomia. É preciso termos consciência que, em alguns contextos culturais, essa crítica tem de ser cuidada, especialmente se o investigador não está familiarizado com esses contextos culturais. Contudo, mesmo que a análise dos contextos sociais e culturais possa ser dolorosa, ela tem de ser feita, sob forma de ignorarmos a *génese* da sua formação e perpetuarmos situações de injustiça social.

É importante ter-se em conta que aceitar que a adaptação de preferências resulta da falta de autonomia não pressupõe uma declaração de guerra aos contextos socioculturais e políticos, nem a vitimização das pessoas. Pressupõe, sim, uma análise cuidada da forma como os contextos socioeconómicos e culturais influenciam as escolhas. Acho que a

autora comete um erro ao ignorar (deliberadamente ou não) que a sujeição e adaptação aos contextos socioeconómicos e culturais não pressupõe, necessariamente, a coação da pessoa. Temos vindo a analisar neste trabalho que a sujeição das pessoas aos seus contextos socioeconómicos e culturais adversos é feita de uma forma muito subtil. O poder institucional não é exclusivamente exercido de cima para baixo sob a forma de coerção e ameaça. Ele toma contornos extremamente subtis e, de facto, é mais eficaz quando leva a pessoa, ela própria, a entregar-se à *livre* coação. Bourdieu havia entendido que a eficácia do poder de dominação não está na coerção. Ele é mais eficaz e mais estável quando não necessita do exercício da violência, quando gera uma *sensação de liberdade*. Vamos compreender melhor esta relação da relação da adaptação de preferências com a falta de autonomia quando analisarmos, no Ponto nº 2 desta discussão, como opera essa *violência simbólica* sobre as mulheres.

c2. O trabalho *significativo* como meio de realização da *inclusão social*

A necessidade de pertença ou de inclusão social quer dizer, a necessidade do jovem se sentir um ser humano significante e conectado com outros seres humanos, que lhe são também significativos é absolutamente central para os jovens. Vimos no Capítulo 1 que, nesta fase do ciclo de vida, o ser humano tem uma extrema necessidade de desenvolver a sua integração social, porque é a partir dela que constrói a sua identidade. A necessidade de pertença ou vínculo é transversal nas narrativas de vida e a sua não realização está na génese da adaptação de preferências dos jovens, observável de várias formas.

As mudanças profundas que têm vindo a acontecer na natureza do trabalho, com a crescente competitividade e isolamento e alienação social têm dificultado a capacidade dos jovens criarem e manterem laços relacionais, que são seminais no comportamento humano. Este isolamento social, porque impossibilita a realização da vinculo como uma das necessidades psicológicas básicas, estará na origem do aumento da incidência de várias formas de descompensação que poderá manifestar-se de várias maneiras, como por exemplo a *Síndroma de Burnout*, a depressão ou mal-estar generalizado[21]. A necessidade de se assegurar o sentido de pertença remete-nos igualmente para a necessidade de se reconhecer o papel dos jovens prestadores de cuidados, uma problemática que discutimos no ponto 2.

[21] Pela sua complexidade, discutimos este problema em maior detalhe no ponto 4 deste capítulo

c3. O trabalho *significativo* como meio de realização da *competência*

O desenvolvimento de competências está invariavelmente no centro das discussões sobre a questão de se compreender as relações entre a educação e o mercado de trabalho. Ou seja, saber que aprendizagens e competências estão relacionadas com a aquisição e manutenção de um trabalho. O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP, 2018) sugeria que o conhecimento e competências que a Europa necessita, para competir com sucesso no mercado de trabalho global, é a maior questão da agenda política da União Europeia.

Parece-nos evidente que os jovens necessitam de mais educação e competências para a entrada no mercado de trabalho, em particular no domínio das Ciências e Tecnologias, que os prepare para o mundo do trabalho, que cada vez mais exige conhecimentos científicos e tecnológicos. Isto é ainda mais relevante no caso português. Como analisámos no capítulo 2, no ano de 2015, ano para o qual existem dados disponíveis, Portugal tinha cerca de 272 000 jovens excluídos do mercado de trabalho e dos sistemas de educação e formação (os tais jovens NEET). Como vimos, um terço destes jovens tinha apenas o ensino básico e apenas 26,3% destes jovens tinham frequentado o ensino superior. Quer dizer, perto de 80% dos jovens portugueses que estão excluídos dos sistemas educativos e do mercado de trabalho têm um nível de formação igual ou inferior ao ensino secundário (IEFP, 2018).

Os dados contrariam a ideia generalizada que os jovens portugueses são altamente qualificados. Em boa medida, esta ideia tem sido alimentada por uma maior atenção que se tem sido dada pela comunicação social ao segmento dos jovens mais qualificados. Expressões como "a geração mais qualificada de sempre" ou a "fuga de cérebros" tem entrado no nosso vocabulário e tem contribuído para cimentar uma ideia de que os jovens portugueses, na sua generalidade, são altamente qualificados. De facto, isso não reflete a nossa realidade. Temos, de facto, uma proporção maior de jovens qualificados em relação às gerações anteriores, contudo o nível de qualificações dos jovens portugueses continua a ser muito baixo, quer em relação aos países da União Europeia, quer em relação aos países da OCDE. Este é um dos problemas que dificulta a sua integração no mercado de trabalho, como se analisou no Capítulo 2. As baixas qualificações dos jovens NEET portugueses é também a base do desajustamento e o insucesso do incentivo ao *empreendedorismo* que tem sido uma modalidade preferencial das políticas ativas para a integração dos jovens no mercado de trabalho. A literatura demonstra e as narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração ilustram, que o perfil do jovem empreendedor é tendencialmente um jovem com formação pós secundária e já integrado social e economicamente. Portanto, um perfil que se distancia significativamente do perfil dos jovens NEET portugueses.

É, na realidade, importante elevar o nível de qualificações dos jovens portugueses, particularmente dos mais excluídos. Isso parece-nos muito evidente. Contudo, é

necessário olharmos a educação dos jovens para além das aprendizagens e competências unicamente objetivas, para a integração no *mercado* de trabalho. A promoção de uma conceção da educação essencialmente direcionada para o seu potencial produtivo parece ser claramente redutora e incompatível com uma visão do desenvolvimento humano nesta fase do ciclo de vida, como temos vindo a analisar até aqui. Quer dizer, incidir na formação dos jovens, como forma de promover a sua *empregabilidade* e a sua integração no mercado de trabalho não é, de facto, suficiente para se promover a sua capacidade de auto-determinação e para que possam, eles próprios, valorizar e defender os valores democráticos. Vários pensadores têm vindo a insistir na importância que deve ser dada à educação, como um elemento mais determinante para a valorização e preservação da liberdade e dos valores democráticos. Tagore, o poeta e pensador indiano contemporâneo de Gandhi, dizia que o objetivo da educação é a liberdade de pensamento, que só poderá ser alcançada percorrendo *o caminho* da liberdade, muito embora a liberdade, tal como a vida, contenha os seu riscos e responsabilidades.

Tanto Amartya Sen (2011), como Marta Nussbaum (2014; 2010) têm escrito sobre a importância da formação e educação na realização das capabilidades. Nussbaum (2014) distingue três dimensões essenciais da educação para a liberdade: a primeira é o desenvolvimento da *autocrítica*, aquilo que Sócrates, o filósofo, designava por *uma vida examinada*. Esta é uma atitude perante a vida que não aceita qualquer crença, apenas pelo facto dessa crença ter sido herdada por via da tradição ou que, por força do *habitus* se veio a tornar numa coisa banal. É uma atitude que questiona qualquer crença, declaração ou razão apresentada e aceita apenas aquelas que foram capazes de resistir às exigências da consciência e à fundamentação que a razão impõe.

Vimos neste trabalho[22] que o nível de instrução superior das jovens mulheres funciona como um último reduto de segurança e de autoconfiança, que bloqueia a adaptação de preferências no desemprego prolongado. Um nível de instrução superior é a condição que faz a distinção entre a aceitação acrítica da sua condição de submissão, a consciência da sua submissão e a sua capacidade de arquitetar um discurso coerente de revolta social e de mobilização para a mudança. Para que isto seja possível, é importante que os jovens tenham a possibilidade de desenvolver o raciocínio lógico, para que como cidadãos sejam capazes de verificar se aquilo que ouvem e leem, assenta num raciocínio consistente, correto, factual e exato. As democracias e a preservação dos valores democráticos necessitam desta atitude reflexiva, desta capacidade de cada um, e em conjunto, sermos capazes de refletir sobre as formas e os conteúdos das nossas escolhas.

Nas nossas democracias contemporâneas, tendo em conta a natureza dos meios de comunicação atuais, temos assistido a uma tendência para um pensamento simplista e superficial, que de certa forma, compromete e põe à prova esta necessidade de pensamento crítico que se impõe às democracias. Desenvolver o pensamento crítico é essencial para o desenvolvimento da cidadania e uma condição obrigatória para se lidar

[22] Ver Capítulo 4, seção 5: A consciência da submissão.

com *o Outro* que pertence a outra cultura, género ou religião diferente. Os jovens só serão capazes de desenvolver um diálogo com o *Outro*, debater ideias e resolver divergências de forma pacífica, se tiverem oportunidades, de facto, para desenvolverem um raciocínio crítico sólido, capaz de desmontar a propaganda redutora, amplamente disseminada pelos poderes políticos, que existe, de facto, em todos os países.

A segunda dimensão, relacionada com a primeira, é a capacidade dos jovens se verem a si próprios, não apenas como cidadãos de uma região e de um país específico, mas como seres humanos que estão ligados a todos os outros, por laços de reconhecimento e interesse mútuos. Isto pressupõe que os jovens sejam capazes e que estejam dispostos a compreender os problemas dos outros países, que não são iguais aos seus, como também os problemas e necessidades dos diversos grupos que fazem parte do seu próprio país.

A terceira dimensão, estreitamente relacionada com as duas primeiras, relaciona-se com a capacidade de *imaginação narrativa*, que é característica da capacidade de se imaginar como é estar na situação do *Outro*. Nussbaum sugere que esta capacidade de imaginação narrativa desenvolve-se essencialmente através da literatura e das artes (Nussbaum, 2010). Vários pensadores, como George Steiner depositam igualmente nas artes, no teatro, na literatura esta capacidade do ser humano cultivar a imaginação. É, na realidade, através da imaginação que podemos percecionar a experiência do *Outro*, de desenvolver uma perceção profunda da experiência do *Outro*, que é muito difícil se alcançar apenas na vida quotidiana, principalmente num mundo em que foram criadas divisões e desigualdades extremas entre os povos e as comunidades.

Estas três dimensões da educação para a liberdade, a que se refere Martha Nussbaum, não devem ser confundidas com a ideia de se desenvolver *soft skills* para uma melhor integração no mercado de trabalho e uma maior produtividade no local de trabalho, características dos novos modelos de gestão. No seu conjunto, esta é a base mais elementar do saber, de uma sociedade que prepara as novas gerações para valorizar, defender e preservar os valores democráticos.

c4. O trabalho *significativo* como meio de preservar a *saúde mental* dos jovens

Uma quarta razão, não menos importante do que as três razões anteriores, para se promover a capabilidade dos jovens para o trabalho significativo é ele ser um meio de preservar a saúde mental dos jovens. Pela sua grande importância e especificidade, discutimos este tema numa seção independente (Tema 6) que apresentamos mais adiante nesta discussão.

O *trabalho* na lista de *capabilidades* de Nussbaum; problemas práticos

A forma como Nussbaum (2011) integra o trabalho na sua lista de capabilidades centrais[23] tem evoluído gradualmente, no sentido da afirmação do trabalho *significativo*[24]. Na versão mais recente da lista que se conhece (Nussbaum, 2011) foram adicionadas duas dimensões que vão claramente no sentido do trabalho *significativo*: o exercício da razão prática e a sociabilidade: *Ter direito a procurar emprego numa base de igualdade com os outros* (...) *No trabalho, ser capaz de trabalhar como um ser humano, exercitar a razão prática e manter relações significativas de mútuo reconhecimento com os outros trabalhadores* (p. 34). Contudo, estamos de acordo com Wiedel (2018) quando sugere que, muito embora esta alteração seja, de facto, muito importante para uma afirmação da capabilidade para o trabalho *significativo*, ela pode não conter, ainda, os elementos necessários para que as pessoas tenham, de facto, acesso a oportunidades de trabalho *significativo*.

À luz das nossas análises sobre as características de desenvolvimento dos jovens, que analisámos no Capítulo 1, dos problemas sistémicos associados ao desemprego jovem prolongado, que analisámos no Capítulo 2 e dos processos de adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado, que analisámos no Capítulo 3, a nossa tese identifica e esclarece *dois problemas* diferenciados, mas intimamente relacionados na formulação de *trabalho* na lista, a que vamos chamar:
1) o problema do direito a *procurar* emprego numa base de igualdade com os outros e
2) o problema da *adaptação de preferências*. Passamos a esclarecer cada um deles.

O problema do *direito a procurar emprego numa base de igualdade com os outros*

O primeiro problema nesta formulação da capabilidade 10B diz respeito ao "ter direito de procurar emprego numa base de igualdade de oportunidades". Parece-nos evidente que o simples direito da pessoa *procurar* emprego, numa base de igualdade de oportunidades, não garante que a pessoa encontre uma saída, ou mesmo que esse emprego esteja

[23] Ver no Capítulo 4 a seção: As capabilidades na visão de Martha Nussbaum.

[24] Considere-se a evolução entre a versão anterior da lista em *Women and Human Development* (2000), no original:
Control over One's Environment B. Material: *Being able to hold property (both land and movable goods), not just formally but in terms of real opportunity, and having property rights on an equal basis with others; having the right to seek employment on an equal basis with others; having the freedom from unwarranted search and seizure.* (p.80).

E a versão mais recente em *Creating Capabilities* (2011) no original:
Control over One's Environment B. Material: *Being able to hold property (both land and movable goods), and having property rights on an equal basis with others; having the right to seek employment on an equal basis with others; having the freedom from unwarranted search and seizure. In work being able to work as a human being, exercising practical reason and entering into meaningful relationships of mutual recognition with other workers.* (p. 34).

disponível. Por exemplo, no caso de muitas mulheres, o direito de procurar emprego oferece apenas oportunidades de trabalho significativo fora de casa. Mais simples do que isso, ter capabilidade para *procurar* emprego, sem sofrer discriminação, não oferece uma vida verdadeiramente humana e digna, se a pessoa procura, mas não encontra um trabalho *significativo*.

Este é precisamente o caso dos jovens portugueses desempregados de longa duração. Eles têm, de facto, o pleno direito de procurar emprego, numa base de igualdade de oportunidades, mas não é esse direito normativo que lhes dá uma vida com dignidade. Para que esse direito *normativo* se transforme, de facto num "fazer" e não apenas numa norma, que na realidade é precisamente essa objetividade a que se refere a ideia de capabilidade, o jovem deve realmente *fazer ou realizar* um trabalho significativo. Quer dizer, deve passar de um acesso formal e normativo de poder *procurar* emprego, para *ter*, de facto, ou realizar essa oportunidade. Para realizar a capabilidade de trabalho significativo é necessário realmente *ter* uma oportunidade para trabalhar de forma significativa.

O problema da *adaptação de preferências*

O segundo problema relaciona-se com a adaptação de preferências ao trabalho precário, ou trabalho alienado ou trabalho não significativo, se quisermos. Se as únicas oportunidades de emprego que o jovem dispõe são desumanizantes ou altamente precárias ou indignas, podemos dizer que o jovem competiu, de facto, em pé de igualdade com os outros. A ser assim, tendo em conta a formulação da lista, o jovem teria cumprido parte da capabilidade 10B. Considere-se de novo a situação do Tiago que analisámos no Capítulo 3:

> (...) uma semana depois de ter abandonado os estudos universitários (...) o Tiago candidatou-se a um trabalho num *call center*, numa empresa de telecomunicações (...) Impusera a si próprio "aguentar o maior tempo possível", diz. Conseguiu "aguentar" dois anos (...) Manter aquele ritmo de trabalho e aquele elevado nível de exigência de objetivos deixou-o exausto, física e psicologicamente (...) os contratos de trabalho no *call center* eram quinzenais. Se num mês não fossem atingidos os objetivos esperados e, cumulativamente a meio do mês seguinte os objetivos não fossem alcançados a cinquenta por cento, o trabalhador era despedido. As regras eram claras. Ora, os trabalhadores viviam sempre sob a pressão de manterem um nível ótimo de produtividade e a sua condição psicológica e física diminuía significativamente, ao longo do tempo. Um trabalhador permanecia em média apenas quatro meses naquele trabalho, segundo nos informou. Acresce que o Tiago passava em média oito horas por dia a falar ao telefone com pessoas. "O meu trabalho era convencê-las a comprar uma coisa que não precisavam, era absurdo". Quando chegava a casa, o Tiago isolava-se dos familiares e amigos. Sentia-se impaciente, irritado, desiludido com o seu trabalho, com o mundo e consigo próprio. Apenas queria estar em silêncio. Com o tempo, isso passou a ser um problema, sentia-se cada vez mais isolado e esse isolamento fazia-o sentir-se profundamente infeliz. (...) Começou a sentir-se desmotivado e ao fim de alguns meses apresentou demissão. Estava exausto e sentia necessidade de parar. Não procurou ajuda especializada, talvez por vergonha, mas tem plena consciência que estava em situação de *Burnout* (Tiago, excerto nº 2 da Narrativa de vida nº 7).

O Tiago goza do direito de procurar emprego numa base de igualdade de oportunidades, mas em nenhuma circunstância se pode assumir que esse emprego no call centre, onde nas suas palavras "aguentou" por dois anos, cumpre os requisitos de um trabalho *significativo*, que o oriente no desenvolvimento do seu potencial como ser humano, que exercite a sua razão prática e que lhe ofereça a oportunidade de desenvolver relações significativas de mútuo reconhecimento com os outros.

A proposta de Wiedel (2018) de definição de capabilidade para o trabalho *significativo*, que se apresenta de seguida pode ajudar, em teoria, a se ultrapassar o problema do acesso ao emprego e o problema da adaptação de preferências que identificámos e apresentámos acima:

> Trabalho. Ser capaz de prosseguir livremente e com sucesso uma via pela qual a pessoa se possa envolver num trabalho *significativo*, que interaja com algum aspeto da natureza ou com outros seres humanos, de forma que desenvolva as suas faculdades, utilize a razão prática e lhe forneça um sentido de dignidade (Wiedel, 2018; p.)[25]

Pode ser vantajoso adotar-se esta definição de capabilidade para o trabalho *significativo* por várias razões: porque alarga o trabalho para lá do conceito de emprego remunerado e relaciona-o com ato de *criar* (mais do que consumo passivo), porque relaciona o trabalho com o uso da razão prática e a aquisição de um sentido de dignidade e porque integra uma ampla categorização do que conta como mão de obra, trabalho não remunerado, como o trabalho informal e o trabalho de cuidar do *outro*. O foco do trabalho significativo não é apenas a produção de objetos para satisfazer as necessidades naturais, mas é *também* um meio para o desenvolvimento das habilidades pessoais. É importante que fique claro que a característica central do trabalho significativo é a *criação*, uma atividade distinta do consumo passivo.

Colocada desta forma, a capabilidade para o trabalho significativo concentra uma ampla categorização do que conta como trabalho, que ultrapassa em larga medida a sua exclusiva conotação com o emprego remunerado, no contexto do mercado de trabalho (da forma como *ainda* aparece conotado o trabalho na lista de Nussbaum). Esta maior amplitude é uma vantagem, porque consegue integrar na capabilidade para o trabalho significativo, o trabalho não remunerado, que é na realidade o tipo de trabalho realizado maioritariamente por mulheres. Ao integrarmos o trabalho não remunerado, como capabilidade para o trabalho significativo, tome-se o exemplo de cuidar de pessoas dependentes, estamos a dizer que quem cuida (as mulheres, que são as que mais realizam este tipo de trabalho) deve poder escolher realizar este tipo de trabalho de uma forma *livre*, e realizar estas atividades de uma forma que para si seja *significativa*[26]. Adicionalmente, aceitar-se a capabilidade para o trabalho significativo possibilita uma

---

[25] No original: "**Labor:** Being able to freely and successfully pursue an avenue by which a person can engage in meaningful labor, interacting with some aspect to nature (as well as other human beings) in a way that develops their faculties, utilizes practical reasoning and provides them with a sense of dignity"(Wiedel, 2018, p. confirmar)

[26] Este aspeto será essencial quando discutirmos, A ética do cuidado no ponto 2 desta discussão.

maior interrelação com as outras capabilidades fundamentais da lista de Nussbaum (cf. p. Capítulo 3).

Compreendemos que Nussbaum poderá ter motivos justificáveis para não assumir uma capabilidade plenamente desenvolvida de trabalho *significativo*. A justificação poderá ser motivada por uma conceção de justiça amplamente liberal e, por isso, uma posição de neutralidade liberal em relação àquilo que é a conceção de vida boa. Ainda assim, concordamos com Wiedel (2018) quando diz que a capabilidade para o trabalho *significativo* pode ser incorporada de forma a fornecer oportunidades reais de trabalho significativo, ao mesmo tempo que permanece neutra em relação à forma que cada um escolhe realizar essa capabilidade.

É claro que o *trabalho significativo* pode não ser acessível para todos os jovens. Contudo, isso não pode ser considerada uma razão válida para se não reivindicar a sua necessidade. A mesma lógica se aplica à abordagem das capabilidades, como teoria do desenvolvimento humano. A reivindicação da necessidade da capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo* não elimina por si só o trabalho alienado e altamente precário. No entanto é uma estrutura teórica robusta para a mudança social e para a facilitação e consciencialização desta necessidade, pelos vários atores sociais, em diversas áreas, no sentido de se criar oportunidades de trabalho *significativo* para os jovens, na medida em que esta é a condição para que o jovem possa construir a sua identidade e a sua dignidade como ser humano. Iremos concluir esta seção refletindo sobre a ligação entre a ideia de capabilidade como um Direito Humano.

A *capabilidade* dos jovens para o trabalho *significativo* como um Direito Humano

No Artigo 70º (Juventude) da Constituição da República Portuguesa (sétima revisão, 2016) lê-se no ponto 2:

> A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o *desenvolvimento da personalidade* dos jovens, a criação de condições para a sua *efetiva* integração na vida ativa, o gosto pela *criação livre* e o sentido de serviço à comunidade. (itálicos nossos)

A Constituição aponta já a direção, de uma forma correta, clara e inequívoca. Devemos ter a lucidez para analisarmos por que razões as políticas públicas para a juventude não estão a produzir os efeitos esperados, e termos a sabedoria e humildade para mudarmos de rumo. O modelo de Desenvolvimento Humano tem impactos teórico-políticos muito evidentes. Pressupõe que a função do governo deve ser direcionada para a promoção e desenvolvimento de capabilidades (Nussbaum, 1990, p. 204). Não se trata de promover ou apoiar determinadas atividades específicas (isso seria paternalismo) mas capabilidades. É à pessoa que pertence a escolha livre das suas atividades e competências.

Promover a capabilidade para o trabalho *significativo*, visa alargar o leque de possibilidades reais das pessoas e, desta forma, maximizar a sua liberdade de escolha. O exercício da liberdade e da autonomia estão no centro dos objetivos teóricos das capabilidades como filosofia política e são a base para que a pessoa tenha condições para viver uma vida que caminhe no sentido do seu desenvolvimento como ser humano. Na base da ideia de capabilidade, existe uma preocupação aristotélica da *fragilidade* do bem e a assunção da *vulnerabilidade* da vida humana, como uma totalidade de ações coerentes ligadas por um fim, num mundo que é marcado pela contingência e tantas vezes palco de tragédias humanas. Neste sentido, a abordagem das capabilidades é igualmente uma teoria dos direitos humanos. Nussbaum em *Capabilities and Human Rights* (1997) esclarece:

> (O termo) direitos humanos, usado neste sentido está muito próximo daquilo que chamei capabilidades básicas, no sentido em que normalmente os direitos humanos são pensados como derivados de certas características das pessoas humanas, de certos poderes nelas (ainda) não desenvolvidos que solicitam ou invocam o apoio do mundo (p.293).

Santos (2015) identifica uma circularidade entre o *dever* e o *ser* na argumentação de Nussbaum, e sugere que ela não é fortuita nem viciosa; os direitos derivam das capabilidades, que são caraterísticas essenciais dos seres humanos e, por outro precedem-nas, dando-lhes um fundamento para reivindicar a oportunidade de se realizarem. Lembre-se que na perspetiva kantiana, a dignidade da pessoa justifica-se pela *racionalidade* do ser humano. Amartya Sen e Martha Nussbaum vão alargar a extensão do conceito de dignidade para lá da razão prática. Nussbaum reconhece que a capacidade da pessoa orientar e planear a própria vida de acordo com uma conceção de bem é uma capabilidade fundamental, estruturante e transversal a todas as outras do ser humano. Este atributo da *dignidade* também se aplica a todas as outras capabilidades básicas. A proposta de dignidade de Nussbaum é uma proposta de cunho aristotélico, que tem por referência a configuração da vida *concreta* dos seres humanos, a vulnerabilidade dos seres humanos e a sua legítima aspiração a *eudaimonia*. Esta versão contrapõe-se ao conceito kantiano de dignidade, que se funda na ideia do ser humano como um ser racional, que se distingue de todos os outros seres porque participa na razão universal (Nussbaum, 2006).

A conceção aristotélica de dignidade humana tem muito valor e tem consequências práticas muito importantes para a teoria dos direitos humanos. Se assumimos que a dignidade humana não decorre *apenas* da posse da razão e da sua autonomia intelectual e moral, mas que ocorre igualmente do exercício de várias outras capabilidades, então teremos de assumir uma extensão dos direitos, liberdades e garantias.

Na tradição liberal-kantiana a dignidade humana emana exclusivamente da racionalidade, objetivamente da liberdade e autonomia do sujeito racional nas suas escolhas práticas. Esta perspetiva permitiu fundamentar um conjunto de direitos, ditos de *primeira geração*, que são primordialmente os das liberdades: liberdade de pensamento, de consciência de

religião, de movimento, de escolha de profissão, entre outros aos quais se acrescenta os direitos de propriedade, considerado como um meio indispensável ao exercício da liberdade. Na perspetiva aristotélica de Nussbaum a extensão da atribuição de dignidade para além da razão prática e da autonomia individual, a um conjunto de capabilidades básicas possibilita fundamentar uma série de direitos humanos, ditos de "segunda geração", de natureza económica e social, como o direito ao trabalho *significativo*, à habitação, à saúde, à educação. Fundada na perspetiva aristotélica de dignidade, o conceito de capabilidade justifica e fundamenta a extensão dos direitos fundamentais a uma série de condições económicas e sociais de uma vida humana com dignidade. Em *A ideia de justiça* (2010) Sen informa-nos:

> A inclusão de direitos de segunda geração permite integrar as questões éticas subjacentes às ideias gerais relativas ao desenvolvimento global com as reivindicações da democracia deliberativa, estando os mesmos pontos relacionados com os direitos humanos e, muito frequentemente com um entendimento que sublinha a importância de fazer progredir as capabilidades humanas. (Sen, 2010, p. 501).

Habermas (2012) em *Um ensaio sobre a constituição da Europa* defende que a dignidade humana, "que é a mesma em todo o lado e para todos", justifica a indivisibilidade dos direitos fundamentais:

> (...) os cidadãos só podem usar estes direitos em pé de igualdade se, simultaneamente lhes for garantida uma independência suficiente na sua existência privada e económica e se puderem tanto constituir como estabilizar a sua identidade no ambiente cultural que cada um deles deseja. As experiências de exclusão, miséria e discriminação ensinam-nos que os chamados direitos fundamentais clássicos só adquirem "valor igual" (Rawls) para todos os cidadãos quando acompanhados por direitos sociais e culturais. O direito a participar adequadamente no bem-estar e na cultura restringe fortemente a transferência de custos e riscos causados sistematicamente para destinos individuais. Este direito opõe-se ao crescimento das desigualdades sociais (...). A política praticada nas últimas décadas (...) finge poder garantir aos cidadãos uma vida autodeterminada, em primeiro lugar, através da garantia de liberdades económicas, destrói o equilíbrio entre as diversas categorias de direitos fundamentais. (Habermas, 2012; pp.35-36).

A inclusão de direitos económicos e sociais nos direitos humanos tem sido debatida por vários filósofos e estudiosos do direito e da ciência política. Alguns deles, muito embora admitindo a sua extrema importância para o exercício das liberdades e garantias das pessoas, colocam objeções acerca da viabilidade destes direitos, tanto à escala global como adentro das fronteiras de cada país. Em *Uma ideia de justiça*, Sen identifica dois tipos de críticas ou objeções que têm sido discutidas: a *crítica da institucionalização* e a *crítica da viabilidade* (2010; pp. 502-505), que identificamos de seguida:

a. *Crítica da institucionalização*

A *crítica da institucionalização* parte do princípio de que a existência de direitos implica uma formulação rigorosa do deveres correspondentes. Sen sugere que as obrigações, tal como acontece nos direitos clássicos de *primeira geração*, como a liberdade de não se

ser atacado, tanto podem ser *perfeitas* como *imperfeitas*. Da mesma forma, os direitos económicos e sociais poderão dar lugar a obrigações *perfeitas* e *imperfeitas*, havendo uma grande margem para discussão pública, para que se discuta em que medida a sociedade pode impedir violações a esses direitos económicos e sociais fundamentais (p. 502).

Considerar-se a capabilidade para o trabalho *significativo* como um direito socioeconómico dos jovens imprimiria um significado *ético* deste direito e seria um bom fundamento para se apostar na sua realização efetiva. Seria uma forma de exercer pressão para o surgimento de alterações das atitudes sociais e das próprias instituições, por exemplo através da criação de nova legislação e da criação de uma maior consciência nas instituições sobre a seriedade do problema, pressionando-as a efetuar mudanças efetivas no sentido do trabalho *significativo*. Repare-se na experiência de trabalho e na relação institucional que teve a Maria, aquando da realização do primeiro estágio profissional que efetuou num lar de idosos, como enfermeira (Narrativa de vida nº 2),

(...) para si, esta foi uma situação de clara exploração profissional (...) aquela Instituição tem um longo historial de exploração de recém-licenciados de enfermagem, "com a conivência do Centro de Emprego", diz, que "tendo já sido alertado para esta situação por vários colegas, nada fez, e continua a enviar estagiários para aquela instituição, como se tudo corresse dentro da normalidade", diz. Compreenda-se que o lar de idosos onde estagiou, à data, tinha cerca de 300 utentes, distribuídos por oito pisos; teria sido um edifício inicialmente projetado para ser uma unidade hoteleira, mas que acabaria por ser adaptado a um lar de idosos. Para toda aquela unidade haviam apenas 13 enfermeiros contratados (...). A instituição recebia rotativamente grupos de dezenas de estagiários altamente especializados, que trabalhavam no lar por períodos, no máximo, de seis meses. Era o grupo de estagiários com mais experiência que ficava responsável pela formação e integração dos novos estagiários que entravam. No seu grupo de 10 estagiários de enfermagem, a dois meses da conclusão do estágio, acolheram e deram formação a outros oito estagiários que, ironicamente, os haviam de substituir. E assim continua até hoje, como diz ser do seu conhecimento. Esta situação era fortemente desmotivadora para si, porque além de desrespeitar os estagiários, explorando o seu trabalho altamente especializado, desconsiderava também a qualidade de vida dos utentes idosos e isso para si era eticamente reprovável. Sentia que era como se pactuasse com uma situação criminosa. Quando os utentes já estavam afeiçoados aos técnicos de enfermagem, diz, era já altura de estes abandonarem a instituição e entrarem outros (Maria, excerto adaptado da narrativa de vida nº 2).

Repare-se também num excerto da narrativa de vida do Simão (Narrativa de vida nº 6) sobre a sua relação com a Instituição que o acolheu como estagiário:

(...) o Simão havia apresentado uma proposta de estágio profissional a esta mesma Instituição solicitando os requisitos para entrar na Ordem dos psicólogos que foi recusada. Compreenda-se; a Instituição recusou a sua proposta de estágio profissional como Psicólogo Estagiário por 600 Euros mensais por um período de 12 meses, mas aceitou que a mesma pessoa efetuasse estágio em Empreendedorismo por seis meses por 250 Euros mensais, pago pelo IEFP. Neste estágio o Simão desenvolve várias atividades que exigem conhecimento técnico e científico da área da Psicologia. O Simão mantem-se nesta situação porque acredita que, se fizer um bom trabalho, se demonstrar competência, a direção da instituição reconhecerá o seu valor e poderá considerar um novo estágio, desta vez com os requisitos para entrar na Ordem dos Psicólogos. Esta situação é para si altamente desmotivadora. Sente-se explorado e humilhado. O valor que ganha da bolsa de estágio não chega para as suas despesas mensais, tão pouco para poder sair da casa dos seus pais e ser financeiramente independente (Simão, excerto adaptado da narrativa de vida nº 6).

A qualidade das experiências de trabalho realizado é uma dimensão muito valorizada pelos jovens e no nosso estudo é apontada como uma dificuldade em ser concretizada, particularmente por aqueles com formação altamente especializada, que efetuaram estágios profissionais em Instituições privadas. Parece-nos claro, que algumas instituições tendem a recorrer ao trabalho de estagiários altamente especializado como forma de compensar os seus quadros de pessoal, a baixo custo, negligenciando e não acautelando a qualidade de vida e os direitos dos jovens estagiários, desresponsabilizando-se no cumprimento dos seus direitos como trabalhadores e na qualidade da monitorização da sua formação como estagiários. Foi exatamente isso que se verificou nos casos da Maria, enfermeira (Narrativa nº 2) e do Simão, psicólogo (Narrativa nº 6), ambos com formação altamente especializada. Considerar-se o trabalho *significativo* como capabilidade seria a base para a mobilização e valorização de um sentido ético na forma como se envolve os jovens em ofertas formativas, como por exemplo a realização de estágios, no sentido de uma realização de mudanças efetivas que caminhem na realização desta capabilidade, através de uma maior e mais comprometida garantia da *qualidade da formação* e da *qualidade da supervisão* científica e técnica.

b. *Crítica da viabilidade*

A *crítica da viabilidade*, estreitamente relacionada com a crítica da institucionalização, que se apresenta acima, parte da observação empírica e do princípio de que poderá não ser viável realizar-se os direitos económicos e sociais em relação a *todas* as pessoas. Quer dizer, parte da presunção de que, para serem coerentes, os direitos humanos terão de ser realizáveis no seu todo, em relação a todas as pessoas. Esta crítica, que à partida poderá ser plausível, se baseia numa confusão acerca do conteúdo exigível por um direito eticamente reconhecido (Sem, 2010; p. 504). Apelar aos direitos dos seres humanos é apelar à ação e à mudança social, sendo que este apelo não pode ser dependente da preexistência da sua plena viabilidade, no momento em que se o faz. Por exemplo, apelar o Direito à integridade pessoal a todas as pessoas, consagrado no Artigo 25º da nossa Constituição portuguesa, não livra que, por exemplo não haja todos os meses assassinatos de mulheres, mas esse direito é essencial, para uma apelo à ação e à mudança social efetiva. Neste caso, é também graças à existência desse direito que temos uma maior consciência coletiva para se proteger e defender a integridade física de todas as pessoas, inclusive, como é evidente, das mulheres. Da mesma maneira que o direito dos jovens ao trabalho *significativo* não livrará certamente *todos* os jovens da exploração no trabalho e do trabalho alienado, mas é um apelo à ação e à mobilização social, para que se caminhe nesse sentido e um apelo à tomada de consciência coletiva da importância do trabalho *significativo*, em particular nesta fase do ciclo de vida.

Todos os direitos humanos, não só os direitos económicos e sociais, mas inclusivamente todos os direitos de primeira geração, como o direito à liberdade, em algum momento da nossa história comum, foram evocados sem que houvesse total garantia de que fossem

cumpridos, em relação a todos os seres humanos. Isso não quer dizer, contudo, que sejam considerados um contra senso. É precisamente o contrário. Excluir o direito dos jovens ao trabalho *significativo* no conjunto dos direitos sociais e económicos, deixando apenas um espaço livre à liberdade e os outros direitos de primeira geração, nas palavras de Sen (2010, p. 505) não é mais do que uma tentativa, dificilmente sustentável, de se traçar uma linha na areia.

2. A desigualdade de género na capabilidade para o trabalho *significativo*

Na raiz do problema do desemprego jovem prolongado em Portugal reside outro, ainda mais complexo: uma persistente desigualdade de género, em desfavor das jovens mulheres.

Em Portugal, como nos países ocidentais, a afirmação das mulheres na vida pública, como a participação no mercado de trabalho, já não é impedida por constrangimentos legais. Existe igualdade perante a lei. Contudo, um dos problemas que persiste é precisamente as desigualdades no *exercício* das suas liberdades. Quer dizer, as jovens mulheres, em teoria, têm liberdade de acesso à estrutura de oportunidades, expressa nos seus direitos formais, mas falham na *realização* desses direitos. Para que possam realizar a sua liberdade formal, neste caso, a liberdade de exercer uma atividade profissional *significativa*, as jovens devem ter na sua posse um conjunto de *funcionalidades*, na linguagem de Amartya Sen e Martha Nussbaum, que são condições essenciais para a sua *realização*[27]. A desigualdade de género é um problema real de desenvolvimento e de justiça. É intrigante que os problemas que enfrentam as mulheres, inclusive as mais jovens, que advêm essencialmente da sua maior exclusão económica, não seja sequer motivo de indignação social.

Analisámos no Capítulo 2 deste trabalho alguns indicadores das mudanças geracionais, que temos vindo a assistir nas últimas décadas em Portugal, em particular as mudanças da *Geração 25 de Abril* (Pais, 1998a) para a *Geração Milénio* (Ferreira et al, 2017). Como vimos, as mudanças socioeconómicas e culturais que se seguiram à Revolução de Abril de 1974 foram vastas e profundas na sociedade portuguesa: na democratização do acesso à educação, aos cuidados de saúde, à habitação, ao trabalho, à informação livre e à cultura. O impacto destas mudanças na vida privada foi extraordinário, em particular para as jovens mulheres, que passaram a exercer o seu direito de voto, a ter acesso ao trabalho, a viajar sem o consentimento dos maridos, a poder divorciar-se, e a ter mais domínio sobre o seu próprio corpo, através do acesso a cuidados de saúde dignos, ao planeamento

[27] Discutimos já uma das faces deste problema no ponto anterior desta discussão, quando analisámos a forma como Martha Nussbaum (2011) enuncia o trabalho na *lista de capabilidades*, a que demos o nome de "o problema do direito de procurar emprego numa base de igualdade com os outros".

familiar e a métodos contracetivos. A Revolução de Abril expandiu as liberdades dos jovens de uma forma absolutamente espantosa, dando legitimidade a aspirações de ascensão social a todos eles, homens e mulheres, independentemente da sua origem social. Contudo, sabemos que a liberdade começa com a lei, mas é verdade que não se realiza através dela, porque a liberdade *normativa* não é suficiente para eliminar as estruturas socioeconómicas que geram desigualdade e criam obstáculos à sua realização. A realização da liberdade é um caminho longo e laborioso, cheio de obstáculos (sociais, culturais, religiosos, económicos) que se tem de percorrer todos os dias.

Mais de quatro décadas após Abril ainda não foram suficientes para se eliminar a divisão do trabalho por género, que pese embora a franca melhoria, se mantém quase intacto nos nossos dias. As jovens mulheres portuguesas continuam a ter a maior quota parte de responsabilidade e a despender mais do seu tempo a prestar cuidados a menores e outras pessoas dependentes e a realizar o trabalho doméstico. O lugar da mulher já não é apenas em casa, mas este é o lugar aonde ela continua a investir mais do seu tempo. Este é um padrão bem visível nas narrativas de vida das jovens mulheres e constitui, na realidade, o maior obstáculo à sua realização de um trabalho *significativo*. Trata-se de um problema clássico, pela sua complexidade, porque garantir esta *funcionalidade* (na linguagem de Sen e Nussbaum) pressupõe mudanças de *habitus*, que estão profundamente enraizados na nossa cultura, nas práticas institucionais e nas nossas estruturas mentais e que está na origem de processos de *adaptação de preferências*, como temos vindo a analisar neste trabalho[28].

Vamos concentrar a discussão deste tema dando continuidade ao problema da adaptação de preferências, mas agora com uma particular atenção à dimensão de género. Para isso, vamos analisar o *habitus* da maior *sujeição* das mulheres e como se exerce aquilo que Pierre Bourdieu chamou de *violência simbólica* sobre as mulheres. Estas dimensões são importantes para se discutir um fator que nos parece ser agregador da mobilização das novas gerações para uma mudança efetiva, que se antevê lenta, com avanços e recuos, mas possível: a *ética do cuidado*.

A omissão de Stuart Mill, que perdura

Tanto Amartya Sen como Martha Nussbaum têm destacado o problema da desigualdade de género. Este é um problema profundamente associado à adaptação de preferências, em condições fortemente adversas ao desenvolvimento humano (Sen, 1999; Nussbaum, 2000; 2011). De facto, Nussbaum (2000) analisa o problema da adaptação de preferências incidindo a sua análise no feminino. Este é já um tema clássico, identificado

[28] Ver Capítulo 4, seção 3: Porquê rejeitar o valor da adaptação de preferências e seção 4: A génese da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado

igualmente por Adam Smith e Stuart Mill. Este último, abordou a sujeição das mulheres fazendo uma analogia ao feudalismo e fundamentou a sua rejeição da sujeição feminina com uma teoria normativa de liberdade e igualdade. Para si, o liberalismo deveria comprometer-se com a igualdade de oportunidades para todos. Deixar a família fora deste escrutínio seria o mesmo que deixar "uma peça da hierarquia feudal por escrutinar". Em *A sujeição das mulheres* (publicada em 1869) considerava que a subjugação de um sexo ao outro é "errada em si mesma" e um dos principais obstáculos ao progresso humano.

Na maior parte dos países do ocidente, em particular no período após a Segunda Guerra Mundial, às mulheres já não seria vedada a entrada no mercado de trabalho, mas teriam de conciliar a vida pública com a vida privada, teriam de conciliar uma crescente competição no mercado de trabalho com o trabalho doméstico e o cuidado às pessoas dependentes, trabalho que na realidade nunca deixaria de estar à sua maior responsabilidade. Stuart Mill havia ignorado este aspeto essencial do *exercício* da liberdade das mulheres. Na verdade, a admissão das mulheres a todas as funções e ocupações implicava, inevitavelmente, um reajustamento radical da sociedade e das instituições, essencialmente da família. Mill havia julgado que o acesso ao sufrágio, à educação, à propriedade e aos cargos públicos era suficiente para elevar a igualdade entre os homens e as mulheres e subestimou duas dimensões importantes: primeiro, a necessidade de poder económico e segundo, uma revisão dos papéis da família. Por outras palavras, providenciar igualdade fora da família não é suficiente, por si só, para dar liberdade às mulheres, sem que haja uma revisão das estruturas subjacentes, quer públicas, quer privadas. São exatamente essas estruturas que reforçam e perpetuam a subjugação das mulheres, que o próprio Stuart Mill denunciou. Ora, o ajustamento social a fazer, para que as mulheres possam realizar a sua liberdade é extraordinariamente difícil, porque a ideia da sujeição das mulheres assenta no *habitus* e em dogmas e princípios institucionalizados, que a eternizam.

O *habitus* da desigualdade de género

Bourdieu (2013) chamou de *violência simbólica* aos mecanismos históricos responsáveis pela eternização das estruturas de divisão sexual no trabalho. Aquilo que na nossa história aparece como eterno, não é senão a institucionalização da dominação, que gerou a submissão (p. 10). Trata-se de uma violência *suave*, invisível para as vítimas, que se exerce de forma simbólica, através das relações sociais mais banais. Trata-se da incorporação da relação de dominação que faz com que a relação pareça natural. Durante um longo e laborioso processo de construção social, aquilo que é arbitrário se vai transformando em natural, a história se vai convertendo em natureza. A violência simbólica é assim o consentimento do dominado, que cede ao dominador, quando não dispõe de outros instrumentos de conhecimento, além daqueles que partilha com ele. Os esquemas cognitivos que a pessoa dominada põe em prática, para proceder à sua

autoavaliação, resultam dessa incorporação das classificações, que se naturalizaram e das quais a pessoa é já um produto.

A ideia de adaptação de preferências, tanto em Amartya Sen, como em Martha Nussbaum é o reflexo deste processo de violência simbólica, um processo que nos ajuda a compreender como é que as pessoas socialmente mais desfavorecidas passam, naturalmente, de vítimas de injustiça a colaboradores da sua própria situação de injustiça. No capítulo 4 deste trabalho analisámos em detalhe este processo onde, no nosso entender reside a semente da adaptação de preferências das jovens mulheres.

> A lógica paradoxal da submissão feminina, de que se pode dizer, ao mesmo tempo e sem contradição que é *espontânea* e *extorquida* só se compreende se estivermos atentos aos *efeitos duradouros* exercidos pela ordem social sobre as mulheres (...) A força simbólica é uma forma de poder que se exerce diretamente sobre os corpos (...) sem qualquer coação física (...) esta ação transformadora é tanto mais poderosa quando exerce, no essencial, de maneira visível e insidiosa através da familiarização (...) [e através da] experiência precoce e prolongada de interações provocadas por estruturas de dominação (...) os dominados contribuem, muitas vezes sem o saberem e outras vezes contra a vontade, para a própria dominação, ao aceitarem tacitamente os limites impostos, adquirem, com frequência a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade e culpabilidade – ou de *paixões e de sentimentos* – amor, admiração, respeito (...) (Bourdieu, 2013; p.55).

Como sair deste processo de sujeição e dominação?

As escolhas das mulheres que resultaram do *habitus* dominado, uma lei social que se converteu em lei incorporada, não se conseguem anular com o simples esforço de vontade, através da tomada de consciência libertadora. É ingénua e ilusória a ideia de vencer a violência simbólica com a força da vontade e da consciência dos dominados, porque os efeitos e as condições da sua eficácia estão profundamente inscritos nos seus corpos sob a forma de disposições. Quer dizer, a própria relação de parentesco e as relações sociais foram concebidas, desde o princípio da sua existência, sobre um modelo de submissão. Veja-se que, por vezes o amor filial e os afetos assentam na submissão e na aquiescência da violência. Não raras as vezes, as pessoas socializadas nestas condições de desvantagem vivem sentimentos de amor filial ou fraternal ou um sentimento de dever, que se confunde com o respeito e com a entrega afetiva. Lembre-se da narrativa de vida da Madalena (Narrativa de vida nº 8), que analisámos em detalhe no Capítulo 3 quando, para compreender o porquê de ter sido entregue em criança juntamente com a sua irmã a uma instituição de menores, repete incessantemente “foi para o bem da gente”.

Não é um mero detalhe observarmos que a ideia de sujeição das mulheres e a incorporação da violência simbólica moldam os sentimentos e a própria sexualidade. Stuart Mill identificou a erotização masculina da submissão das mulheres e mais tarde

Dworkin identificaria a erotização do poder e da dominação[29]. Estes são alguns indicadores do quão difícil e subtil é desconstruirmos a ideia da submissão das mulheres, especialmente delas próprias. Não nos deve surpreender portanto que, mesmo quando as liberdades formais são adquiridas, por exemplo, o direito à educação, a liberdade de acesso a todas as profissões, as mulheres se autoexcluem do exercício dessas liberdades, porque interiorizaram os papéis que lhes foram simbolicamente atribuídos e, em relação a eles, *adaptaram as suas preferências*.

Assumir responsabilidades

Considerar-se os efeitos que a dominação social imprime nos corpos dominados não é o mesmo, nem pode significar, atribuir-lhes responsabilidades pela sua própria opressão, sugerindo-se que são elas próprias que escolheram adotar essas práticas de submissão ou que gostam de ser dominadas ou que têm prazer pelos tratamentos que lhes são infligidos, evocando nas mulheres uma espécie de natureza masoquista. Este é exatamente o tipo de argumento evocado pelo senso comum, quando discute o tema da violência doméstica ou da violência no namoro, entre os mais jovens. Será talvez por isso, precisamente por se culpabilizar as vítimas, na sua grande maioria mulheres, que se desvaloriza a gravidade das dezenas de assassinatos de mulheres jovens e de mulheres menos jovens, que todos os anos são perpetrados em Portugal (400 mulheres assassinadas em Portugal nos últimos dez anos, para sermos precisos) e em todo o mundo e se atenue a culpa dos perpetradores, a maior parte das vezes pessoas próximas das vítimas, maridos ou companheiros. Tome-se o exemplo da narrativa de vida da O. Maria (Narrativa nº 5). Aquando da sua segunda gravidez, a jovem regressou a casa do marido, precisamente ao mesmo lugar onde havia sido já agredida, quando estava grávida do primeiro filho. A jovem tomou a decisão de regressar a casa, não porque quisesse voltar a ser agredida, mas porque não dispunha de meios económicos para se sustentar a si e ao filho que tinha a seu cuidado. A única forma de ter apoio económico, era precisamente através da sujeição à violência. A O. Maria poderá ser tomada como personagem tipo de milhões de mulheres em todo o mundo.

Daqui se compreende que as disposições de submissão que nos permitem culpabilizar as vítimas são, na realidade, o produto de estruturas *objetivas* que desencadeiam disposições, que contribuem para a perpetuação da sua reprodução. É muito importante aqui compreendermos que a sujeição ou adaptação de preferências, expressa pelo exercício simbólico da violência, não é uma *escolha* ou um ato *livre* e deliberado. Trata-se, sim, de um processo de construção e adaptação das estruturas cognitivas, a partir de arranjos sociais *objetivos*.

[29] De resto, bem visível no mundo das artes, na pintura, na escultura, na música e na publicidade.

Que se não pense que a ideia de *violência simbólica* exercida sobre as mulheres, como identificou Bourdieu, é apenas uma explicação teórica e abstrata da ideia de violência ou de um construtivismo teórico delirante e idealista. Não é. Na realidade, como já analisámos neste trabalho, as estruturas cognitivas constroem-se, de facto, *a partir* da configuração estruturas sociais. A forma como opera a violência simbólica sobre as jovens mulheres não deve ser confundida com uma ação intelectual isolada, livre e deliberada. Trata-se da inscrição duradoura da violência nos próprios esquemas internos de perceção e de predisposições mentais. Vimos na primeira parte do Capítulo 1 deste trabalho, quando analisámos as condicionantes neurobiológicas e psicológicas, que marcam o comportamento e a tomada de decisão dos jovens, que as estruturas cognitivas constroem-se a partir desta inter-relação dos contextos sociais. Lembre-se da resposta neurológica de um adolescente à pergunta "o que pensa de si próprio?": "aquilo que as outras pessoas pensam de mim" (Guyer et al, 2009; Moor, 2010).

Existe uma questão importante à qual é preciso encontrar-se resposta: a de se saber como se pode quebrar o ciclo da violência sobre as mulheres e combater a adaptação de preferências das jovens mulheres sujeitas à adversidade.

Como se analisou anteriormente, não é possível inverter o ciclo da violência e da submissão através da força da vontade das vítimas, por uma razão simples: porque o fundamento da violência não reside nas consciências da pessoa submissa, mas sim nas estruturas *objetivas* de dominação, que as ampliam e reproduzem. Isto quer dizer, que só se pode quebrar o ciclo da violência através da mudança efetiva das condições sociais e económicas objetivas, que produzem essas disposições. Só desta forma se espera que as pessoas dominadas adotem um ponto de vista idêntico aos dominadores. Existe sempre a possibilidade de se prevenir e combater a violência sobre as mulheres. A forma mais simples e direta e a única eficaz, é promover a integração económica através do trabalho *significativo*. Isso nos leva diretamente a um outro problema clássico: o trabalho de cuidar do *Outro* ou o *labor*, na expressão de Hannah Arendt (2001) cuja responsabilidade é culturalmente atribuída às mulheres.

O papel integrador da *ética do cuidado*

A forma como se interligam as questões da justiça e da ética na resolução dos problemas *concretos*, que enfrentam as mulheres, em particular na eliminação dos obstáculos persistentes ao exercício das suas liberdades, é uma questão que tem preocupado vários pensadores do nosso tempo. Perspetivar as desigualdades em relação ao género, a partir do ângulo da *ética do cuidado* é particularmente esclarecedor. Porque é uma forma de se articular um conjunto de dimensões intimamente relacionadas com a questão da desigualdade de género: a justiça, a psicologia, o trabalho e a política. Sem a preocupação de ser exaustiva, irei abordar estas quatro faces do mesmo problema, contextualizando,

sempre que entender pertinente e necessário, as narrativas de vida das jovens mulheres, que acompanhámos.

Justiça e Pragmatismo

Em *Uma ideia de justiça,* Amartya Sen (2010) identifica em Platão, na *República*, a raiz de uma característica que tem marcado o pensamento político desde sempre, a que chamou de uma "abordagem transcendental de justiça". Esta abordagem resulta da identificação de um ideal único de justiça perfeita e depois a pretensão de se organizar a sociedade para que se aproxime desse ideal, tanto quanto possível. Sen apresentou dois problemas nesta ideia perfeita de justiça. Primeiro, quando tentamos reduzi-la a um único ideal é inevitável a distorção ou perda, porque a justiça pode ser, ela mesma, plural. Quando se diz que algo é justo, podemos referir-nos a várias coisas. Segundo, porque uma abordagem transcendental não é a melhor forma de criarmos um mundo mais justo. Por outras palavras, não precisamos de um tipo ideal perfeito de justiça para identificarmos as injustiças do mundo e arranjarmos forma de as minimizar. Tome-se o exemplo, onde as mulheres não têm direitos iguais aos homens é preciso lutar para que os tenham, sem que haja uma manifesta necessidade de se apelar para qualquer conceito filosoficamente contencioso de justiça. Nas palavras de Sen, podemos ter um sentido forte de injustiça com base em razões muito diferentes e, no entanto, não concordar que uma determinada razão seja a dominante para o diagnóstico de justiça (2010).

Além disso, pode não fazer sentido começar a partir de ideias perfeitas abstratas e abordar a política prática para que esta se aproxime o máximo possível da teoria, porque nem a política nem a economia são ciências precisas *à posteriori*. A racionalidade exige objetividade, quer dizer, exige que se dê atenção a razões objetivas. Grande parte dessas razões objetivas partem da nossa *observação do mundo*. Quer dizer, aquilo que observamos no mundo tem uma importância crucial, que não pode ser ignorado no diagnóstico da justiça. A observação e a experiência não nos dá apenas as premissas para que um argumento teórico funcione. Ela informa-nos também acerca do que nos leva a acreditar ser uma sociedade justa. Considere-se o exemplo que temos vido a identificar na nossa tese: a importância seminal do cuidado para o desenvolvimento humano. Esta é uma premissa virtualmente ignorada pela filosofia política. Contudo, a experiência mostra-nos a importância do cuidado e dos laços de cuidado para todos os seres humanos, sem qualquer exceção. Cuidar do *Outro* é uma prática que gera e regenera a vida e é a linguagem mais elementar da empatia humana, que é essencial para o equilíbrio e respeito mútuos entre seres humanos. Ora, a importância dos laços de cuidado é de tal maneira grande, que constitui, por si só, uma forte razão para os valorizar, respeitar e preservar.

Pôr em causa a ideia transcendental da justiça, não significa atirarmo-nos para o abismo do relativismo. Não se põe em causa que existem normas absolutas e que nem tudo é permitido e tolerável, como por exemplo, a necessidade da justiça, a defesa da liberdade, da igualdade, da paz ou da solidariedade. Também não existem dúvidas sobre a validade formal dos imperativos éticos kantianos. Contudo, a ideia de *imperativo categórico*, de *observador imparcial*, de *contrato social* e *utilitarismo* são, na realidade, produtos de uma ética abstrata, radicalmente individualista, que muito embora pretendam ser universais e abarcar tudo, esqueceram já o indivíduo, que pensa e sente. Ora, a realidade objetiva, neste caso os problemas reais que enfrentam as jovens mulheres na realização da sua liberdade, não se governa por estes princípios abstratos. É necessário olharmos para a vida real e operacionalizá-los. É neste contexto que se tem debatido a *ética do cuidado*, que deve ser entendido não como moral, mas como responsabilidade.

O complemento chave de uma ética abstrata de justiça

A filósofa Victoria Camps (1998) defende a importância de princípios éticos universais, orientadores, mas sugere que é igualmente importante a defesa de uma *ética de cuidado*. Os primeiros mostram o caminho, a segunda realiza-os. A justiça e a solidariedade são complementares. A justiça não progride nem é suficiente sem atitudes solidárias. Falar de ética de cuidado é dar corpo à ideia de solidariedade. A ética de cuidado não se limita a conceber a lei, também se interessa pela sua aplicação concreta, na vida real de todos os dias. A ética do cuidado é uma ética relacional e diz-nos que a racionalidade deve misturar-se com a emotividade. Parte de princípios, mas esses princípios estão ao serviço das pessoas (Camps, 2001, p. 65-66).

Defender uma ética do cuidado não é defender essencialismos. Não existe uma ética masculina e outra feminina. As mulheres não têm uma natureza mais cuidadosa ou cuidadora. Trata-se sim de pôr em evidência a existência de uma cultura, que não tendo sido adotada pelos homens, de uma forma geral, nunca fez parte da vida pública e, por isso, manteve-se confinada à vida privada, em particular ao contexto familiar, ao espaço que a tradição e o *habitus* atribuiu-a às mulheres.

Camps faz uma questão importante: se, em boa medida, a submissão e a dependência das mulheres sai reforçada pelo facto de serem elas as cuidadoras, a afirmação da sua autonomia e liberdade terá de passar pela rejeição do cuidado do *Outro*? A resposta é obviamente que não. A realização da liberdade das jovens mulheres não passa pela rejeição do cuidado, naturalmente, como também não deve passar por reivindica-lo só para si. É importante analisar-se as condições para uma escolha fundada na ética do cuidado. É igualmente importante esclarecer que a ética do cuidado não reivindica o valor do que as mulheres sempre fizeram, mas antes faz ver que o cuidado é uma dimensão importante do discurso ético. Aquilo a que faz apelo a ética do cuidado é a insistência na tese de que "o pessoal é político", como afirma Victoria Camps. Não só o privado não

deve escapar às exigências da igualdade, como os valores privados também são, ou devem ser, valores públicos.

Condições para uma escolha livre, fundada na *ética do cuidado*

Carol Gilligan (1982) iniciou esta discussão sobre a *ética do cuidado*, ao propor uma ética centrada no valor ignorado do cuidado, como complemento da ética abstrata da justiça[30]. A autora havia estudado que a forma como se desenvolve o raciocínio moral das jovens mulheres não evolui de um egocentrismo para um raciocínio ético fundado numa ideia de justiça abstrata de aplicação universal, como havia sugerido Kohlberg. No lugar disso, evolui do dilema entre o egoísmo (que provoca sofrimento) e a responsabilidade (ainda hétero-imposta) para uma nova forma de relação entre o *Eu* e o *Outro*. Esta nova forma de relação com o *Outro* deixa de ser baseada na obrigação social, para passar a ser fundada na aceitação livre do Eu *com o Outro.* Ora, nesta transição, existe um elemento essencial a ter em conta, que diz respeito à forma como a relação de interdependência entre o *Eu* e o *Outro* se coloca. O exercício desta responsabilidade exige a honestidade. Quer dizer, a questão do cuidar deve deixar de ser considerada como um meio de corresponder àquilo que é esperado socialmente das jovens mulheres, ou através do sacrifício das próprias escolhas, para passar a ser equacionado como uma escolha genuína ou uma decisão, *que não anula a pessoa*. Gilligan concebe a ética de cuidar como uma teia de relações, que se baseia na responsabilidade de não criar sofrimento no ser humano. É, por isso, uma nova compreensão ética com potencialidades universais, como refere Toldy (2016).

A análise das narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração (Capítulos 3 e 4) evidenciam que a empatia, o sentido de responsabilidade e o cuidado para com o *Outro* são, de facto, elementos transversais nas narrativas de vida das jovens mulheres em situação de desemprego prolongado. O discurso da responsabilidade de cuidar está sempre presente e é particularmente evidente nos momentos críticos de tomada de decisão, que ditarão os seus percursos escolares. Esta tomada de perspetiva na relação com o outro, por vezes conduz as jovens a anular o seu próprio interesse, para benefício dos outros. Isto é particularmente evidente nas jovens que têm irmãos mais novos. As jovens tomaram a decisão de abandonar o projeto de prosseguir estudos superiores, porque percecionaram dificuldades económicas familiares, e não querem ser mais um encargo para os pais, como é visível nas narrativas de vida da Maria (Narrativa nº 2), da Betânia (Narrativa nº 3) e da O. Maria (Narrativa nº 5). Esta "escolha" de olhar pelo outro, será mais tarde particularmente evidente nas narrativas das jovens que têm filhos: como nas narrativas de vida da Maria (Narrativa nº 2), da O. Maria (Narrativa nº 5) e da Madalena (Narrativa nº 8).

[30] Ver Capítulo 1, ponto 2: Em A voz da diferença fazemos referência aos trabalhos de Gilligan (1982) sobre o desenvolvimento humano do raciocínio ético e da ideia de justiça.

Ora, não é claro que aqui se trate de uma *ética de cuidado*, nas palavras de Gilligan, fundada na aceitação verdadeiramente livre do *Eu com o Outro*, que não anula ou não esmaga a pessoa. Temos boas razões para considerar que, para estas jovens, as escolhas de cuidar foram baseadas fundamentalmente na *obrigação social* e no *habitus*, através do sacrifício das próprias escolhas. As narrativas de vida da Madalena e da Betânia, muito embora com consequências bem distintas para o seu desenvolvimento humano, são particularmente ilustrativas do impacto decisivo deste sacrifício pessoal nos seus percursos de vida. Por outras palavras, para algumas destas jovens, as suas escolhas não refletem uma ética de cuidado, mas um processo insidioso de *adaptação de preferências* às suas circunstâncias socioeconómicas adversas, que não lhes dá alternativa a não ser reajustar as suas expectativas escolares e profissionais, e resignar-se ao papel de cuidadoras.

A nossa análise sobre a *sujeição e a adaptação de preferências no feminino*[31] esclarece esta passagem da obrigação social do cuidar para uma ética do cuidado. Analisámos como a situação de desemprego prolongado força as jovens raparigas à sujeição à adversidade e a processos de adaptação de preferências. Esta sujeição é mais expressiva naquelas jovens que têm filhos e não livra as jovens com um nível superior de formação. Verificámos que um nível de formação mais elevado funciona, na prática, como um reduto de segurança e de bloqueio para a resignação à adversidade. A formação elevada é a condição da *consciência* da sujeição. As jovens desempregadas, com filhos, mas com um nível de instrução elevado, resistem à resignação e conseguem arquitetar um discurso de revolta social e um plano de mudança, contrariamente àquela jovem com um nível de instrução básico. Isto sugere-nos que a realização de uma escolha fundada na ética do cuidado pressupõe, inequivocamente, a existência de condições socioeconómicas objetivas, *favoráveis* à sua realização. Na inexistência dessas condições básicas, de forma alguma se poderá aceitar que as escolhas das jovens foram motivadas por uma ética de cuidado, porque não temos maneira de saber se essas escolhas foram fundadas numa ética de cuidado, ou se resultaram da adaptação de preferências à sua situação de exclusão económica. Só dessa forma se pode eliminar a dúvida se a transição entre a responsabilidade hétero-imposta para a ética não é forçada pela adaptação de preferências.

Todos os jovens, rapazes e raparigas, são capazes de tomar decisões orientadas por uma ética de cuidado. Contudo, uns e outros, estão em posições diferentes para as tomar. Temos boas razões para acreditar que as escolhas das jovens desempregadas são mais a expressão de um processo de *adaptação de preferências*, e menos uma ética de cuidado. Parece-nos muito clara a importância da valorização e da necessidade de se incentivar, também nos jovens, uma ética do cuidado. Contudo, para que isso venha a ser uma realidade, para que se manifeste na vida de todos os dias, as narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração mostram-nos, que é necessário cumprir-se duas condições:

[31] Ver Capítulo 4, ponto 5: A sujeição e a adaptação de preferências no feminino

a) elevar o nível de vida dos jovens (particularmente das jovens mulheres) acima do nível da sobrevivência, que as livre da dependência económica e sujeição e
b) deixar de estar confinada ao espaço privado, um espaço tradicionalmente reservado às mulheres. A ética do cuidado deve inundar o espaço público. Não se é motivado por uma ética de cuidado no espaço privado e a abandonamos no espaço público e vice versa.

Como a *Garantia Jovem* (des)considera a ética do cuidado: *saída negativa*

As narrativas de vida das jovens desempregadas de longa duração esclarecem que a gravidez e a maternidade é uma porta para o desemprego jovem de longa duração. Quando a jovem engravida, em situação de extrema precariedade laboral, a gravidez é vivida em stress permanente e com um medo persistente do futuro. O medo, o maior alimento da submissão e da adaptação de preferências, deixa-as extremamente vulneráveis à violência. É particularmente importante notar-se que mesmo um nível superior de formação e um percurso de mérito académico não as livra de uma situação de dependência e sujeição. A narrativa de vida da Maria (Narrativa de vida nº 2) é especialmente simbólica da forma como a privação financeira associada ao desemprego prolongado na gravidez e puerpério fere a dignidade destas jovens mulheres[32].

Quisemos saber como funciona o *Programa Garantia Jovem*[33], em particular quisemos compreender os princípios ideológicos da *ativação* dos jovens para o mercado de trabalho e a sua relação com as necessidades concretas dos jovens, nesta fase específica do ciclo de vida e que informações dispõem os decisores políticos sobre este grupo de jovens vulneráveis, que estão fora do sistema. A "Estratégia para a sinalização e apoio de jovens NEET", realizada com o apoio da Organização Internacional do Trabalho esclareceu um dado que os decisores políticos desconheciam até então: o facto de Portugal ter um elevado número de jovens NEET prestadoras de cuidados, maioritariamente jovens mulheres. Este foi um dado estatístico causador de surpresa, disseram-nos. Surpreendente para nós foi o notório desconhecimento das necessidades concretas deste segmento da população, nesta fase do ciclo de vida, não só, mas principalmente, da situação específica das jovens mulheres desempregadas de longa duração, que constituem o segmento mais representado dos jovens NEET consideradas *inativos*.

[32] Ver Capítulo 4, ponto 5: "A sujeição e a adaptação de preferências no feminino", onde analisamos a narrativa de vida da Maria (Narrativa de vida nº 2) no segmento "Desemprego, medo e maternidade".
[33] Ver Capítulo 2, ponto 2: "O que se sabe dos jovens que estão excluídos dos sistema educativos, formativos e do mercado de trabalho". Ver também o Capítulo 3: tarefa de investigação nº 2: "A Garantia Jovem como espaço de oportunidades para o trabalho significativo".

Não é uma surpresa que existe uma maior proporção de jovens mulheres a prolongar os estudos secundários, pós-secundários e a frequentar as universidades portuguesas (até em maior número que os jovens rapazes). Se conjugarmos o facto destas jovens mulheres se encontrarem em plena idade fértil, não surpreende que uma parte delas escolham ter filhos e sejam cuidadoras e, em função disso, sejam forçadas a conjugar estes papéis. O maior número de jovens mulheres cuidadoras desempregadas de longa duração reflete um problema evidente: a sua maior dificuldade em conjugar o trabalho de cuidadoras com o trabalho fora de casa. Em situação de escassez de empregos de qualidade, a necessidade de sustento e o sentido de responsabilidade de cuidar de crianças dependentes, força-as a baixar as suas expectativas em relação ao trabalho e a sujeitar-se à precariedade, adaptando assim as suas preferências. Com o tempo, estas jovens deixarão de contactar os serviços de emprego, passando, ironicamente, a "inativas".

Seria de esperar que, dado o elevado número de jovens cuidadoras em situação de desemprego prolongado, se considerasse um segmento de apoio específico para estas jovens excluídas do mercado de trabalho, ou em situações de grande precariedade laboral. Na verdade, não só isso não acontece, como a saída para licença de maternidade e prestação de cuidados familiares é avaliada como "saída negativa" da *Garantia Jovem,* sendo tratada do mesmo modo que uma recusa de oferta de trabalho injustificada. É certo que se trata de um programa para a integração no mercado de trabalho. Contudo, associar a maternidade a saída negativa, num programa que promete uma *garantia* aos jovens mais excluídos é um contrassenso e, essencialmente, uma opção política. Não será inapropriado dizer-se que a *Garantia Jovem* é, na prática, uma garantia, mas *de exclusão* para as jovens mulheres prestadoras de cuidado. O programa que foi criado para garantir uma resposta aos jovens excluídos dos sistemas, é ele próprio gerador de exclusão e injustiça.

A mensagem é clara: as jovens mulheres com pessoas dependentes do seu cuidado não são suficientemente *ativas* no seu esforço de integração no mercado de trabalho.
Esta opção tem efeitos muito práticos, como se verificou na nossa pesquisa. Para que a jovem se esforce ativamente para entrar no mercado de trabalho terá, necessariamente, de abdicar da maternidade até aos 30 anos (limite superior de idade para a participação na *Garantia Jovem*) e/ou renunciar cuidar do *Outro* seu dependente e/ou aceitar ter um filho sem que tenha capacidade financeira para poder cuidar dele, com dignidade. Sabemos que existem apoios sociais para a maternidade, mas são limitados ao nível de sobrevivência humana e não livra, nem as mulheres nem os seus filhos da pobreza, impossibilitando as jovens de ter uma vida digna. Ser um cidadão de pleno direito implica ter um rendimento. Além disso, e eventualmente mais importante ainda, a impossibilidade de inclusão económica na gravidez e maternidade, perpetua o ciclo da pobreza. A pobreza infantil inscreve-se "debaixo da pele", como analisámos no Capítulo 1 e está na origem de uma *psicologia da escassez*. A narrativa de vida da Madalena (Narrativa nº 8) ilustra precisamente esse ciclo interminável de pobreza, no qual estão invariavelmente dois elementos: a responsabilidade de cuidar do *Outro* dependente e a dependência financeira pela via da incompatibilidade desse trabalho com um emprego.

As políticas ativas de emprego são ineficazes no combate ao desemprego jovem de longa duração[34]. A principal razão é porque são incapazes de combater os problemas que estão na base da exclusão dos jovens. É evidente que as Políticas Ativas de Emprego deverão ser combinadas com medidas de proteção social mais ajustadas e complementares de combate à pobreza, na juventude. O falhanço da ineficácia da *ativação* dos jovens, ou das jovens mais excluídas, deve ser discutido, uma vez que está igualmente na origem de uma série de outros problemas. O mais relevante é a generalização da ideia de que as instituições democráticas não são eficazes no apoio à resolução dos seus problemas concretos. Os jovens desempregados de longa duração que acompanhámos já deixaram de confiar nas instituições públicas e na sua capacidade de apoiar os jovens. Estes jovens já interiorizaram que estão entregues a si próprios. Essa é uma ideia que nos deve fazer refletir. Se as regras institucionais que criámos excluem, ao invés de incluir, é preciso que se criem novas regras, que favoreçam a inclusão e que alimentem e reforcem a confiança dos jovens nas Instituições democráticas.

A promessa de uma *garantia* de integração socioeconómica para os jovens deve, inequivocamente, integrar a prestação de cuidado, como mais uma opção viável e legítima de trabalho *significativo*.

A ética de cuidado como trabalho *significativo*

O ponto chave para se caminhar no sentido de uma maior igualdade de género, em relação à realização do trabalho *significativo*, será através da restruturação da vida quotidiana. Não nos parece que ela venha a acontecer criando-se novos princípios abstratos de justiça. A mudança só acontecerá a partir da restruturação do sistema de regras e das políticas que irão influenciar a vida das jovens de todos os dias. É exatamente aí que residem os maiores obstáculos à igualdade de género na realização do trabalho *significativo*. Isto implica, naturalmente, repensarmos o trabalho e o que queremos fazer dele.

As jovens mulheres compreendem, eventualmente melhor do que ninguém, a necessidade de um novo modelo de trabalho, mais aproximado de um "tempo reprodutivo" e mais afastado de um "tempo produtivo" (Camps, 2001; p. 46). O modelo de trabalho que ainda persiste foi desenhado, como todos sabemos, num contexto viável de escolha de um trabalho para toda a vida, exercido a tempo inteiro, em que o homem era o modelo de

[34] No tema que discutimos de seguida, discutimos a ineficiência das *políticas ativas de emprego* no combate aos problemas do desemprego jovem prolongado. Uma vez que não conseguem combater os problemas que estão na base do desemprego jovem de longa duração, é naturalmente expectável que estas políticas favoreçam os jovens mais favorecidos e a desfavoreçam os jovens menos favorecidos.

trabalhador, como único sustento da família. A associação que hoje se estabelece entre *vida ativa* e emprego não serve as jovens mulheres e deve ser amplamente debatida[35].
A ideia de *vida ativa*, que está subjacente à ideia de capabilidade para o trabalho *significativo*, recupera o aspeto *reflexivo* e *participativo* na vida pública e considera que uma vida ativa satisfatória e digna não se realiza apenas na participação no mercado de trabalho, ela se estende a um conjunto de dimensões da vida, que são valiosas para a pessoa.

A nossa discussão sobre o significado e a necessidade de trabalho *significativo*, que apresentámos no ponto 1, reflete esta preocupação e esta necessidade de se conceber o trabalho para lá da ideia de produção e consumo. Vimos que a capabilidade para o trabalho *significativo* concentra uma ampla categorização do que conta como trabalho, que ultrapassa, em larga medida, a sua exclusiva conotação com o emprego, no contexto do mercado de trabalho. Esta amplitude sobre o que é trabalho *significativo* é uma grande vantagem, porque integra o trabalho não remunerado, como sabemos, maioritariamente realizado por mulheres. Ao integrarmos o cuidar de pessoas dependentes no trabalho significativo estamos a dizer que quem cuida (mulheres e homens) deve poder escolher realizar este tipo de trabalho de uma forma *livre*, e realizar estas atividades de uma forma que para si seja significativa. Desta forma, conseguimos acautelar o cuidado como trabalho *significativo*.

O conceito de trabalho *significativo*, que defendemos na nossa tese, em linha com os trabalhos de Martha Nussbaum (2010), muito embora aceite a conceptualização marxista de trabalho, como exercício da razão prática e realização da própria identidade humana, rejeita o marxismo como projeto político. A ideia de capabilidade funda-se na ideia de justiça. As estruturas políticas, as organizações e os procedimentos, para que possam garantir que as pessoas tenham acesso a capabilidades podem e devem ser diversas, sendo, por isso compatível com diferentes conceções de bem. Tanto Nussbaum como Sen concebem uma ideia de liberdade que só se realiza através da ação e da participação democrática. Marx concebe a ética como ideologia pura, uma superestrutura alienante e ilusória, sem qualquer outra missão que não seja a legitimação da ordem social. O autor entende que os seres humanos não necessitam de uma ética para transformar o mundo. Acreditava que a alienação não poderá jamais ser superada pela via da moral, da ética,

[35] Em *A Condição Humana* (2001) Hannah Arendt distingue: "o trabalho das nossas mãos", "o labor dos nossos corpos" e "a ação", uma distinção que permanece absolutamente atual e pertinente, que não é despropositado lembrar. Estas três atividades (labor, trabalho e ação) são três dimensões essenciais da condição humana (p. 21).
Arendt esclarece que a ideia de *vida ativa* que chegou até nós é já o produto de uma longa metamorfose, que perdeu todo o seu sentido político inicial, de ação reflexiva e participação na vida pública, e se foi diluindo e transformando em ação prática e *trabalho*. Isto não quer dizer que o labor e o trabalho passassem a ter um reconhecimento maior na hierarquia das atividades humanas. Viria a ser precisamente o contrário. O estreitamento da ideia original de *vida ativa* reflete precisamente essa necessidade política de *uniformização da ação*, através da apresentação das ideias de *produtividade* e *empregabilidade* como uma inevitabilidade. Compreende-se que a ideia que agora associamos a uma *vida ativa*, estreitamente conotada como a ação de entrar no mercado de trabalho, "entrar na vida ativa" ou ter um emprego é produto de um longo processo social de aculturação, que só é viável através da eliminação da diversidade do género humano e da uniformização da ação.

sequer da filosofia, mas pela transformação das estruturas materiais, essas sim, responsáveis pela alienação dos seres humanos.

Ora, continuará a ser verdade que a alienação conduz à perda de identidade do indivíduo. Da mesma forma que não restam dúvidas que não teremos qualquer hipótese de transformação social, se se não conseguir corrigir as imensas e profundas assimetrias na distribuição da riqueza das desigualdades entre seres humanos, radicalmente injusta e imoral, na qual os mais jovens saem claramente a perder. Essa ideia marxista continuará a ser válida. Contudo, sabemos hoje que a amoralidade do sistema capitalista não conduz necessariamente ao seu fracasso e não será a própria história, como assim entendia Marx, a se encarregar de corrigir a alienação e a corrigir as contradições e os conflitos internos das sociedades. É verdade que é também insensata a aceitação *acrítica* de valores universais, sejam imperativos morais ou direitos universais. Contudo, isso não constitui uma razão válida para os rejeitarmos. Como nos esclarece Camps (2013), os princípios universais abstratos devem ser sujeitos ao exame da ética, no sentido de se apurar se são meras declarações de princípios, sem outro fim que não seja acalmar a consciência daqueles que têm mais poder ou se representam apenas os interesses de quem tem voz para os expressar e reivindicar. A ética, como um produto histórico, deve refletir os seus princípios, os conflitos e as contradições da realidade, da qual e para a qual se dirigem. Para transformar os direitos universais em realidade é preciso retirar as contradições dos princípios abstratos, porque são essas mesmas contradições que os inviabilizam. Isto não quer dizer que os princípios abstratos sejam inúteis. Quer dizer que é pela ética que se caminhará para lá da simples declaração de intenções de justiça social.

A ética do cuidado não é apenas mais um constructo teórico idealista.
As decisões de política económica são adotadas tendo como fundamento um conjunto de valores, crenças e princípios, os que se impõem fundados naquilo que se chama de teoria da escolha racional, no utilitarismo e, fundadas principalmente nos princípios do liberalismo económico. No dizer de Amartya Sen (2012), em *Ética e Economia*, na hora de decidir estratégias e avaliar resultados económicos, estes pressupostos não têm em conta nem comparações interpessoais, nem outro conceito de bem-estar, que não seja a agregação de preferências, nem outra motivação para os comportamentos que não seja o egoísmo. O que se defende aqui é razoável: que o pensamento político e económico considere (e opere) com outro conceito de bem-estar e com outra ordenação de preferências, já que as preferências têm pés de barro: elas dissimulam situações de injustiça social[36].

É preciso sermos claros. É necessário decidir se se quer mesmo promover a integração social dos mais jovens, rapazes e raparigas. Se entendermos que sim, é preciso que se rejeite a consagração dos estados sociais de exploração a que estes estão sujeitos. Isso naturalmente só será possível através da afirmação de uma ordem política democrática e de uma maior incidência dessa ordem política democrática na economia, no sentido de se

[36] Ver ponto 4 desta discussão: Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem.

melhorar as predições, as hipóteses e as opções políticas e económicas, tornando-as mais sensíveis às reclamações legítimas de justiça e de dignidade dos mais jovens. Por outras palavras, é preciso que tenhamos vontade de enveredar por políticas compatíveis com o desenvolvimento humano. É esse tipo de orientações de política que pode inspirar programas de intervenção mais capazes de promover a capabilidade para o trabalho *significativo* para os jovens, muito particularmente para as jovens mulheres. Até que isso não seja uma realidade, continuaremos a insistir no discurso da suficiência dos direitos formais das mulheres, que é quanto baste. Um discurso quase sempre acompanhado de prédicas aos valores da família, que é como quem diz: a mulher já adquiriu todos os seus direitos e a sua dignidade e valor realiza-se no cuidado e no apoio à família. A ser assim, no combate às desigualdades de género, continuaremos no plano das boas intenções. Daí não sairemos.

3. Sobre a ineficiência das *políticas ativas de emprego* no desemprego jovem prolongado

Nesta seção, centramos a nossa discussão nas Políticas Ativas de Emprego, quando usadas como medida política no combate ao desemprego jovem de longa duração. Direcionamos a nossa análise particularmente para o funcionamento do programa *Garantia Jovem*, um programa direcionado aos jovens NEET; que estão excluídos dos sistemas educativos e formativos e estão de fora do mercado de trabalho[37].

As narrativas de vida de jovens desempregados de longa duração, que analisámos ao longo deste trabalho, dão rosto àquilo que a literatura tem identificado como o novo padrão de vida desta nova geração. A *Geração Milénio* (Howe & Strauss, 2000) foi a primeira geração de jovens que teve de lidar diretamente com a realidade do capitalismo neoliberal. Estes jovens foram pressionados a ajustar as suas expetativas e aspirações à dura estrutura de constrangimentos e à restrição do espaço de oportunidades que lhes é agora proporcionada: a diminuição do volume de emprego, a compressão do mercado de trabalho, a volatização do emprego estável, a consolidação de uma relação laboral cada vez mais flexível, contingente, precária e individualizada e uma redução salarial em relação a gerações anteriores em funções e ocupações equivalentes (Ferreira et al 2018). Tudo isto se tem refletido numa enorme vulnerabilidade das trajetórias de vida dos jovens, em todas as dimensões da sua vida, profissional, familiar e pessoal. Tendo em conta esta conjuntura socioeconómica, os jovens são agora forçados a viver na insegurança e

[37] Em diferentes seções desta tese fazemos referência ao tema aqui discutido: Ver Capítulos 1, seção 2: O que se sabe sobre os jovens NEET; que estão excluídos dos sistemas educativos e formativos e do mercado de trabalho e seção 3: A individualização de riscos sistémicos; No ponto 2 desta discussão, onde se discute o tema das desigualdades de género fazemos referência ao funcionamento do programa *Garantia Jovem* no segmento: Como a Garantia Jovem (des)considera a ética do cuidado.

precariedade financeira e na dependência familiar. Aqueles que não têm uma estrutura familiar coesa com condições socioeconómicas para lhes dar apoio, vivem em risco de pobreza e de exclusão social, que no caso português constitui uma grande proporção de jovens.

O *Efeito Mateus*

Aquele que tem: a esse será dado e aumentado.
Aquele que não tem: ser-lhe-á tirado até o que tem.
Parábola do semeador do trigo e do joio (Mt 13:12)

Porque ao que tem será dado e terá em abundância;
mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado
Parábola dos talentos (Mt 25:26)

In Evangelho Segundo Mateus (Tradução de Frederico Lourenço)

Os estudos mostram que as Políticas Ativas de Emprego não são eficazes no combate ao desemprego jovem. Os estudos europeus sobre o impacto destas políticas têm identificado efeitos diminutos ou nulos na redução do desemprego jovem. Kluve (2010) num estudo para a Comunidade Europeia sobre a eficácia do impacto dos programas de ativação para o emprego implementados na União, desde o início da década de 1990 ao longo de quase duas décadas, verificou que estas medidas tiveram um efeito nulo na diminuição das taxas de desemprego para o grupo dos jovens. E concluiu que as medidas de ativação para o trabalho não são políticas apropriadas para este grupo da população. O autor recomenda que, em alternativa, as políticas públicas deverão ser direcionadas para medidas preventivas para eliminar as desvantagens dos mais jovens no processo de entrada no mercado de trabalho. Em Portugal, praticamente não existem dados que nos informem sobre a avaliação destes programas de ativação para o mercado de trabalho. Os resultados disponíveis para a avaliação de algumas iniciativas (*Reage* e *Inserjovem*) revelam que o impacto destas medidas foi igualmente muito limitado na redução do desemprego jovem; reduziu a duração do desemprego, no máximo, em meio mês (Centeno, 2012).

O que nos informa as narrativas de vida das jovens desempregadas de longa duração, está em linha com alguns estudos que têm identificado que as medidas políticas de ativação para o mercado de trabalho, que se fundam na ideia de *empregabilidade* são, elas próprias, geradoras de exclusão, porque ampliam e eternizam situações de privação pré-existentes. Bonoli (2012) identificou que as políticas de ativação para o mercado de trabalho, particularmente aquelas que incidem em programas de formação, tendem a beneficiar os jovens que têm maior formação, promovendo *o Efeito Mateus*. Quer dizer, estas políticas tendem a favorecer os jovens já mais favorecidos, aqueles que têm mais formação, mais saúde e mais recursos socioeconómicos, que são os mais "ativáveis" e desfavorecem os jovens mais excluídos, os que têm menos formação, menos saúde e menos recursos

socioeconómicos, que são os "menos ativáveis". A investigação tem confirmado também que, apesar das jovens mulheres terem mais qualificações, serem mais ativas nos esforços na procura de emprego e terem preferências menos seletivas, elas encontram mais constrangimentos para alcançar um emprego. Dean (2003) confirmou que grande parte destes constrangimentos são relacionados com a institucionalização de práticas discriminatórias, que favorecem os jovens mais "empregáveis" e promovem uma cultura de culpabilização naqueles com múltiplos problemas de integração no mercado de trabalho.

Naturalmente que estas políticas podem ser importantes para o desenvolvimento de competências individuais para a integração no mercado de trabalho. No entanto elas apenas são adequadas quando existem condições favoráveis à ativação, que constitui uma pequena minoria dos jovens, no caso português. É necessário, no entanto saber se não estarão estas políticas a transferir para os jovens a responsabilidade que cabe às instituições socioeconómicas na integração social dos jovens, especialmente daqueles que estão em desvantagem socioeconómica, que em Portugal é, de facto, a larga maioria dos jovens. A ideia de ativação do potencial individual para o mercado de trabalho pressupõe a individualização do risco e tende a ignorar os contextos sociais e económicos em que este potencial se constrói. Ora, as políticas de proteção social para os jovens não estão sequer alinhadas a este incentivo ao risco. O sistema de proteção no desemprego, ao exigir longos períodos de contribuição, antes do acesso às prestações, protege os indivíduos com relações laborais mais estáveis e exclui os que estão em situações de maior precariedade (Centeno, 2012).

> A *Garantia Jovem* é um espaço de oportunidades *restrito* para o exercício da liberdade

Através da análise do funcionamento do programa *Garantia Jovem* e através da análise das narrativas de vida de jovens em situação de desemprego prolongado analisou-se a *fragilidade da liberdade* no desemprego jovem prolongado e esclareceu-se que a ideia de ativação para o mercado de trabalho não só não é adequada como medida de apoio aos jovens mais excluídos, como acima de tudo tende a ampliar, ainda mais, as desigualdades socioeconómicas entre os jovens. Este fenómeno é particularmente evidente no caso das jovens mulheres, contribuindo desta forma para ampliar as desigualdades de género em relação à realização do trabalho significativo.

Na raiz do problema da integração dos jovens portugueses socioeconomicamente mais excluídos do mercado de trabalho estão questões de desigualdade socioeconómica, desigualdades de género, situações de pobreza e exclusão social, que levaram a processos de adaptação de preferências numa idade ainda muito precoce. Ora, sabemos que as desigualdades nem sempre refletem injustiças, mas quando têm pouco a ver com o

esforço, o mérito, o talento e o empenho do jovem, então são de facto uma afronta à sua dignidade.

A ideia de ativação dos jovens para o mercado de trabalho pressupõe, em teoria, o exercício da *liberdade de escolha* e que existem condições para que os jovens possam fazer uso dela. Isso não é o que se verifica na prática. O que se verifica na prática é que o jovem não tem oportunidades para poder realizar a sua liberdade formal e, por conseguinte, não tem oportunidades para poder desenvolver a sua autonomia e fazer uso da razão prática, dimensões que são essenciais para que se possa desenvolver como ser humano e realizar uma vida verdadeiramente digna.

O jovem tem, de facto, o pleno direito de *procurar* emprego numa base de igualdade de oportunidades, mas trata-se apenas de um direito formal, normativo, um direito que não se realiza na prática. Por ser apenas um direito normativo, ele não é suficiente para que o jovem possa ter uma vida com dignidade. Para que cada jovem possa pôr em prática essa liberdade normativa, tem de possuir um conjunto de potenciais *funcionalidades*, quer dizer, condições reais objetivas para o pleno exercício dessa liberdade ou *capabilidade* para o trabalho *significativo* Na ausência dessas *funcionalidades, a* liberdade de escolha, de ação é meramente uma intenção ou uma suposição teórica. No nosso estudo, agrupámos essas funcionalidades em três dimensões, que se interrelacionam mutuamente:

a- *Autonomia*: falta de oportunidades de trabalho *significativo*, falta de oportunidades para a realização da inclusão económica; falta de oportunidades de acesso a uma habitação própria;

b- *Competências*: falta de oportunidades objetivas para desenvolver ou pôr em prática competências, formação ou uma atividade profissional que se valoriza;

c- *Vínculo*: falta de oportunidades objetivas para desenvolver laços afetivos estáveis; falta de oportunidades objetivas para coordenar trabalho doméstico, cuidar de menores e outras pessoas dependentes com a realização de um trabalho que se valoriza.

A necessidade de medidas de proteção social de combate à pobreza na juventude

Vimos que ser um jovem NEET em Portugal é um indicador claro de pobreza e de exclusão social. Quase 40% destes jovens portugueses vivem de um rendimento abaixo do limiar da pobreza e enfrentam graves privações materiais. Além disso, uma quota elevada destes jovens enfrenta vários riscos, por exemplo: o risco de pobreza associada a uma intensidade de trabalho reduzida, o risco de pobreza e risco de privação material

grave. É necessário encontrar-se mecanismos de proteção social eficazes, de combate à pobreza na juventude.

Pereirinha *et al* (2020) avaliaram qual o valor necessário para se alcançar um nível de vida digno em Portugal. Este padrão de vida digno foi inspirado na lista de capabilidades de Martha Nussbaum (2010) e inclui, "para além da alimentação, habitação e vestuário, tudo o que é necessário para uma pessoa ter saúde, sentir segurança, relacionar-se com os outros, sentir-se respeitada e integrada na sociedade. Permite realizar escolhas livres e informadas sobre coisas práticas da vida e formas de realização pessoal, nomeadamente no acesso à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer" (p. 5). Como se sabe, a pobreza é definida por um limiar que corresponde a 60% do valor monetário líquido mediano por adulto. Em 2017, esse valor correspondia a 439 euros. Pereirinha *et al* (2020) verificaram, através de um processo deliberativo democrático, que envolveu um conjunto de cidadãos comuns e peritos das áreas da alimentação, habitação e saúde, que o valor necessário para se alcançar um nível de vida digno em Portugal, para *uma* pessoa em idade ativa (dos 18 aos 64 anos) está em 783 euros. Para um casal de pessoas em idade ativa, esse rendimento teria de ser de 1299 euros. Se esse casal tivesse um filho menor esse valor subiria para 1796 euros. Estes valores referem-se a valores *mínimos* adequados para um nível de vida digno. Repare-se que o salário mínimo em Portugal em 2017, o ano da publicação daquele trabalho, estava em 557 euros (Pereirinha et al, 2017), que viria a subir para 600 euros em 2019.

Os jovens que acompanhámos para a realização deste estudo em 2018, viviam com um rendimento *abaixo* do salário mínimo, inclusivamente aquelas jovens que tinham filhos a seu cargo. Estes resultados dão-nos uma imagem concreta do quão longe os jovens portugueses ainda se encontram de conseguir atingir esse padrão de vida para que possam viver uma vida com dignidade.

A situação de pobreza e exclusão social dos jovens portugueses justifica delinear-se um sistema de rendimento para os jovens, que seja *digno* e *adequado* à possibilidade de cada um poder viver uma vida *com dignidade*. Esta "necessidade de um maior empenho em relação aos jovens no sentido destes terem melhores oportunidades" foi, de resto, assumida como um compromisso europeu na Declaração de Bratislava de 16 de setembro de 2016, dedicada a diagnosticar o estado da UE como uma forma de servir melhor as necessidades dos seus cidadãos e os seus desejos de viver, estudar, trabalhar, circular e prosperar livremente, beneficiando do rico património Europeu. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aprovado em 2017 pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia, durante a Cimeira Social de Gotemburgo voltou a reforçar esta necessidade de se dar melhores oportunidades aos jovens, tendo em conta a crescente desigualdade significativa entre as pessoas e colocou o desemprego jovem prolongado e o risco de pobreza como uma prioridade urgente (p. 7). No Princípio nº 14 refere: "qualquer pessoa que não disponha de recursos suficientes tem direito a prestações de rendimento mínimo adequadas que lhe garanta um nível de vida digno em todas as fases da vida, bem como a um acesso eficaz a bens e serviços de apoio. Para as pessoas aptas para o trabalho, as

prestações de rendimento mínimo devem ser *conjugadas* com o incentivo para (re)integrar o mercado de trabalho" (p. 20).

Um rendimento adequado deverá ser integrado num plano alargado de políticas públicas de Desenvolvimento Humano para a juventude, mais comprometidas com a sua integração no trabalho *significativo*. Um plano político de desenvolvimento humano para a juventude deve necessariamente ser orientado para a autodeterminação dos jovens; autonomia, inclusão social, competências e saúde mental.

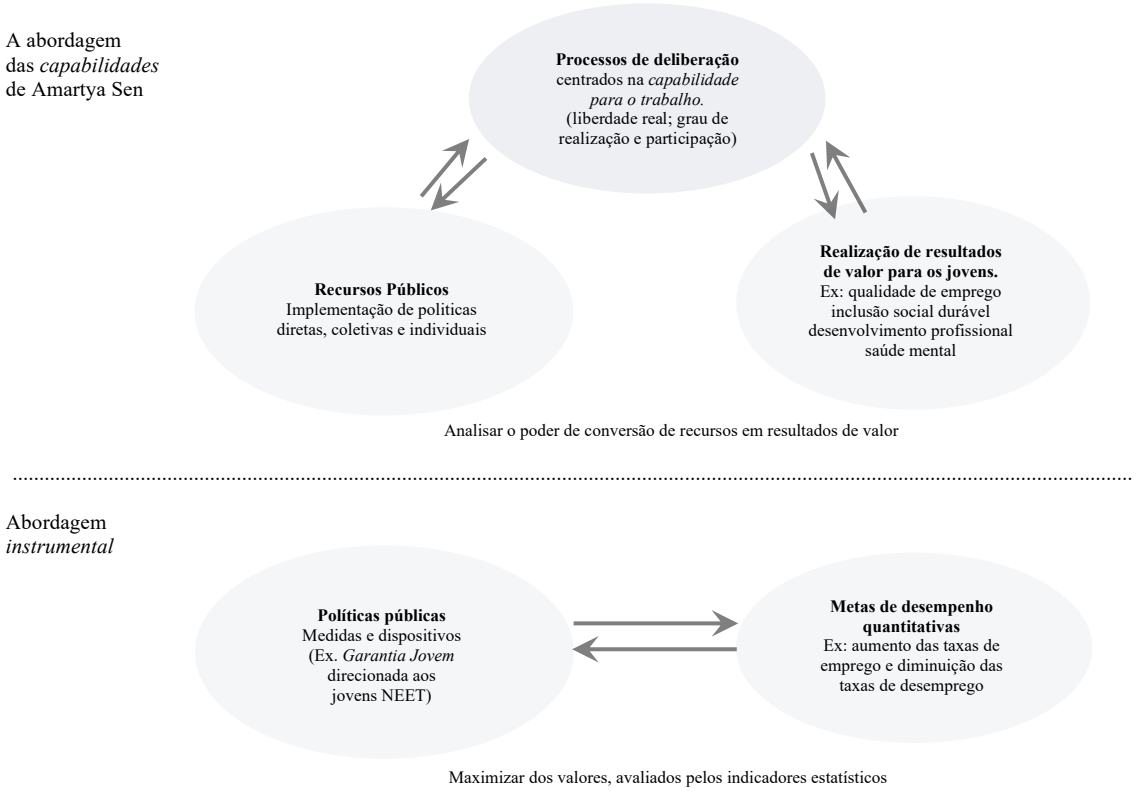
Escolher a abordagem das *capabilidades*

A abordagem das capabilidades tem tido um impacto crescente nas instituições internacionais que analisam o Bem-Estar, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNPD). O desenvolvimento de políticas sociais a partir da ideia de *capabilidade* não é uma novidade no espaço Europeu. Há já quase uma década, alguns países europeus adotaram a análise das capabilidades para o planeamento de políticas públicas nacionais de combate à pobreza e exclusão social. Por exemplo, desde 2003 a Alemanha decidiu seguir a abordagem das capabilidades de Amartya Sen como uma diretriz conceptual para a avaliação da pobreza e a exclusão social. A abordagem das capabilidades é igualmente o conceito norteador dos relatórios alemães sobre pobreza e riqueza desde 2005 (Volkert, 2011; Arndt & Volkert, 2011). O conceito de *capabilidade* foi igualmente utilizado como matriz concetual do programa governamental britânico para a monitorização e promoção dos direitos humanos na etnicidade e igualdade de género (Burchardt, 2006).

Incidir no desenvolvimento das capabilidades reflete a consciência da natureza multidimensional dos problemas associados à pobreza e à exclusão social dos jovens e é eventualmente a maior garantia de que dispomos para a construção de uma sociedade mais justa para todos, indo de encontro às necessidades concretas dos jovens. O desenho de políticas para a juventude, direcionadas para o desenvolvimento da capabilidade para o trabalho significativo, pressupõe o desenvolvimento de políticas de proximidade.

Uma medida para ser considerada justa e economicamente eficiente deve ser avaliada pelos efeitos que tem nas trajetórias e no desenvolvimento profissional dos jovens. Neste sentido, é importante começar por se fazer a questão: em que medida os dispositivos de ação pública estão, de facto, a melhorar ou a deteriorar as trajetórias de vida, do ponto de vista da melhoria ou deterioração das capabilidades que dispõem os jovens, como seus beneficiários? Na figura 1, desenhou-se um esquema que ilustra esta relação, na avaliação da capabilidade para o trabalho *significativo*.

Quadro 6: Relação entre políticas publicas e avaliação de resultados
(adaptado de Salais, 2011; Capright; p. 138)



Colocada desta forma a avaliação, no lugar de se partir como indicadores de referência a performance dos jovens, vamos usar como indicadores de referência um conjunto de direitos fundamentais, políticos, sociais e económicos, consagrados. A avaliação dos dispositivos de ação pública vai incidir precisamente no grau de *realização* desses direitos. Estes direitos devem servir de base para ajudar a concretizar um conjunto de objetivos ou *funcionalidades* relacionadas com a capabilidade para o trabalho significativo, por exemplo, a qualidade do emprego, o desenvolvimento profissional, a liberdade *real* da escolha, a inserção mais durável e menos precária no mercado de trabalho, a qualidade de vida, a saúde física e mental e a participação democrática dos jovens.

Pôr em prática a capabilidade para o trabalho significativo é pôr em ação uma metodologia que envolve um trabalho coletivo, que necessariamente deve passar por processos deliberativos democráticos. Quanto mais próximos das pessoas, conhecedoras das práticas no terreno, melhor se irá avaliar as necessidades e a efetividade das políticas. Quando falamos de atores referimo-nos, em primeiro lugar aos jovens, mas também a associações e também a empresas públicas e privadas que devem ser chamados a deliberar. A ação política colocada nesta perspetiva, exige que as diversas instituições

relacionadas com a juventude e o Estado trabalhem em conjunto, tanto ao nível nacional como ao nível europeu. Ao Estado cabe o papel da iniciativa e da definição de orientações principais, de disponibilizar recursos, mobilizar para o exercício efetivo desses direitos, num clima de abertura democrática (Salais, 2011; Capright).

O estudo sobre o Rendimento Adequado em Portugal de Pereirinha *et al* (2017), que através de um processo deliberativo analisou o rendimento mínimo adequado para uma pessoa viver com dignidade em Portugal é um bom exemplo de como o processo de deliberação democrática ajuda a esclarecer o distanciamento que existe entre os critérios teóricos político e económicos, que orientam as políticas e as necessidades reais das pessoas.

Dar voz aos jovens

Desenvolver-se políticas de proximidade, com recurso a processos de deliberação coletivos, junto dos jovens, dar-nos-ia uma ideia mais clara e objetiva das necessidades objetivas das pessoas e informar-nos-ia, objetivamente, sobre o nível de distanciamento entre as medidas e dispositivos políticos públicos e os problemas reais que os jovens enfrentam hoje. Desenvolver políticas de proximidade, a partir de processos de deliberação democrática, dá-nos mais garantias de um melhor ajustamento das políticas às necessidades concretas das pessoas e, por conseguinte, maior garantia de melhores resultados. Este tipo de metodologia reveste-se de uma importância ainda maior no caso dos jovens.

Uma das falhas da *Garantia Jovem* como medida de ativação para o mercado de trabalho é precisamente este completo divórcio entre a ideologia abstrata, que fundamenta o desenho das políticas públicas, como as ideias de empreendedorismo, ativação, empregabilidade, e as necessidades concretas e objetivas dos jovens. Vimos como esse alheamento se reflete nas experiências dos jovens, que pedem ajuda institucional e na forma como desvalorizam as instituições, que de facto têm o papel de apoiá-los na resolução dos problemas. É importante que se promova o exercício da liberdade e da participação democrática e que se reabilite a confiança dos jovens nas instituições democráticas.

Todos os jovens que acompanhámos demonstraram ter uma relação institucional de grande tensão com o IEFP. Dois dos jovens colocaram como condição de participação neste estudo não haver qualquer tipo de relação institucional da nossa parte com o IEFP. As razões apontadas foram essencialmente a falta de confiança nesta instituição para se exporem os seus problemas. Esta atitude pode ser um indicador de duas coisas. A primeira está relacionada com as características comportamentais próprias da juventude. Os jovens sentem as emoções de uma forma mais intensa. Isto quer dizer que o acolhimento e envolvimento dos jovens deve ser feito de uma forma planeada e cuidada, para que essa

característica comportamental seja contornada e não interfira com a qualidade da sua participação. Por outro lado, e uma outra razão para isto acontecer tem a ver, de facto, com a existência de falhas objetivas concretas que existem no acolhimento e envolvimento dos jovens nesta instituição, em particular a falta de um atendimento personalizado e humanizado, a garantia de confidencialidade e a própria capacidade de resposta ao pedido de ajuda dos jovens desempregados de longa duração.

Em cada uma narrativas de vida no em Anexo 2, apresenta-se como é que o jovem avaliou a qualidade da relação que estabeleceu com o IEFP. Terminamos esta seção com um apanhado geral dessa análise, dando assim a palavra aos jovens:
Durante o período em que esteve desempregada, a Betânia era obrigada à apresentação quinzenal (atualmente extinta). Diz que vivia a aproximação desse dia com grande ansiedade, refere que não havia qualquer privacidade no atendimento e a falta de confidencialidade era total. Os técnicos falavam demasiado alto e apresentavam uma atitude moralista, utilizando frases do género: "você aqui, outra vez?". Isto fazia sentir-se culpada pela sua situação de desemprego e isso deixava-a angustiada.

O André avalia a sua relação com o IEFP como altamente negativa. Diz que quando se dirige ao IEFP para pedir ajuda, é sempre tratado com uma atitude depreciativa "com um revirar de olhos". No seu entender, existe total falta de empatia por parte dos técnicos e total falta de privacidade para os jovens exporem os seus problemas. Os técnicos falam muito alto, e isso intimida e afasta-os da instituição. Sente vergonha quando pede ajuda ao IEFP e acredita que esse sentimento é incitado pelo próprio centro de emprego, ao adotarem aqueles comportamentos depreciativos.

O Simão diz que durante todo este tempo em que esteve e está desempregado, em nenhum momento foi contactado pelo centro de emprego. Apenas recebeu um e-mail de divulgação geral sobre o curso de empreendedorismo no qual se inscreveu. Diz nunca ter recebido uma carta, um e-mail personalizado ou nunca ter sido convocado para qualquer entrevista. Diz que cada vez que procurou ajuda naquela instituição foi-lhe dito que "consultasse o site".

A Madalena tem algumas dificuldades em se expressar verbalmente e algumas dificuldades na compreensão de uma linguagem formal. Pediu ajuda ao CE uma única vez. Diz ter-se sentido envergonhada e exposta e nunca mais lá voltou. A funcionária que a atendeu ao balcão de entrada não terá demonstrado qualquer empatia para consigo, falava muito alto, muito rápido e "dizia coisas que [a Madalena] não entendia". Ter-lhe-á dado um conjunto de papéis para preencher e esta, não tendo conseguido fazê-lo, pediu ajuda, ao que a funcionária terá dito que "não lhe pagavam para fazer esse tipo de tarefa".

No primeiro momento em que esteve desempregada, a Betânia sente que foi obrigada a aceitar a oferta de emprego proposta, caso contrário ser-lhe-ia cortado o subsídio de desemprego. Durante o tempo de desemprego foi convocada para assistir a três sessões de informação, todas elas sobre emigração; foi informada que caso emigrasse poderia

continuar a usufruir do subsídio de desemprego por um período de três meses. O facto de ter sido convocada por três vezes para sessões sobre emigração e a maneira como eram apresentados os incentivos a emigrar deu-lhe a sensação de que "estava a ser *empurrada* para sair" da região. Estas sessões eram dirigidas a com grupos de 30 a 40 jovens especialmente, todos com formação secundária e superior.

O André critica também a obrigatoriedade de aceitar as propostas de formação; caso o jovem desempregado não o aceite, é anulada a sua inscrição por um período de três meses. A Maria, sendo uma jovem NEET, não é elegível para a frequência em cursos de formação financiados de longa duração direcionados para jovens NEET porque beneficia de medida de apoio social para habitação. A Maria tem dificuldades em compreender a sua não elegibilidade para outras medidas de formação, porque entende que, tendo em conta a sua formação altamente especializada, estas medidas poderiam ser uma mais valia para encontrar um trabalho mais qualificado que lhe possibilitasse quebrar o ciclo de precariedade no trabalho e dependência dos apoios sociais.

As sugestões dos jovens para a melhoria dos serviços de apoio aos jovens desempregados relacionam-se essencialmente com a qualidade do atendimento, a necessidade de um atendimento mais humanizado e com uma maior eficácia na comunicação. O André sugere que deveria haver melhor formação dos técnicos para informar os jovens clara e objetivamente e sem fazer julgamentos. Sugere também que seja criada uma base de dados funcional sobre ofertas de emprego ordenadas por nível de formação e que sejam enviadas notificações para os jovens inscritos. Sugere ainda mais qualidade do atendimento; mais formação dos funcionários, garantia de privacidade, consideração dos interesses dos jovens. A Betânia sugere mais informação aos jovens sobre a qualidade e seriedade das empresas onde são colocados. O Simão sugere que o IEFP deveria desenvolver uma estratégia de comunicação mais funcional com os jovens com formação superior. Sugere que lhes deveria ser disponibilizada informação de uma forma mais clara e objetiva; o site apresenta um conjunto de informação de uma forma caótica, que desencoraja os utilizadores. Entende que é necessário um tipo de atendimento mais personalizado, que faça com que os jovens sintam que de facto estão a ser apoiados.
O Tiago lamenta a inexistência em Portugal de uma plataforma com informação sobre todas as formações cofinanciadas com apoios governamentais que irão existir no futuro, o que faz com que um jovem desempregado que procura formação tenha de procurar informação pulverizada por centenas de sites.

4. Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem

Mas, embora a razão baste, quando está plenamente desenvolvida e aperfeiçoada, para nos instruir sobre as tendências nocivas ou úteis das qualidades e das ações, não basta, por si própria, para produzir a censura ou a aprovação moral. A utilidade não é mais do que uma certa tendência orientada para um certo fim; se o fim nos fosse totalmente indiferente, sentiríamos a mesma indiferença pelos meios. Um sentimento deve necessariamente manifestar-se aqui, para nos fazer preferir as tendências úteis às tendências que trazem dano. Esse sentimento não pode ser senão uma simpatia pela felicidade dos homens ou um eco da sua desgraça, pois que tais que os diferentes fins que a virtude e o vício tendem a promover. Assim, pois, a razão nos aclara acerca das diversas tendências das ações e a humanidade faz uma distinção em favor das tendências úteis e benéficas.

(David Hume, *Investigação sobre os princípios da moral*)

Uma das maiores evidências teóricas que nos sugere este trabalho é a incompatibilidade da ideia de racionalidade das escolhas, inscrita no pensamento económico *mainstream*, com o problema da adaptação de preferências. Já analisámos aqui[38] que a adaptação de preferências não é uma expressão de irracionalidade. Os jovens não são irracionais porque adaptam as suas preferências à grande adversidade dos seus contextos socioeconómicos. A adaptação de preferências é mais uma expressão da natureza da racionalidade humana. O que está aqui em causa é aceitar-se que, de facto, a racionalidade humana se expressa numa amplitude de juízos e comportamentos. O nosso trabalho remete-nos para a necessidade de modelos de análise *não ficcionados* da agência humana, que sejam capazes de apreender com maior alcance, objetividade e realismo os fenómenos adaptativos humanos, que estão presentes na situação de desemprego prolongado. Nesta seção sublinhamos essa necessidade e discutimos por que é importante questionarmos a ideia de racionalidade subjacente à adaptação humana.

Amartya Sen (2002; 2010) é crítico das abordagens económicas *mainstream*, que caracterizam o comportamento humano a partir de situações ideais e fazem assunções sobre o comportamento, alheadas da realidade. Em particular, Sen critica o conceito de *escolha racional*, que está na base da teoria económica mainstream, no qual a *maximização* é vista como elemento central, em *todo* o comportamento racional. Basicamente, a teoria da escolha racional, largamente aceite na economia, no direito e na política, postula que a pessoa escolhe de forma racional se, *e apenas se*, ela se propõe a perseguir os seus próprios interesses. É dado por adquirido que a pessoa não chegaria a ser racional se não perseguisse o seu interesse (Sen, 2010; p. 252).

O problema teórico que advém do emprego da maximização dos comportamentos no âmbito da economia está relacionado com uma questão metodológica elementar: o seu *duplo emprego*: por um lado, ele é usado como um mecanismo de *previsão* de comportamentos, quer dizer, é usado para se tentar adivinhar o que irá provavelmente

[38] Ver Capítulo 4, seção 2: *Uvas azedas*.

acontecer no futuro, e por outro, ele é usado como *critério* da própria racionalidade, quer dizer, para fazer juízos sobre que normas seguir, para que a escolha seja ajuizada como racional. A mesma ideia de maximização está subjacente a duas realidades, que são bem distintas: a escolha *racional* e a escolha *real*. Isto levanta questões importantes. A principal delas é a de se saber se a escolha racional, seja qual for a forma que se use para a caracterizar, é uma boa forma de se prever o que virá a ser escolhido (Sen, 2010 pp. 248-249).

Não seremos exaustivos neste tema. No seguimento do trabalho que temos desenvolvido até aqui, vamos simplesmente defender a ideia que, de facto, o ser humano tende a ter boas razões para dedicar a sua atenção a outros objetivos, que ultrapassam a satisfação exclusiva do autointeresse. O *habitus*[39], os imperativos morais, como o *imperativo categórico* e a *ética do cuidado*[40], que analisámos no ponto anterior, são exemplos de processos de escolhas incompatíveis com a ideia de racionalidade subjacente à teoria da escolha racional. Na realidade, vários autores clássicos, que influenciaram o pensamento económico, tanto no Oriente como no Ocidente, atribuíram à ética um papel importante nas relações e nos comportamentos em sociedade, como Aristóteles e Adam Smith, *pai* (ou avô) da economia moderna. Na realidade, Smith, a quem se atribui a ideia da busca exclusiva do interesse próprio e a fonte inspiradora de um *homo economicus*, deu também imenso destaque aos limites dessa suposição de busca universal dos interesses próprios, uma leitura que tem sido ignorada pelos entusiastas desta ideia de maximização do interesse próprio. Em *The theory of moral sentiments*, a isso que chamava como "o amor de si mesmo", considerava ser apenas uma das muitas motivações que os seres humanos podem ter, considerando igualmente a humanidade, a justiça, a generosidade, o espírito público, a que dedicou ampla reflexão crítica.

O nosso trabalho, na linha do trabalho de Nussbaum (2000) e de Sen (2002) esclarece também que as preferências das pessoas *não são estáveis*, elas se vão adaptando ao longo do tempo. Temos vindo a analisar ao longo deste trabalho, que as preferências dos jovens refletem estruturas e disposições, que causam adaptações. Ora, tanto a análise da adaptação de preferências, como a análise das condicionantes, que estão na base dos comportamentos e da tomada de decisão, dão-nos conta que os contextos sociais são sistemas *abertos*, uma visão contrária às análises económicas *mainstream*, que fazem uso de metodologias que pressupõem os contextos sociais como *sistemas fechados* e o uso exclusivo do pensamento dedutivo no cálculo da racionalidade (Martins, 2010. p. 3).

[39] Ver a seção: *o habitus da desigualdade de género* discutido no tema nº 2.
[40] Ver a seção: *a escolha fundada na ética do cuidado*, discutida no tema nº 2 desta discussão.

A racionalidade e o seu uso

O nosso trabalho confirma a necessidade de análises mais complexas dos processos de tomada de decisão, que consigam captar a realidade dos processos de adaptação humana. Os modelos simplificados do funcionamento humano, muito usados no pensamento económico mainstream tornam os contextos sociais mais tratáveis e simplificados, mas não se deve confundir essa necessidade de simplificação dos contextos sociais com a própria razão. A necessidade de simplificação do mundo é mais um indício da nossa capacidade humana, necessariamente limitada, para apreender a total complexidade da condição humana e dos problemas do mundo. É certo que os economistas sempre entenderam que nem todas as pessoas durante todo o tempo se comportam como maximizadores racionais do interesse próprio. Contudo, pressupunha-se que *seria assim* que as pessoas tenderiam a agir, se se desse o caso de se comportarem de forma racional. Assumiu-se, portanto, uma componente normativa do *homo economicus* e entendeu-se que aquele constituía um modelo aceitável da agência humana. Esta componente normativa corresponderia ao modo como os seres humanos *deveriam* comportar-se, se os seus comportamentos fossem racionais. A crítica convencional aos modelos simplificados é a de que os seres humanos não são tão racionais como os modelos pressupõem. Ora, este pressuposto não é correto porque os seres humanos não são tão racionais como o modelo pressupõe, ele não é correto porque essa é uma ideia incorreta do que significa ser racional.

Não se é irracional quando se muda de conduta, de acordo com variações de curto prazo, que operam nas nossas circunstâncias, nem tão pouco quando se muda com aquilo que vai acontecendo ao longo da nossa vida. Os seres humanos são necessariamente ambivalentes em relação às suas escolhas e isso não se deve a uma confusão irracional. Tome-se um exemplo de escolhas muito conhecido dos jovens portugueses: existem benefícios em se escolher ter filhos, construir uma família e dedicar-se a ela a tempo inteiro, deixando para segundo plano uma carreira profissional. Da mesma maneira que existem benefícios em se escolher não ter filhos, e dessa forma ser-se capaz de dar continuidade a uma escolha profissional que se valoriza, de uma forma incondicional. Todos sabemos, mulheres e homens, através da nossa própria experiência, que não é possível maximizar ambas as escolhas. Quando se procura encontrar um equilíbrio entre um meio termo, não se está a ser irracional. Estamos simplesmente a fazer o inevitável e a ser sensatos. Quando se pensa que é difícil decidir que percurso de vida tomar e que compromissos assumir, certamente que não se está a pensar de forma irracional ou de alguma maneira desadequada. Ora, pode ser errado tentar satisfazer dois desejos conflituantes, mas não é certamente irracional ter dois desejos que entram em conflito entre si. Daqui podemos deduzir, que ter preferências claras, consolidadas e bem definidas não é sequer uma definição aceitável daquilo que é ser racional. Ser consistente nos desejos não é a mesma coisa que ser racionalmente consistente na deliberação dos desejos (Bagginni, 2019).

Sen (2011) sugere que a racionalidade de uma escolha (condutas, objetivos, valores ou prioridades) está essencialmente na capacidade de a sustentar. Não se trata apenas de uma convicção, mas antes submetê-la a escrutínio crítico. Encarar a escolha racional como uma escolha criticamente escrutinada é uma opção simultaneamente *exigente* e *permissiva*. Por um lado é exigente, porque não há uma fórmula simples, que seja tida automaticamente por racional, como acontece na maximização do autointeresse. A exigência advém da necessidade de escrutínio crítico, que nem por isso deixa de admitir uma variedade de razões concorrentes. Por outro lado, é permissiva, porque não exclui a possibilidade de admitir mais do que uma identificação daquilo que pode ser escolhido. Isto quer dizer, que a condição de uma escolha racional não gera, necessariamente, uma alternativa única que deva ser *a* escolhida. A ser assim, a capacidade de predição da escolha fica então, como sabemos, comprometida. Contudo, assumir a possibilidade de existir uma pluralidade de razões, igualmente sustentáveis, é importante por dois motivos: para que se faça jus à própria ideia de racionalidade e para se afastar a ideia de escolha racional como um simples instrumento de previsão da escolha real. Este tem sido, na realidade, o uso que tem sido dado à ideia de racionalidade pelas correntes económicas dominantes (pp. 258-259).

Escusado seria dizer que os modelos simplificados da realidade ignoram a realidade de minorias e grupos marginalizados, que estão fora dos sistemas e as perspetivas feministas da realidade, sendo estas análises consideradas como uma *pluralidade de subjetividades*. Na abordagem das capabilidades, sendo esta pluralidade sujeita a escrutínio crítico, ela não só não é um problema, como é uma necessidade. Ora, é preciso aceitar-se, com clareza e humildade, que quando se integra os grupos mais excluídos e as perspetivas feministas, estamos a contribuir para que se alcance maior objetividade dos fenómenos sociais, ao obter-se uma realidade mais clara, mais alargada e, por conseguinte, mais completa do mundo que partilhamos. Não se pode resolver os problemas políticos e sociais se não os conseguirmos caracterizar, de uma forma absolutamente clara e objetiva. Essa maior clareza e objetividade, na análise dos problemas concretos, é, ela própria, a expressão da racionalidade.

Existo, logo penso

O atual conhecimento acumulado no domínio das ciências da vida e das neurociências tem esclarecido que as fronteiras da razão não são tão definidas como se pensava até um passado muito recente. Há séculos atrás, os filósofos, por mais eminentes que tenham sido para o seu tempo, não tinham conhecimento daquilo que hoje sabemos sobre o funcionamento do cérebro e da mente humana. O *erro de Descartes*, segundo o neurocientista António Damásio (2017) teria sido desconhecer que o cérebro não foi criado acima do corpo, mas a partir dele e a par dele. Sabemos hoje que a razão não é prejudicada pelas emoções. É precisamente o contrário. A ausência de emoções é que prejudica o uso da racionalidade no ser humano. Os estudos da psicologia humana

confirmam que quando a pessoa se considera a si própria como juiz objetivo e imparcial, ela tende, na realidade, a aumentar os viezes subjetivos no pensamento (Bartels & Pizarro, 2011).

As escolhas e os comportamentos dos jovens assentam em fortes condicionantes neurobiológicas e psicossomáticas[41]. Estas condicionantes obrigam-nos a conceber o comportamento humano, de uma forma integrada e aberta. Não é correto analisar os comportamentos dos jovens, as suas prioridades e tomada de decisão fora deste contexto de imaturidade cortical frontal. Em nenhum outro período do ciclo de vida, a pessoa se sentirá tão atraída pelo risco, uma tão grande necessidade de busca pela novidade, um tão forte sentido de afiliação com outros semelhantes e uma tão profunda necessidade de aprovação e de inclusão social. Tudo isto devido a um córtex frontal imaturo, que se conjuga com os sistemas límbico, autónomo e endócrino, precisamente no pico do seu funcionamento (Sapolsky, 2018). Por si só, estas condicionantes constituem um agregado de razões para que se discuta a ideia de racionalidade das escolhas.

Por estas razões, não nos parece fazer sentido discutir-se a racionalidade em termos de se "ser" ou "não ser" racional, mas antes discutir-se o amplo espectro do que significa ser racional. Ora, isto não quer dizer que se não deva defender a racionalidade. É precisamente o oposto. Talvez mais do que nunca, hoje é necessário defender-se o poder da razão, mas para o fazermos, de forma eficaz, teremos de admitir que a razão nunca pode escapar completamente ao pessoal e ao humano, e muito embora procure a objetividade, ela nunca deixa de depender da *pessoa* como juiz objetivo, em todas as circunstâncias.

5. Que individualismo?

Se eu não for por mim mesmo, quem será por mim?
Se eu for apenas por mim, que serei eu?
Se não for agora – quando?

(Ditado talmúdico; Mishnah Abot)

O indivíduo e o individualismo na abordagem das *capabilidades*

As capabilidades são atributos das pessoas. Não são atributos de coletividades ou de uma comunidade. A abordagem das capabilidades é orientada para o individualismo *ético*[42], quer dizer, considera que os indivíduos, e apenas os indivíduos, são objeto de interesse

[41] Ver Capítulo 1: Descontinuidade no desenvolvimento neurobiológico; imaturidade cortical frontal; consequências no comportamento e tomada de decisão; dificuldades na avaliação de riscos; necessidade básica de inclusão social
[42] No início do Capítulo 4 apresentámos a distinção entre individualismo *ético* e individualismo *ontológico*, que nos parece útil voltar a considerar.

moral. Esta abordagem não rejeita o individualismo ontológico, mas distancia-se dele. Contudo, seria um erro chegar-se à conclusão que a ideia de capabilidade corresponde a uma visão isolacionista do indivíduo. As análises que temos vindo a desenvolver neste trabalho ilustram precisamente essa relação estreita entre o indivíduo que pensa, escolhe e age e os seus contextos sociais. Tanto Amartya Sen (1999) como Martha Nussbaum (2011) assumem uma abordagem multidimensional do comportamento e a influência objetiva das estruturas sociais nas *funcionalidades* e *capabilidades*.

O que nos parece importante esclarecer é que a abordagem das capabilidades não reconhece uma ideia de *sociedade* como uma abstração vis-à-vis do indivíduo (Sen, 2011). Parece evidente que a presença de indivíduos que pensam, escolhem e agem, que de facto é uma realidade do mundo, não transforma esta abordagem numa perspetiva metodologicamente individualista. Os pensamentos e as ações das pessoas não são independentes do meio social em que estão inseridas. Existe uma razão adicional para este posicionamento teórico. Os grupos, contrariamente aos indivíduos, não pensam de uma forma óbvia, o que compromete a importância das capabilidades para os grupos. Por essa razão, a valoração feita pelos indivíduos que a abordagem incide, ao mesmo tempo reconhece uma profunda interdependência entre as valorações dos indivíduos que interagem entre si. É evidente que quando se avalia a capabilidade de um indivíduo participar na vida em sociedade, está implícita a valoração da vida em sociedade. (Sen, 2011; pp. 336-337).

Isto conduz-nos a um outro ponto relevante. As pessoas têm múltiplas filiações. Podem pertencer a vários grupos, relacionados com a sua classe social, família, género, etnicidade, orientação sexual, religião, profissão, entre muitas outras. Por esta razão, é problemático ver a pessoa em relação a um único grupo a que pertence, porque poderia ser uma grave negação da liberdade de cada um escolher em que termos se vê a si própria. Considerar as pessoas em função de uma identidade dominante, excluindo todas as outras pode ser uma opção problemática, porque corresponde à imposição de uma prioridade arbitrária e à negação de cada um decidir as suas próprias lealdades, em relação aos seus grupos de pertença. As pessoas têm identidades plurais, não são só árabes, europeus, médicos, portugueses, gays, americanos, muçulmanos, judeus, advogados ou ciganos. As pessoas podem ter múltiplas filiações e múltiplas interações sociais. Olhá-la apenas como membro de um grupo dar-nos-á uma visão desajustada da natureza e da complexidade das sociedades.

Além disso, e mais relevante ainda, considerar o indivíduo acima de qualquer filiação é reconhecer que o valor de cada um está acima de qualquer uma dessas filiações e que, por isso mesmo, ele deve ser considerado como um fim em si mesmo e nunca unicamente como um meio. Por esta razão, ser humano deverá contar mais do que ser português, advogado, doméstica, cigano, americano, mulher ou homem. As circunstâncias de cada um não devem obscurecer o seu valor.

Ética e individualismo

A ética se desenvolve em torno dos direitos fundamentais. Em última análise, os direitos fundamentais são direitos individuais, de entre os quais o primeiro é a liberdade. Não há ética sem autonomia, sem a consciência da capacidade do sujeito criar e aceitar livremente as suas normas de conduta. O indivíduo não pode abrir mão da sua liberdade, nem renunciar a esta capacidade humana de ser criativo na forma como vive a sua vida. É uma *condição* e um *dever* do sujeito manter a sua individualidade a salvo de intromissões ilegítimas (Camps, 1996). Estamos perante uma quantidade de paradoxos e ambivalências, que refletem as duas faces do individualismo: a afirmação de um indivíduo autónomo e independente que quer ser expressão da humanidade mais autêntica, e a afirmação do indivíduo que se deixa moldar pelas forças, interesses ou grupos mais dominantes.

Parece então evidente, que o problema do individualismo não está no valor do indivíduo, mas quando o culto do indivíduo exclui outros valores. Victoria Camps (1996) em *Paradoxos do individualismo* esclarece-nos que individualista não é aquele que defende ser livre, mas aquele que não reconhece no outro nem se preocupa que existam outros seres com os mesmos direitos que reclama, o que luta pelos seus interesses sem reparar que esses podem ser incompatíveis com os interesses dos outros menos privilegiados. O que não entende que certas formas de usar a liberdade impedem a liberdade dos outros. Neste sentido, o que causa preocupação, não é a ideia de um indivíduo fechado e autocomplacente, mas antes os individualismos coletivistas e tribais, cujo objetivo é a perpetuação do grupo.

A este individualismo estreito e perverso, que ignora limitações, Vital Moreira (1990) chama de *paradoxo pós-moderno*, que reflete uma coexistência de dicotomias tradicionais (individualismo/corporativismo) e numa simultânea reafirmação de um neoindividualismo/neocorporativismo, que na prática se reflete num desprezo pelo político, na desvalorização da coisa pública, numa descrença na vontade coletiva, valorização da iniciativa individual. Esta coabitação produz contradições, a reafirmação do liberalismo económico, com consequências elitistas, que reitera a espontaneidade da sobrevivência dos mais aptos, o darwinismo social, a aceitação de um cinismo social, marcado pela indiferença daqueles que estão fora dos sistemas. Neste contexto, o indivíduo sente-se politicamente impotente, porque tem um peso cada vez menor. Avoluma-se a oligarquização das organizações, a burocratização, o autoritarismo e degrada-se o papel do cidadão e marginaliza-se os que não estão organizados. No meio do indivíduo remetido ao privado e da política remetida para os grupos organizados, onde estão os cidadãos? (Moreira, 1990, pp. 40-49). Podemos estar perante o que Eduardo Lourenço (1990) chama de "um estranho e enigmático revivalismo individualista", que é o reflexo de utopias solidárias que não estão a ser capazes de conciliar o mínimo da exigência individual com a exigência da justiça social, de que se reclamavam (pp. 21-23).

Camps (2006) fala da necessidade de se defender um *melhor* individualismo e mostrar o seu pior rosto, combinando a busca do interesse comum da sociedade e da humanidade, com o cultivo de uma vontade própria, ver o indivíduo sem ser individualista ou tribalista, favorecendo o diálogo, a participação e a cooperação com o outro.

A democracia não é perfeita. É uma ideia utópica, à qual nos vamos aproximando. Essa aproximação pressupõe a consciência de obstáculos, que existem à sua realização, a consciência de contradições entre o discurso teórico e a prática. Para alcançarmos o ideal democrático é preciso continuar a questionar. Neste processo de confronto sobre as contradições entre o discurso teórico democrático e a prática é importante não perdermos a objetividade. Parece-nos essencial ter presente questões da vida prática, questionar por exemplo sobre o que significa o direito de todos ao trabalho; que responsabilidades, individuais e institucionais, daí advêm; como lidar com a coexistência de grupos privilegiados e trabalhadores altamente precários; como se enquadra as questões das inovações tecnológicas; qual a estratégia para as novas gerações?

A razão e a medida da ética não pode ser incutida à comunidade, dissolvendo-se o indivíduo no coletivo. Isso seria negar-lhe qualquer responsabilidade e dispersar princípios universais num relativismo total. A ética tem que ser individualista e tem que preservar o indivíduo. Contudo, essa preservação é, simultaneamente, um direito e uma exigência: um direito do indivíduo determinar o que quer e deve ser, uma exigência ao indivíduo de responsabilidade perante os outros como ser humano (Camps, 2006). É através da responsabilidade que conseguiremos criar novas formas de conhecimento, que integrem ao invés de excluir.

6. Promover a saúde mental na população jovem

As perturbações psicológicas tradicionalmente associadas à idade adulta, tendem a acontecer em idades cada vez mais precoces, fixando-se agora na infância e juventude. O stress generalizado ou as depressões exemplos das perturbações mais frequentes.
A prevenção da doença mental na infância e na juventude é, como vimos[43], não só uma necessidade, mas acima de tudo, é a condição para o sucesso no combate a este problema social, que tem sido apontado, nada menos, que o maior desafio para a saúde do nosso século (Wittchen *et al*, 2011). Neste tema, vamos discutir por que é que um compromisso para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*, que temos vindo a analisar neste trabalho, pode ser uma estratégia promissora, no combate à doença mental na juventude, como um novo paradigma de intervenção, fundado na prevenção.

[43] Ver Capítulo 1, seção 2: Nota sobre o aumento da incidência de psicopatologia na população jovem.

Necessidades básicas

Analisámos que a psicopatologia na infância e juventude tende a manifestar-se quando existem fatores contextuais socioeconómicos *objetivos*, fortemente desfavoráveis ao desenvolvimento humano. Tudo indica que a saúde mental está associada à realização de necessidades básicas. Em situações em que essas necessidades básicas não são realizadas, as pessoas têm mais probabilidade de desenvolver stress psicológico e distúrbios mentais. É importante, contudo, esclarecer que tipo de necessidades estamos a falar. Ora, existe um conjunto de necessidades básicas que partilhamos com os outros animais, como as necessidades de alimento, sede, descanso, sexo, que são demandas da nossa corporeidade, dos constituintes físicos e químicos do nosso organismo. Todos sabemos, que quando estas necessidades básicas não são satisfeitas, tornam-se omnipresentes. Contudo, mesmo a sua satisfação total não é condição, quanto baste, para a saúde e o equilíbrio mental da pessoa. A saúde mental irá depender, adicionalmente, da necessidade de um sentido de identidade coeso, da realização da necessidade de vínculo, para construirmos a nossa autonomia e até da necessidade de transcendência.

Analisámos na segunda parte deste trabalho um conjunto de três necessidades psicológicas básicas[44]: a) a necessidade de *Autonomia*; b) *a* necessidade de *Competência* e c) necessidade de *Vínculo* ou *Pertença*. Estas são três dimensões que a literatura associa ao comportamento autodeterminado (Deci & Ryan; 2000; Ryan & Deci; 2000 e Ryan et al; 2008) e a sua realização está fortemente associada com a saúde mental.
Vimos que quando estas necessidades psicológicas básicas não são satisfeitas, os jovens tendem a desenvolver processos adaptativos, que são *inconsistentes* com o seu Desenvolvimento Humano. Vimos que, se uma (e mesmo que apenas *uma*) destas três necessidades básicas falhar, então estão reunidas as condições para a exclusão, um sentimento de alienação social e sofrimento psicológico. Vimos também que os contextos socioeconómicos influenciam a realização destas necessidades básicas, ainda numa idade muitíssimo precoce[45]. A não realização de cada uma dessas necessidades psicológicas básicas tem consequências potencialmente devastadoras da saúde mental do jovem.

A pessoa, independentemente da sua idade, tem uma necessidade intrínseca de se relacionar com os demais, de criar vínculos afetivos. Se isso não for realizado de uma forma simbiótica e recíproca, a pessoa perde a sua independência e integridade, sofre e fica apática e hostil. Só na relação com os demais, o ser humano se sentirá identificado e conservará a sua integridade. Isso é uma condição essencial para desenvolver a sua razão[46] e o seu amor próprio. É condição também para que a pessoa seja capaz de criar uma relação de empatia com o mundo social e natural e para se sentir segura de si mesma.

[44] Ver Capítulo 4, seção 6: Preferências consistentes e inconsistentes com o desenvolvimento humano.
[45] Ver no Capítulo 1 as seguintes seções: Nota sobre a incidência de psicopatologia na população jovem; A pobreza "debaixo da pele" e A psicologia humana na escassez. Ver também no Capítulo 4, tema 6: Preferências consistentes e inconsistentes com o desenvolvimento humano.
[46] Ver no Capítulo 1 as seções 2: O desenvolvimento do raciocínio ético e da ideia de justiça e 3: Vulnerabilidades psicológicas na formação da identidade.

Só através de um sentimento de identidade, baseado no conhecimento das suas forças, fará a pessoa se sentir segura e confiante em relação ao mundo. E só na posse de uma razão, será capaz de distinguir a realidade da ilusão. As nossas grandes paixões, a nossa ânsia de conhecer a verdade, a nossa curiosidade de explorar o mundo, a nossa sede de sermos criativos, estão relacionadas com este tipo de necessidades básicas. São elas que preservam e fortalecem a nossa integridade mental.

O papel central do trabalho *significativo*

Erich Fromm (1962) em *Fear from freedom* definiu a saúde mental como uma capacidade para amar e criar, a posse de um sentido de identidade, baseado no sentimento de si mesmo como pessoa e como agente das suas próprias capacidades e pela capacidade de desenvolvimento da objetividade e da razão. Esta definição de saúde mental, que aqui subscrevemos na íntegra, coloca-nos, porém, diante de grandes dificuldades: é que a realização destas necessidades básicas não depende *exclusivamente* da vontade da pessoa, mas igualmente dos arranjos socioeconómicos. A solução para a realização destas necessidades é extraordinariamente complexa, porque depende do modo como a sociedade se organiza, e do modo como esta determina as relações entre as pessoas e as suas formas de vida. Por outras palavras, a dificuldade da realização das necessidades básicas, que são condições essenciais para a integridade mental da pessoa, coloca-se no nível da política, da economia e da sociologia. A saúde mental é um conceito claramente objetivo, porque depende, objetivamente, da estrutura da sociedade, das estruturas sociais e económicas. Por isso, não deve ser definida como a *capacidade de adaptação* da pessoa à sociedade e aos seus contextos socioeconómicos, mas antes pela adaptação da sociedade às necessidades dos indivíduos e pelo seu papel de promover ou impulsionar o Desenvolvimento da saúde mental da pessoa.

Esta definição de saúde mental, que aqui defendemos, é muito próxima da definição de trabalho *significativo*, que se defende na nesta tese. É também muito coerente com a ideia de liberdade de Amartya Sen e com as necessidades básicas de Martha Nussbaum. A saúde mental, estando próxima da oportunidade de criar e do uso da razão, da necessidade de realização da identidade, da autonomia e da inclusão social, aproxima-se da realização da liberdade, como *oportunidade* e como *processo*, nas palavras de Sen. Quando Nussbaum (2011) diz que para que um ser humano possa levar uma vida digna é preciso que ele seja capaz de atingir um limiar em relação a alguns aspetos específicos da sua humanidade, como por exemplo em relação à sua saúde e integridade corporal, que possa fazer uso da razão prática, que seja capaz de se expressar emocionalmente, que tenha oportunidades de se relacionar com os outros, de fazer uso da sua imaginação ou ter controle sobre o seu ambiente, a filósofa está a incluir a saúde mental no domínio da dignidade da pessoa.

A capacidade de adaptação à adversidade não é sinal de saúde mental

Por norma, as análises sobre a saúde e a doença mental partem do equívoco de assumir *à priori* que a sociedade que criámos e o nosso estilo de vida corresponde já às necessidades do ser humano e que a *adaptação* a este tipo de vida corresponde à existência de maturidade e de saúde mental. A psicologia e a psicopatologia não discute nem assume uma posição crítica sobre estes estilos de vida. No lugar disso, toma-os como um *status quo* e é a partir dele que analisa a *capacidade de adaptação* do ser humano.

A psicologia, mesmo a psicologia social, não tem conseguido gerar um saber robusto, uma teoria crítica sobre como os contextos socioeconómicos são geradores de psicopatologia. Por essa razão, a ideia de maturidade e de saúde mental surge associada à *capacidade de adaptação*, à ideia de resiliência, à capacidade de se manter um emprego, à capacidade de tomar decisões, à flexibilidade, à independência, à empregabilidade. Quer dizer, às virtudes daquilo que se considera ser um bom candidato ao mercado de trabalho e à lógica que o próprio mercado engendrou. Confunde-se maturidade com adaptação, não se questionando se esta adaptação conduz a uma vida digna e ao exercício da liberdade ou a uma forma de autoalienação.

Vimos neste trabalho[47] que os jovens adaptam as suas preferências aos seus contextos adversos, na situação de desemprego prolongado. A adaptação de preferências é, quanto a nós, um imperativo de saúde mental. Mas, esta capacidade de adaptação na adversidade não conduz, necessariamente, a uma vida digna, que seja compatível com o Desenvolvimento Humano e o exercício da liberdade. A narrativa de vida da Madalena (Narrativa nº 8) é disso um caso paradigmático. Este tipo de adaptação pressupõe a interiorização de estruturas de desigualdade socioeconómicas e o aniquilamento da liberdade da pessoa. Na prática, a pessoa passa de vítima de injustiça a colaboradora de um sistema social injusto.

A ideia de capabilidade para o trabalho *significativo*, que defendemos como meio de preservar também a saúde mental dos jovens, é uma ideia comprometida com o exercício da liberdade e é também um posicionamento ético.
Esta tese defende que faremos um melhor trabalho na prevenção da saúde mental dos mais jovens, se unirmos esforços para combatermos as contrariedades associadas à privação do exercício da sua liberdade, no lugar de se desenvolver competências para que os jovens se habituem à falta dela. Isto quer dizer, que promover a adaptação e a resiliência à adversidade dos contextos, nem sempre é uma boa estratégia para se promover a saúde mental dos jovens. Nas síndromas que têm origem nos arranjos socioeconómicos, como a *Síndroma de Burnout*[48], promover-se estratégias de adaptação

[47] Ver Capítulo 4, ponto 3: Porquê rejeitar o valor da adaptação de preferências.
[48] Em 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a conceptualizar a *Síndroma de Burnout* como o resultado de stress crónico no local de trabalho, que não foi gerido com sucesso. A síndroma é caracterizada por três dimensões: 1. Exaustão ou falta de energia; 2. Um distanciamento, sentimentos de negativismo e cinismo em relação ao trabalho e 3. Redução da eficácia profissional. Esclarece também que a Síndrome refere-se especificamente a este fenómeno no

ou estratégias de aceitação, mais do que despropositado, parece-nos um erro grave, porque estamos a patologizar problemas políticos e económicos. É sobre esta *individualização da doença mental* e *patologização de problemas socioeconómicos*, que nos dedicamos de seguida

O *homem avaliado*

A figura emblemática do nosso século, na opinião do filósofo José Gil, em *Portugal hoje o medo de existir*, é a do *homem avaliado* (2012; p.52).
No início da década de noventa do século passado Deleuze já havia identificado o esgotamento do poder da disciplina, nas sociedades liberais avançadas e a emergência de uma nova sociedade de controle. Gil sugere que a avaliação abarca agora todo o campo social, como um diagrama transversal, a toda a sociedade. A avaliação rege o modo de funcionamento do social e cumpre a função de selecionar, integrar, mas sobretudo, de excluir. A avaliação só integra para estabelecer "graus de exclusão" tendo no horizonte padrões inalcançáveis, infinitos. E isto acontece em todas as esferas da vida, como a educação, o lazer e o trabalho. A palavra de ordem deste *homem avaliado* é a de "superação" constante. E assim se vai distanciando do indivíduo disciplinar (aquele que não se dividia) para se tornar cindido, em eterna competição com os outros e consigo próprio. (pp.65-78). Este diagrama de avaliação produz e internaliza sensações de inadequação, incompetência, sentimentos de inferioridade e é fonte de sofrimento e mal-estar, ansiedade e depressão.

A disseminação desta lógica de avaliação faz com que os indivíduos, no lugar de desmantelar estas regras do jogo social, as incorporem e naturalizem. São agora os indivíduos que se convencem, eles próprios, da sua falência, do seu não poder, não só face a quem os avalia, mas também face à imagem ideal que criaram para si próprios.
Este *culto da performance otimizada*, como lhe chamou Ehremberg (1998; 2010) produz intermináveis e subtis graus de reprovação e exclusão e alterou o sentido da norma. Se a norma moderna estabelecia uma lógica dual, por exemplo, aprovação/ reprovação, o *desnorte* contemporâneo, no dizer de José Gil, apresenta-se como um horizonte infinito de maximização de desempenhos e competências. Funciona como um dispositivo de exclusões, em variados graus, mesmo quando se apresenta como avaliação da produtividade. O homem avaliado, que se deve superar a si próprio, uma vez que não tem uma meta fixa e estável, está, e continuará sempre a estar, aquém do seu desemprenho. Restam-lhe graus de otimização e aperfeiçoamento, mas sempre numa escala comparativa, ela própria em constante mutação. Esta é a vida numa moratória ilimitada.

contexto de trabalho e não deve ser explicado para descrever este tipo de experiências em outras áreas da vida da pessoa. (site OMS). Queremos aqui chamar a atenção para um detalhe. A síndroma é sinónimo de incapacidade de gestão do stress crónico, o problema é sempre colocado exclusivamente ao nível individual.

A norma institucional perdeu os seus contornos nítidos, tornou-se volátil e inoculou nos corpos novos sofrimentos (Gil, 2012).

A ideia de *alta performance* e o trabalhador como *herói*

O sociólogo Alain Ehrenberg (2010) em *O culto da performance*, analisou esta migração de elementos do discurso desportivo para o quotidiano das empresas e dos trabalhadores, que transfigurou o trabalho rotineiro e absurdo em aventura e desafio. Quer dizer, o trabalhador transformou-se num herói.
A velocidade imposta pela globalização, pelo uso massificado das tecnologias reconfigurou o funcionamento do mundo e dos sistemas capitalistas. A produção de mercadorias, agora desterritorializada é feita em todo o globo e o trabalho fracionado, como forma de reduzir o custo de mão de obra. A lógica de funcionamento de mercado pressupõe, contudo, manter todo este processo em andamento, com vista à obtenção do maior lucro possível. A vontade humana é a força motriz de todo este movimento. Para que não pare esta engrenagem é necessário criar-se todo um repertório motivacional, para que os trabalhadores mantenham um nível *ótimo* de produtividade. É desta necessidade de manutenção de um *alto rendimento*, que Ehrenberg analisa o uso da linguagem simbólica do desporto de alta performance nos novos modelos de gestão empresarial e de organização do trabalho: a ideia do trabalhador ter de bater as suas metas, ter de alcançar objetivos, de superação constante, de vencer batalhas e competições, a transformação de pequenas e insignificantes ações quotidianas em grandes conquistas e vitórias e, essencialmente, a ideia de que cada um é responsável pelos sucessos e fracassos do seu desempenho. Uma linguagem já disseminada e a que estamos já familiarizados.

O mito do herói e do atleta de alta competição, transferido agora para a vida quotidiana e para o mercado de trabalho é uma condição de existência extremamente frágil. Não só porque nenhum ser humano consegue manter uma alta performance por muito tempo (repare-se que os atletas de alto rendimento descansam mais horas do que treinam) mas porque a necessidade de provar todos os dias a sua existência é, precisamente, o que fragiliza o indivíduo. A síndroma de *Burnout* representa um *Eu* completamente esgotado, deste stress constante, deste ritmo frenético, da necessidade de reafirmação constante do valor individual, da pressão para manter o emprego, porque ele nunca está garantido. A depressão surge, como analisa Ehrenberg (2010) deste imperativo social da pessoa estar entregue a si própria, da qual se espera sempre o melhor rendimento possível.

Livre coação e psicopatologia

No dizer de Han (2014) a depressão provocada por esgotamento tem origem igualmente na pressão por um maior rendimento. A causa da depressão, mais do que no excesso de responsabilidade e iniciativa, como defende Ehrenberg (2010) situa-se no imperativo de produtividade, na mesma linha de pensamento de José Gil (2009). A depressão dá-se no momento em que o sujeito produtivo já não é mais capaz de poder. E este sentimento de não ser capaz de poder conduz à autocrítica e à autoagressão.

O *sujeito produtivo* (Han, 2014) já não está no domínio de qualquer instância externa que o obrigue a trabalhar, ou que o explore e não está sob o jugo de ninguém, a não ser de si mesmo. No entanto, esta supressão das instâncias de domínio, que produz uma equiparação da liberdade, não o conduz à liberdade. O sujeito produtivo entrega-se agora à *livre coação*, em prol da maximização da produtividade, que o conduz a uma situação de autoexploração. Repare-se que a autoexploração é mais eficaz do que a exploração por terceiros, uma vez que está associada a um sentimento de liberdade. O Ser explorado é simultaneamente o que explora, é agente e vítima em simultâneo.
Lembre-se que o Tiago (Narrativa de vida nº 7 impusera a si próprio *livremente* "aguentar o maior tempo possível", sabendo de antemão que não conseguiria manter aquele ritmo de trabalho, naquelas condições, por muito tempo. Ainda assim, conseguiu "aguentar" dois anos aquele ritmo de trabalho, frenético e absurdo, disse-nos com orgulho, porque um jovem na sua situação, diz, "conseguia aguentar em média apenas quatro meses" e isso para si era uma clara vitória. Relembre-se das suas condições de trabalho[49]:

(...) uma semana depois de ter abandonado os estudos universitários (...) o Tiago candidatou-se a um trabalho num *call center*, numa empresa de telecomunicações (...) Impusera a si próprio "aguentar o maior tempo possível", diz. Conseguiu "aguentar" dois anos (...) Manter aquele ritmo de trabalho e aquele elevado nível de exigência de objetivos deixou-o exausto, física e psicologicamente (...) os contratos de trabalho no *call center* eram quinzenais. Se num mês não fossem atingidos os objetivos esperados e, cumulativamente a meio do mês seguinte os objetivos não fossem alcançados a cinquenta por cento, o trabalhador era despedido. As regras eram claras. Ora, os trabalhadores viviam sempre sob a pressão de manterem um nível ótimo de produtividade e a sua condição psicológica e física diminuía significativamente, ao longo do tempo. Um trabalhador permanecia em média apenas quatro meses naquele trabalho, segundo nos informou. Acresce que o Tiago passava em média oito horas por dia a falar ao telefone com pessoas. "O meu trabalho era convencê-las a comprar uma coisa que não precisavam, era absurdo". Quando chegava a casa, o Tiago isolava-se dos familiares e amigos. Sentia-se impaciente, irritado, desiludido com o seu trabalho, com o mundo e consigo próprio. Apenas queria estar em silêncio. Com o tempo, isso passou a ser um problema, sentia-se cada vez mais isolado e esse isolamento fazia-o sentir-se profundamente infeliz. (...) Começou a sentir-se desmotivado e ao fim de alguns meses apresentou demissão. Não procurou ajuda especializada, talvez por vergonha, mas tem plena consciência que estava em situação de *Burnout* (Tiago, excerto da Narrativa de vida nº 7).

[49] Analisámos também este excerto da Narrativa de vida do Tiago (Narrativa nº 7) no tema 1 desta discussão quando analisámos o trabalho na lista de capabilidades de Nussbaum; problemas práticos.

Ora esta autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal e se converte em autoagressão porque as estruturas coercivas são agora intrínsecas ao sujeito. As narrativas de vida dos jovens esclarecem que o prolongamento da situação de desemprego vai agudizar esse sentimento de fracasso e vai ampliar um sentimento de culpa por sentirem-se incapazes de poder. De facto, como se analisou atrás[50] é exatamente nas circunstâncias de maior fragilidade social, que os jovens mais se culpabilizarão pelo seu fracasso, por exemplo em situação de doença crónica (André, narrativa de vida nº 4) ou na gravidez[51] (Maria, narrativa de vida nº 2)

A alta performance como metáfora para lidar com os problemas políticos e socioeconómicos opera duas transformações sociais: a primeira é o reforço da ideia de que cada um deve governar-se a si próprio, cada um é responsável pela sua integração profissional; a segunda é a invenção e introdução de novas regras nos ambientes de trabalho, coerentes com este culto da *performance otimizada*, de que fala Ehrenberg (2010).

A atenção fragmentada

Han (2014) em *A sociedade do cansaço*, reflete sobre as consequências deste *excesso de positividade*; de excesso de informação, de excesso de trabalho, de excesso de funções, mas acima de tudo, de excesso de exigência de *alta performance* em cada uma delas. Este excesso de positividade, modifica a estrutura da *atenção*, destruindo-a e fragmentando-a. A promoção de estratégias *mindfulness* nas empresas, ou atenção plena é, quanto a nós, uma forma de operar nesta fragmentação e destruição da atenção da pessoa, procurando restituí-la. Contudo, o seu caracter benevolente é duvidoso, na medida em que transfere para o indivíduo a responsabilidade total da preservação da sua saúde mental[52].

O *mindfulness*, é uma maneira de aliviar o sofrimento psicológico, levando a pessoa a perceber a sua impermanência e a sua interdependência com o *Outro* e com o mundo natural. É uma prática que tem as suas raízes no Budismo. No oeste capitalista, neoliberal, tem se tornado, essencialmente, numa prática de promoção individual e de reforço do *Eu*. No lugar de ser uma maneira de promover o desenvolvimento humano e a justiça social, reforça indiretamente o ultraliberalismo e o individualismo, que são, na realidade, os

[50] Ver Capítulo 4, seção 4: A génese da adaptação de preferências no desemprego prolongado; Culpa e autoagressão
[51] Ver Capítulo 4, seção 5: A sujeição da adaptação de preferências no feminino; Desemprego, medo e maternidade.
[52] Nestas últimas duas décadas a psicologia tem operado também dentro de um paradigma *positivo*, havendo mesmo uma área disciplinar a que se dá o nome de *psicologia positiva*. O artigo de Seligman & Csikszentmihalyi (2000); *Positive Psychology*, teve um impacto significativo nesta mudança. Os autores sugeriam que neste novo século, o foco da intervenção psicológica deveria afastar-se da análise da patologia e do distúrbio, causado pelos contextos ou stress ambiental, que marcou a tradição da investigação desde a Segunda Guerra Mundial e aceitar um novo paradigma positivo. As práticas clínicas deveriam ser direcionadas para a prevenção da maioria dos distúrbios emocionais: desenvolver a capacidade de ajudar as "pessoas normais" a serem mais fortes, resilientes e mais produtivas (p. 8), e encorajar as pessoas a usar habilidades, para poderem, elas próprias, lidar com os problemas. O *mindfulness* ou atenção plena é um exemplo dessas habilidades individuais.

sistemas que agravam o sofrimento humano e o desequilíbrio mental. Ronald Purser (2019) tem razão quando afirma que o *mindfulness* é *a espiritualidade do capitalismo*. Os problemas laborais, deixam de ser uma questão social e política e ficam reduzidos a uma questão de *lifestyle*, com que a pessoa tem agora que lidar.

É importante que fique claro, que não estamos a por em causa o valor das terapêuticas baseadas em *mindfulness* nas práticas *clínicas*, particularmente no alívio de sintomas associados ao stress intenso. A investigação mostra que pode ter efeitos positivos na redução do sofrimento psicológico e na orientação da pessoa para desenvolver um sentimento de compaixão por si própria. Nesta tese, o que criticamos é o seu uso generalizado quando se transforma em ideologia. Particularmente no uso abusivo e deste tipo de técnicas nas organizações, como estratégia de aumentar a produtividade dos trabalhadores e como forma das organizações transferirem a responsabilidade pelo stress que estão a causar, para o indivíduo.

O *mindfulness* envia uma mensagem clara: os indivíduos são os responsáveis pela sua saúde mental, independentemente das suas condições de trabalho, remetendo os trabalhadores para estratégias de autoajuda, automonitorização, autorregulação, autoaperfeiçoamento ou auto otimização. A empresa de telecomunicações onde trabalhou o Tiago (Narrativa de vida nº 7) oferece cursos de formação aos jovens trabalhadores sobre atenção plena, para ajudá-los a gerir o stress. A promoção de programas de *mindfulness* para os seus trabalhadores fazem-nas até parecer empresas benevolentes[53]. Parece uma estratégia inocente e até libertadora. Mas só o é à superfície.

Trata-se, na verdade de uma forma de controlo social, para a manutenção do *status quo* e das relações de poder extremamente desiguais, que caracterizam as empresas e as organizações. É uma estratégia altamente conservadora e contrarrevolucionária, na medida em que reformula os problemas estruturais, como se de problemas psicológicos se tratassem e diz ao indivíduo que tem de se adaptar aos problemas políticos, sociais e económicos, abafando a importância da ação coletiva, na reivindicação de mudanças estruturais nas condições de trabalho a que a pessoa está sujeita. O mindfulness tornou-se igualmente um problema político, porque individualiza as questões sociais, privatiza a luta pelo bem-estar, sugerindo que a mudança tem de ser feita dentro da cabeça da própria pessoa. Os jovens são persuadidos de que o stress que sentem se deve à sua incapacidade de ser *mindful*, à sua incapacidade de controlar as suas emoções, culpabilizando-os por não terem capacidade de ser *mindful*. Desta forma, as empresas descartam as

[53] A *Adecco Training* informa que a partir dos resultados dos inúmeros cursos de formação em *mindfulness*, que ministrou nos últimos anos, aponta como principais benefícios para as empresas os seguintes: Facilita a recuperação do stress e reduz os tempos de recuperação após um período de stress; Facilita o trabalho; torna as pessoas menos críticas; Diminui as baixas por incapacidade temporária: não apenas aquelas relacionadas ao stress, mas também às causadas por resfriados e infeções respiratórias; Ajuda a controlar as emoções de forma mais eficaz. Aumenta a eficiência, tornando o trabalhador mais produtivo e eficaz no trabalho. E conclui, que o *mindfulness* ajuda os trabalhadores a serem mais calmos, mais focados, com maior controlo das suas emoções e mais produtivas e felizes no seu trabalho (consultar em: https://www.adecco.pt/todas-as-noticias/adecco-training-revela-pratica-de-mindfulness-aumenta-20-a-produtividade/).

responsabilidades do impacto das condições de trabalho adversas, remetendo-as para o campo dos problemas mentais.

Este movimento generalizado de positividade, que apresenta o *mindfulness* como a solução para o bem-estar, deve integrar também o seu efeito entorpecedor das consciências, que bloqueia a crítica e a verdadeira mudança nas organizações. Temos boas razões para pensar que, se continuarmos a insistir, sem questionamento, na ideia de saúde mental como equivalente à *adaptação* aos contextos socioeconómicos, não estamos senão a criar instrumentos que legitimam e perpetuam as estruturas de dominação socioeconómicas, que são, na realidade, elas mesmas produtoras de desequilíbrio mental.

É preciso repetir muitas vezes: a saúde mental não reflete a *adaptação* do indivíduo à sociedade. Reflete a capacidade da sociedade promover o desenvolvimento da pessoa, quer dizer, reflete a adaptação da sociedade às necessidades básicas dos indivíduos, que são essenciais à sua saúde mental e que o indivíduo não consegue realizar por si mesmo, de forma isolada. Quer dizer, a sua capacidade para criar, amar e desenvolver um sentido de identidade coeso, a sua capacidade de se sentir *agente* das suas próprias capacidades e desenvolver a sua razão prática.
A promoção do trabalho *significativo* é a via que melhor promove e protege a sanidade mental dos jovens.

7. Da fragilidade ao medo da liberdade

Este último tema que apresentamos a discussão é, de alguma forma, agregador do conjunto dos seis temas que discutimos anteriormente. Para fechar esta discussão, vamos procurar compreender como é que se pode passar da fragilidade ou da impossibilidade de realização da liberdade, ao medo e à fuga da liberdade.

Vimos, ao longo deste trabalho que a incapacidade crónica da realização da identidade e da autonomia dos jovens, conduz a processos de adaptação de preferências à adversidade socioeconómica. Analisámos que a realização de um trabalho, que para o jovem é *significativo*, é o meio para que possa ter uma vida autodeterminada. Quer dizer, é o meio para a realização da sua identidade, da sua inclusão social, do desenvolvimento das suas competência e da razão prática e como meio de preservar a sua saúde e equilíbrio mental, como discutimos no tema anterior, a adaptação de preferências no desemprego prolongado amplia fragilidades e dependências e bloqueia o desenvolvimento humano e o exercício da liberdade, orienta o jovem para a desvalorização da educação e para a descrença e evitamento da participação nas instituições democráticas.

A adaptação de preferências tem custos pessoais e sociais muito grandes. Quando a exclusão é prolongada, o jovem sujeita-se à adversidade e à exclusão. A submissão a autoritarismos surge então como uma *segunda via* para o reconhecimento do seu valor e para a validação da sua identidade pessoal. Quer dizer, a identidade, não tendo sido gerada de forma natural, surgirá como formas (desintegradas) de valorização pessoal e social da sua individualidade. A sujeição do jovem a autoritarismos será um novo processo de adaptação de preferências, em tudo idêntico ao que temos analisado até aqui.

O fardo da liberdade

Erich Fromm em *Fear from freedom* (1962) ensina-nos que a liberdade tem um *duplo sentido* para o homem moderno: ele se emancipou das autoridades tradicionais e se tornou num indivíduo. Mas, simultaneamente, ficou isolado, impotente e convertido num instrumento para fins estranhos a si mesmo, alienado de si e dos outros. Este estado de desamparo mina o seu *Eu*, enfraquece-o, amedronta-o e torna-o disposto a submeter-se a novos tipos de escravidão.

Para suportar o peso da individualidade ou *o fardo da liberdade*, a pessoa deverá ter a oportunidade de desenvolver a sua razão, a sua capacidade de amar e criar vínculos seguros com os outros e desenvolver a sua capacidade de criar aquilo que valoriza. Se a pessoa não teve essa oportunidade, irá procurar compensar essas necessidades com vínculos artificiais, que lhe proporcionem uma *sensação* de vínculo ou pertença. Só uma personalidade plenamente desenvolvida é capaz de fazer um uso frutífero da liberdade. Ora, a realização da identidade não se alcança apenas em pensamento ou em imaginação. Ela *realiza-se* através da personalidade total da pessoa, pela expressão *ativa* das suas potencialidades, intelectuais e emocionais[54]. Quer dizer, estas potencialidades só se tornam reais na medida em que se manifestam na relação com o mundo e com o *Outro*. Por outras palavras, a liberdade positiva consiste na atividade espontânea da personalidade integrada na sua totalidade. A liberdade negativa torna um ser solitário, cuja relação com o mundo é distante e desconfiada, porque a pessoa se perceciona em ameaçada permanente. A atividade espontânea é o único meio pelo qual a pessoa pode vencer o medo da sua solidão, sem sacrificar a integridade do *Eu*, unindo-se de novo ao mundo, à sua natureza e a si mesmo (Fromm, 1962).

O trabalho *significativo* é, como vimos, a dimensão principal dessa espontaneidade. É através dele que a pessoa consolida a sua identidade, uma identidade, que será tanto mais forte quanto a pessoa for ativa. A incapacidade de agir é a origem do sentimento de inferioridade. Todos nós já experimentámos, de alguma forma, esse sentimento: sentir que não somos nós mesmos embaraça-nos. Sentir e dizer o que é de nós mesmos, quando

[54] Ver Capítulo 1, seção 3: Vulnerabilidades psicológicas na formação da identidade e o papel do trabalho significativo na construção da identidade.

realizamos a nossa identidade, deixa-nos mais fortes e enche-nos de alegria. O que importa é que haja atividade significativa, trabalho *significativo*.

Parece-me evidente que a razão maior do sofrimento humano, que se identifica nos jovens desempregados de longa duração, não está tanto na pobreza que resulta da situação de desemprego, uma pobreza que de facto existe e é severa[55], mas da sua consequência: a sua clara perceção de que, no auge da sua força, no ponto crítico do ciclo da vida, onde tudo se decide, ele tem consciência que não passa de um dente na engrenagem de uma vasta máquina, percebe que não é mais do que um autómato, com uma vida vazia de significado. É este sentimento de desamparo que o torna num ser humano extremamente vulnerável.

A personalidade autoritária ou o *bacilo da peste*

Eminentes pensadores, filósofos, psicólogos e sociólogos, que estudaram o fenómeno psicológico e social do autoritarismo, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, como Hannah Arendt, Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse ou Max Horkheimer, deixaram-nos um legado valioso de conhecimento sobre como a condição humana se relaciona com o desenvolvimento técnico do capitalismo. São mensagens dirigidas ao futuro, que devem ser constantemente lembradas. O fenómeno psicológico e socioeconómico do autoritarismo é um tema que permanece e permanecerá atual, porque a personalidade autoritária emergirá sempre que encontra condições socioeconómicas favoráveis[56].

Em *The authoritarian personality*, Adorno *et al* (1950) verificaram que a característica mais expressiva das pessoas autoritárias é a *autoexaltação*. Esta autoexaltação é assente numa completa intolerância à ambiguidade e à ambivalência. A personalidade autoritária é marcada pelo convencionalismo, uma rígida adesão às regras convencionais, que não é feita através de uma escolha espontânea, mas a partir de pressões sociais externas, pela submissão acrítica à autoridade, pela agressividade autoritária, que se manifesta numa atitude controladora e condenatória a quem viola as normas convencionais, pela destruição e cinismo, caracterizado por um desprezo por tudo o que é humano, pela

[55] Ver tema nº 3 que se apresenta nesta discussão, seção: A necessidade de medidas de proteção social complementares de combate à pobreza na juventude

[56] Albert Camus irá comparar o eterno retorno do totalitarismo ao bacilo da peste, projetando-o no raciocínio de Rieux, o personagem principal, um médico que reflete sobre o combate que acabou de vencer, enquanto assiste, exausto, à comemoração da multidão eufórica:
"(...) Rieux lembrava-se de que esta alegria estava sempre ameaçada. Porque ele sabia o que esta multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nas caves, nas malas, nos lenços e na papelada. E sabia também que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz." (*In* A peste; Albert Camus; p.278. Editora Livros do Brasil).

estereotipia e superstição, que se manifesta numa propensão para raciocinar conforme esquemas pré-elaborados e categorias rígidas, por uma fuga à responsabilidade não amadurecida e uma tendência para iludir a complexidade dos problemas. Esta recusa da complexidade dos problemas leva a pessoa a aderir e disseminar reduções simplistas da realidade, por exemplo, o uso e adesão a slogans simplistas, como por exemplo *America great again*. A personalidade autoritária opõe-se a tudo o que é subjetivo, imaginativo e delicado, tem medo da introspeção, um medo que é essencialmente motivado pela falta de solidez interna e pela falta de um quadro de referência.

Porque será que a pessoa autoritária não tolera a ambivalência? Os dados exprimem que, mais do que outro valor, a pessoa autoritária procura a *honorabilidade social*. Para isso, a pessoa emprega toda a sua energia para alcançar um *status* que lhe dê sentido de segurança e poder. Quer dizer, esta norma, não tendo sido gerada por si mesma, ao longo do processo de socialização, vai ser gerada agora de maneira desintegrada da pessoa. Por isso, a personalidade autoritária é, pela sua própria natureza, uma construção extremamente frágil e forçada do sentido da criação de valor pessoal, que não se pode defender senão através da intransigência e da recusa de toda a ambivalência, quer das suas próprias atitudes, quer das atitudes alheias, dos outros seus semelhantes. Esta atitude irá manifestar-se na recusa em aceitar a diferença no Outro e num absoluto desprezo pelo cuidado em relação ao *Outro*[57].

Não é forçado admitirmos que existe uma clara relação entre a *insolvência identitária* do jovem, pela via da impossibilidade de realização da identidade através de um trabalho *significativo* e o surgimento de uma personalidade autoritária, um trabalho empírico que ainda está por fazer. O autoritarismo resultaria de uma incapacidade crónica da pessoa criar e realizar a sua identidade, validada e reconhecida socialmente. Não é por acaso que os movimentos extremistas e autoritários têm no seu centro *slogans* identitários; a sobrevalorização da identidade nacional, apelos à soberania; *America first* ou *Portugal é dos portugueses* e, naturalmente, a outra face: a exclusão do *Outro*, visível no aumento das tensões raciais, das tensões de género, na intolerância para com *o Outro* e uma recusa generalizada da diferença.

É portanto um fenómeno coerente com a condição humana da exclusão e da incapacidade de realização de uma identidade coesa, através da ação. Não se deve esperar o seu contrário. O ser humano é engenhoso nas formas de se adaptar à sua circunstância, de adaptar as suas preferências, de se sentir valorizado, estimado e reconhecido socialmente. O autoritarismo é uma via de resolução da vida em perpétua moratória identitária, uma via eticamente reprovável e manifestamente contrária aos valores democráticos, mas na inexistência de outra alternativa, é atraente e uma *segunda via eficaz*, para que o jovem possa realizar, enfim, a sua identidade.

[57] A personalidade autoritária consideraria a ideia da *ética do cuidado*, que se apresenta como condição de mudança das desigualdades de género (tema 2 desta discussão) um absoluto disparate. Aliás, considera que não existem sequer desigualdades de género, chega a ideia de igualdade.

Nas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, que acompanhámos para a realização deste trabalho, é visível esta procura de *honorabilidade social*, por exemplo na narrativa de vida do André (Narrativa nº 4). Esta *simpatia* pelo autoritarismo emerge, essencialmente, quando o jovem, apesar de todos os seus esforços, não tem meios para realizar a sua identidade, quando toma consciência que, eventualmente, nunca poderá vir a realizar aquilo que valoriza e para o qual se tem esforçado, sem sucesso. Esta consciência da sua limitação, do seu *não poder* leva-o a adotar um discurso intolerante, cínico e austero para com o *Outro*. A política passa a ser vista como uma oportunidade para se fazer as coisas de maneira radicalmente diferente, com um sentimento de urgência.

A estrutura socioeconómica

O bacilo da peste toma o corpo humano como hospedeiro. É uma força que vem de fora, que se instala no organismo, enfraquecendo-o, podendo levá-lo à autodestruição.

Não nos queremos deter na interpretação psicológica dos aspetos sociais e políticos do autoritarismo. A agitação totalitária tem uma estrutura objetiva e desmontável, que encontra sucesso principalmente nos fundamentos socioeconómicos. Theodor Adorno (1967, 2020), em *Aspetos do novo radicalismo de direita*, esclarece que os radicalismos de direita não constituem um problema psicológico ou ideológico, mas um problema muitíssimo real e político. Considerava os movimentos de extrema direita como "cicatrizes da democracia", que continua a não corresponder ao seu próprio conceito. O crescimento de sistemas antidemocráticos constituem uma tentativa de autoafirmação, dentro de uma integração. Adorno dava imenso valor e importância aos sentimentos.

A questão central para a formação de ressentimentos continua a ser a perceção de falta de controlo, que a pessoa tem sobre a sua própria vida. A maioria dos jovens não exerce qualquer controlo sobre a maquinaria económica e tem pouca possibilidade de criar uma iniciativa legítima, com sucesso. Por isso, faz todo o sentido quando Martha Nussbaum integra o trabalho na dimensão "Ter *controlo* sobre o ambiente material em que se vive[58]" (2011). Uma grande parcela dos jovens portugueses não tem oportunidades de usar a força criadora do seu trabalho. Quer dizer, não têm acesso a trabalho *significativo*. Um problema importante com que nos defrontamos no trabalho é, de facto, o problema da iniciativa individual. Só um número muito escasso de jovens tem condições para exercer uma iniciativa individual. A iniciativa individual é muito importante para a realização da personalidade livre e deve ser valorizada. Contudo, ela só é viável se se cumprir um conjunto de condições favoráveis[59]. Para que funcione, a economia deve servir o indivíduo e não o seu contrário.

[58] Ver tema 1 apresentado nesta discussão; seção: O trabalho na lista de capabilidades de Nussbaum.
[59] Ver Capítulo 2, seção 3: A individualização de riscos sistémicos, onde analisamos a ideia de *empreendedorismo* e as condições para o seu sucesso, a partir do contexto português. Ver também o tema 3 desta discussão: A ineficiência das

Theodor Adorno (1967) havia analisado que o desemprego tecnológico (a automação, nas suas palavras) impossibilita a venda da força de trabalho para grande parte da população. Essa impossibilidade gera uma sensação de catástrofe social, nas suas palavras, como distorção da teoria marxista de colapso. Este sentimento social generalizado transforma algo de forma radical no indivíduo, fazendo-os desejar um estado de emergência. No lugar de procurar a mudança e aceitá-la, os sujeitos refugiam-se numa retórica atraente do fim dos tempos. O cenário que assistimos agora, cinquenta anos após, não é diferente, nem na forma nem no conteúdo da análise de Adorno. O que aconteceu é que a digitalização reforçou ainda mais a automatização e desloca o trabalho humano para áreas precárias, gerando descontentamentos generalizados. É necessário voltarmos às questões simples: alguém, na realidade, está incomodado com os jovens excedentários, que são na sua maioria trabalhadores precários, alguém se preocupa com a sua necessidade real de existirem, com a sua necessidade de viverem, de pensarem ou de quererem alguma coisa para a sua vida?

Volker Weiss, no posfácio deste texto de Adorno (2020) tem razão quando afirma que a discussão que assistimos sobre a revolta autoritária, sobre os novos autoritarismos não leva em linha de conta este sentimento de exclusão social e económica. A revolta autoritária não é apenas determinada pelo racismo. Parece evidente que o racismo é consequência direta deste sentimento de dispensabilidade, do medo de ser mais um elemento dispensado. Esse ressentimento é igualmente projetado para as fações políticas defensoras das minorias, num anti-intelectualismo que não disfarça o que sente. Quando as pessoas são confrontadas com a perda de estatuto e a impossibilidade de criarem a sua identidade, regressa aquilo que já julgávamos superado. A homofobia, a misoginia e os fundamentalismos religiosos em tempos de igualdade e de direitos formais indicam-nos como pode ser enganador o sentimento de segurança pelos ganhos civilizacionais que alcançámos, diz Weiss. Indicam-nos também, e principalmente, que a democracia é um sistema frágil, que se fortalece quando também se fortalece a liberdade *objetiva* do indivíduo e o seu poder de participação e integração social e económica.

O padrão continua (e eventualmente continuará) a ser exatamente o mesmo, tanto no passado como no presente: a experiência de substituibilidade, enquanto força de trabalho, vai se transformando num fantasma nacional, na ideia que se está a ser substituído por grupos étnicos. Este é essencialmente o cerne da propaganda da extrema direita. Neste clima de medo, deixa-se de considerar o lider autoritário como uma ameaça e passa-se a desejá-lo como ideia de força e proteção em relação à ameaça percebida ou imaginada. A experiência da substituibilidade não deseja ouvir um discurso de aceitação da diferença, não quer discutir a ética do cuidado, nem a proclamação dos valores democráticos. A experiência da substituibilidade deseja experimentar a autoridade de forma simples, direta e objetiva. Estes movimentos populistas de extrema direita não se apresentam como

políticas ativas de emprego no desemprego jovem prolongado; O *efeito Mateus* e A *Garantia Jovem* como um espaço de oportunidades *restrito* para o exercício da liberdade.

abertamente anti-democráticos. Eles apresentam-se como a verdadeira democracia, como conhecedores dos sentimentos do povo, como a própria vontade do povo.

Os autoritarismos não se combatem com o apelo à razão. Apelar à razão quando a pessoa se sente ameaçada e substituível é inútil e uma atitude condenada totalmente ao fracasso[60]. Os totalitarismos sempre dominaram a propaganda com extrema eficácia. A propaganda estimula a *personalidade autoritária*, dá-lhe razão de ser e objetifica a sua revolta. A propaganda autoritária, através de uma lógica retorcida de simplificação da realidade, fortalece a personalidade autoritária. Os autoritarismos, que Adorno sintetizou como uma "constelação de meios racionais e objetivos irracionais" a perfeição de meios com uma falta de clareza nos objetivos, manifesta-se no presente com ainda maior evidência e com mais eficácia relativamente ao passado. Manifesta-se em particular, no uso das redes sociais na política. Estamos de acordo com Weiss (2020) quando afirma que sem a reflexão sobre os mecanismos de informação e de cultura, que são produzidos em massa, a resistência à propaganda não passa de um empreendimento impossível, na medida em que a política, com o auxílio da comunicação social já se deslocou para o domínio do espetáculo e o entretenimento.

Autoritarismos em rede

A imersão no fluxo de informação, em que todos nós vivemos, pode não representar mais clareza, esclarecimento e consciência dos problemas sociais.
A disponibilidade generalizada e abundante de informação reduz o tempo necessário para o processamento de informação. Cada um de nós já se apercebeu disso. A gestão do fluxo de informação obriga a uma rápida classificação dos factos como sendo bons e maus, agradáveis e desagradáveis. Este fenómeno contribui para a polarização das opiniões sobre os assuntos, tanto sociais como políticos. Isto pode ser um problema, porque as pessoas tendem a resistir à mudança de opinião, ainda que se lhes seja apresentada provas em contrário. Kaplan, Gimbel & Harris (2016) verificaram precisamente isso. A resistência à mudança estará associada à relação conflituosa entre a razão e a emotividade. Estará relacionada, por exemplo, com a ativação de sistemas responsáveis pela zanga e fúria. Somos, de facto, reativos a informação contraditória, não temos uma tendência natural para aceitarmos opiniões contrárias às nossas, de ouvidos abertos.

Relacione-se esta tendência para a resistência à mudança com a natural tendência dos jovens para a ideia de justiça, naturalmente polarizada, que só se irá desenvolver se o jovem tiver oportunidades sociais para o fazer. Ora, a imersão num fluxo de informação incessante é o pior dos cenários para o desenvolvimento e a consolidação da ideia de justiça. O desenvolvimento da ética necessita, necessariamente do contraditório, que

[60] No tema 4 desta discussão: Quando a racionalidade da economia e da vida não coincidem, procurámos esclarecer que a ideia de racionalidade não deve ser entendida de forma dissociada do corpo que sente em *Existo, logo penso*.

promova a dissonância cognitiva, necessita de espaços e oportunidades de reflexão, ponderação, tempo, sem as quais não é possível haver despolarização. O fluxo de informação incessante, característico das comunidades digitais, mais do que impossibilitam a despolarização, elas solidificam a polarização.

Estes são motivos por que o autoritarismo alcança tanto sucesso na rede web. A personalidade autoritária, como analisámos atrás é, ela própria, contrária à política porque recusa o raciocínio complexo. Estas são característica marcantes dos líderes políticos autoritários atuais. É também o motivo por que o autoritarismo político privilegia e acicata a comunicação e a militância na rede, porque é imediata, emotiva e *necessariamente* parcial.

A velocidade das comunicações, que acelera os ritmos de vida gera impaciências e contribui para o declínio da civilidade. Os extraordinários avanços científicos e as formas de comunicação na rede não apagaram, nem poderão apagar, a natureza do ser humano.

Os espaços de sociabilidades tendem a transferir-se para o espaço digitais, mas continuamos a ser indivíduos profundamente analógicos. António Damásio, em *A estranha ordem das coisas* (2017) ensina-nos, que a diversidade que nos enriquece contém igualmente a semente do conflito que aprofunda divisões e alimenta hostilidades. Na ausência de esforços deliberados de civilização, os grupos de indivíduos, independentemente das suas identidades culturais, das suas características psicológicas, físicas e sociopolíticas, servindo-se dos meios de que dispõem, irão digladiar-se para obterem o que querem ou o que precisam. Quer dizer, os indivíduos irão comportar-se de acordo com a sua composição biológica. Precisamente por isso, não nos deve surpreender que num contexto ou numa entidade em que as fronteiras são difusas, como o são as redes web, a polarização, a animosidade e o conflito ganhem, ainda mais expressão.

A identidade como *avatar*

Os últimos escritos que se conhecem do filósofo Zigmunt Bauman é uma troca de e-mails com Thomas Leoncini, um jovem jornalista e investigador italiano, com quem debateu precisamente o papel da comunidade web e como pode ela ajudar os jovens a criar a sua identidade (Bauman & Leoncini, 2018). É inspirada nesta conversa informal, que ficou por concluir, que terminamos esta discussão, deixando, também nós, este tema em aberto, como tem, necessariamente, de ficar.

O uso transversal de sistemas digitais a todo o espectro sociocultural é um dos fatores que distingue a *Geração Milénio* das anteriores, e talvez a sua principal característica identitária, daquilo a que se tem chamado de cultura *Millennial*[61]. Tudo o que está na *web* tem um traço distintivo *universal*, que é a redução da esfera pública em benefício da esfera privada e esta é também uma das suas fraquezas, porque essa individualização da rede retira importância e poder político dos cidadãos. Aquilo que se chama de *comunidade*

[61] Ver Capítulo 2, seções: Efeitos de mudança geracional: a *Geração Milénio* e Sociabilidades hiperconetadas.

web é, na verdade, um somatório infindável de visões pessoais e individuais, que se vão somar a outras tantas visões individuais, onde o privado é levado para o público. As redes sociais fazem crer que, cada um, por meio de comentários e de *likes*, pode ajudar a criar e difundir uma democracia universal ou um habitat político democrático. Mas, a forma como se organiza a esfera pessoal nesta comunidade, a sua relação de abertura ou fechamento em relação ao *Outro* é mais próxima do totalitarismo do que de uma democracia. A rede web aumenta a quantidade da comunicação e integração humanas, mas não necessariamente através da compreensão, da cooperação e da solidariedade recíprocas. A *web* facilita igualmente práticas de isolamento, separação, exclusão e conflituosidade.

O que é realmente a *comunidade web* e o que é que ela pode representar para a construção da identidade dos jovens utilizadores? De uma forma simplificada, diríamos, Bauman diria, que os jovens vivem em dois mundos; o mundo *offline* que é o mundo real e o mundo *online*. Estas duas entidades são completamente distintas; cada uma delas com códigos comportamentais, léxicos, formas de convivência e interações completamente distintos. A tarefa de conciliar estes dois mundos faz parte das competências mais elementares e mais básicas no nosso tempo. No mundo *online*, por oposição ao mundo *offline*, os jovens têm o controlo do seu poder de criação. Ali, cada um é capaz de idealizar o seu perfil e pô-lo em ação, planear conteúdos, eliminar fragmentos indesejados ou incómodos, monitorizar resultados e descartar o que não satisfaz os padrões pessoais. A aprovação social é imediata e passível de ser contabilizada, por exemplo, pela quantidade de *likes* que cada um recebe. A aprovação pode sempre ser monitorizada e controlada pelo próprio. E é sempre possível cada um alterar a sua criação e acima de tudo (e mais confortável ainda) existe sempre a possibilidade de se afastar ou eliminar aquele que não nos aprova. Tudo está à distância de um *clique*. Cada um pode construir a sua comunidade ideal. As pesquisas sociológicas têm mostrado que a maior parte dos utilizadores da *web* utiliza esta rede, não pela oportunidade de acesso, mas sim pela possibilidade de saída (*exit*). Isto sugere-nos que a comunidade *web* é mais usada para criar uma zona de conforto privada, longe da confusão e do mundo *offline*, este caótico, desordenado e incontrolável e dos desafios que este lança ao intelecto e à tranquilidade de espírito.

Ao criar-se uma comunidade idealizada, que partilha as mesmas opiniões e escolhas que nós, cada um se protege da necessidade de dialogar com pessoas que têm opiniões diferentes, algumas difíceis de compreender e de aceitar. Assim está-se protegido da necessidade de envolvimento num debate, se se corre o risco dele sair derrotado. Existe sempre a possibilidade de escolher os temas e a audiência, perante a qual tenho mais possibilidades de fazer valer as minhas opiniões. Ao se ter a possibilidade de eliminar, apagar ou impedir o acesso a visitas indesejadas à minha comunidade, a *web* permite um isolamento perfeito, completamente inconcebível e intolerável no mundo *offline*.

O avanço das redes de comunicação constitui um passo extraordinariamente valioso para o ser humano, porque tornou as fronteiras voláteis e aproximou-nos. Isso é, naturalmente, uma coisa boa. Trouxe-nos possibilidades de saber e visualizar o que se passa no mundo

em tempo real, de se estar no meio das notícias. Contudo, apesar de muito informados, ou do acesso generalizado à informação (que não significa a mesma coisa), podemos estar mais distanciados do que acontece no mundo. A imersão num fluxo infindável de informação, apelativa mas superficial, afasta-nos da realidade, porque oculta-nos as causas, os contextos e os desenvolvimentos do que assistimos. Passamos a espetadores da história e a realidade passa a ficção. A torrente infindável de informação, que desliza em ecrãs, na ponta dos nossos dedos, diante dos nossos olhos, transforma-se em ficção em frações de segundos. Sentimo-nos atónitos, passivos, perante as mudanças do mundo. Esta recetividade passiva e atonia psicológica e moral é francamente agradável. Todos nós experimentamos isso. Contudo, ficcionar a realidade, isenta a pessoa de responsabilidade cívica, faz-nos parecer que a mudança está fora do nosso alcance, faz-nos sentir resignados. Essa resignação é potencialmente perigosa. Nas palavras de Vargas Lhosa (1996) "podemos deslizar até a um mundo sem cidadãos, um mundo de *espetadores* que, muito embora tenha as formas democráticas, acabará por ser aquela sociedade de homens e mulheres resignados, que todas as ditaduras aspiram implementar" [62]. É que a liberdade é um bem precioso, mas muito frágil. A liberdade não é uma dádiva, é uma escolha, uma convicção e uma prática. É preciso assumi-la, exercita-la e defendê-la.

Esse é o *fardo da liberdade*, nas palavras de Fromm (1962). É também a consciência que temos de desligar a rede (com mais frequência, talvez) e interagir com o *Outro*, que é real e que é diferente de nós. É deixarmos de ser menos vezes espetadores do mundo, para passarmos a ser mais vezes atores do mundo. É através da tomada de consciência da fragilidade da liberdade e da nossa necessidade de *ação*, criando-se condições para o fazermos, que perderemos o medo dela. Estou certa que os jovens compreendem essa necessidade e aceitam *o fardo da liberdade*, mas não estou tão certa de que os adultos, estejam dispostos a carregá-lo por eles.

[62] Excerto do discurso *Dinossauros em tempos difíceis* proferido na Frankfurter Paulskirche, em Outubro de 1996, ao receber o Prémio da Paz dos editores e livreiros alemães (Vargas Lhosa, 2012).

Capítulo 6
Conclusões

Conclusões

A nossa tese esclarece que o desemprego prolongado, para este segmento da população, deve ser analisado com cautela, integrando o seu vasto impacto no Desenvolvimento Humano e a forma como gera consequências sociais e económicas. Neste trabalho demos a conhecer como funciona o comportamento psicossocial dos jovens, quais as necessidades básicas ao seu desenvolvimento como seres humanos, como é que esse desenvolvimento interage com as suas circunstâncias socioeconómicas, que papel tem o trabalho no desenvolvimento dos jovens e o que acontece quando os jovens são privados do acesso ao trabalho *significativo*.

Chegados aqui, estamos em condições de compreender por que é que o combate ao problema de desemprego jovem de longa duração não é eficaz através da implementação de mecanismos para a sua integração no mercado de trabalho. As medidas ativas de emprego, como a *Garantia Jovem*, não são medidas apropriadas para este segmento de jovens desempregados, essencialmente porque ignoram processos de *adaptação de preferências* às condições socioeconómicas adversas. Por essa razão, elas não só não conseguem integrar os jovens socialmente mais excluídos, que são os mais desfavorecidos, como vão reforçar ainda mais a sua situação de exclusão socioeconómica. Elas só terão probabilidade de sucesso apenas para os jovens desempregados mais favorecidos, que são *os mais ativáveis*, quer dizer, os que têm mais educação, mais saúde física e mental ou os que não têm o cuidado de pessoas dependentes a seu cargo, que são, de facto, uma minoria dos jovens portugueses em situação de desemprego de longa duração.

O desemprego jovem prolongado deverá ser encarado como aquilo que é: um problema de *Desenvolvimento Humano*. Para o combater, teremos ser mais eficazes em duas frentes: 1. no combate à pobreza na infância e na juventude e 2. estabelecermos um compromisso social para o acesso dos jovens ao trabalho *significativo*. Estas são as duas dimensões que forçam os jovens a adaptar as suas preferências e bloqueiam o seu desenvolvimento como seres humanos. No capítulo anterior, discutimos aprofundadamente esta necessidade absoluta de se promover a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*, como condição do seu desenvolvimento e da realização da sua liberdade, como seres humanos dignos de valor. Neste curto capítulo, com que fechamos a nossa tese, sintetizamos as principais conclusões deste estudo, identificando-se alguns segmentos, que deverão ser mais aprofundados em investigações futuras, no domínio da juventude.

1. O desemprego jovem prolongado é incompatível com a dignidade humana e com o exercício da liberdade

Neste trabalho analisámos que o desemprego prolongado na juventude é, inequivocamente, um problema de Desenvolvimento Humano. Nesta fase do ciclo da vida, uma situação de desemprego prolongado bloqueia a realização da identidade e da autonomia, compromete a realização de vínculos e a inclusão social, impossibilita a realização da competência e da criatividade e compromete a saúde mental dos jovens. Por outras palavras, o desemprego prolongado na juventude impossibilita o comportamento autodeterminado e a *realização* da liberdade.

A adaptação à adversidade bloqueia o desenvolvimento humano

A capacidade de adaptação é uma das grandes capacidades do ser humano, para que possa perseverar e sobreviver em condições de grande adversidade. Contudo, nem sempre esta adaptação conduz ao desenvolvimento das capacidades humanas, para que a pessoa possa ter uma vida digna. Isto é particularmente evidente quando a adaptação conduz à sujeição, à adversidade, à submissão a autoritarismos e à incapacidade do exercício da liberdade. Estas *preferências adaptativas*, como se chamam na abordagem das capabilidades, são muito problemáticas e são um dos principais fundamentos teóricos para a defesa da ideia de *capabilidade*. É um dos motivos chave por que Amartya Sen rejeita as abordagens *mainstream* do bem-estar, que se fundamentam exclusivamente nas preferências utilitárias para o desenvolvimento de princípios de ação política, porque estas abordagens são incapazes de escrutinar se as preferências resultaram do *habitus*, medo, baixas expectativas e condições sociais injustas, que deformam as escolhas das pessoas ou os seus desejos, em empreender as suas vidas.

Podemos então definir a adaptação de preferências como um processo de ajustamento psicológico às condições socioeconómicas objetivas adversas. Não se trata apenas de um processo psicológico. Este processo de adaptação psicológica é impulsionado pelos contextos económicos *objetivos*. A pessoa reage à modificação das condições externas objetivas, modificando-se a si mesma. As forças económicas são condições *objetivas* para este ajustamento nas escolhas e nas preferências.

A nossa tese analisa em detalhe este problema da *adaptação de preferências* na situação de desemprego jovem de longa duração, analisa qual a sua génese e quais as consequências psicossociais e políticas deste processo de adaptação à exclusão socioeconómica. Verificámos, que quando a exclusão económica é severa e prolongada, os jovens são forçados a baixar as suas expectativas de vida, ajustando-as à adversidade do seu contexto socioeconómico. Vimos que o desempenho escolar e o mérito académico,

por si só, não são suficientes para bloquear este processo de adaptação à adversidade, particularmente para as jovens raparigas. Isto quer dizer, que se quisermos contrariar a adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado, devemos alterar os *contextos objetivos*, que forçam à adaptação. Não é possível combater os processos de adaptação de preferências com apelos à força de vontade individual, mas sim através da criação de condições socioeconómicas favoráveis ao desenvolvimento humano dos jovens.

A nossa análise informa-nos que estas condições favoráveis devem incidir no desenvolvimento de *três necessidades básicas*, que quando não são satisfeitas, bloqueiam o processo de adaptação de preferências: a necessidade básica de *autonomia*, a necessidade básica de *vínculo* ou inclusão social e a necessidade básica da realização da *competência*. O prolongamento do desemprego na juventude impossibilita a realização destas três necessidades básicas, que são dimensões do comportamento autodeterminado e inviabiliza o exercício da liberdade, com consequências sociais e políticas muito evidentes:

Consequência 1: Desinvestimento na Educação

A adaptação de preferências ou a sujeição à exclusão socioeconómica no desemprego prolongado é uma forma muito poderosa e particularmente eficaz de desinvestimento na educação. O prolongamento do desemprego e a impossibilidade de realização da liberdade levam o jovem a resignar-se à sua condição e à sua posição social de desvantagem, convencendo-se a si próprio, que o investimento na educação e na formação é uma perda de tempo, porque não o conduzirá a uma vida melhor. Este é um problema que não deve ser ignorado no contexto português, porque, como se verificou neste trabalho, a maior parte dos jovens desempregados portugueses, não só, mas inclusivamente os jovens que estão de fora dos sistemas educativos e formativos e do mercado de trabalho (os jovens NEET) têm qualificações muito baixas: acima de 70% dos jovens NEET têm formação inferior ou igual ao ensino secundário. Além disso, um nível de educação elevado funciona como uma força de bloqueio para a adaptação de preferências.

Consequência 2: Sujeição a autoritarismos

Uma das consequências sociais e políticas mais problemáticas da adaptação de preferências no desemprego jovem prolongado é a sujeição do jovem a autoritarismos e à violência. A incapacidade crónica de realizar a sua identidade e a sua autonomia e de exercer ativamente a sua liberdade, conduz o jovem a sujeita-se à autoridade e à violência. Na prática, o jovem desiste de lutar pela sua individualidade, porque o peso da

individualidade pressupõe estar sempre em tensão com a adversidade dos contextos socioeconómicos. A sujeição a autoritarismos irá tomar várias configurações. O jovem poderá adotar traços de uma *personalidade autoritária*, como uma *segunda via* para o reconhecimento do seu valor e para a validação da sua identidade pessoal. Quer dizer, a identidade, não tendo sido gerada de forma natural, pela via da realização de um trabalho *significativo*, surgirá agora como formas (desintegradas) de valorização pessoal e social da sua individualidade. Trata-se de uma construção extremamente frágil e forçada da criação de valor pessoal, que não se pode defender senão através da intransigência e da recusa da ambivalência e da diferença em relação ao *Outro* e no desprezo por tudo o que é complexo, frágil e humano. Esta sujeição a autoritarismos poderá se expressar, não só numa maior agressividade e intolerância em relação ao *Outro*, como também na sujeição e na aceitação da violência, como por exemplo, a violência doméstica. Este fenómeno de sujeição à violência e de simpatia pelo discurso autoritário é visível nas narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração, em particular naqueles que não dispõem de uma estrutura *funcional* de suporte, familiar e social e estão socialmente excluídos.

É muito importante conhecermos melhor esta relação entre o desemprego prolongado na juventude e as poucas oportunidades de trabalho *significativo*, que bloqueia a realização da identidade e da autonomia e sujeita os jovens a autoritarismos e à violência. Creio que ela nos ajudará a compreender o aumento dos autoritarismos de direita, que temos vindo a assistir, em particular no espaço europeu. Como discutimos neste trabalho, os autoritarismos não são fenómenos psicológicos ou ideológicos. A agitação totalitária tem fundamentos socioeconómicos *objetivos* muito claros e não se combatem com apelos à razão. São, nas palavras de Adorno, *cicatrizes da democracia*, que continuam a não corresponder ao seu conceito. Pode ser um erro considerar-se que a revolta autoritária é motivada apenas pelo racismo. O racismo existe, mas ele é também uma expressão deste sentimento de exclusão socioeconómica, do sentimento de dispensabilidade. Ele é a consequência e não a causa da agitação autoritária. A experiência de dispensabilidade e o medo da exclusão, o medo de estar entregue a si próprio, não deseja ouvir o discurso da aceitação da diferença, nem deseja ouvir a proclamação dos valores democráticos, deseja o líder autoritário, como força e proteção de ameaças externas.

Consequência 3: Desequilíbrio psicológico e doença mental

A vida tem uma tendência intrínseca para crescer, para se expandir e para expressar a sua potencialidade. Se este crescimento for mutilado, a pessoa sentir-se-á isolada, avassalada pela dúvida e pela impotência, sendo a seguir impelida para uma sede de poder ou de submissão.

Analisámos neste trabalho que a adaptação de preferências é também um imperativo de saúde mental. Contudo, daquilo que temos analisado até aqui, compreendemos que a saúde mental não deve ser definida como uma *capacidade de adaptação* da pessoa à

sociedade, quer dizer, da sua capacidade de adaptação aos seus contextos socioeconómicos. A saúde mental reflete a forma como a sociedade se adapta às necessidades dos indivíduos e pelo seu papel em promover ou impulsionar o desenvolvimento da saúde mental da pessoa. Isto quer dizer, que o equilíbrio mental não é um assunto *primordialmente* individual. A saúde mental é um conceito claramente *objetivo*, porque depende, objetivamente da estrutura da sociedade, das estruturas sociais e económicas.

Uma sociedade digna, que se propõe promover a saúde mental dos jovens esforça-se para que estes sejam capazes de *desenvolver* a sua capacidade de trabalhar de forma criativa e significativa, que possam desenvolver a sua razão prática, a sua criatividade, o seu raciocínio ético, a sua capacidade de se conhecer e amar a si próprio e ao *Outro*. Uma sociedade que promove o desequilíbrio mental é aquela que converte o ser humano num instrumento de exploração para os demais e priva-o de um sentimento de si mesmo, transformando-o num autómato, alimentando hostilidades, criando desconfianças e acicatando receios em relação ao *Outro*. Naturalmente, que a sociedade não é exclusivamente nem uma nem outra coisa. Na realidade, todas as sociedades refletem ambas as dimensões, em graus e direções diversas, exercendo na pessoa influência, tanto positiva como negativa. Mas é importante sabermos para onde queremos ir, e organizarmo-nos em função disso.

Este trabalho mostra que esta ideia de saúde mental não se reduz a uma mera abstração intelectual. A investigação esclarece que os distúrbios mentais refletem essencialmente desigualdades socioeconómicas. Os distúrbios mentais são significativamente mais frequentes nas pessoas que vivem em situação de desvantagem social: com instrução mais baixa, em situação de desvantagem material e em situação de desemprego e exclusão. As narrativas de vida dos jovens desempregados de longa duração esclarecem esta relação entre as privações socioeconómicas associadas ao desemprego prolongado e o sofrimento psicológico e o distúrbio mental. O desemprego prolongado, por impossibilitar a realização daquelas necessidades básicas, promove o mal estar psicológico e, no caso onde o jovem tem já antecedentes, o distúrbio mental. O desemprego prolongado conduz à ansiedade e à depressão, que conduz à incapacidade de aceitar ou manter um emprego, que conduz à ansiedade e à depressão e assim por diante, num ciclo disfuncional e penoso, sem fim.

A psicologia tem analisado a saúde mental sobretudo como capacidade de adaptação aos contextos socioeconómicos. Isto é uma posição problemática, porque tende a criar instrumentos que legitimam e perpetuam as estruturas de dominação socioeconómicas, que são, na realidade, elas mesmas, as grandes produtoras do aumento generalizado da ansiedade e stress no segmento mais jovem da população. Este é um problema bem visível no uso generalizado e abusivo das técnicas de *mindfulness*, que discutimos neste trabalho, que têm um efeito perverso, ao individualizar as questões sociais e privatizar a luta pelo bem-estar, ao remeter para o campo da doença mental problemas económicos e sociais. Isto sugere-nos a necessidade de um maior compromisso entre a psicologia, sobretudo a

psicologia organizacional e a ética. Sugere-nos também a necessidade de se integrar as dimensões sociais e económicas na investigação e nas práticas de intervenção psicossociais, de formas mais claras e afirmativas.

2. A necessidade de políticas públicas para a juventude direcionadas para o Desenvolvimento Humano

Um compromisso social para a capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*

A capabilidade dos jovens para o trabalho *significativo*, que defendemos nesta tese é, inequivocamente, uma das capabilidades valiosas para a realização de uma vida digna, de que se refere Martha Nussbaum. É, como vimos, o meio para a realização da autonomia, da inclusão social e da competência. A promoção do trabalho *significativo* para os jovens é igualmente o meio mais eficaz para se evitar as consequências sociais da adaptação de preferências, como a sujeição a autoritarismos e é seguramente a via que melhor promove e protege a saúde mental dos mais jovens.

O progresso para a democracia consiste em acentuar a liberdade *efetiva*, a iniciativa, a espontaneidade, a liberdade na realização da sua criatividade, e a realização do trabalho *significativo*. Defender a liberdade não significa deixar a pessoa por sua conta, desamparada. A democracia é um sistema que cria as condições económicas, políticas e culturais para o desenvolvimento do indivíduo. A abordagem das capabilidades é uma proposta que vai neste sentido. A questão de se saber se um sistema económico e político beneficia a causa da liberdade humana não pode ser exclusivamente respondida em termos político e económicos, como se tem vindo a insistir neste trabalho. O único critério para a concretização da liberdade humana é *saber se o indivíduo participa* ou não participa na sua vida e na vida da sua sociedade. Essa participação não se realiza apenas através do ato de votar, de eleger os representantes que defenderão os seus direitos (dos jovens), mas na sua atividade *diária*, na relação que estabelece com as pessoas e na realização de um trabalho *significativo*.

A tese de que todos os homens nascem iguais em direitos implica que todos partilhem do mesmo destino básico como seres humanos, com o direito inalienável *ao exercício* da liberdade. Significa também que o relacionamento é de *solidariedade* e não de dominação/submissão. Esta norma da solidariedade é válida igualmente no relacionamento com os mais jovens e deve ser mais visível nas políticas públicas para a juventude, que devem ser mais coerentes com o desenvolvimento e com a dignidade dos mais jovens.

Um maior compromisso para uma *ética do cuidado*

Discutimos neste trabalho aquilo que nos parece diferenciar o valor do indivíduo da ideia de individualismo. Esta diferença nos pode orientar na defesa de um *melhor individualismo*, no dizer da filósofa Victoria Camps. Não nos parece que os problemas sociais e políticos, que enfrentamos se deva ao facto de haver individualismo excessivo, mas àquilo que cremos ser individualismo, no dizer de Fromm, *se ter tornado um invólucro*. O que se impõe é a organização das forças sociais e económicas, de modo a que a pessoa, como membro da sociedade organizada, se possa tornar senhor dessas forças e deixar de ser escravo delas.

O autoritarismo é a antítese da ética do cuidado, que se caracteriza por uma propensão, como vimos, para raciocinar por categorias rígidas de pensamento e um desprezo total e absoluto por tudo o que é frágil e humano. Nesta tese, defendemos uma ética do cuidado como forma da mobilização para a mudança social, em relação às desigualdades de género, que deve deixar de estar apenas circunscrita ao espaço privado, ela deve igualmente inundar o espaço público. A ética do cuidado surge como dever de cuidar do *Outro*. O dever, como nos ensina a filósofa Victoria Camps, é uma categoria central da ética e prescinde de qualquer fundamento transcendente. As consequências da desvalorização do cuidado é a normalização do desvalor do *outro* e a negligência da fragilidade da vida. A desvalorização do cuidado é a miséria, a exclusão e a indiferença perante a indignidade humana.

Convenhamos, o discurso académico e político é avesso à importância do cuidado para com o *Outro*, como se de um tema pouco racional se tratasse, remetendo-o para o domínio privado. Ora, o cuidado não pode estar alheado da política e deve ser integrado no discurso que analisa o bem-estar e os problemas do ser humano. O discurso político defende a liberdade, a solidariedade e a paz como valores democráticos, mas para que isso tenha uma nesga de possibilidade de realização, é essencial que se promova capabilidades nos jovens que sejam, de facto, coerentes com o discurso democrático. É contraditório e perigoso defender-se, em teoria, a democracia e os valores democráticos e, na prática promover-se políticas predatórias, que promovem não a empatia, a solidariedade e o cuidado em relação ao outro, mas a competição entre todos.

Não nos parece que tenhamos a mínima possibilidade de sucesso em promover nos mais jovens uma cultura de solidariedade e de paz, de empatia e de acolhimento do *Outro*, em situação de exclusão social, quando todo o seu esforço esgota-se na procura da sua própria sobrevivência. Para que isso seja possível é necessário ajudar os jovens a sair do nível de sobrevivência. A psicologia e a biologia humana ensinam-nos que, se quisermos promover a paz social, a cooperação, o respeito e a igualdade entre os seres humanos, que, na realidade são valores civilizacionais em que se fundam as instituições democráticas, devemos ser capazes de construir instrumentos sociais e económicos que promovam a paz social, a cooperação, o respeito e a igualdade entre os seres humanos.

Isto ainda é mais relevante no que diz respeito às políticas para a juventude, porque esta é uma fase crítica do desenvolvimento humano, cognitivo e ético, e este desenvolvimento realiza-se objetivamente a partir da *ação*.

É importante sabermos *o que* queremos fazer e é preciso que se decida se queremos promover o conflito, a animosidade e o autoritarismo ou a cooperação e a paz social. É inequívoco que, do ponto de vista da biologia e da psicologia humanas não é sequer possível promover-se a cooperação de grupo e a cooperação individual através de estratégias predatórias, nem quando a pessoa vive em estado de sobrevivência permanente. Tendo isso em conta, devemos ser capazes de criar medidas políticas coerentes. O desenvolvimento de esforços cooperativos pressupõe uma liderança governativa responsável, capaz de implementar esforços e monitorizar resultados. Damásio lembra-nos, que pode parecer à primeira vista, que quando nos viramos para a governação, que deixamos para trás o reino da biologia e da psicologia, mas isso não é assim. O demorado processo de negociação necessário aos esforços governativos está inscrito na biologia dos afetos, do conhecimento, do raciocínio e da tomada de decisões. Os seres humanos acabam sempre por depender da maquinaria dos afetos e das suas ligações com a razão. Não há forma de fugir a esta nossa condição de *ser* humano.

Nota final

Uma parte desta tese foi redigida durante o período de pandemia de covid-19. No momento em que escrevo, ainda não conseguimos antever o seu real impacto, social e económico. Sabemos, contudo que esta pandemia terá operado já uma ténue mudança em nós: uma maior consciência da nossa fragilidade e da fragilidade da vida. Ficou mais clara a nossa necessidade básica de cuidado, de vínculo, de criar. Ficou mais clara a importância e o valor da ciência e das tecnologias e da investigação científica. Mais claras e profundas ficaram também as desigualdades sociais. O desemprego jovem aumentou, a pobreza na juventude aumentou e, sem surpresa, aumentou também a violência doméstica e a violência sobre as crianças. Aumentará certamente a doença mental.

Creio que esta grande mudança, que nos calhou viver, não altera a importância de uma análise do desemprego jovem numa ótica de Desenvolvimento Humano. Lamentavelmente, vem sublinhar a sua urgência e a sua necessidade.

Esperamos que este trabalho possa inspirar soluções políticas mais comprometidas com a dignidade e com o exercício da liberdade dos jovens portugueses. É com essa esperança, sempre renovada, que a eles dedicamos este trabalho.

Referências bibliográficas

A

Adorno, T. (2005). *Minima Moralia: reflections on a damaged life*. London: Verso.

Adorno, T. (2020). *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*. Edições 70.

Adorno, T. & Becker, H. (1983). Education for Autonomy. *Telos*, 56, pp. 103-110.

Adorno, T.; Frenkel-Brunswik, E.; Levinson, D. & Sanford, N. (1950). *The autoritarian Personality*, Studies in Prejudice Series. Volume 1. New York. Harper & Row. W. W. Norton & Company.

Adorno, T., & Horkheimer, M. (1986). *The dialectic of enlightenment*. London: Verso.

Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, pp. 709-716. DOI: https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.709

Albacete, G. (2014). *Young people political participation in Western Europe Continuity or Generational Change?* London. Palgrave Macmillan. eBook. ISBN 978-1-137-34131-0

Alves, N., Cantante, F., Baptista, I. & Carmo, R. (2011). *Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa. Mundos Sociais. ISBN: 978-989-8536-04-4

Anacker, C., O'Donnell, K. & Meaney, M (2014). Early life adversity and the epigenetic programming of hypothalamic-pituitary-adrenal functions. *Dialogues in Clinic Neuroscience*, 16 (3), pp. 321-333. PMCID: PMC4214175

Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Lisboa. Antropos. Relógio D´Água Editores.

Arndt, C. & Volkert, J. (2011). Capability Approach: A framework for official German Poverty and Wealth Reports. *Journal of Human Development and Capabilities*, 12 (3), pp. 311-337. DOI: 10.1080/19452829.2011.589248

Atkinson, R. (2012). The Life Story Interview, *in* Gubrium, J., Holstein, J., Marvasti, A. & McKinney, K. (eds.), *Handbook of Interview Research*, 2nd Edition. Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140. DOI: https://dx.doi.org/10.4135/9781452218403

B

Baggini, J. (2019). *As Fronteiras da Razão*. Gradiva.

Bartelheimer, P., Büttner, R., & Schmidt, T. (2011). Dynamic Capabilities – A Capability Approach to Life Courses and the Case of Young Adults. In: Leßmann, O, Otto, H-U, Ziegler, H (eds). *Closing the Capabilities Gap. Renegotiating Social Justice for the Young*. Opladen and Farmington Hills: Barbara Budrich, pp.147–164.

Bartelheimer, P., Verd, J., Litzmann, R. Andreu, M. & Schmidt, T. (2012). Unemployment, intervention and capabilities. A comparative study of Germany and Spain**.** *European Review of Labour and Research*, 18, pp. 31-44.

Barthes, R., & Duisit, L. (1975). An Introduction to the Structural Analysis of Narrative. *New Literary History, 6*(2), pp. 237-272. doi:10.2307/468419

Bartels, D. & Pizarro, D. (2011). The mismeasure of morals: Antisocial personality traits predict utilitarian responses to moral dilemmas. *Cognition*, 121(1), pp. 154-161. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cognition.2011.05.010

Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada: Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Relógio D´Àgua Editores.

Bauman, Z. & Leoncini, T. (2017). *Nados Líquidos; Transformações do Terceiro Milénio*. Relógio D´Àgua Editores.

Beck, U. (1992). *Risk Society: towards a new modernity*. London. Polity Press.

Beck, U & Beck-Gernsheim, E. (1996). Individualization and Precarious Freedoms: Perspectives and controversies of a subject-oriented Sociology. In Heelas, P.; Lash, S. & Morris, P. (Eds.). *Detraditionalization: Critical Reflections on Authority and Identity*. New York: Blackwell, pp. 23-48. ISBN-10 : 9781557865557

Beck, U & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization; Institutionalized individualism and its Social and Political Consequences.* London Sage Publications.

Beck, U e Beck-Gernstein, E. (2009). Global generations and the trap of methodological nationalism for a cosmopolitan turn in the sociology of youth and generation. *European Sociological Review*, 25 (1), pp. 25-36. DOI: 10.1093/esr/jcn032

Bennett, S., Matton, K., Kervin, L. (2008). The 'digital natives' debate: a critical review of the evidence. *British Journal of Educational Technology*, 39 (5), pp.775-786. DOI: 10.1111/j.1467-8535.2007.00793.x

Berlin, G., Furstenberg, F., & Waters, M. (2010). Introducing the Issue. *The Future of Children, 20*(1), pp. 3-18. http://www.jstor.org/stable/27795057

Bessant, J., Farthing, R. & Watts, R. (2017). *The precarious Generation. A Political Economy of Young People*. New York. Routledge. ISBN-13: 978-1138185470

Bjork, J., Smith, A., Danube, C. & Hommer, D. (2007). Developmental Differences in Posterior Mesofrontal Cortex Recruitment by Risky Rewards. *The Journal of Neuroscience*, 27 (18), pp. 4839-4849. DOI: https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.5469-06.2007

Bonvin, J-M. (2012). Individual working lives and collective action. An introducton to capability for work and capability for voice. *European Review of Labour and Research*, 18(1), pp. 9-18. https://doi.org/10.1177/1024258911431046

Boltanski, L. & Chiapello, E. (2000). *Le nouvel Esprit du capitalisme*. Paris. Galimard.

Bourdieu, P. (1989a). *A Distinção*; *uma crítica social da faculdade do juízo.*

Bourdieu, P. (1989b). *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, P. (2013). *A dominação masculina. Lisboa. Relógio D'Água.*

Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: Retrospect and prospect. *American Journal of Orthopsychiatry*, 52 (4), pp. 664-678. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1939- 0025.1982.tb01456.x

Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.

Browman, A.; Destin, M. Kearney, M. & Levine, P. (2019). How economic inequality shapes mobility expectations and behaviour in disadvantadge youth. *Nature Human Behaviour*, 3, pp 214-220. DOI: https://doi.org/10.1038/s41562-018-0523-0

Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Burchardt, T. (2006). *Foundations for measuring inequality: a discussion paper for the equalities review. Centre for analysis of Social Exclusion*. London. London School of Economics (CASE/111).

Burchell, B., Sehnbruch, K., Piasna, A. & Agnoli, N. (2014). The quality of employment and decent work: definitions, methodologies and ongoing debates. *Cambridge Journal of Economics*, 38(2), pp. 459-477. DOI: 10.1093/cje/bet067

Bynner, J. & Parsons, S. (2002). Social exclusion and the transition from school to work: The case of young people not in education and employment. *Journal of Vocational Behaviour*, 60, pp. 289– 309. DOI: https://doi.org/10.1006/jvbe.2001.1868

C

Cairns, D., Cuzzocrea, D., Briggs, D. & Veloso, L. (2017). *The Consequences of Mobility: Reflexivity, Social Inequality, and the Reproduction of Precariousness In Highly Qualified Migration*. New York. Palgrave MacMillan.

Caldas-de-Almeida, J., Xavier, M. (Coord.) (2013). *Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental,* 1º relatório. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Nova de Lisboa. http://www.fcm.unl.pt/main/alldoc/galeria_imagens/Relatorio_Estudo_Saude-Mental_2.pdf

Camps, V. (1996). *Paradoxos do individualismo*. Antropos. Relógio d´Água. Lisboa

Camps, V. (2001). *O século das mulheres*. Editorial Presença. Lisboa.

Camps, V.; Guariglia, O.; Salmerón, F. (Ed.). 2013. *Concepciones de la ética*. Enciclopedia Iberoamericana de Filosofia. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. Editorial Trotta. IBSN:978-84-87699-50-4

Camus, A. (2002). *A peste.* Editora Livros do Brasil. 1ª edição. Lisboa.

Carmo, R. & Barata, A. (2017). Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. *Revista do Serviço Público*, 68 (2), pp. 319-342. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v68i2.1382

Catanese, K. & Tice, D. (2005). The effect of Rejection on Anti-Social Behaviours. Social Exclusion Produces Aggressive Behaviors. *In* Hippel, W., Forgas, J. & Williams, K. (eds.), *The Social Outcast: Ostracism, Social Exclusion and Bullying*. New York. Psychology Press. pp. 227-242.

Centeno, M. (2012). *Trabalho, uma visão de Mercado*. FFMS.

Chen, B., Van Assche, J., Vansteenkiste, M., Soenens, B. & Beyers, W. (2014). Does psychological Need Satisfaction Matter when Environmental or Financial Safety are at Risk?. *Journal of Happiness Studies*, 16, pp. 745-766. DOI 10.1007/s10902-014-9532-5

Chiappero-Martinetti, E., Egdell, V., Hollywood, E. & McQuaid, R. (2015) Operationalization of the Capability Approach; In: Hans-Uwe Otto (Ed.). *Facing trajectories from school to work; towards a capability-friendly youth policy In Europe*, pp. 115-139. Spinger. DOI: 10.1007/978-3-319-11436-1

Chirkov, V., Ryan, R., Kim, Y. & Kaplan, U. (2003). Differentiating Autonomy from individualism and independence: A Self-Determination Theory Perspective on Internalization of Cultural Orientations and Well-Being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), pp. 97-110. DOI: https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.1.97

Chomsky, N. (2012). *Occupy*. Penguin.

Constituição da República Portuguesa, 7ª Revisão (aprovada pela Lei nº 1/2005, de 2 de agosto). Divisão de Edições da Assembleia da República. 2016. ISBN:978-972-556-433-2.

Crocker, D. (2008). *Ethics of global development: Agency, capability and deliberative democracy.* Cambridge. Cambridge University Press. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511492594

D

Damásio, A. (2017). *A estranha ordem das coisas: a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Lisboa. Temas e Debates.

Dean, H. (2003). Reconceptualizing welfare to work for people with multiple problems and needs. *Journal of Social Policy*, 32 (3), pp. 441-459. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047279403007062

Deci, L. & Ryan, R. (2000). The what and why of goal pursuits. Human needs and self- determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 11, pp. 227-268. DOI: 10.1207/S15327965PLI1104_01

Defloor, B., Ootegem, L. & Verhofstadt, E. (2015). A good or bad transition from school to work: who is responsible?. *International Journal of Manpower*, 36(8), pp. 1207-1226. DOI: 10.1108/IJM-06-2014-0137

DGS (2005). *Saúde dos jovens em Portugal, elementos de caracterização, divisão de saúde materna, infantil e dos adolescentes*. Direção Geral da Saúde. https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/saude-dos-jovens-em-portugal-elementos-de-caracterizacao-pdf.aspx

DeHaan, C., Hirai, T. & Ryan, R. (2015). Nussbaum's Capabilities and Self-Determination Teory's Basic Psychological Needs: Relating Some Fundamentals of Human Wellness. *Journal of Happiness Studies*, 17, pp. 2037-2049. DOI: 10.1007/s10902-015-9684-y

Diener, E. (1984). Subjective wellbeing. *Psychological Bulletin*, 95, pp. 542-575. SSRN: https://ssrn.com/abstract=2162125

Diener, E., Suh, E., Lucas, R. & Smith, H. (1984). Subjective wellbeing. Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), pp. 276-302. DOI: 10.1037/0033-2909.125.2.276

Drèze, J. & Sen, A. (2002). Democratic practice and social inequality in India. *Journal of Asian and African Studie*s, 37 (2): pp. 6-37. DOI: https://doi.org/10.1177/002190960203700202

E

Eckert-Lind C., Bush, A., Petersen, J., Biro, F., Butler, G., Brauner, E. & Juul, A. (2020). Worldwide secular trends in age at pubertal onset assessed by breast development on girls: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, 174 (4), e195881. DOI: 10.1001/jamapediatrics.2019.5881

Edmunds, J. & Turner, B. (2005). Global generations: social change in the twentieth century. *British Journal of Sociology,* 56 (4), pp. 559-577. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2005.00083.x

Ehrenberg, A. (1998). *La fatigue d'être soi. Dépression et societé*. Odile Jacob. eBook

Ehrenberg, A. (1991). *Le culte de la performance.* Calmann-Lévi. eBook.

Elster, J. (1983). Sour Grapes. In *Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality.* Cambridge. Cambridge University Press, pp. 109-140.

Elster, J. (1986). Self-Realization in Work and Politics: The Marxist Conception of the Good Life. *Social Philosophy and Policy* 3(2), pp.97-126. DOI: https://doi.org/10.1017/S0265052500000327

Erikson, E. (1968). *Identity, Youth and Crisis*. New York. W. W. Norton.

Erikson, E. (1980). *Identity and the life cycle*. New York. W. W. Norton.

Eurofound (2011). *Young people and NEETs in Europe: First findings*. https://iogt.org/wp-content/uploads/2015/03/NEET-and-youth-unemployment.pdf

Eurofound (2012a). *Evaluation of the effectiveness of policy measures implemented by Member States to increase the employability and to promote a higher employment participation of young people in Europe,* Eurofound, Dublin. http://adapt.it/adapt-indice-a-z/

Eurofound, Dublin. Eurofound (2012b), *Recent policy developments related to those not in employment, education and training (NEETs),* Eurofound, Dublin. https://www.eurofound.europa.eu

European Commission (2010). *Europe 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*, COM (2010) 2020 final, Brussels. https://ec.europa.eu/

European Employment Observatory (2010) *Youth Employment Measures*, Brussels.

F

Fergusson, D., Horwood, L. & Woodward, L. (2001). Unemployment and psychosocial adjustment in young adults: Causation or selection?. *Social Science and Medicine*, 53, pp. 305–320. DOI: https://doi.org/10.1016/S0277-9536(00)00344-0

Ferreira, V., Lobo, M., Rowland, J. & Sanches, E. (2017). *Geração Milénio? Um retrato social e político.* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa. 1ª Edição. ISBN: 978-972-671-484-2

Ferreira, V. & Nunes, C. (2014). Para lá da escola: transições para a idade adulta na Europa. *Educação em Foco*, 18 (3), pp. 167-207.

Figueiredo, A., Silva, C., Ferreira, V. (1999). *Jovens em Portugal; análise longitudinal de fontes estatísticas: 1960/1996/1997*. Celta. Oeiras.

Fromm, E. (1962). *O medo à liberdade*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. Versão traduzida de *Escape from freedom*

Furstenberg, F. (2013). Transitions to Adulthood; what we can learn from the West. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 646, pp. 28-41. DOI: 10.1177/0002716212465811

G

Gardner, H., (2008). What is good work? Achieving good work in turbulent times. *The Tanner Lectures on Human Values*. April, 9. University of Utah.

Gardner, H., Csikszentmihalyi, M. & Damon, W. (2001). *Good Work: When Excellence and Ethics Meet*. Basic Books

Gardner, L. Pickett, C. & Knowles, L. (2005). Social snacking and social schieldind: using social symbols, selves, and surrogates in the service of belonging needs. *In* Hippel, W., Forgas, J. & Williams, K. (eds.), *The Social Outcast: Ostracism, Social Exclusion and Bullying*, New York. Psychology Press. pp. 227-242.

Gaudet, S. (2014). Tornar-se adulto: um percurso social e singular. "In" Fonseca, C. (Ed.). 2014. *Jovens Adultos*. Edições Almedina. ISBN: 9789724057729

Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity.* Standford. Standford University Press.

Giedd, J. (2008). The teen brain: Insights from neuroimaging. *Journal of Adolescent and Health*, 42, pp.335-343.

Gil, J. (2009). *Em busca da identidade*: *o desnorte.* Lisboa: Relógio d'Água.

Gil, J. (2012). *Portugal hoje o medo de existir.* Lisboa: Relógio d'Água.

Gilligan, C. (1993). *In a Diferent Voice: psychological theory and human development*. Cambridge. Harvard University Press. Londres. ISBN: 9780674445444

Gregg, P. (1998). *The impact of unemployment and job loss on future earnings in persistent poverty and lifetime inequality: The evidence*, CASE report 5, London School of Economics, London.

Gregg, P. (2001). The impact of youth unemployment on adult unemployment in the NCDS. *Economic Journal*, Vol. 111, pp. 626–53.

Greenberger, E. & Steinberg, L. (1986). *When teenagers work; the psychological and social costs of adolescent employment.* Basic Books.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo; sentidos e formas de uso*. Principia Editora, Lda.

Guerreiro, M. & Abrantes, P. (2004). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família.* Presidência do Conselho de Ministros. Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Lisboa.

Guyer, N., McClure-Tone, E., Shiffrin, N., Pine, D. & Nelson, E. (2009). Probing the neural correlates of anticipated peer evaluation in adolescence. *Child Development, 80*(4), pp. 1000-1015.

H

Habermas, J. (2012). *Um ensaio sobre a constituição da Europa*. Edições 70.

Hallerod, B. & Ekbrand, H. (2015). Labour Market Trajectories and Young Europeans' Capabilities to Avoid Poverty, Social Exclusion and Dependency: a Comparative Analysis of 23 European Countries. "In" Otto, H-U, Atzmuller, R., Berthet, T., Bifulco, L. (2015). *Facing Trajectories from School to Work*. DOI: 10.1007/978-3-319-11436-1.

Hammen, C., Henry, R & Daley, S. (2000). Depression and sensitization to stressors among young women as a function of childhood adversity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68 (5), pp. 782-787. DOI: 10.1037/0022-006X.68.5.782

Han, B. (2014). *A Sociedade do Cansaço*. Relógio D' Água.

Han, B.(2016). *No Enxame; Reflexões sobre o digital*. Relógio D' Água.

Han, B.(2017). *Sobre o Poder*. Relógio D' Água.

Han, B.(2019). *Topologia da violência*. Relógio D' Água.

Haushofer, J. & Fehrs, E. (2014). On the psychology of poverty. *Science*. Vol. 344, Issue 6186. pp. 862-867. DOI: 10.1126/science.1232491

Hobson, B. (2013). *Worklife Balance: The Agency and Capabilities Gap.* Barbara Hobson Ed. Ebook. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199681136.001.0001

Hodgson, G. (2006). What are Institutions?, *Journal of Economic Issues* XL(1), pp. 1-25. DOI: 10.1080/00213624.2006.11506879

Hoffman, A. & Spengler, D. (2012). The lasting legacy of social stress on the epigenome of the hypothalamic-pituitary-adrenal axis. *Epigenomics*, 4, pp. 431-444. DOI: 10.2217/epi.12.34

Howe, N. & Strauss, W. (2000). *Millennials Rising; The next Great Generation*. New York. Vintage Books.

K

Kahneman, Diener & Schwarz, (1999). *Well-being: the foundations of hedonic psychology*. Russel Sage Foundation, New York.

Kaplan, J., Gimbel, S. & Harris, S. (2016). Neural correlates of maintaining one's political beliefs in the face of counterevidence. *Science Report* (6), 39589. https://doi.org/10.1038/srep39589

Karaolis-Danckert N., Buyken, A., Sonntag A. & Kroke, A. (2009). Birth and early life influences on the time of puberty onset: results from the DONALD (Dortmund Nutritional and Anthtopometric Longitudinally Designed). Study. *American Journal of Clinical Nutrition*, 90(6): pp. 1559-65. DOI: 10.3945/ajcn.2009.28259

Kessler, U. (Eds.) (2008). *The WHO World Mental Health Surveys: Global perspectives on the epidemiology of mental disorders.* Cambridge University Press. New York.

Kessler, R., Merikangas, K. Berglung, P., Eaton, W. Koretz, D. & Walters, E. (2003). Mild disorders should not be eliminated from DSM-V. A*rch. Gen. Psychyatry*, 60, pp. 1117-1122. DOI: 10.1001/archpsyc.60.11.1117

Khader, S. (2011). *Adaptive Preferences and Human Empowerment.* New York. Oxford University Press.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação; episódios de racismo quotidiano*. Lisboa. Orfeu Negro.

Kim, P., Evans, G., Angstadt, M. Ho, S., Sripada, C., Swain, J. Liberzon, I. & Phan, K. (2013). Effects of childhood poverty and chronic stress on emotion regulatory brain function in adulthood. *PNAS* 12, 2013; 110 (46) pp. 18442-18447; DOI: https://doi.org/10.1073/pnas.1308240110

Kohlberg, L. (1979). *Measuring moral judgement*. Worcester, Mass., Clark University Press

Kohlberg, L.; Levine, C., & Hewer, A. (1984). Synopses and detailed replies to critics, In Kohlberg, L. (Ed.). *Essays on moral development*. Vol. 2. San Francisco; Harper & Row, pp. 320-386.

Kohlberg, L. & Gilligan, C. (1971). The adolescent as a philosopher: the discovery of the self in a postconventional world. *Daedalus*. 100, pp. 1051-56.

Kohlberg, L. & Kramer, R. (1969). Continuities and discontinuities in childhood and adult moral development. *Human Development*. 12, pp. 93-120. DOI:10.1159/000270857

Kluve, J. (2010). The effectiveness of European active labor market programs, *Labour Economics*, Vol. 17, pp. 904–918. DOI: https://doi.org/10.1016/j.labeco.2010.02.004

Knickmeyer, R., Gouttard, S., Kang, C., Evans, D., Wilber, K., Smith, J., Hamer, R., Lin, W., Gerid, G. & Gilmore, J. (2008). A structural MRI study of human brain development from birth to 2 years. 28. *Journal of Neuroscience*, 28 (47): pp. 12176-12182. DOI: https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.3479-08.2008

Krafeld, F (2009). From employability towards capability, *In* Clauss Schnider & Hans Uwe Otto (eds.); *The threat of unemployment and social exclusion: how the capability approach can help*. Inter-Actions, 2009. Edition FORWARD. Vol. IV, pp. 85-96.

L

Leßmann, O. & Bonvin, J. M. (2011). Job-satisfaction in the Broader Framework of the Capability Approach. *Management Revue*. 22(1), pp. 84-89. DOI: 10.5771/0935-9915-2011-1-84

Lehwess-Litzmann, (2012). What Does Flexicurity Have to Gain from the Capability-Approach?. *Management Revue* 23(2). DOI: 10.2307/41783712

Lhosa, M. V. (2012). Dinossauros em tempos difíceis. *In*, *A Civilização do Espetáculo*, pp. 207-219.

Liberzon, I., Ma, S., Okada, G., Ho, S., Swain, J. & Evans, G. (2015). Childhood poverty and recruitment of adult emotion regulatory neurocircuitry. *Social Cognitive and Affective neuroscience*, 10(11): pp. 1596-1606. DOI: 10.1093/scan/nsv045

Lobo, M. (2013). Uma cidadania política, mas pouco. *In* Lobo, M. (Org.). *Portugal e a Europa*. Lisboa. FFMS.

Lourenço, E. (1990). A estranha metamorfose do individualismo. *Finisterra*. N. 5, pp. 21-23.

Lupien, S., McEwen, B., Gunnar, M. & Heim, C. (2009). Effects of stress through the lifespan on the brain, behavior and cognition. *Nature Reviews Neuroscience*, 10: pp. 434- 445.
DOI: https://doi.org/10.1038/nrn2639

Lyons, S. & Kuron, L. (2014). Generational differences in the workplace: a review of the evidence and directions for future research. *Journal of Organizational Behavior*, 35, pp. 139-157.

M

Madden, M., Lenhart, A., Cortesi, S., Gasser, U., Duggan, M., Smith, A. & Beaton, M. (2013). Internet & Technology. May, 21, https://www.pewresearch.org/internet/2013/05/21/teens-social-media-and-privacy/

Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Antígona. Lisboa.

Marques, S. (2016). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa. FFMS.

Marx, K. (2017). *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Edições 70. Lisboa.

Martins, N. (2012). Sen, Sraffa and the revival of classical political economy. *Journal of Economic Methodology*, 19(2), pp. 143-157. DOI: https://doi.org/10.1080/1350178X.2012.683598

Martins, N. (2010). Can neuroscience inform economics? Rationality, emotions and preference. *Cambridge Journal of Economics*. 35(2), pp. 251-267. DOI: https://doi.org/10.1093/cje/beq017

Matiaske, W., Bartelheimer, P. & Lessman, O. (2012). The Capability Approach: A New Perspective for Labor Market and Welfare Policies?. *Management Revue*, 23(2). DOI: 10.2307/41783710

McAndrew, S. & Warne, T. (2004). Ignoring the evidence dictating the practice: sexual orientation, suicidality and dichotomy of the mental health nurse. *Journal of Psychiatric & Mental Health Nursing,* 11(4), pp. 428-435. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1365-2850.2004.00739.x

Milkman, R. (2017). A new political generation: *Millennials* and the post-2008 wave of protests. *American Sociological Review*, 82(1), pp. 1-31. DOI: https://doi.org/10.1177/0003122416681031

Mill, S. (2006). *A sujeição das mulheres*. Coimbra. Edições Almedina, S. A.

Moor, B., Leijenhorst, L. & Rombouts, S. (2010) Do you like me? Neural correlates of social evaluation and developmental trajectories. *Social Neuroscience*, 5(5-6). pp. 461-82.
DOI: 10.1080/17470910903526155

Moreira, V. (1990). A prática política entre o neoindividualismo e o neocorporativismo. *Finisterra*. N. 5.

Mullainathan, S. & Shafir, E. (2013). *Scarcity: Why having too little means so much. New York*. Henry Holt and Company. ISBN 978-0805092646

N

Noble, K. et al (2015). Family income, parental education and brain structure in children and adolescents. *Nature Neuroscience*. 18 (5): pp. 773-778. DOI: 10.1038/nn.3983

Nussbaum, M. (1990). Aristotelian Social Democracy, In Douglas, R. (ed.): *Liberalism And The Good*. Routledge, pp.203-252. DOI: 10.4324/9780429278433-10

Nussbaum, M. (1995). Aristotle on Human Nature and the Foundation of Ethics, *In* Althan, J. & Harrison, R. (eds.) *World, Mind and Ethics*. Cambridge. Cambridge University Press, pp. 86-131. DOI: https://doi.org/10.1017/CBO9780511621086.007

Nussbaum, M. (1997). *Capabilities and Human Rights, Fordham Law Review*, 66 (2), pp. 273-300.

Nussbaum, M. (2000). *Women and Human Development. The Capabilities Approach*. Cambridge. Cambridge University Press.

Nussbaum, M. (2002). Education for Citizenship in an Era of Global Connection. *Studies in the Philosophy of Education*, 21(4), pp. 289-303.

Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, 9(2-3), pp. 33-59. DOI: 10.1080/1354570022000077926

Nussbaum, M. (2006) *Frontiers of Justice: disability, nationality, species membership* Cambridge, MA. The Belknap Press.

Nussbaum, M. (2010). *Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities*. Princeton. Princeton University Press.

Nussbaum, M. (2011). *Creating Capabilities; The Human Development Approach*. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts.

Nussbaum, M. (2014). *Educação e justiça social*. Edições Pedago, Lda.

O

O'Higgins, N. (2010). *The impact of the economic and financial crisis on youth employment: Measures for labour market recovery in the European Union, Canada and the United States,* working paper, ILO Youth Employment Programme, Geneva.

Olejniczak, M. (2012). Long-term Unemployment and the Capability Approach – The Case of the German Labor Market; *Management Revue. Socio-Economic Studies*, 23(2), pp.140-157.

Osgood, D., Foster, E., Flanagan, C. & Ruth, G. (Eds.) (2005). *On your own without a net: The transition to adulthood for vulnerable populations*. Chicago. University of Chicago Press.

Otto, H-U (2009) From employability towards capability. *In* Clauss Schnider & Hans Uwe Otto (Eds.); *Social justice and youth policy*. Inter-Actions, 2009. Edition FORWARD. Vol. IV. pp. 45-54.

P

Padez, C. (2003). Social background and age at menarche in Portuguese university students. A note on the secular changes in Portugal. *American Journal of Human Biology,* 15, pp. 415-427. DOI: 10.1002/ajhb.10159

Padez, C. (2007). Secular trend in Portugal. *Journal of Human Ecology*, 22 (1), pp. 15-22. DOI: 10.1080/09709274.2007.11905993

Pais, J. (Org.). (1998). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (Introdução). Instituto de Ciências Sociais e Secretaria de Estado da Juventude. Lisboa.

Pais, J. (2014). De uma geração rasca a uma geração à rasca: jovens em contexto de crise. "In" Carrano, P. & Fávero, O. (Eds.). *Narrativas Juvenis e Espaços Públicos. Olhares de Pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais*. Editora da UFF. pp. 71-95. ISBN: 978-85-228-1037-6

Pandolfini, V. (2012). Work-life balance in a capability perspective: an Italian case study of 'flexible couples'. *European Review or Labour and Research*, 18(1), pp. 45-54.
DOI: https://doi.org/10.1177/1024258911431050

Paul, K. & Moser, K. (2009). Unemployment impairs mental health: Meta-analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 74, 264-282. https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.01.001

Pereirinha, J., Pereira, E., Branco, F., Amaro, M., & Costa, D. (2020). *Rendimento Adequado em Portugal. Um estudo sobre o rendimento suficiente para se viver com dignidade em Portugal*. Coimbra. Almedina. ISBN: 9789724083711

Piaget, J. (1965). *The moral judgement of the child*. New York; The Free Press.

Pordata (2017a). *Retrato dos jovens*. 1ª Edição 2017. FFMS. ISBN: 978-989-8838-76-6.

Pordata (2017b). *Retrato de Portugal*. 1ª Edição 2017. FFMS. ISBN: 978-989-8863-30-0.

Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants. Part 1. *On the Horizon*, 9(5), pp.1-6.
DOI: https://doi.org/10.1108/10748120110424816

Purser, R. (2019). *McMindfulness. How Mindfulness Became the New Capitalist Spitituality.* eBook.

R

Rapport, N. (2000). The narrative as a fieldwork technique; processual ethnography for a world in motion. "In" Amit, V. (Ed) (2004). *Constructing the field; ethnographic fieldwork in the contemporary world.* European Association of social anthropologists. London. Taylor & Francis e- library.

Reyna, V. & Farley, F. (2006). Risk and Rationality in Adolescent Decision Making: Implications for Theory, Practice, and Public Policy. *Psychological Science in the Public Interest*. 7(1), pp. 1-44.
DOI: https://doi.org/10.1111/j.1529-1006.2006.00026.x

Ryan, R. (1995). Psychological Needs and the Facilitation of Integrative Process. *Journal of Personality*, 63 (3), pp. 398-427. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1995.tb00501.x

Ryan, R. & Deci, E. & (2000).The darker and the brighter sides of human existence: Basic Psychological needs as a unifying concept. Psychological Inquiry, 11(4), pp. 319-338.
DOI: 10.1207/S15327965PLI1104_03

S

Salais, R. (coord.) (2011). *Le travail réinventé. Um défi pour l'Europe*. Place du travail & politiques publiques. Conclusions. Nantes. Capright.

Santiago et al, (2018). Resignation syndrome in hidden tears and silences. *International Journal of Social Psychiatry*. DOI: https://doi.org/10.1177/0020764018792595

Santos, J. (2015). Martha Nussbaum: a teoria das capabilidades. *In* André, J., Santos, J. & Dias, B. (org.). *Teorias Políticas contemporâneas*. Lisboa. Documenta: pp. 315-338.

Sapolsky, R. (2018). *Comportamento; a biologia humana no nosso melhor e pior*. Temas e Debates – Círculo de Leitores. Lisboa.

Savater, F. (2005). *Ética para um jovem*.

Schultheis, F. (2009). *Rethinking the Capability Approach for the younger generation. In* Clauss Schnider

& Hans Uwe Otto (eds.); *Ensuring capability for work: outline of a capability oriented labour market policy*. Inter-Actions, 2009. Edition FORWARD. Vol. IV, pp. 71-83.

Sclaggar, B., Brown, T., Lugar, H., Visscher, K., Miezin, F. & Petersen, S. (2002). Functional neuroanatomical differences between adults and school-age children in the processing of single words. *Science*, 296, pp. 1476-1479. DOI: 10.1126/science.1069464

Sen, A. (1980). Equality of What?, in: S. McMurrin (Ed.). *The Tanner Lectures on Human Values*. Volume 1. Cambridge. Cambridge University.

Sen, A. (1985a). Women, technology and sexual division. *Trade and Development*, 6, pp. 195-222.

Sen, A. (1985b). *Commodities and Capabilities*. Amsterdam, North Holland.

Sen, A. (1988). The Concept of Development, *In* Behran, J. & Strinivasan, T. (org.). *Handbook of Development Economics*, Vol 1. North-Holand: Elsevier, pp. 3-23.

Sen, A. (1990a). Justice: Means versus Freedom. *Philosophy and public affairs*, 19 (2), pp. 111- 121.

Sen, A. (1990b). Gender and cooperative conflicts, *in*: I. Tinker (ed.). *Persistent Inequalities*. Oxford. Oxford University Press.

Sen, A. (1992). *Inequality Reexamined*. Cambridge Massachusetts. Harvard University Press.

Sen, A. (1993). Capability and Well-Being, *In* Nussbaum, M. & Sen, A. *The quality of life*. Oxford. Clerendon Press.

Sen, A. (1997). Inequality, Unemployment and Contemporary Europe. *International Labour Review*, 136 (2), pp. 155-171.

Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford. Oxford University Press.

Sen, A. (2002). *Rationality and Freedom*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

Sen, A. (2004). Capabilities, lists, and public reason: continuing the conversation; *Feminist Economics*; 10 (3), pp.77-80. DOI: 10.1080/1354570042000315163

Sen, A. (2006). Human Rights and Capabilities. *Journal of Human Development*, 6 (2), pp. 151-166. DOI: https://doi.org/10.1080/14649880500120491

Sen A. (2008). Democracy: The only way out of poverty. *New Perspectives Quarterly*. Vol. 17. Issue 1. DOI: https://doi.org/10.1111/0893-7850.00234

Sen, A. (2010). *A ideia de Justiça*. Edições Almedina.

Sen, A. (Ed.) (2011). *Peace and democratic society*. Open Book Publishers. Commonwealth Secretariat. Cambridge.

Sen, A. (2012). *Sobre ética e economia*. Edições Almedina S. A. Coimbra.

Sheridan, M., Sarsour, K., Jutte, D., D'Esposito, M. & Boyce, T. (2012). The impact of social disparity on prefrontal function in childhood. *PLos ONE* 7, e35744.
DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0035744

Sixsmith, J., Boneham, M. & Goldring, J. (2003). Accessing the community: Gaining insider perspectives from outside. *Qualitative Health Research*, 13 (4), 578-589. DOI: 10.1177/1049732302250759

Sprinthall, N. & Collins, W. (1999). *Psicologia do adolescente; uma abordagem desenvolvimentista*. Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª Edição. Lisboa.

Standing, G. (2015). The Precariat and Class Struggle. *RCCS Annual Review.* 103, pp. 9-24. DOI: 10.4000/rccsar.585

Steiner, G. (2017). *A Ideia da Europa*. Relógio D'Água.

T

Teschl, M. & Comim, F. (2007). Adaptive Preferences and Capabilities: Some Preliminary Conceptual Explorations. *Review of Social Economy*. 63(2), pp. 229-247. DOI: https://doi.org/10.1080/00346760500130374

Toldy, T., (2016). Carol Gilligan; cuidar de uma voz diferente. *In* Ferreira, M. & Henriques, F., *Marginalidade e Alternativa* (Orgs.). *Vinte e Seis Filósofas para o Século XXI*. Lisboa. Edições Colibri.

U

UNPDR (2019). Human Development Report 2019; *Beyond Income, Beyond Averages and Beyond Today; Inequalities in Human Development in the 21st century.* United Nations Development Programe. http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf

V

Vieira, M., Ferreira, V. & Rowland, J. (2015). Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011. *Revista de Estudos Demográficos*, 54, pp.15-25. DOI: http://hdl.handle.net/10451/17986

Volkert, J. (2014). Capability Approach Applications in Germany: Official Poverty and Wealth Reporting and Beyond. In *The Capability Approach: From Theory to Practice*, pp. 171-205 Cap. 8. Palgrave Editors. DOI: 10.1057/9781137001436_8

W

Walther, A. (2006). Regimes of youth transitions. Choice, flexibility and security in young people's experience across different European contexts. *YOUNG*, 14 (2), pp. 119-141. DOI: https://doi.org/10.1177/1103308806062737

Weber, M. (1992). *Essais sur la théorie de la cience.* Plon. Paris.

Wichstrøm, L., & Hegna, K. (2003). Sexual orientation and suicide attempt: A longitudinal study of the general Norwegian adolescent population. *Journal of Abnormal Psychology, 112*(1), pp. 144-151. DOI: https://doi.org/10.1037/0021-843X.112.1.144

Wiedel, T. (2018). Moving towards a capability for meaningful labor. *Journal of Human Development and Capabilities*, 19 (1). pp. 70-88. DOI: https://doi.org/10.1080/19452829.2017.1408575

Wittchen, H. U. et al (Coord.) (2011). The size and burden of mental disorders and other disorders of the brain in Europe 2010. *European Neuropsychopharmacology*. 21, pp. 655-679. DOI: 10.1016/j.euroneuro.2011.07.018

Y

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and methods*, Thousand Oaks. Sage Publications.

Yin, R. (2003). *Applications of Case Study Research* (2ª Ed.). Thousand Oaks. Sage Publications.

Yurelum-Todd, D. (2007). Emotional and cognitive changes during adolescence. *Current Opinion in Neurobiology*, 17(2): pp. 251-257. DOI: https://doi.org/10.1016/j.conb.2007.03.009

ANEXOS

Anexo 1
Narrativas de vida de jovens desempregados
(versão integral comentada)

Narrativas de vida de jovens desempregados

O conjunto das oito narrativas de vida que apresentamos neste anexo corresponde à tarefa de investigação 1: *A génese da adaptação de preferências no desemprego jovem de longa duração*.
Estas narrativas de vida foram construídas a partir da metodologia que descrevemos no capítulo 3. Para cada uma das narrativas criou-se um guião de leitura, que se apresenta nas margens dos documentos: à esquerda, identificam-se os *principais eventos* do percurso de vida e à direita *escolhas, preferências e adaptação de preferências.* Os comentários foram adicionados pela investigadora. Para cada uma das narrativas foi também criada uma *sinopse* no sentido de orientar o leitor para os contornos específicos *objetivos* da adaptação de preferências e escolhas de cada um dos jovens.
Estas narrativas de vida foram lidas, corrigidas e aprovadas por cada um dos jovens que participaram neste estudo, sendo que são a reprodução *fiel* da sua experiência de vida recente. Os nomes dos participantes foram alterados para que a sua identidade e privacidade fosse preservada. Adicionalmente, para melhor garantir o seu anonimato, entendeu-se rasurar algumas frases que permitissem, ainda que indiretamente, a identificação do jovem.

Narrativa de vida 1

Nome fictício: **Pedro**
Idade: 29 anos
Escolaridade: 12º ano
Estado civil: Solteiro
Tempo de desemprego: 16 meses
Situação atual: desempregado NEET; *inativo*
Participação no programa *Garantia Jovem*: Não

Sinopse:
A narrativa de vida do Pedro esclarece a forma como a instabilidade financeira e a desconexão afetiva familiar ou o abandono afetivo em idade muito precoce, situações de perseguição, ameaças e medo conduzem ao insucesso e o abandono escolar precoces. Esclarece-nos também que a exposição continuada a ameaças, medo e o desrespeito pela identidade sexual da pessoa condicionam objetivamente a adaptação de preferências e escolhas profissionais que vão no sentido, não do florescimento humano, mas da manutenção da sobrevivência pessoal.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
Situação atual	O Pedro tem 29 anos, tem um curso profissional [redacted] equivalente ao 12º ano, é solteiro e não tem filhos. Vive na casa dos seus pais, cujo agregado familiar, no presente, é composto por si e a sua mãe.	
1988 *Origens familiares*	[redacted] Nasceu em 1988, na Região Autónoma da Madeira, filho de uma família com muito poucos recursos económicos; o pai, construtor civil (4ª classe) e a mãe, trabalhadora doméstica (4ª classe). O Pedro tem dois irmãos, filhos do mesmo pai, e uma outra irmã, filha de um relacionamento anterior da mãe, de cujo marido se separou por ter sido vítima de violência doméstica. [redacted]	Grande instabilidade financeira
1989 *Emigração dos pais; fica aos cuidados da avó*	Os seus pais emigraram quando o Pedro era ainda bebé (um ano) ficando este, juntamente com o irmão (de alguns meses) e a irmã mais velha (de 14 anos) aos cuidados da avó materna, apesar de idosa e com alguns problemas de saúde. O Pedro só viria a viver de novo com os pais aos seis anos, aquando da morte da sua avó. Durante este tempo, a sua irmã mais velha cuidava dos dois irmãos. É com gratidão e emoção que ele fala desta irmã que considera como "a sua verdadeira mãe" e que, no futuro, viria a ser sua confidente. Os pais regressavam a casa por alguns dias, quando o estado de saúde da avó piorava. Chegavam a estar ausentes por períodos de três anos consecutivos.	Grande instabilidade afetiva
Morte da avó	Por não ter outras pessoas da família a quem deixar as crianças, os pais regressaram definitivamente do estrangeiro, após a morte da avó. Esta mudança exigiu uma adaptação bastante difícil por parte do Pedro e dos irmãos ao novo agregado familiar.	*adaptação difícil*
1995 *Regresso dos pais*	A distância e o tempo que esteve afastado dos pais dificultou a criação de uma relação de afeto e de confiança entre eles. Talvez por essa razão, o Pedro diz que, durante muitos anos, tratou os pais pelo seu nome próprio e diz sentir, ainda hoje, que cresceu a maior parte da sua infância e adolescência com um sentimento persistente de abandono e orfandade.	Grande instabilidade afetiva
	Após o regresso, o pai retomou o seu trabalho como construtor civil e a mãe, na sequência de um acidente, ficou impossibilitada de trabalhar fora de casa. Por esta razão, a família vivia apenas do rendimento do pai. A irmã mais velha passou a estudar à noite para poder trabalhar durante o dia e assim contribuir financeiramente para as despesas do agregado. Esta irmã viria a desistir da escola no final do 10º ano de escolaridade.	Instabilidade financeira

[redacted] Foi sempre um bom aluno, até ao 9º ano de escolaridade, ano em que reprovou.

Reprovação no 9º ano de escolaridade

2000
Transição para o Ensino Secundário

O Pedro identifica este como um ano particularmente difícil da sua vida, de grande turbulência pessoal. Foi a altura que descobriu ser homossexual.
Nesse ano, e nos dois seguintes, haveria de ser perseguido e chantageado por um homem mais velho, vizinho e amigo íntimo dos seus pais. Esta situação de permanentes ameaças, chantagens e algumas tentativas de abuso sexual, deixavam-no aterrorizado, mas manteve silêncio, com medo de alguém poder saber que era homossexual, especialmente os seus pais. Até esta altura, nunca havia comentado nada acerca da sua orientação sexual com os seus pais, irmãos ou amigos e tinha medo que algum dia alguém viesse a descobri-lo. Vivia num meio social extremamente intolerante relativamente à homossexualidade (veja-se que mais tarde, já com 26 anos, viria a ser agredido e insultado no café, por vizinhos, simplesmente, diz, "porque olhei-os nos olhos").

Situação de p*erseguição, ameaças e medo*

Descoberta da sua homossexualidade;

O Pedro diz que esta foi a razão principal porque perdeu o 9º ano de escolaridade. Não porque não gostasse da escola (na verdade, era o que mais gostava de fazer na altura) mas porque não conseguia estar concentrado nas aulas ou nos estudos. Com frequência, o homem que o perseguia esperava-o à saída da escola e, por isso, passou a faltar também à escola. Os pais nunca viriam a saber a razão desta mudança repentina no seu comportamento, nem mesmo já depois de adulto. Sempre julgaram que se tratou de "rebeldia própria da adolescência". Esta situação de perseguição durou dois anos (dos seus 16 aos 18 anos) e parou porque o Pedro, numa situação de desespero, ameaçou-o de morte com uma arma branca. Nesta altura pediu ajuda ao irmão, com quem desabafou a situação de desespero em que se encontrava. Por opção do Pedro, não contaram aos pais porque entendeu que aqueles não compreenderiam e não conseguiriam resolver a situação de forma pacífica.

Após ter chumbado o 9º ano, perdeu todos os apoios sociais escolares que tinha.
Para não sobrecarregar financeiramente os pais, tomou a decisão de abandonar a escola e trabalhar com o pai na construção civil. Quando iniciou este trabalho, ainda não tinha a idade legal para entrar no mercado de trabalho. Por isso trabalhou clandestinamente, com o consentimento do pai. Auferia um rendimento de 780 Euros mensais. Vivia na casa dos seus pais e colaborava nas despesas do agregado. Na altura, continuava a ter como objetivo fazer um curso superior. Sonhava vir a trabalhar na aviação como piloto ou assistente de bordo e estava decidido a conseguilo. Entendia que a única maneira de mudar o curso da sua vida era através do investimento na sua formação. Queria viajar, conhecer novas culturas e novos lugares. Sair do meio pequeno, moralista e intolerante, onde vivia. Por essa razão, decidiu completar o ensino básico e secundário à noite.

Perda dos apoios sociais escolares e limitações financeiras

Abandono escolar

Trabalho clandestino

Grande motivação pessoal para concluir os estudos secundários

Primeira experiência de trabalho

Foi um tempo em que decidiu, nas suas palavras, "ignorar" a sua orientação sexual, que na altura via como "um problema", diz, e dedicar-se exclusivamente ao trabalho e à conclusão dos seus estudos secundários. Compreende agora que não se pode ignorar aquilo que se é, mas essa foi a melhor estratégia que encontrou na altura, na sua circunstância. Frequentou todo o ensino secundário à noite, como trabalhador-estudante [redacted]. Apesar de todas as adversidades, viria a concluí-lo com média de 18 valores, com intenso esforço pessoal.

Ensino noturno

Curso Profissional de Técnico de Gestão

Compatibilidade entre trabalho e estudos

Ensino Secundário

2007
segunda experiência de trabalho

A meio da frequência do ensino secundário, decidiu mudar de trabalho porque a sua atividade como construtor civil era demasiado pesada e cansativa para compatibilizar com os estudos à noite.
Por sugestão de um amigo, candidatou-se ao lugar de técnico de bordo de navios. Conseguiu o posto de trabalho.

Saída da casa dos pais

Este trabalho possibilitou uma mudança altamente positiva naquela fase da sua vida. Sentia-se realizado profissionalmente, conseguiu compatibilizar o trabalho com os

Realização profissional

estudos e viajava muito, em contacto com outras pessoas e lugares, que tanto valorizava. Ganhava por volta de 900 euros mensais, sem incluir estadia e alimentação, o que lhe possibilitou uma grande e muito desejada mudança de vida; independência financeira e saída da casa dos pais. A direção da empresa gostava muito do seu trabalho e da forma como se empenhava nos estudos. Sempre o encorajaram a não abandonar a escola, dando a entender que teria hipóteses de subir na carreira naquela companhia de transportes marítimos. O Pedro sentia-se motivado e valorizado e sentia que o seu plano de prosseguir estudos superiores era completamente viável. Manter-se-ia neste trabalho por cinco anos e poderia ainda por lá continuar, não fosse o acaso interferir nos seus planos.

Independência financeira

Novo plano de formação escolar; prosseguir estudos superiores

2008
início de relacionamento amoroso

Nesta altura, iniciou uma relação amorosa que duraria cinco anos. Esta seria uma relação de abuso, extorsão e violência doméstica, exercida pelo companheiro, um homem mais velho, com um historial de consumo de estupefacientes. O Pedro haveria de manter-se submisso nesta relação abusiva, porque diz que, apesar da violência, amava o companheiro e esse era o preço que tinha a pagar por isso. Esta era a razão pela qual ignorava os vários alertas dos colegas de trabalho em relação ao caracter duvidoso do seu companheiro. Ficaria a saber mais tarde que o companheiro era portador do VIH. Em nenhum momento foi informado pelo companheiro sobre a sua doença e acabou por vir a ser infetado por aquele. Apesar do estado de choque inicial, manteve-se na relação, com medo de ser abandonado. Tinha medo de não vir a ter mais nenhum outro parceiro, diz. Durante este tempo, continuou a viver numa situação contínua de extorsão por parte do companheiro que o chantageava e ameaçava informar a direção da empresa que estava infetado com o VIH. O Pedro vivia num clima de medo. Esta altura coincidiu com o fim do seu contrato de trabalho como técnico de bordo de navios. Foi-lhe proposta a renovação do contrato por parte da direção da empresa. Era chegado o momento por que se havia esforçado tanto. Decidiu não a aceitar e saiu por iniciativa própria.

Situação de extorsão e violência doméstica

2010

Doença crónica

Agravamento da situação de extorsão e medo

Não renovação do contrato de trabalho por "iniciativa própria" (foi forçado a abandonar; coação, medo)

Poucos dias depois, encontrou um trabalho como barman, num café-restaurante.
Este ano marcaria também o fim desta relação. O companheiro, por iniciativa própria, abandonou a casa que partilhavam e decidiu emigrar.

Toda esta situação de doença e abandono deixou o Pedro profundamente abalado e desorientado. Desconhecia quais as verdadeiras consequências da infeção por VIH. Pensou que esta era uma sentença de morte. Tinha 21 anos e sentia-se culpado e aterrorizado. Mais uma vez decidiu manter segredo. Não contou a ninguém sobre a sua doença. Foi por esta altura, na sequência de uma consulta de acompanhamento médico, que os pais souberam da notícia, não através dele, mas através de um doente desconhecido, numa sala de espera do hospital. Diz ter sido este o momento mais marcante da sua vida; o momento em que contou aos pais e aos irmãos que era homossexual e que estava infetado pelo VIH. É com grande emoção que descreve esse episódio em detalhe. Os pais tiveram grande dificuldade em aceitar a situação, mas pediram-lhe que regressasse para casa. Não aceitou porque, diz, não queria que tivessem pena dele.

Mudança de trabalho

2013
Terceira experiência de trabalho

Tomou a decisão de continuar a viver só e trabalhar como barman. Passaria a trabalhar entre 15 a 18 horas por dia, sem descanso, para evitar, diz, pensar no caos em que estava a sua vida privada. Não lhe seriam pagas as horas extraordinárias. Ganhava por volta de 500 Euros mensais, independentemente das horas extraordinárias que fizesse. O seu ordenado pouco mais chegava do que para pagar a renda da casa (380 Euros mensais). Alimentava-se mal e perdeu muito peso. Deixou de ter qualquer vida social; não visitava a família e isolou-se de todos, com medo e vergonha de si próprio, diz.

Trabalho altamente precário

Coming out

Foi nesta fase que se agravou um problema oftalmológico que se havia instalado há alguns meses atrás. Para que fosse tratado desse problema de saúde teria de fazer cirurgia com alguma urgência. Na Região isso só seria possível numa instituição privada de saúde. Adiou a cirurgia por falta de recursos financeiros.

Burnout

2014

O Pedro manteve-se neste trabalho durante quase um ano. Ao fim desse tempo, esgotado e debilitado fisicamente, decidiu fazer uma pausa. Não sabia o que fazer. Sentia necessidade de parar e refletir sobre o que queria fazer no futuro. Nesta fase teve um apoio incondicional de uma grande amiga que o acompanhou numa viagem durante o tempo que esteve de férias. Nesse tempo compreendeu que vivia uma situação de grande injustiça, por não ser compensado nem reconhecido pelo seu trabalho. Regressou ao trabalho e reivindicou um aumento de salário compatível com o número de horas que fazia. O seu pedido não foi aceite pela empresa. Ficou desiludido com esta atitude da direção da empresa. Sentiu-se completamente descartável e humilhado. O seu esforço e empenho não deram frutos. Pouco tempo depois, apresentou a demissão. Ao demitir-se, estava plenamente consciente que não conseguiria manter-se economicamente independente por mais do que um mês. Propôs-se arranjar outro trabalho durante esse tempo. Sempre acreditou que fosse capaz. Não foi, apesar de todos os seus esforços.

Não atendimento ao pedido de aumento de salário justo

Demissão por iniciativa própria

Constrangimentos do mercado de trabalho

Desemprego prolongado

Regresso a casa dos pais

Saiu da casa onde morava, vendeu alguns pertences e foi para casa dos seus pais, onde vive atualmente com a mãe. O pai voltou a emigrar. Na verdade, nunca soube lidar com o Pedro, nunca aceitou a sua homossexualidade e a sua doença. Talvez tivesse ido embora por isso mesmo, diz. Os irmãos casaram, têm filhos e vivem em casa independente.

Trabalho doméstico

2017

Primeira experiência de desemprego prolongado

Continua desempregado há 16 meses. É agora financeiramente dependente da mãe. Esta situação de dependência deixa-o constrangido e envergonhado. No entanto, mantém uma atitude otimista em relação ao futuro que, nas suas palavras "só me pode trazer coisas boas", "já não posso descer mais fundo".

Procura ativamente trabalho, faz trabalho doméstico, ajuda os sobrinhos nos deveres escolares e pinta telas que oferece aos familiares e amigos. Diz que esta tem sido uma atividade altamente prazerosa e emocionalmente estruturante para si. Não deixou de acreditar que irá trabalhar na aviação como assistente de bordo. Tem estado atento a todas as aberturas de concursos para formações nessa área, tanto na região, como no continente. Mantém um otimismo em relação ao futuro verdadeiramente contagiante. Coloca também a hipótese de emigrar. Guarda todo o dinheiro que recebe das suas telas (quando lhe pagam algum valor) porque sabe que mais dia menos dia tem de comprar uma passagem de avião. Faz isto, mais uma vez, em segredo.

Emigração

Expectativas para o seu futuro

Sobre a sua relação institucional
com o Centro de Emprego como desempregado

Uma das condições colocadas pelo Pedro para participar neste estudo foi a de nós não termos qualquer relação institucional com o centro de emprego. Quando questionado porquê, respondeu-nos que não tem confiança nos técnicos do centro de emprego; não sentiria que a sua história fosse respeitada ou levada a sério.

Diz que nos contactos que teve no centro de emprego foi sempre atendido ao balcão, "a despachar" sem qualquer garantia de confidencialidade.

O Pedro continua a procurar ativamente trabalho, mas deixou de ir ou ser contactado pelo Centro de Emprego. Oficialmente é um jovem NEET *inativo.*

Narrativa de vida 2

Nome fictício: **Maria**
Idade: 28 anos
Escolaridade: Ensino Superior
Estado civil: casada; uma filha
Tempo de desemprego: 26 meses
Situação atual: trabalha como enfermeira; *empregada*
Participação no programa *Garantia Jovem*: Sim

Sinopse:
A narrativa de vida da Maria esclarece-nos como a instabilidade financeira familiar exerce influencia direta na adaptação das preferências escolares e profissionais. No entanto, o seu impacto pode ser mitigado por laços familiares seguros. Esta segurança afetiva mostrou ser essencial na persistência e perseverança durante os longos períodos de desemprego.
A sua narrativa esclarece-nos também como a gravidez e a maternidade em situação de exclusão financeira, de falta de autonomia, precariedade e exploração laboral é geradora de dependência, medo e desespero e pressiona a tomada de decisões que poem em risco a saúde e o bem-estar da pessoa.
Informa-nos também sobre a existência de fragilidades institucionais no funcionamento dos programas de estágios que pretendem integrar os jovens qualificados no mercado de trabalho e esclarece-nos sobre a necessidade de condições prévias objetivas para o sucesso daqueles programas de ativação para o emprego.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
Situação atual	A Maria tem 28 anos, é casada e tem uma bebé de 10 meses. Vive com a filha e com o marido, 31 anos, (curso profissional equivalente ao 12º ano) na Região Autónoma da Madeira. Após dois longos períodos em situação de desemprego, a Maria foi recentemente integrada no serviço público de saúde da Região Autónoma da Madeira, onde trabalha como enfermeira.	
Origens familiares	A Maria é a primeira filha de um casal com poucos recursos económicos; o seu pai [redacted] (4ª classe) e a mãe [redacted] (12º ano). Tem dois irmãos mais novos; uma irmã com 24 anos, também enfermeira (ensino superior) e um irmão com 14 anos, estudante. [redacted] Como veremos, apesar de nos últimos anos esta família ter passado por momentos bastante difíceis (situações de desemprego prolongado e situações de doença crónica) esta família tem, no entanto, vindo a manter-se muito unida. Os pais sempre fizeram um grande esforço económico para que as filhas pudessem prosseguir estudos superiores e sempre as apoiaram incondicionalmente nas suas escolhas escolares e profissionais. Este suporte familiar, essencialmente afetivo, virá a ser identificado pela Maria como um elemento essencial para que perseverasse ao longo do seu percurso escolar. Esse apoio afetivo foi particularmente estruturante durante o longo período em que esteve desempregada e em situações sucessivas de trabalho altamente precário, período durante o qual viveu na casa dos pais.	Instabilidade financeira, Estabilidade afetiva
Ensino Básico	A Maria sempre gostou muito da escola. Fez todo o seu percurso escolar no ensino público e quase sempre era a melhor aluna da sua turma. Era uma aluna muito curiosa e empenhada e sempre foi incentivada pelos pais a ser independente e autónoma. Durante a frequência no ensino básico ambicionava vir a ser professora. E na transição para o Ensino Secundário, começou a desenvolver um grande interesse pelas Ciências da Saúde.	

Ensino Secundário

No final do terceiro ciclo [redacted] escolheu frequentar o curso de Ciências e Tecnologias [redacted].

Escolha do CCH de Ciências e Tecnologias

Naquele curso, a matemática era a componente letiva estruturante e isso gerava-lhe alguma ansiedade, não porque não gostasse da disciplina, mas porque não tinha uma boa experiência com o professor que a lecionava e que já havia sido seu professor no ciclo de estudos anterior. Justifica esta falta de empatia pelo professor pelo facto de receber um tratamento diferenciado em relação aos seus colegas. As turmas eram agrupadas em função das notas dos alunos e a Maria sempre frequentou as "melhores" turmas, que eram compostas essencialmente por alunos de um nível socioeconómico elevado, que nada tinha a ver com o seu, diz. Isso por si só não era relevante, não fosse aquele professor insistir em tratar os alunos de forma diferente; era menos tolerante consigo e com os seus pares de um nível socioeconómico mais baixo. Por ser a disciplina que tinha mais dificuldades, sentia aquela situação como injusta e fortemente geradora de ansiedade. Quase sempre se sentia desenquadrada e excluída na turma.

Forte sentimento de exclusão pelas suas origens socioeconómicas.

Nunca questionou, no entanto, mudar para outro curso, para evitar o desconforto gerado por esta situação. Manter-se-ia até ao fim, apesar daquele forte e persistente sentimento de exclusão.

Esse foi, diz, o seu maior desafio ao longo de toda a sua frequência no ensino secundário. Aprendeu a gerir aquela situação, para si tão geradora de stresse, porque estava ciente que aquele era o curso mais adequado aos seus interesses.

Nesta fase do seu percurso escolar, a Maria destaca a importância do apoio dos seus pais que sempre estiveram presentes e interessados em acompanhar o seu percurso escutando-a e valorizando-a, sempre que deles necessitou.

Desenvolvimento de interesse pela Enfermagem

Durante o curso foi desenvolvendo um grande interesse pela Enfermagem e concluiu o ensino secundário com média final de 16 valores.

Forte motivação para prosseguir estudos superiores

No final do Ensino Secundário, optou por continuar a estudar. Escolheu o curso superior de Enfermagem, no qual já vinha refletindo há algum tempo.

A Maria esclarece que não fez esta escolha porque quisesse ser médica e a enfermagem tivesse sido uma opção de recurso, como refere ser uma narrativa muito recorrente na sua área profissional. A sua escolha do curso de Enfermagem foi a sua primeira e refletida opção, insiste em sublinhar. Porque aquilo que mais valoriza e seduz na área da saúde é a relação direta com as pessoas. A Enfermagem, entende, é a área que melhor cumpre esse critério de proximidade com os doentes, que tanto valoriza e, na sua opinião, a medicina, infelizmente, tem vindo a ignorar essa relação de empatia com as pessoas. [redacted] A sua candidatura não viria a ser aceite por razões burocráticas. Tinha efetuado melhoria de nota à disciplina de Biologia em segunda fase e só mais tarde viria a ser informada que não seriam aceites candidaturas com nota melhorada à disciplina específica, em segunda fase. Desconhecia essa regra.

2008
Final do Ensino Secundário

Escolha e Candidatura à Escola Superior de Enfermagem

Impedimento de frequência por razões burocráticas

No mesmo ano, candidatou-se ao mesmo curso [redacted]. Ficou colocada na Escola Superior de Enfermagem em Setúbal. Sabia, no entanto, que os seus pais não tinham recursos financeiros para poder estudar no Continente, ainda que tivesse bolsas de estudo. Tinha dois irmãos mais novos a estudar e sabia que a sua opção não era financeiramente suportável pelos os seus pais. Aqueles, no entanto, nunca colocaram essa limitação e sempre a encorajaram a seguir o rumo que entendesse melhor para si. Sabia que poderia sair da ilha, mas o custo dessa escolha era demasiado elevado para os seus pais. Não efetuou matrícula e decidiu ficar no Funchal.

Novo plano de formação;

Limitações financeiras

Tomou a decisão de esperar um ano até voltar a [redacted] o seu plano de formação anterior. [redacted]

Impossibilidade de prosseguir estudos fora da região

Nesse ano de espera (forçada), começou a dar explicações a alunos dos ensinos básico e secundário. Fazia-o a partir de casa. Sempre gostou de ensinar e essa atividade era-

Nova candidatura à Escola Superior de Enfermagem

Um ano de moratória

lhe muito prazerosa. Dessa forma, ajudava os seus vizinhos e familiares e ganhava algum dinheiro para as suas despesas.

Tomou também a decisão de fazer melhoria de nota à disciplina específica, como forma de ter mais garantias de entrar na escola que desejava. Candidatou-se pela segunda vez e foi aceite. Ficou muito feliz e satisfeita com o seu esforço. O seu plano deu certo.

Explicações

Primeira experiência de trabalho

Durante o curso de Ensino Superior viveu na casa dos seus pais. Se houvesse tido condições financeiras teria escolhido viver numa casa independente com o namorado, com quem mantinha uma relação estável há alguns anos.

Os quatro anos de formação que se seguiriam não foram fáceis. Aquela é uma escola, diz, com um método de ensino muito exigente, no qual o aluno deverá passar, obrigatoriamente, por um conjunto alargado de estágios longos e muito rigorosos e que exigem dos alunos total dedicação. Encarou aquelas dificuldades como um desafio e foi bem-sucedida, tendo sido uma das melhores alunas do curso que concluiu com 16 valores.

Entrada no curso Superior de Enfermagem

2012
Conclusão do curso superior de Enfermagem

Após o final do curso, a Maria foi convidada a colaborar com a escola em alguns projetos, como voluntária. [redacted]

Trabalho voluntário na escola Superior de Enfermagem

Trabalho de voluntariado

Veremos que, no futuro, este seu trabalho virá a ter uma importância central na sua integração profissional naquela mesma instituição.

Logo após ter terminado o curso, foi chamada a substituir uma colega em trabalho de apoio domiciliário. Esta experiência foi muito breve, mas terá para si, contudo, um impacto emocional significativo. Seria o seu primeiro contacto com a morte de uma pessoa entregue aos seus cuidados e isso irá despertar-lhe (saberá disso mais tarde) um grande interesse na área dos cuidados paliativos.

Enfermeira; apoio ao domicílio

Curta experiência de trabalho

Após esta curta experiência de trabalho ficou desempregada por um período de 13 meses.

Durante este tempo, esteve inscrita no Centro de Emprego e procurou ativamente trabalho; enviou o seu curriculum vitae para (*literalmente*) todas as instituições ligadas à saúde na RAM. Para si, era importante permanecer na Região. Mais tarde, candidatar-se-ia também a um conjunto de instituições no Continente.

Desemprego prolongado

Primeira situação de desemprego

A par da procurara de emprego manteve as explicações, como forma de ganhar algum dinheiro para as suas despesas pessoais. Durante este tempo, viveu na casa dos pais, de quem continuava a ser financeiramente dependente.

Explicações

Um ano depois de ter concluído o curso, conseguiu, através do Instituto de Emprego, um estágio profissional num lar de idosos, onde viria a trabalhar durante nove meses.

Estagiária em lar de idosos

Durante esse tempo ganhava o ordenado mínimo; pouco mais do que 500 Euros mensais. A empresa não lhe pagava quaisquer subsídios de alimentação ou de transporte, a que legalmente teria direito. Com o ordenado que recebia conseguia pagar a gasolina do carro com que se deslocava para o trabalho e ajudava nas despesas do seu agregado. Pouco mais. Por não ter rendimentos para viver independente, manteve-se na casa dos pais durante toda esta fase de estágio.

Grandes dificuldades financeiras

2013
Estágio profissional

Entende que, para si, esta foi uma situação de clara exploração profissional. Na verdade, segundo nos informa, aquela Instituição tem um longo historial de exploração de recém-licenciados de enfermagem, "com a conivência do Centro de Emprego", diz, que "tendo já sido alertado para esta situação por vários colegas, nada fez, e continua a enviar estagiários para aquela instituição, como se tudo corresse dentro da normalidade", diz.

Impossibilidade de ser autónoma e financeiramente independente

Precariedade e exploração profissional

Compreenda-se que o lar de idosos onde estagiou, à data, tinha cerca de 300 utentes, distribuídos por oito pisos; teria sido um edifício inicialmente projetado para ser uma unidade hoteleira, mas que acabaria por ser adaptado a um lar de idosos. Para toda

aquela unidade haviam apenas 13 enfermeiros contratados; uma proporção de 23 idosos para um enfermeiro contratado. A instituição recebia rotativamente grupos de dezenas de estagiários altamente especializados, que trabalhavam no lar por períodos, no máximo, de seis meses. Era o grupo de estagiários com mais experiência que ficava responsável pela formação e integração dos novos estagiários que entravam. No seu grupo de 10 estagiários de enfermagem, a dois meses da conclusão do estágio, acolheram e deram formação a outros oito estagiários que, ironicamente, os haviam de substituir. E assim continua até hoje, como diz ser do seu conhecimento.

Esta situação era fortemente desmotivadora para si, porque além de desrespeitar os estagiários, explorando o seu trabalho altamente especializado, desconsiderava também a qualidade de vida dos utentes idosos e isso para si era eticamente reprovável. Sentia que era como se pactuasse com uma situação criminosa. Quando os utentes já estavam afeiçoados aos técnicos de enfermagem, diz, era já altura de estes abandonarem a instituição e entrarem outros.

No fim do estágio passou por um segundo longo período de desemprego de, aproximadamente 13 meses. Voltou a inscrever-se no Centro de Emprego e continuou a viver na casa dos pais, de quem continuava a ser financeiramente dependente.

Conflitos éticos e deontológicos com a Instituição de acolhimento do Estágio

2014
Segunda situação de desemprego

Por essa altura, aprendeu na internet algumas técnicas de manicure. Com a ajuda financeira dos pais, comprou uma máquina de manicure para profissionais e fazia este tipo de trabalho, informalmente. Era uma forma de ganhar algum dinheiro para as suas despesas. Este segundo momento de desemprego prolongado foi muito difícil para si. Sentia-se descrente e cada vez mais desmotivada na procura de emprego. Nesta fase diz ter sido muito apoiada pelos pais que para além de apoiarem-na financeiramente, aconselhavam-na a ser persistente na procura de trabalho na sua área de formação. É com emoção que refere a importância do incentivo e apoio dos pais para que perseverasse nos seus interesses, naquela fase difícil do seu percurso. Sem esse apoio teria desistido e, por isso, ser-lhes-á sempre grata, diz.

Nova situação de desemprego prolongado

Técnica de manicure

Algum tempo depois, foi convocada para uma reunião no centro de emprego, onde foi informada da existência de uma outra modalidade de estágio profissional. Tratava-se do programa *Pró Jovem/Estágio Garantia*, a versão regional do programa *Garantia Jovem*. Desta vez ganharia 600 euros, pagos pelo Centro de Emprego, acrescidos de subsídio de alimentação e de transporte. Nesta modalidade de estágio, a Maria tinha autonomia para escolher o local onde estagiar.

Grande insatisfação

Impossibilidade de ser autónoma e financeiramente independente

2015

Foi nesta altura que apresentou uma proposta de estágio à Escola de Enfermagem [redacted] onde já trabalhava como voluntária. A escola aceitou a proposta e foi integrada como estagiária [redacted] por 10 meses. Durante esse tempo ensinava técnicas de intervenção e práticas simuladas na escola de enfermagem e orientava estágios. Este foi, diz, um dos trabalhos mais gratificantes que teve no seu percurso profissional. Tinha grande autonomia para planear e desenvolver as atividades e teve a oportunidade de dedicar-se ao ensino na escola onde estudou, atividade pela qual tem uma grande paixão. No entanto, o ordenado que recebia como estagiária era insuficiente para ser financeiramente independente e poder sair definitivamente da casa dos pais. Chegou a testar esta hipótese, mas sem sucesso e, por isso, continuou a viver na casa dos pais.

Participação no programa *Garantia Jovem*

Decorrido metade do tempo do estágio a Maria engravidou. Tinha uma relação amorosa que durava há alguns anos, mas, por limitações financeiras de ambos, cada um vivia na casa dos seus pais. Haviam adiado a decisão de viver em conjunto para quando tivessem alguma estabilidade financeira, que nunca chegou, diz. Quando soube da gravidez, a Maria ficou muito assustada, essencialmente por não ser financeiramente independente. Preocupava-a a ideia de ter um bebe a seu cargo sem ter condições financeiras para o poder criar.

Novo estágio profissional na Escola Superior de Enfermagem da Madeira

Este episódio da sua vida refere-o em tom de grande revolta pela situação de injustiça e desilusão que diz ter sentido naquela fase da sua vida. A voz sobe-lhe de tom porque, "tinha feito um percurso escolar com grande empenho, tinha concluído o curso superior

Gravidez

com mérito, tinha uma profissão muito valorizada socialmente, tinha dado o meu melhor, mas a sociedade não tinha nada para [lhe] dar. No início da minha gravidez foi muito difícil aceitar o meu novo papel de mãe, com um trabalho tão incerto e tão precário". Apesar de tudo, conseguiu manter-se optimista. O futuro trazer-lhe-ia boas mudanças.

Esta altura coincidiu com uma época de contratação de técnicos de enfermagem por parte do Serviço Regional de Saúde. Soube, no entanto, que grande parte desses concursos estavam viciados, uma vez que as pessoas que ficavam colocadas nos primeiros lugares eram aquelas que já trabalhavam para aquela Instituição com vínculos precários, a recibo verde e que já estavam adaptadas ao serviço.

Para si, aquela situação era muito frustrante porque era claro que aquelas pessoas não tinham um melhor *curriculum* do que o seu ou uma melhor prestação nas entrevistas que as suas, diz. A Maria ia ficando nos primeiros lugares, logo atrás dos colegas que ficavam colocados. Era uma situação frustrante e desanimadora, mas persistia, continuando a apresentar candidatura atrás de candidatura atrás de candidatura.

A um mês de concluir o estágio na escola de enfermagem, foi-lhe apresentada uma proposta para trabalhar a recibo verde no serviço público de saúde. Aceitou-a sem hesitar. Para si era muito importante que neste novo trabalho fosse avaliada exclusivamente pelas suas competências profissionais e, por isso, teria de evitar qualquer tipo de tratamento diferenciado por parte dos colegas pelo facto de estar grávida. Acreditava que, se tivesse uma boa prestação, poderia vir a ser contratada no futuro. Precisava daquele trabalho e não podia correr o risco de perdê-lo.
Por essa razão, ocultou a sua gravidez até ao final do quinto mês de gestação, altura em que a gravidez já era claramente evidente. Fê-lo com o consentimento da chefia, que, após tendo tentado dissuadi-la sem sucesso, apoiou a sua decisão.

Ocultação de gravidez por medo de julgamento

Trabalho precário no Centro Hospitalar do Funchal

Durante esse tempo de silêncio consentido fez todo o tipo de atividades para que era solicitada, muitas delas, diz, fisicamente extenuantes para a sua condição física. Sentia-se culpada por não descansar aquilo que sabia ser o desejável e por não conseguir ter uma alimentação adequada à sua condição de gestante.
Aos sete meses de gestação, no seguimento de uma consulta de obstetrícia, foi aconselhada a fazer repouso pelo facto do bebe não estar a ganhar o peso esperado para a idade gestacional. A Maria sabia que deveria fazê-lo pela saúde do bebé, mas diz que se sentia fortemente pressionada a continuar a trabalhar, pela necessidade de ganhar o dinheiro para preparar o enxoval.

Complicações na gravidez

Trabalhava a recibo verde e recebia por volta de 750 euros mensais, sem direito a quaisquer benefícios sociais. Se deixasse de trabalhar passaria a viver apenas do rendimento do companheiro, que ganhava o salário mínimo (pouco mais de 500 euros mensais).
Para evitar esse constrangimento, manteve-se no trabalho o mais que pôde, até o final do oitavo mês de gestação, altura em que pediu baixa e passou a receber 300 euros de apoio social.
O final da sua gravidez foi vivido com intensa ansiedade, nas suas palavras, "é assustadora a ideia de ter um filho e de não ter dinheiro para poder sustentá-lo; a maternidade pode ser uma coisa muito assustadora. E a minha foi."
Já nos últimos dias de gestação, candidatou-se a novo concurso público para o serviço regional de saúde, sem quais quer expectativas.

Entrevista de emprego em pleno puerpério

Grandes dificuldades financeiras

Três dias após o parto recebeu uma convocatória para uma entrevista. Coincidiu com o dia que saiu do hospital. A sua condição física era muito vulnerável. Sentia-se frágil, combalida, com dores fortes e febre muito alta. Sabe agora que poderia ter adiado a entrevista com justa causa, mas na altura estava confusa. Tinha medo de perder aquela oportunidade de trabalho e isso gerava-lhe muita ansiedade. Compareceu à entrevista, deixando a recém-nascida à guarda da família.
Considera este ser o dia mais "negro" da sua vida. Esta experiência foi tão dolorosa e intensa, física e emocionalmente, que dela não guarda memória. Sabe que entrou na sala de entrevista, falou, mas não se lembra daquilo que disse; estava tolhida de dores

e cheia de febre. Só no final informou os elementos do júri que havia sido mãe há horas atrás como que justificando a sua não articulação do discurso. “Dei o melhor que pude”, diz.

Dois meses após soube que tinha sido selecionada. Passaria a ter um contrato de trabalho no serviço regional de saúde. Nas suas palavras, “só depois de ter recebido esta boa notícia vivi verdadeiramente a maternidade”.
Esta situação trouxera-lhe a tranquilidade e alguma segurança em relação ao seu futuro pessoal e profissional que necessitava naquele momento de esperança.

Agora trabalha numa unidade de serviço intermédio do Centro Hospitalar do Funchal com horário reduzido, pelo facto da filha ter ainda uma idade inferior a 12 meses. Recebe 1240 euros mensais. Trabalha com idosos e outros utentes que já tiveram alta clínica, mas que não têm suporte familiar que os acolham. A maior parte destas pessoas aguarda vaga num lar de acolhimento. Está satisfeita com o seu trabalho.

2016

Esta situação de satisfação e segurança profissional da sua parte veio contrastar com uma situação de desemprego e descoberta de doença crónica por parte do seu companheiro. Recentemente, a dias antes das nossas entrevistas, foi-lhe diagnosticado esclerose múltipla, uma doença crónica degenerativa. Por ser tão recente, ainda não compreendem a verdadeira dimensão do impacto da doença nas suas vidas. Vivem num estado permanente de stress e ansiedade. Após ter sido despedido do seu trabalho (em circunstancias pouco claras) e sem hipótese de vir a receber vencimento por invalidez, o companheiro não tem conseguido encontrar um novo trabalho compatível com as suas capacidades físicas, agora limitadas; comprometimento da memória e equilíbrio. Esta situação deixa-o frustrado e humilhado. Sente-se descartável. Agora é ele que, apesar das suas limitações físicas, cuida da bebé durante o dia, enquanto a Maria trabalha. Toda esta situação é fortemente geradora de stress e ansiedade, especialmente para a Maria. O seu vencimento é agora a única fonte de rendimento do agregado familiar. Em breve terá de trabalhar a tempo inteiro e confidencia-nos que está consciente de que no futuro terá também de cuidar do marido e da filha. Tranquiliza-a, no entanto, o facto de ter agora uma situação profissional estável.

Contrato de trabalho
Satisfação e segurança em relação ao trabalho

Situação de desemprego e descoberta de doença crónica degenerativa

A Maria gostaria de fazer uma especialização em cuidados paliativos ou psiquiatria, áreas pelas quais tem um grande interesse profissional, desde a sua formação inicial em enfermagem. Escolhe estas especialidades sobretudo pela proximidade da relação que se estabelece com as pessoas naquelas especialidades. “Tenho agora de pensar numa forma de conciliar essa escolha com a doença do meu marido. Ainda não sei o que vou fazer.”, diz. Neste momento, necessita de ter estabilidade na sua vida familiar. Quer esperar que a filha cresça mais um pouco (é uma bebé de 10 meses); queria que o companheiro encontrasse um trabalho compatível com as suas capacidades, agora limitadas, e muito importante para os dois, que conseguissem ter casa própria. Até lá, acha que não será possível fazer especialização ou pedir transferência interna de serviço. Todo o seu tempo é agora dedicado aos cuidados da filha e do companheiro, que são as suas grandes prioridades. A Maria está assustada, mas acredita que o futuro lhe trará grandes realizações pessoais e profissionais.

Expectativas em relação ao Futuro escolar e profissional

especialização em Psiquiatria ou Cuidados Paliativos (necessidade de conciliação com o seu papel de cuidadora da filha menor e do marido, com doença crónica)

Sobre a sua relação institucional
com o Centro de Emprego como desempregada

A partir da sua experiência, a Maria faz uma grande crítica àquilo que chama de "o negócio dos estágios". Ou seja, a forma como as empresas contratam recém-licenciados, altamente qualificados, em regime de estágio por 500 euros mensais, pagos na totalidade pelo Centro de Emprego como no caso do lar onde estagiou.

A participação no programa Garantia Jovem, através da realização do estágio profissional foi identificada por si como uma experiência altamente positiva no seu percurso profissional. Diz que sente que em todo este processo foi essencial o seu trabalho como voluntária [redacted] essencialmente o bom relacionamento que mantinha com a direção do projeto.

Narrativa de vida 3

Nome fictício: **Betânia**
Idade: 27 anos
Escolaridade: 12º ano
Estado civil: solteira, sem filhos
Tempo de desemprego: 14 meses
Situação atual: trabalha como empregada de loja; *empregada*
Participação no programa *Garantia Jovem*: Não

Sinopse:
A narrativa de vida da Betânia informa-nos como a instabilidade financeira familiar influencia o abandono escolar e pressiona à adaptação de preferências profissionais. Esclarece-nos, no entanto, que o exercício da autonomia, o reconhecimento profissional e o sentido de integração social ou pertença estão na origem da adaptação de preferências e escolhas que vão no sentido do crescimento pessoal e profissional.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
1989 *Situação atual*	A Betânia tem 27 anos, é solteira, não tem filhos e atualmente trabalha como técnica de vendas [redacted]. É natural da cidade do Funchal, filha de pai [redacted] (4ª classe) e de mãe doméstica (4ª classe), casados há 40 anos. Tem uma irmã cinco anos mais velha, técnica de turismo (ensino superior), atualmente casada. Atualmente vive com o namorado em casa independente e é financeiramente independente.	
Origens familiares	Os seus pais sempre valorizaram uma educação religiosa católica. Por essa razão, a Betânia frequentou colégios privados de orientação católica, até ao final do 3º ciclo do ensino básico.	Estabilidade familiar
Ensino Básico	Completou o ensino secundário [redacted] no Curso de Línguas e Literaturas. Escolheu este curso por exclusão de partes; porque não gostava das disciplinas principais dos outros cursos e porque era aquele que lhe possibilitava estudar História e Geografia, as suas disciplinas preferidas. Sempre foi fascinada pela História. Durante todo o seu percurso escolar viveu na casa dos seus pais, com quem sempre manteve boas relações. Sempre foi encorajada e apoiada nas suas escolhas escolares. Concluiu o ensino secundário com 16 valores.	Escolha do CCH de línguas e Literaturas
Ensino Secundário	No final do ensino secundário candidatou-se ao Ensino Superior. Na altura, escolheu frequentar o curso de História. Sempre teve um grande interesse pela vertente de História de Arte e História Medieval e já vinha a amadurecer esta escolha durante o ensino secundário. Ficou colocada no curso de História na Universidade do Algarve, a sua primeira opção. Sentiu-se motivada e entusiasmada com a sua escolha.	Candidatura ao Ensino Superior; curso de História
2008 *Expectativas no final do Ensino Secundário*	No entanto, aquele ano coincidiu com uma situação aguda de doença do seu pai, a única fonte de rendimento do agregado. A mãe precisava do seu apoio e a sua partida para estudar no Continente, à data, não era financeiramente comportável. Por essas razões, a Betânia vira a desistir da sua candidatura. Não chegou sequer a matricular-se. Ficou dececionada com a situação, não tinha um plano alternativo para o seu futuro escolar e profissional.	Dificuldades financeiras Impossibilidade de prosseguir estudos superiores
Um ano de moratória	Decidiu ficar um ano a refletir sobre o que iria fazer no futuro, um ano de reflexão sobre em que investir, escolar e profissionalmente.	
	Colocou como hipótese voltar a candidatar-se no ano seguinte ao ensino superior na Universidade da Madeira. Equacionou Ciências da Cultura, não porque lhe agradasse particularmente os conteúdos, mas por ser a escolha mais conveniente em relação ao	Novo plano profissional

2009

orçamento mensal de que dispunha; assim continuaria a viver na casa dos pais e, dessa forma, pouparia dinheiro em alimentação e estadia.

Primeira experiência de trabalho

Nesse ano de moratória, fez um curso de formação profissional em parafarmácia, não porque tivesse um grande interesse na área, mas com a intenção de ocupar o seu tempo "de uma forma construtiva", diz. O curso teve a duração de oito meses, seguido de um estágio de seis meses numa parafarmácia.

Curso de Formação Profissional

Após o estágio, a Betânia começou a trabalhar como rececionista numa clínica de Mesoterapia onde haveria de permanecer por cinco anos. Ganhava 700 Euros mensais, um valor que lhe possibilitava ter alguma estabilidade financeira. Durante parte desse tempo, continuou a viver com os seus pais, contribuindo financeiramente para o agregado. Essa foi a razão principal pela qual permaneceu durante esse tempo naquela empresa.

Autonomia e estabilidade financeira

2013
Saída da casa dos pais

Com o passar do tempo, abandonou a ideia de voltar a candidatar-se ao ensino superior. Ao fim de 3 anos, a direção da empresa onde trabalhava foi gradualmente reconhecendo o seu empenho e a sua grande evolução em competências técnicas. Era uma funcionária empenhada e competente e a direção soube reconhecer essas qualidades. Gradualmente foi-lhe dada mais autonomia e mais responsabilidade em tarefas de gestão. Ao fim de três anos foi-lhe apresentada nova proposta para dar formação ao pessoal noutras sucursais do grupo, no Continente, para onde a empresa se expandia.

Abandono do projeto de prosseguir estudos superiores

Valorização e reconhecimento profissional

Aceitou a proposta e mudou-se para Lisboa, onde trabalhou durante dois anos, como responsável pela formação da qualidade do atendimento ao público. Sentia-se completamente confiante na realização das tarefas que desenvolvia. Ganhava 750 Euros mensais, acrescido de despesas de alojamento e alimentação. Era autónoma e financeiramente independente.
A clínica onde trabalhou na Madeira acabaria por ser extinta, por não ser financeiramente rentável, mas o grupo manter-se-ia no continente, onde teve mais aceitação.

Satisfação profissional mas total Isolamento social

2015
Primeira experiência de desemprego

Durante os dois anos que viria a permanecer em Lisboa, a sua vida era, nas suas palavras "trabalho-casa". Os seus colegas de trabalho eram mais velhos, tinham vidas e dinâmicas familiares muito diferentes da sua e não teve oportunidade de criar uma rede de amigos, com quem partilhasse os seus interesses. Por essa razão, sentia-se bastante isolada, socialmente. Ao fim de dois anos, por iniciativa própria, a Betânia apresentou a sua demissão. A direção da empresa insistiu para que ficasse, propôs-lhe um aumento de salário, mas não aceitou. Regressou ao Funchal.
Ficou desempregada durante 8 meses.

Novo plano profissional

Pressão institucional para a aceitação de proposta de trabalho

Regresso a casa dos pais

Durante esse tempo, viveu na casa dos seus pais, mas era financeiramente independente. Tinha as suas economias e recebia o subsídio de desemprego.

Segunda experiência de trabalho

Durante o tempo em que esteve inscrita no Centro de Emprego, estava decidida a encontrar trabalho na mesma área. Sentia-se confiante nas suas capacidades. Findo esse tempo, trabalhou numa loja de artigos para o lar, como chefe da secção de artigos de cozinha. Diz ter aceite a oferta de trabalho por obrigação. Caso não o fizesse, perderia o direito ao subsídio de desemprego.
Ganhava 800 Euros por mês. Estava satisfeita com o salário, mas o trabalho era demasiado rotineiro, não lhe permitia ser autónoma nem pôr em prática as estratégias de gestão que dominava e sabia serem mais eficazes. Por não lhe proporcionar qualquer desafio profissional ou aprendizagem de outras tarefas de maior responsabilidade, a Betânia estava insatisfeita com o seu trabalho e, após um ano, apresentou a demissão.

Desajustamento do trabalho às suas expectativas

Novo plano profissional

2016
Segunda experiência de desemprego

Passou por um novo período de desemprego de seis meses. Neste tempo estava decidida a encontrar um trabalho de que realmente gostasse, ainda que tivesse de esperar mais tempo.

Terceira experiência de trabalho

Ao fim desse tempo, encontrou trabalho numa loja de produtos para animais, como responsável de loja, onde se mantém até hoje.
Foram-lhe confiadas desde o início, tarefas de logística, gestão, gestão documental, contabilidade. Começou a ganhar mestria e autonomia nestas áreas e a dar formação a outros funcionários à medida que a empresa crescia e se expandia. É agora responsável por essas tarefas de trabalho.
O seu salário é de 900 euros mensais, um valor que lhe permite ter uma vida financeiramente estável.

Compatibilidade com um estilo de vida privada que valoriza

Saída da casa dos pais

Recentemente saiu da casa dos pais e vive numa casa independente
com o namorado com quem diz ter uma excelente relação afetiva.
Ambos têm trabalhos estáveis e bem remunerados. Partilham as despesas e as tarefas domésticas sem conflitos. Sente-se muito satisfeita com esta mudança de vida recente.
Não pretende vir a ter filhos no futuro próximo. Essa não é uma prioridade para si, de momento.

Possibilidade de crescimento profissional

2017
Expectativas para o seu futuro

A Betânia diz que aprendeu a gostar da área das vendas com o tempo e à medida que foi ganhando experiência e responsabilidade, apesar desta não ter sido uma escolha planeada. "Nunca me imaginei como vendedora", diz. Para si é importante sentir que o seu trabalho é desafiador e que tem autonomia para organizar e desenvolver as suas tarefas profissionais.
O grupo para quem trabalha está em expansão. Já foi informada que tem a possibilidade de trabalhar com o mesmo grupo, no continente, se essa for a sua escolha. A Betânia deixa essa possibilidade em aberto. Caso opte por trabalhar no Continente com o mesmo grupo, não tem quaisquer constrangimentos que a impeçam de fazer essa escolha. Os seus pais e o companheiro apoiam-na nas suas decisões. É uma opção que mantém em aberto.

Satisfação profissional e pessoal

Para já, não pondera mudar de área de trabalho, nem fazer outra formação profissional. Diz sentir-se realizada e segura a nível profissional e diz também ter uma vida mais tranquila e financeiramente estável, em comparação com os seus colegas e amigos da sua faixa etária.
Abandonou a ideia de fazer um curso superior, apesar de ainda ser incentivada pelos pais a fazê-lo. Mantém um grande interesse pela História como área do saber, mas não coloca a possibilidade de fazer um curso de ensino superior, nas suas palavras "pelo menos não para já" porque, diz: "estou bem como estou agora e vou continuar assim até sentir vontade de mudar".

Sobre a sua relação institucional com o Centro de Emprego
nos dois momentos em que esteve desempregada

Através da sua experiência pessoal, a Betânia entende que os serviços prestados pelo centro de emprego foram completamente desajustados e que não foi devidamente apoiada nos momentos em que esteve desempregada. No primeiro momento em que esteve desempregada, sente que foi obrigada a aceitar a oferta de emprego proposta, caso contrário ser-lhe-ia cortado o subsídio de desemprego. Durante o tempo de desemprego foi convocada para assistir a três sessões de informação, todas elas sobre emigração; caso emigrasse poderia continuar a usufruir do subsídio de desemprego por um período de três meses. O facto de ter sido convocada por três vezes para sessões sobre emigração e a maneira como eram apresentados os incentivos a emigrar deu-lhe a sensação de que estava a ser *empurrada* (a palavra é sua) para sair da região. Estas sessões eram especialmente dirigidas a jovens com formação secundária e superior e eram feitas com grupos de 30 a 40 jovens.
Diz nunca ter tido qualquer atendimento personalizado e em nenhum momento foi ouvida em relação às suas preferências profissionais. Na maior parte das vezes que se dirigia ao centro de emprego para pedir ajuda era atendida no balcão da recepção, onde as funcionárias "despachavam-na" com sugestões do tipo "consulte na net". Não lhe eram dadas informações claras e objetivas. Compreende porque é que muitos jovens não se inscrevem nos centros de emprego, porque, no seu entender, existe um sentimento generalizado de falta de ajustamento dos serviços às necessidades dos jovens. A Betânia era ainda obrigada

à apresentação quinzenal (atualmente extinta). Diz que vivia a aproximação desse dia com grande ansiedade. Não havia qualquer privacidade no atendimento e total falta de confidencialidade. Os técnicos apresentavam uma atitude moralista, utilizando frases do género: "você aqui, outra vez?". Isto fazia-a sentir-se culpada pela sua situação profissional e isso deixava-a angustiada. Na sua opinião, não existem gabinetes privados, os técnicos falam demasiado alto, e, diz ter sentido que aqueles partem do princípio que os jovens desempregados têm toda a disponibilidade do mundo para esperar, o tempo que for preciso, até serem atendidos.

Quando perguntámos sobre, e que acha que pode ser melhorado, por parte das instituições no atendimento aos jovens desempregados, sugeriu mais qualidade do atendimento; mais formação dos funcionários, garantia de privacidade, consideração dos interesses dos jovens, informação dos jovens sobre a qualidade e seriedade das empresas onde são colocados.

Narrativa de vida 4

Nome fictício: **André**
Idade: 27 anos
Escolaridade: Ensino Superior
Estado civil: Solteiro, sem filhos
Tempo de desemprego: 18 meses
Situação atual: desempregado NEET; *inativo*
Participação no programa *Garantia Jovem*: Sim

Sinopse:
A narrativa de vida do André esclarece-nos como uma condição de doença crónica em idade precoce é geradora de dependências, frustração pessoal e exclusão social. Esta condição influencia objetivamente a adaptação de preferências escolares e profissionais e pode conduzir a um ciclo vicioso interminável de dependências e distúrbio psicológico, fortemente debilitante e disfuncional. A sua narrativa de vida esclarece-nos também sobre fragilidades dos arranjos institucionais no funcionamento dos programas de apoio aos jovens desempregados NEET mais qualificados.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
Situação atual Agregado familiar	O André tem 27 anos, é natural da cidade de Coimbra. Tem mestrado integrado [redacted] e está desempregado há 18 meses. É solteiro, não tem filhos e vive na casa dos seus pais, cujo agregado familiar é composto por si, o seu pai que trabalha como camionista (4ª classe), a sua mãe que trabalha num lar de idosos (6º ano) e a sua avó materna, reformada. O André tem uma irmã mais velha, atualmente com 35 anos (curso profissional [redacted] equivalente ao 12º ano, não concluído) que vive fora do agregado familiar.	
1990 *Origens familiares*	Durante os seus primeiros anos, os seus pais trabalhavam ambos como vendedores ambulantes e viveram em vários pontos do país, por curtos períodos de tempo. Durante essa fase, o André acompanhou-os e a irmã ficou aos cuidados da avó materna. Quando tinha cinco anos, por ter vários problemas de saúde; dificuldades respiratórias, bronquite e alergias que exigiam alguns cuidados especiais e que não eram compatíveis com uma vida de trabalho itinerante, a família decidiu fixar residência nos arredores de Coimbra, na casa dos avós maternos.	Instabilidade económica
	O facto de ter sido uma criança com problemas de saúde, que obrigou todos os elementos da família; pais e irmã a adaptarem-se à sua condição, fê-lo sentir-se desde cedo, diz, como um "fardo", um "obstáculo" na vida da sua família. Este sentimento de culpa era particularmente forte em relação à sua irmã. Porque sempre necessitou de cuidados especiais, entende que a sua irmã foi privada da atenção e carinho dos pais e, nas suas palavras, "é como se não tivesse tido infância" porque "teve de crescer muito depressa". Tudo "por sua causa", entende. Este sentimento de culpa haveria de acompanhá-lo em todo o seu percurso de vida, até ao presente, e será um pensamento recorrente ao longo da narração da sua história.	Problemas de saúde
1995 Primeiro ciclo	O André frequentou o primeiro ciclo numa aldeia nos arredores de Coimbra. Nesta fase do seu percurso escolar, diz ter sido sobreprotegido por parte dos seus pais, que não o autorizavam a sair da sala de aula para brincar com os colegas. Durante os intervalos das aulas continuava na sala de aula sentado "a olhar para os seus colegas que brincavam lá fora", diz. Os pais entendiam que assim o protegiam e poupavam-no do agravamento da sua doença. Por algum tempo foi vítima de *bullying* por parte dos colegas que faziam troça de si. Isto deixava-o "rancoroso, nervoso e frustrado" e com um sentimento de impotência em defender-se.	

No final do primeiro ciclo foi operado à garganta, ouvidos e nariz e, por necessitar de melhores condições de higiene do que aquelas que esta escola oferecia, mudou-se para outra escola onde frequentou o segundo e terceiro ciclos.

Bullying: vítima

1999
Segundo e terceiro ciclos

Esta mudança de escola foi transformadora para si. Nunca tinha frequentado a escola sem as restrições de permanecer em sala de aula e isso era um sentimento libertador para si. Queria ser admirado e respeitado pelos seus colegas e, por isso, juntou-se a um grupo restrito de colegas mais rebeldes. Juntos faltavam às aulas com frequência e envolviam-se em conflitos e agressões.

Primeira grande aprendizagem de vida

O evento mais significativo desta fase do seu percurso de vida surgiu no seguimento de uma violenta agressão da sua parte para com um colega. As discussões em casa entre os pais eram também recorrentes, mas esta sua agressão violenta ao colega motivou uma forte discussão entre os seus pais, com acusações de ambas as partes e ameaças de separação do casal.

Bullying: agressor

2004
Transição para o Ensino Secundário

Este episódio foi particularmente marcante para si porque foi o momento em que compreendeu que os seus atos de rebeldia "tinham mais consequências negativas do que positivas", diz. Decidiu que doravante teria uma conduta mais pacífica.

No final do terceiro ciclo começou a considerar o ingresso numa carreira militar. Através dos serviços de orientação escolar e profissional da sua escola foi alertado que a sua condição de saúde era um forte condicionante à realização dessa escolha. Sentiu-se muito triste e frustrado com a impossibilidade de realizar esta escolha. Voltaria a insistir mais tarde nessa opção, por várias vezes, sem sucesso.

Tem dificuldades em objetivar aquilo que o atraía (e ainda o continua a atrair) na vida militar; se a disciplina, a hierarquia, o método e o controlo próprios da vida militar se o sentido de dever para com o seu país.

Escolha de uma carreira militar

Confrontado com aquela impossibilidade e sem ter um plano de estudos alternativo definido, escolheu frequentar o Curso Tecnológico de Informática. Fê-lo por exclusão de partes, não porque conhecesse os conteúdos do curso ou estivesse particularmente motivado a frequentá-lo. Foi uma escolha efetuada no acto da matrícula. Até o dia de matrícula, não fazia ideia que curso haveria de frequentar.

Limitações físicas; problemas de saúde

Ficou colocado numa turma constituída por alunos mais velhos que tinham um estilo de vida muito diferente daquele que escolhera para si; eram bastante conflituosos e muitos deles pretendiam abandonar os estudos. "Eram poucos os seus colegas que se destacavam pela positiva" e não estava disposto a integrar-se naquele grupo porque "já tinha tido a sua dose de rebeldia", diz. Foi por essa razão que frequentou aquele curso apenas durante o 10º ano, findo o qual decidiu mudar para o Curso de Ciências Sociais e Humanas, onde permaneceria até o final do 12º ano. Escolheu este curso não porque desta vez ponderasse os conteúdos, mas porque tinha um interesse amoroso por uma menina da mesma turma. A motivação dessa escolha foi exatamente essa. Com o tempo, foi aprendendo a gostar de História, Filosofia e mais tarde Sociologia, as disciplinas estruturantes do curso. Concluiu o Ensino Secundário com média de 14 valores.

Frequência no Curso Tecnológico de Informática

2009
Conclusão do Ensino Secundário

Não identificação com os colegas de turma

Reestruturação da escolha; Curso de Ciências Sociais e Humanas

No final do Ensino Secundário decidiu candidatar-se ao Ensino Superior. Escolheu o curso de Criminologia na Universidade do Porto, como primeira opção. Naquela altura já havia tentado entrar no Exército por duas vezes, sem sucesso. Entendia que a Criminologia de certa forma, estava relacionada com a carreira militar, mas não foi aceite. Candidatou-se à segunda fase. A sua escolha recaía agora em Estudos Europeus, sem grandes convicções. Escolheu esta opção por ser o curso que frequentavam os seus melhores amigos. Por lapso, no acto da matrícula, colocou o código do curso errado e ficou colocado noutra escola. Matriculou-se e pediu transferência para [redacted] Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra. Finalmente foi aceite. Concluiu a licenciatura em Estudos Europeus com uma média de 14 valores e ingressou em mestrado [redacted]. Durante parte da frequência na licenciatura e mestrado viveu na casa dos pais. Durante esse tempo, começou a interessar-se pela atividade política e associativismo. Envolveu-se na política local e na Associação Académica de Coimbra. Acabaria por apresentar a sua demissão à AAC a meio do mandato, por conflitos internos.

2009
Entrada no Ensino Superior

2014
Conclusão da licenciatura

2015

Primeira experiência de trabalho

Durante a redação da tese de mestrado tomou a decisão de trabalhar num *call center* para ganhar algum dinheiro. Não queria continuar a depender financeiramente dos pais. Recebia o ordenado mínimo, por volta de 500 euros mensais. Este valor não era suficiente para ser financeiramente independente e, por essa razão, manteve-se na casa dos pais. Após alguns meses, deixou aquele trabalho por não conseguir conciliá-lo com a redação da tese, a sua prioridade na altura, diz.

Estudos Europeus na FLUC

Associativismo e política

Durante um mês, dedicou-se exclusivamente à redação da tese. Defendeu-a com 15 valores. No seu entender, foi subavaliado por apresentar uma opinião divergente da do coordenador do curso de mestrado, com quem já havia tido alguns conflitos.

Desemprego

Após a defesa da tese, esteve algum tempo à procura de trabalho, sem sucesso.

Após um mês, regressou para o c*all centre* e decidiu sair da casa dos pais. Partilhava casa com uma amiga. Nesta altura trabalhava a tempo inteiro e conseguia, nas suas palavras "pagar as contas". Não tinha um horário de trabalho certo, trabalhava por turnos. O seu vencimento era demasiado escasso (pouco mais do que o salário mínimo) e não era suficiente para ter uma vida que valorizava.

Não conciliação com o estudo

Apresentação de demissão

Segunda experiência de trabalho

Dificuldades financeiras

Saída da casa dos pais

Vivia socialmente isolado e não se sentia realizado profissionalmente. Não estava a fazer progressos para ter uma vida financeiramente estável e não sentia que a sua situação fosse melhorar num futuro próximo. Sentia-se frustrado, triste e desiludido consigo próprio.

Regresso ao trabalho em *Call Center*

Independência financeira precária

Por esta altura iniciou o consumo massivo de substâncias psicoativas, particularmente haxixe, erva e álcool. Por várias vezes chegou a entrar no trabalho sem dormir, vários dias consecutivos. Alimentava-se mal, evitava regressar a casa e afastou-se dos pais. Apesar do seu trabalho não ser minimamente satisfatório, sentia que era a única coisa positiva que tinha. Não tinha outra forma de obter rendimento e era um motivo para se levantar da cama todos os dias. A escrita passou a ser um refúgio para si. Rápido começou a nutrir um ódio crescente à sua pessoa e aos seus pais. Sentia-se "um fardo" para os seus pais e impotente para mudar a situação incómoda em que estava. Manteve-se nesta situação autodestrutiva por seis meses.

Insatisfação e frustração com o trabalho

Isolamento social

Consumo massivo de substâncias psicoativas

Esse período de consumos massivos e trabalho altamente precário agravaram a sua situação de saúde precária. Começou a sentir dores agudas no peito e foi internado de urgência nos Hospitais da Universidade de Coimbra com um pneumotórax. Não queria informar os pais da sua situação, mas foi forçado a fazê-lo pelos médicos que o acompanharam, dada a gravidade da sua condição de saúde. Foi operado e, por não ter outra alternativa, viu-se forçado a regressar para casa dos seus pais.

Primeiro episódio de depressão

Agravamento de doenças respiratórias

2015 Internamento hospitalar

Esteve nove meses de baixa. Nesta fase não recebia qualquer apoio social pelo facto de não ter descontado 12 meses consecutivos para a Segurança Social, enquanto esteve no *call center*, condição essencial para ter direito a subsídio de desemprego.

Inexistência de apoios sociais por não reunir condições mínimas

Mais uma vez estava financeiramente dependente dos seus pais. Mais uma vez sentia-se "um fardo" para os seus pais e a irmã. Durante este tempo, aplicou todas as suas escassas poupanças em livros, que os lia compulsivamente "para ocupar a cabeça", diz. Com frequência tinha ataques de ansiedade e raiva; choro compulsivo e hiperventilação. Procurou ajuda psicológica para lidar com essa situação de mal-estar psicológico, sem o conhecimento dos pais, "sentia-me um falhado, um incapaz, tinha vergonha de mim próprio". Sentia que a razão maior de ser destes episódios depressivos era a sua dependência dos pais e da irmã, mas evitava a todo o custo esse confronto.

Baixa médica por doença

Dependência financeira dos pais

Regresso a casa dos pais

Segundo episódio de depressão

Acompanhamento psicológico

Nesta fase de pós-operatório tentou ainda regressar ao seu trabalho no *call center*, apesar de ter sido desaconselhado a expor-se a lugares com ar condicionado, pela sua condição de saúde. Fê-lo por necessidade, porque precisava de ganhar algum dinheiro para as suas despesas diárias. Além disso, precisava de sair da sua situação de confinamento na casa dos pais, sentia saudades dos colegas de trabalho. Após alguns dias, desenvolveu uma infeção pulmonar.

2015 Terceira experiência de trabalho

Regresso ao trabalho em *Call Center*

Inscrição no IEFP

Inscreveu-se no IEFP. Passado algum tempo foi-lhe proposto um curso profissional de quatro meses, em Marketing Internacional. Receberia 230 euros mensais, acrescidos de despesas de transporte a alimentação. Aceitou a proposta.

Curso profissional em Marketing internacional

Simultaneamente decidiu inscrever-se num mestrado em Marketing na Universidade de Aveiro, em regime pós-laboral. Escolheu este curso porque lhe possibilitava a criação de conteúdos e coordenar com o seu interesse pela escrita. Viria a suspender a frequência neste curso mais tarde, por dificuldades financeiras.

Inscrição em mestrado em Marketing na Universidade de Aveiro

2016 Estágio Profissional IEFP

O curso do IEFP incluía estágio profissional de três meses. Iniciou-o numa empresa de *branding* em Aveiro. Este estágio não correspondeu às suas expectativas porque essencialmente "só tirava fotocópias", diz. Devido à operação recente a que tinha sido submetido não tinha destreza para fazer outras tarefas fisicamente mais exigentes, como a prensagem de camisolas.

Mudança de estágio profissional

Desistiu daquele estágio e propôs ao IEFP um outro estágio; desenvolver um trabalho de *web design* e comunicação numa outra empresa. Este seria um trabalho fictício. Contactou a diretora de uma pequena empresa, sua conhecida, e pediu-lhe que confirmasse que comparecia diariamente ao "estágio". A amiga aceitou fazê-lo e o André passou a ficar em casa, usufruindo da bolsa do estágio do IEFP.

Passado este tempo, diz que lamenta ter tido esta atitude, não por ter cometido uma fraude, mas por ter perdido a oportunidade de ter ficado naquela empresa.

Findo essa formação e o tempo de estágio profissional (que sabemos fictício) o André não conseguiu arranjar trabalho. Voltou a estar numa situação de desemprego.

Desemprego

Esta fase, coincidiu com o fim de uma relação amorosa que mantinha há alguns meses. Ambos estavam na mesma situação de desemprego e ambos viviam na casa dos pais de quem eram financeiramente dependentes. Sentiu que aquela situação de dependência recorrente impossibilitava qualquer relacionamento amoroso.

Dificuldades financeiras

Passou de novo por um quadro depressivo; não conseguia dormir e sentia-se triste e desiludido consigo próprio.

Terceiro episódio de depressão

Por esta altura decidiu dar um tempo para refletir sobre a sua vida; compreender o porquê do seu insucesso recorrente. Ficaria durante o verão sem procurar trabalho.

Durante esse tempo, para ganhar algum dinheiro, começou a fazer negócios de especulação através da internet e das redes sociais. Fazia-o quando precisava de ganhar algum dinheiro para alguma atividade social sua e para evitar pedir dinheiro aos seus pais.

Negócios de especulação na internet

2016 IEFP proposta de estágio profissional

Findo esse tempo, voltou a pedir ajuda ao IEFP para encontrar um trabalho. Foi-lhe proposta a realização de um outro estágio numa empresa de marketing. Contudo, a formalização desse estágio atrasou-se por vários meses. Durante esse tempo, envolver-se-ia noutra atividade que o levaria a desistir do estágio proposto.

Durante alguns meses, trabalhou informalmente numa empresa de distribuição de bebidas, um trabalho que viria também a abandonar por não corresponder às suas expectativas. Era fisicamente demasiado pesado para a sua frágil condição de saúde. Sentiu-se enganado, uma vez que inicialmente havia-lhe sido proposto que trabalhasse na área do marketing.

Apresentação de demissão

Desemprego

Apresentou a demissão e ficou mais uns meses no desemprego sem ter direito a qualquer subsídio de desemprego. Continuou a ser financeiramente dependente dos pais.

Quarta experiência de trabalho

Técnico de controlo de qualidade

Através de um amigo da política, foi-lhe apresentada uma proposta de trabalho numa tipografia, onde foi admitido em regime de trabalho temporário para a área de controlo de qualidade. Após alguns meses, foi-lhe proposto pela direção da empresa contrato de trabalho a tempo inteiro, com um vencimento de 700 euros mensais no departamento de controlo de qualidade.

Satisfação salarial, mas insatisfação com o trabalho

Rejeição de proposta de trabalho

Não aceitou a proposta por não ser um trabalho desafiante para si. Entendia que era demasiado repetitivo. Compreenda-se que alguns meses mais tarde viria a apresentar candidatura para o lugar de analista de marketing naquela mesma empresa, mesmo sabendo que seria difícil voltar a ser readmitido "após lhes ter virado as costas", diz.

Dificuldades financeiras

Desemprego

Voltou a ficar em situação de desemprego e por mais uns meses dependente financeiramente dos pais.

As tensões familiares aumentaram. Os seus pais não compreenderam por que desistira da proposta de contrato de trabalho. Pediu-lhes paciência e apoio. Para si era importante encontrar um trabalho que o realizasse profissionalmente e que não fosse agressivo para a sua saúde. Para isso tinha de ser mais ponderado na procura de emprego.

Durante mais alguns meses dedicou-se a enviar o seu *curriculum vitae* para algumas empresas do seu interesse. Foi convocado para várias entrevistas, numa das quais depositou grande esperança de vir a ser contratado; a BOSH. Entendia que o seu perfil se enquadrava perfeitamente no tipo de trabalho a que se candidatava, o de responsável pelos recursos humanos. Não foi aceite. Sentiu-se frustrado e desiludido. Não compreendia o que estava a falhar na sua procura de trabalho. Tinha fortes expectativas que aquela seria a sua grande oportunidade para ter um trabalho que realmente gostasse e que lhe trouxesse estabilidade.

Fim de relacionamento amoroso

Quarto episódio de depressão

Na mesma altura, acabou um novo relacionamento amoroso, diz, em boa medida por causa da sua instabilidade financeira recorrente.
Voltou a passar por um episódio depressivo, desta vez bastante agressivo.

Foi na sequência destes acontecimentos que decidiu registar toda a sua frustração e dor no seu corpo. Num impulso, tatuou no seu corpo uma caveira num grande fundo negro, que "representa a minha dor envolta na minha escuridão interior", diz. A sua confrontação diária com esta imagem fortemente negativa agravaria ainda mais a sua frustração e sentimento de fracasso em relação à sua vida.

Tatuar no corpo o sentimento de fracasso

Num momento de forte mal-estar confrontou-se com a irmã e os pais. Desabafou com eles todas as suas frustrações até então acumuladas. Explicou à irmã que se sentia fortemente culpado por ela haver "desperdiçado a sua vida", "por causa dos seus erros" e que sofria muito com isso. Apesar de a irmã não confirmar tal coisa e reforçar o seu amor incondicional por ele, o André continua a ter dificuldade em aceitar isso. Sente que a sua existência é a principal razão por que ela desistiu do curso e não tem uma vida melhor. Nas suas palavras "ela não tem uma vida melhor porque eu existo".

Confrontação com os pais

Esse momento para si, tão marcante e doloroso, foi também libertador.
A discussão com os seus pais foi verbalmente muito agressiva, com acusações de ambas as partes.
Essa confrontação foi importante para si, mas acha, infelizmente, que ela não veio alterar em nada a maneira depreciativa como os seus pais lidam consigo.
A mãe continua a procurar trabalho para ele, no seu entender, de forma altamente disfuncional e precipitada que em nada o ajuda; envia currículos e entra em contacto com instituições sem o seu consentimento e isso tem vindo a criar ainda mais atrito na sua relação com ela.

Regresso ao trabalho de call center

Apresentação de demissão

Fim de relacionamento amoroso

Apesar do ambiente familiar altamente disfuncional, o André continua a viver na casa dos pais.

Por um curto período de tempo voltou a trabalhar temporariamente no mesmo *Call Center*. Esse retorno à sua vida anterior fê-lo reviver de novo aquele período de grande insatisfação e isolamento que o levou ao consumo massivo de estupefacientes.
Foi para evitar esse mal-estar que voltou a demitir-se do trabalho.

Recentemente terminou outro relacionamento amoroso, tendo sido acusado de não ser capaz de contribuir para uma relação tranquila e estável.

Quinta experiência de trabalho

Numa consulta de rotina recente, o André descobriu ter "um nódulo nos pulmões".

Desemprego

Foi informado que existe a forte possibilidade de ter cancro nos pulmões e isso deixa-o muito ansioso e assustado. Está a ser acompanhado numa Instituição privada em

Lisboa. Sente-se hesitante em aceitar a ajuda dos seus pais para pagar as consultas naquela Instituição.

Complicações de saúde

Neste momento o André tem a expectativa de integrar um programa de *Trainees* que terá início em setembro, deste ano. Está já preocupado com a possibilidade de poder vir a ser excluído por ter idade superior a 25 anos, uma linha de corte para a participação deste programa.

Até lá continua a procurar um trabalho de que goste. Tem procurado trabalho em todo o país e até desenvolveu um método de procura de emprego. regista numa folha de cálculo as centenas de contactos institucionais e cataloga minuciosamente por cores o estado de cada candidatura. "Procurar trabalho é o meu trabalho a tempo inteiro", diz. Coloca também a hipótese de emigrar, mas não sabe concretizar possibilidades.

Expectativas para o futuro

Continua a viver na casa dos pais de quem é financeiramente (e afetivamente?) dependente. Já começou o processo de remoção da tatuagem. Pediu dinheiro à irmã para o fazer.

Sobre a sua relação institucional
com o Centro de Emprego como jovem desempregado

Antes de dar o seu consentimento para a participação neste estudo, o André colocou como condição de participação que não tivéssemos qualquer relação institucional com o IEFP.

Este jovem, avalia a sua relação com o IEFP como altamente negativa. Diz que quando se dirige ao IEFP para pedir ajuda, é sempre tratado com uma atitude depreciativa "com um revirar de olhos". No seu entender, existe total falta de empatia por parte dos técnicos e total falta de privacidade para os jovens exporem os seus problemas. Os técnicos falam muito alto, e isso intimida e afasta-os da instituição. Existe um certo sentimento de vergonha por parte daqueles que procuram ajuda no IEFP e acredita que esse sentimento é incitado pelo próprio centro de emprego, ao adotarem aqueles comportamentos. O André critica também algumas normas de funcionamento adotadas. Por exemplo, a obrigatoriedade em aceitar as propostas de formação; caso o jovem desempregado não o aceite, é anulada a sua inscrição por um período de três meses.
Isto leva-o a crer que o IEFP está mais interessado em empregar os seus formadores do que ajudar os jovens a encontrar trabalho. Ou seja, entende que as políticas adotadas pelo IEFP beneficiam mais os seus empregados e menos os desempregados. Quando perguntámos o que poderia ser melhorado sugere que essencialmente deveria haver melhor formação dos técnicos para informar os jovens clara e objetivamente e sem fazer julgamentos. Sugere também que seja criada uma base de dados funcional sobre ofertas de emprego; ordenadas por nível de formação e que sejam enviadas notificações para os jovens inscritos. Sugere também que os processos de realização de estágios profissionais sejam menos morosos, dado que a morosidade e burocracia deste processo promove e incita uma relação de trabalho não declarado e precário entre o estagiário e a empresa.

Narrativa de vida 5

Nome fictício: **O. Maria**
Idade: 29 anos
Escolaridade: frequência no Ensino Superior
Estado civil: casada, dois filhos
Tempo de desemprego: 26 meses
Situação atual: desempregada NEET; *inativa*

Sinopse:
A narrativa de vida da O. Maria informa-nos como o medo e a insegurança política e económica do país influenciam o abandono escolar e pressiona à emigração ilegal.
Dá-nos conta também de como a maternidade precoce, os maus tratos e a violência doméstica conduzem a um ciclo interminável de dependência e exclusão social e pressionam à adaptação de preferências que vão exclusivamente no sentido da manutenção da sobrevivência individual.
A sua narrativa de vida esclarece-nos também sobre a ineficácia dos programas oficiais de apoio aos jovens NEET mais vulneráveis, com menores a seu cargo.
Fica claro que ativar esta jovem para o emprego, pressupõe o garante de condições prévias para que possa ter autonomia para realizar as escolhas que valoriza.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
1987 *Situação atual*	A O. Maria tem 29 anos, frequentou o curso de Tradução de Inglês/Alemão (Ensino Superior), tem dois filhos (seis e cinco anos) e está desempregada há 26 meses. É natural de [redacted] Sibéria (Rússia) [redacted] de onde emigrou para Portugal em 2007. Atualmente vive com a mãe e os dois filhos no Porto. É a segunda filha de um casal de emigrantes russos; o pai é engenheiro mecânico e a mãe é arquiteta, ambos com formação superior. Tem um irmão mais velho, professor de Inglês/Alemão (curso superior de Pedagogia) que vive temporariamente no agregado familiar.	
Origens familiares	Os primeiros anos de vida da O. Maria, foram vividos no início da década de noventa, em pleno processo de dissolução da União Soviética. O país atravessava grandes convulsões políticas e económicas. Foi uma altura de grandes dificuldades financeiras, fome e racionamento alimentar. Apesar das dificuldades económicas generalizadas, a sua família conseguiu manter algum equilíbrio financeiro. Os pais eram trabalhadores independentes; tinham um pequeno negócio no centro da cidade [redacted] e eram bem-sucedidos. O seu pai inventara uma técnica de conversão de conteúdos áudio de LPS para cassete que teve grande procura na altura e o agregado familiar vivia do rendimento daquele negócio que prosperava. A O. Maria lembra a década de noventa da sua infância como um tempo em que aconteciam coisas "muito estranhas", diz.; muitas pessoas (vizinhos e professores) desapareceram ou suicidaram-se; os seus professores estavam sempre a mudar. As pessoas viviam assustadas, com grandes dificuldades e com um grande sentimento de incerteza perante o futuro.	Grande instabilidade política Ambiente de incerteza política e económica e medo
1994 Ensino Básico e Secundário	A O. Maria fez todo o seu percurso escolar (ensino básico e secundário) [redacted] Até aos 16 anos frequentou uma escola de artes e, nessa altura ponderava estudar Design ou Arquitetura. Acha que sempre teve uma grande sensibilidade para as Artes, talvez por influência da sua mãe, arquiteta. Dos 16 aos 18 anos frequentou um curso livre de Psicologia. Vivia com os seus pais, que lhe incutiram desde cedo a importância de ser uma mulher autónoma e financeiramente independente. Terminado o ensino obrigatório (de 11 anos), a Maria decidiu candidatar-se ao ensino superior. A sua escolha final recaiu sobre o curso de Tradução de Inglês/Alemão no Instituto de Línguas. [redacted] Escolheu este curso não porque	Escola de Artes

Entrada no Ensino Superior

tivesse na altura um grande interesse por aquelas línguas, que, na verdade, tinha algumas dificuldades. Fê-lo por influência do pai que entendia que o domínio de línguas estrangeiras lhe possibilitaria mais oportunidades profissionais no futuro, incentivando-a a sair do país para ter uma vida financeiramente mais estável.

Curso de tradução Inglês/Alemão no Instituto de Línguas

O ensino superior era gratuito para os alunos de excelência; para aqueles que concluíam o ensino obrigatório com as melhores notas. Os restantes alunos teriam de pagar propinas na sua totalidade. Todavia, era prática frequente contornar o sistema. Aqueles alunos mais fracos, mas com recursos financeiros, por vezes subornavam os professores examinadores (facilmente subornáveis, diz, porque recebiam um ordenado muito baixo), dando-lhes parte do valor financeiro do curso; normalmente o equivalente ao valor dos primeiros anos. Apesar de essa ser uma prática recorrente, ela não garantia a permanência do aluno até ao final do curso. O nível de exigência na faculdade era muito elevado e apenas os alunos com boas notas manter-se-iam até o final do curso. Caso contrário, seriam convidados a sair.

O curso de tradução era muito concorrido na altura por muitos jovens que pretendiam emigrar para o Ocidente e era particularmente rigoroso. Dos alunos era pedido total empenho e mestria. Na altura, a O. Maria era uma aluna mediana na língua inglesa e para atingir mestria no Inglês que lhe garantisse entrada no curso teve explicações intensivas. Foi por isso admitida com boas notas, mas não suficientemente elevadas para integrar o grupo de excelência, com isenção de propinas.

Manter-se-ia naquele curso por dois anos, diz, com grande empenho e sacrifício pessoais, porque investia a maior parte do seu tempo no curso e praticamente não tinha vida social. Concluiu o segundo ano com boas notas, mas foi forçada a desistir por falta de recursos financeiros para o pagamento da propina.

Grandes dificuldades financeiras

Aquela altura coincidiu com a separação dos seus pais e o seu pai recusou-se continuar a financiar os seus estudos. A mãe propôs-lhe pedir um empréstimo para que pudesse concluir o curso, mas a O. Maria não aceitou. Entendia que seria demasiado esforço financeiro sem quaisquer garantias de encontrar emprego na sua área. Na altura, sabia que se quisesse trabalhar como tradutora teria de mudar de cidade, eventualmente para Moscovo ou S. Petersburgo, cidades onde o custo de vida era muito elevado e que então desconhecia e onde não teria meios de subsistência. A maior parte dos jovens da sua cidade, com cursos superiores, não tinham trabalho na área e sujeitavam-se a trabalhar por conta de outrem, na sua maioria em serviços de vendas, com ordenados muito baixos. Outros, após tanto esforço para concluírem os cursos superiores eram forçados a emigrar para países que não dominavam a língua e sujeitavam-se ao trabalho indiferenciado. A Maria sentia que este seria também o seu caminho.

Desistência do curso superior

No ano que se seguiu sentiu-se desorientada e triste. Não tinha quaisquer perspetivas de trabalho e não sabia que rumo dar à sua vida. Uma vez que não tinha qualquer compromisso que a obrigasse a permanecer na Rússia, por sugestão do pai, acompanhou-o numa viagem a Portugal, de visita a um amigo instalado em Santa Maria da Feira. A O. Maria gostou muito do país; do clima e da hospitalidade das pessoas. Achou que não seria difícil encontrar um trabalho e organizar a sua vida cá. Quis ficar, mas o seu pai na altura não a autorizou. Gostaria que a filha planeasse melhor a vinda para Portugal. Regressou para a Rússia onde esteve mais um ano.

Desemprego prolongado

Esse ano coincidiu com uma fase de grandes dificuldades financeiras por parte da sua mãe, com quem vivia; trabalhava por conta própria, mas o seu pequeno negócio entrou em falência. Juntas, tomaram a decisão de se mudarem para Portugal. Tiveram o apoio do pai que decidiu ficar na Rússia. Arrendaram o apartamento de família onde viviam [redacted] e, com esse dinheiro fizeram a mudança para Portugal.

Grandes dificuldades financeiras

Instalaram-se [redacted] temporariamente, na casa do amigo do pai e depois num apartamento arrendado por aquele. Saberia mais tarde que aquele amigo inflacionava os preços e cobrava-lhes dinheiro por serviços de que não usufruíam. Mas naquela altura não dominava a língua portuguesa; levaria três anos para falar

2007
Imigração para Portugal

fluentemente o Português, não estava familiarizada com as leis portuguesas e confiava na boa vontade daquele homem.

A sua adaptação a esta transição de vida foi relativamente fácil; gostava da cidade que sentia como acolhedora. Passados nove meses, encontrou um trabalho numa empresa de imobiliário, como distribuidora de panfletos publicitários. Era uma trabalhadora muito empenhada e foi convidada a permanecer na empresa como empregada de limpeza. Manteve-se nesse trabalho durante um ano. Ganhava cinco euros por hora e, nessa altura, o seu vencimento era o único sustento do agregado familiar.

Adaptação ao país

Permaneceria ilegal no país durante três anos. Durante esse tempo fazia trabalho temporário, pago à hora, um valor nunca superior a cinco euros.
A família usufruía do apoio da comunidade em bens de primeira necessidade (alimentação, vestuário) e recebiam apoio informal de uma rede de amigos que as ajudavam a arranjar trabalho. Fez trabalho doméstico em casas particulares, trabalhou em restaurantes, cafés, lojas e numa fábrica de roupas. Sempre "sem documentos", diz. Com esse apoio de uma rede de amigos conseguiam ir renovando o título de residente temporário, ano após ano, durante três anos.

Trabalho temporário

2009

Durante este tempo, a Maria conheceu um rapaz que viria a ser o pai dos seus dois filhos. Era filho de um casal de imigrantes Ucranianos radicado legalmente em Portugal há quase uma década.
Eram dois jovens muito diferentes; ele tinha pouca escolaridade (era soldador), não tinha nenhuma ambição de futuro e isso chocava com o desejo da O. Maria ter um futuro melhor, tinham culturas muito diferentes e não falavam a mesma língua; ela era russa e ele ucraniano. Mas, eram amigos e gostavam um do outro. Apesar das suas diferenças, casaram-se passados cinco meses.
Compreenda-se que a O. Maria estava ilegal no país há já três anos, com dificuldades em reunir todas as condições para proceder ao processo de legalização. Tinha um sentimento de urgência para resolver aquela situação, caso contrário ponderava regressar para a Rússia. Se casasse com aquele amigo que estava legal e que lhe ofereceu ajuda, poderia ter um percurso mais facilitado. Perceberia mais tarde que não.

Casamento e primeira gravidez

Foi viver para a casa dos pais do marido e passados poucos meses engravidou. Enquanto lá esteve, era financeiramente dependente do marido, que recebia o ordenado mínimo.
A convivência com os sogros, com o tempo, tornou-se bastante difícil, especialmente durante a sua gravidez, altura em que passaram a trata-la mal. O marido começou a consumir álcool em excesso e por várias vezes agrediu-a fisicamente. A O. Maria alimentava-se muito mal e toda a sua gravidez foi passada num estado de permanente ansiedade e stress. Queria sair da casa dos sogros, queria viver em casa independente, mas não teve o apoio do marido para que isso acontecesse, até ao nascimento da filha.

A mudança aconteceu nos dias que se seguiram ao parto. Três dias depois do parto o casal mudou-se para um apartamento.
Nem a O. Maria nem o marido estavam preparados para aquela transição. A casa não reunia as condições mínimas necessárias para receber um recém-nascido, não tinham preparado o enxoval do bebé e a tensão entre o casal agravou-se.

Residência independente

Nascimento da primeira filha

Agora, passados seis anos compreende o quão imaturos eram na altura. Não sabiam como cuidar de um bebé. A O. Maria nunca havia tido contacto com bebés, não fazia ideia do que fazer, como proceder com a alimentação e a higiene. Eram ambos muito jovens, ele tinha apenas 21 e ela 23 anos.

Isolamento e falta de apio

Durante o mês de dispensa de paternidade, o marido não foi a casa; "estava sempre a beber", e não colaborou em nada. Exausta, isolada, privada de sono e sem saber como cuidar da filha, a O. Maria quis matar o companheiro. Chegou a planear fazê-lo. Não o fez. A sua mãe ajudou-a a ultrapassar esta fase. Passados dois meses, cada um regressou para casa dos seus pais, ele sem nada, ela com a filha.

Regresso a casa da mãe

Separação conjugal

Foi neste clima de stress e por extrema necessidade que a O. Maria começou a falar Português; "desbloqueei", diz, porque necessitava de pedir ajuda. Conseguiu um apoio social para a filha e alguns bens de primeira necessidade, através do apoio da comunidade. Continuou a viver na casa da sua mãe de quem era financeiramente dependente.

Dependência financeira

Passada a turbulência emocional do puerpério e depois de estar mais adaptada ao bebé, a O. Maria fez algumas tentativas de reconciliação com o marido. Após nove meses, voltou a engravidar.

Retorno à casa dos sogros

Hesitou em ter o filho, o casal continuava separado e o marido não colaborava nas despesas do agregado, mas decidiu levar avante a gravidez.

Violência doméstica e maus tratos

Tentativa de reconciliação

Houve nova tentativa de viver em conjunto e a O. Maria regressou a casa dos sogros, com a filha.

Regresso a casa da mãe

Em pouco tempo, tudo voltou a ser como dantes; recomeçaram os maltratos, voltou a alimentar-se mal e a situação com o marido voltou a piorar. A algumas semanas do nascimento do segundo filho, o marido emigrou para a Alemanha e a O. Maria regressou a casa da mãe. Este regresso foi muito difícil para si. Sentia-se envergonhada por ser dependente da mãe e por regressar a casa grávida, pela segunda vez.

Segunda gravidez

Trabalho precário e temporário

Separação

A O. Maria tem pendente o pedido de equivalência de habilitações porque ainda não conseguiu juntar o valor necessário para pagá-lo.

Trabalho precário

Ao longo dos últimos anos, tem tido muitas dificuldades em arranjar trabalho, apesar de ser muito ativa na procura de emprego. [tivemos oportunidade de presenciar isso numa das nossas várias entrevistas realizadas num estabelecimento comercial em Santa Maria da Feira. Sem que nos informasse previamente, tomou a iniciativa de perguntar ao empregado se procuravam uma funcionária. "Ouviu? Respondem-me sempre isto", disse, depois de o empregado lhe responder que sim, mas a vaga fora preenchida exatamente umas horas atrás].

Inscrição no Instituto de Emprego

Informalmente tem encontrado trabalho temporário como empregada de limpezas. Não consegue ser contratada para outro tipo de trabalho.

Desde que o segundo filho entrou no infantário, aos sete meses, inscreveu-se no Instituto de Emprego e, por sua iniciativa, tem frequentado vários cursos de línguas; Inglês, Francês e Português. Por ter um nível de excelência na língua inglesa, foi informada pelos formadores que, quando tivesse todo o processo de legalização e de equivalência de habilitações concluídos, teria a possibilidade de ingressar no curso de tradução da faculdade de letras da Universidade do Porto.

O marido continua emigrado, sem manter contacto regular com os filhos e sem cumprir regularmente com a pensão de alimentos dos filhos, mesmo depois de a O. Maria ter recorrido da ajuda do Tribunal de Família e Menores.

Apoios sociais

Atualmente tem apoio social para a habitação; vive com os dois filhos em casa independente por um valor reduzido (cinco euros) e recebe algum apoio dos sogros em bens materiais (roupas ou material escolar).

Processo de legalização

No presente, a Maria já está legalizada e os seus filhos, bilingues, estão plenamente integrados na escola da sua área de residência.

Os filhos têm nacionalidade portuguesa, mas a Maria gostaria que tivessem dupla nacionalidade; portuguesa e russa. No entanto, para que tenham nacionalidade russa, é necessária a autorização do ex-marido, que se opõe a este processo.

Ele preferia que os meninos tivessem dupla nacionalidade, portuguesa e ucraniana.

Esta disputa tem sido um foco de tensão entre as duas famílias. Facilmente estes desentendimentos sobre nacionalidade ultrapassam o contexto familiar e alargam-se para discussões políticas nacionalistas, com posições extremadas e acusações irracionais de ambas as partes. Entenda-se que, aquando da realização das nossas entrevistas, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia estava no auge e era tema de destaque de noticiários nacionais e internacionais.

Conflitos parentais

A O. Maria tem, no entanto, um argumento de peso: caso os filhos tenham nacionalidade russa, ela pode candidatar as crianças a um programa russo de incentivo ao crescimento populacional, atualmente em curso. Cada filho teria direito a um valor mensal de algumas centenas de euros. A partir do segundo filho ser-lhes-ia atribuído um valor relativamente elevado a cada um (num total de 11 mil euros) que ficaria cativo até que completassem 18 anos. A O. Maria entende que, a cada mês que passa ela e os filhos perdem dinheiro. O ex-marido não é sensível aos seus argumentos.

A O. Maria acredita que os sogros e o ex-marido não a escutam nem a levam a sério porque não tem qualquer poder financeiro. Por isso, "fazem troça e não me respeitam", diz, e isso deixa-a com um sentimento de impotência e revolta.
Resolver este empasse, seria para si e os seus filhos uma segurança, porque garantia que as crianças quando atingissem a maioridade, pudessem vir a frequentar o ensino superior no seu país ou tivessem acesso a habitação de qualidade, se assim entendessem. Por outro lado, a O. Maria entende que parte desse valor a que pode ter acesso poderia ser usado por si para abrir um pequeno negócio em Portugal e isso seria mais uma segurança financeira para si e para as crianças.
Mas o casal não se entende em relação a isso e esse desentendimento tem bloqueado a forma como a O. Maria planeia a sua vida a médio e longo prazo.

Conclusão de estudos superiores

"A minha vida está suspensa", diz. Precisa de um trabalho que lhe possibilite ganhar dinheiro para desbloquear o pedido de documentos oficiais importantes: o certificado de habilitações e a nacionalidade portuguesa. Estes documentos são essenciais para que possa concluir estudos superiores.

Expectativas para o futuro

Passou a ser evidente que essa é a única via para encontrar um trabalho menos precário. Até lá, necessita de resolver este impasse.

Sobre a sua relação institucional
com o Centro de Emprego como desempregada

Tendo estado em situação de imigração ilegal, durante vários anos, a O. Maria não pediu ajuda ao Instituto de Emprego para arranjar trabalho. Fê-lo sempre de uma maneira informal, através de uma rede de amigos. Após regularizar a sua situação, inscreveu-se no Instituto de Emprego. Mas, porque usufrui de medidas de proteção social, como habitação social, estas medidas são incompatíveis com as medidas de formação no programa Garantia Jovem. Por esta razão, a O. Maria não é elegível para a frequência em cursos de formação financiados de longa duração direcionados para jovens NEET. Tem frequentado vários cursos de formação de curta duração na área das línguas. Valoriza essencialmente o curso de português que tem frequentado e que tem sido essencial para uma melhor integração na comunidade.
A O. Maria tem dificuldades em compreender a sua não elegibilidade para outras medidas de formação, porque estas poderiam ser uma mais valia para encontrar um trabalho mais qualificado que lhe possibilitasse quebrar o ciclo de precariedade no trabalho e dependência dos apoios sociais. Oficialmente é considerada uma jovem NEET inativa.

Narrativa de vida 6

Nome fictício: **Simão**
Idade: 27 anos
Escolaridade: Mestrado Integrado
Estado civil: solteiro, sem filhos
Tempo de desemprego: 20 meses
Situação atual: NEET; *estágio profissional*

Sinopse:
A narrativa de vida do Simão esclarece-nos como a estabilidade económica e a proteção familiares em idade precoce orientam a pessoa numa trajetória de realização de escolhas que vão no sentido do crescimento pessoal. Esclarece também que, não obstante o mérito académico, as falhas no funcionamento e descoordenação das instituições pressionam à adaptação de preferências profissionais leais à oferta institucional e inviabilizam e bloqueiam a realização de escolhas pessoais. Estas falhas nos programas oficiais de apoio aos jovens desempregados qualificados alimentam uma situação de dependência financeira familiar e inviabilizam o desenvolvimento pessoal e profissional.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
1989 *Origens familiares* Situação atual	O Simão tem 27 anos, é solteiro, não tem filhos, tem mestrado integrado em Psicologia e está desempregado há 20 meses. É natural da cidade de Coimbra, onde vive na casa dos seus pais, cujo agregado familiar é composto por si, o seu pai atualmente reformado (Arquiteto, ensino superior) e a sua mãe, funcionária pública (12º ano). O Simão tem um irmão com 31 anos que vive fora do agregado familiar. Até aos cinco anos viveu com os avós maternos nos arredores de Coimbra, por opção dos pais, que trabalhavam no centro daquela cidade. Quando entrou na escola primária, o Simão passou a viver na casa dos pais.	Contexto familiar de estabilidade financeira e emocional
Primeiro, segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico	Frequentou todo o ensino básico e parte do ensino secundário num colégio privado na sua área de residência. [redacted] Esta Instituição utilizava uma estratégia de diferenciação dos alunos, separando os alunos "bons" dos menos bons. O Simão esteve sempre integrado na "turma dos bons" alunos. O seu grupo de amigos era muito coeso e fizeram o percurso escolar sempre juntos, desde o início do primeiro ciclo até o final do terceiro. Durante todo este tempo não teve incidentes de maior. Era uma criança curiosa e reservada e tornou-se num adolescente tranquilo e observador. O seu ambiente familiar era tranquilo, diz. Os pais apoiavam-no e sempre o incentivaram a escolher um percurso escolar e profissional com o qual se identificasse.	
Transição para o Ensino Secundário	No final do 9º ano escolheu o Curso de Ciências e Tecnologias. Na verdade, fez esta opção na ausência de outras alternativas. Toda a sua turma do 9º ano foi integrada naquele curso e era a única opção que oferecia aquele colégio privado. Desta vez, na transição para o 10º ano ficou colocado na turma dos alunos menos bons. Esta foi uma transição um pouco difícil porque estava habituado a uma turma com hábitos de estudo bastante consistentes e aquela era composta por alunos, diz, "mais rebeldes, antissistema que só se interessavam por futebol". Apesar das suas dificuldades iniciais em fazer amigos, conseguiu adaptar-se, sem percalços significativos. Desde o inicio do ensino secundário começou a desenvolver um grande interesse pela Filosofia que, na verdade, não era a disciplina estruturante do curso que frequentava. Compreende agora que talvez tivesse sido mais adequado aos seus interesses na	Escolha do curso de Ciências e Tecnologias

altura ter frequentado o curso de Ciências Sociais e Humanas. Teria sido um percurso mais coerente com a forma como observa e analisa os problemas do mundo, diz. Ao longo do curso foi amadurecendo a ideia de frequentar Psicologia no ensino superior. Por isso, era importante fazer uma introdução ao estudo da Psicologia já no ensino secundário. Escolheu esta opção no 12º ano. Como o seu colégio não oferecia esta disciplina, decidiu mudar de escola.

Mudança de escola

Frequentou o 12º ano na Escola Secundária de D. Duarte, na cidade de Coimbra. Esta transição foi bastante difícil para si. Era uma escola pública, com uma comunidade escolar muito maior da que estava habituado. Teve muitas dificuldades em adaptar-se à turma onde ficou colocado. Essencialmente não partilhava os mesmos interesses e estilo de vida dos colegas. Aqueles já saíam à noite e consumiam álcool com frequência. O Simão não tinha qualquer interesse naquele estilo de vida e, por isso, isolava-se dos seus colegas.
Na altura, diz, tinha uma imagem bastante marcante que destoava dos colegas de turma; gostava de *heavy-metal,* usava cabelos compridos. Mas, apesar da sua imagem bastante agressiva (que agora entende que a utilizava como sua arma de defesa) era um rapaz "muito pacato, de casa". Nunca bebeu álcool nem experimentou fumar até entrar na faculdade. Não tinha qualquer tipo de interesse ou necessidade de o fazer. Era um *outsider* naquela turma.

Transição para o Ensino Superior

Escolha do Curso de Psicologia na Universidade de Coimbra

No final do ensino secundário, decidiu candidatar-se para o Ensino Superior e ficou colocado na sua primeira opção, o curso de Psicologia na Universidade de Coimbra. A transição para o Ensino Superior foi mais fácil para si do que a anterior. Rapidamente conseguiu fazer amigos mais velhos que o apoiaram na adaptação à faculdade. Fez o primeiro ciclo de estudos sem dificuldades de maior.
No final do primeiro ciclo escolheu como pré-especialização Psicologia da Educação. Teria preferido estudar Psicologia das Organizações, mas a sua nota não foi suficiente para entrar naquela especialização. Colocou ainda a possibilidade de melhorar as notas e candidatar-se no ano seguinte, mas acabou por decidir continuar em Educação. Os seus pais apoiavam qualquer decisão sua.

2012
Estágio curricular

GAP-UC

Realizou estágio curricular durante um ano num gabinete de apoio na UC. Neste estágio fez acompanhamento de alunos que procuravam apoio psicopedagógico (dificuldades de adaptação ao Ensino Superior problemas de ansiedade, depressão ou distúrbios alimentares).
Sentiu algumas dificuldades iniciais em adaptar-se a este serviço, mas empenhou-se muito e concluiu o estágio com 18 valores.

2015
Conclusão de mestrado integrado

Findo o estágio curricular dedicou o ano seguinte à tese de mestrado integrado.
Diz ter sentido muitas dificuldades no planeamento e redação da tese de mestrado. Sentiu que não teve o apoio pedagógico e científico de que necessitou, por parte do orientador. Estava entregue a si próprio e isso desmotivava-o.
Durante grande parte deste tempo procrastinou. Sabia que teria muitas dificuldades em encontrar trabalho na sua área, observava isso nos seus colegas de curso, e, de certa forma, isso eliminava o sentimento de urgência em concluir o curso. Teria desistido da entrega da tese, não fosse ter sido incentivado por uma amiga que, estando nas mesmas condições, convidou-o a trabalhar em conjunto.
Dissertou sobre o tema de consumo de substâncias psicoativas no ensino superior e concluiu a tese de mestrado integrado com 18 valores.

Desemprego prolongado
Inscrição no IEFP

Desde que concluiu o curso de mestrado há 20 meses está desempregado. E desde então está inscrito no IEFP.

Condição de inscrição na Ordem dos Psicólogos para candidatar-se a trabalho na sua área de formação

Para poder candidatar-se a um trabalho na sua área de formação o Simão terá de estar inscrito na Ordem dos Psicólogos. Para entrar na ordem dos Psicólogos é requisito essencial a realização de um estágio profissional que reúna duas condições essenciais: 1- ter uma duração mínima de 12 meses e 2- ser um estágio remunerado num valor igual ou superior a 600 Euros mensais. Caso não reúna estas condições, o

estágio não é considerado elegível para aquela ordem profissional e o candidato fica impedido de exercer aquela atividade profissional.

Requisitos mínimos para entrada na Ordem

Esta tem sido a maior dificuldade do Simão desde que concluiu o mestrado integrado há dois anos. Durante este tempo de desemprego tem contactado dezenas de instituições. O *feedback* que tem recebido é sempre o mesmo: as instituições não têm dinheiro para lhe pagar o trabalho de estágio.
Sente uma dificuldade acrescida; o IEFP deixou de financiar estágios de 12 meses e no presente, financia estágios de apenas 9 meses.
Algumas instituições já aceitaram a sua proposta de estágio profissional por um ano, mas com a condição de não lhe pagar qualquer valor financeiro.
Depois de inúmeras tentativas frustradas o Simão diz que até estaria na disposição de realizar um estágio não remunerado, mas sabe que isso não lhe traria benefícios profissionais a curto prazo. Seria "uma perda de tempo e de dinheiro" que não tem, diz.

Ausência de coordenação institucional para a viabilização da escolha de realização de estágio profissional válido para entrar na Ordem Profissional

Grande dificuldade em encontrar estágio válido para entrada na Ordem profissional

Após quase um ano neste impasse, tomou a iniciativa de se inscrever num curso de Gestão de Projetos e Empreendedorismo desenvolvido pelo IEFP. Entenda-se que a inscrição neste curso não foi planeada em conjunto com IEFP, ajustada à sua situação em particular. Não teve qualquer entrevista por parte daquela Instituição.
O Simão inscreveu-se naquele curso simplesmente porque queria estar ativo e e podia usufruir de uma bolsa de formação de 250 euros mensais, acrescidos de subsídio de alimentação e transporte. Dependia financeiramente dos pais e esta seria uma forma de ganhar algum dinheiro para as suas despesas.

2016
Estágio Profissional, IEFP

Este curso de formação profissional inclui um estágio de seis meses, que está a realizar neste momento numa Associação de Desenvolvimento para pessoas com doença mental.
Ironicamente, o Simão havia apresentado uma proposta de estágio profissional a esta mesma Instituição solicitando os requisitos para entrar na Ordem dos psicólogos. E foi recusada. Compreenda-se; a Instituição recusou a sua proposta de estágio profissional como Psicólogo Estagiário por 600 Euros mensais por um período de 12 meses, mas aceitou que a mesma pessoa efetuasse estágio em Empreendedorismo por seis meses por 250 Euros mensais, pago pelo IEFP.
Neste estágio o Simão desenvolve várias atividades que exigem conhecimento técnico e científico da área da Psicologia.
O Simão mantem-se nesta situação porque acredita que, se fizer um bom trabalho, se demonstrar competência, a direção da instituição reconhecerá o seu valor e poderá considerar um novo estágio, desta vez com os requisitos para entrar na Ordem dos Psicólogos.

Frequência no Curso profissional de Gestão de Projetos e Empreendedorismo

Esta situação é para si altamente desmotivadora. Sente-se explorado e humilhado
O valor que ganha da bolsa de estágio não chega para as suas despesas mensais, tão pouco para poder sair da casa dos seus pais e ser financeiramente independente.
Para si entrar naquela Ordem profissional continua a ser muito importante porque é a única possibilidade que tem para ter um trabalho que gosta e valoriza e poder vir a ganhar um salário compatível com as suas expectativas.

Expectativas em relação ao futuro

Ao longo deste tempo que tem estado desempregado as suas expectativas de arranjar trabalho na sua área de formação têm vindo a diminuir, cada vez mais. A sua crença no bom funcionamento das instituições tem vindo a diminuir a pique.
Para si, é importante encontrar um trabalho de que goste e que, acima de tudo, seja remunerado para poder realizar o tipo de vida que valoriza. Gostaria de viajar e ter a possibilidade de sair da casa dos pais. Diz que ficaria satisfeito com um salário de 700 euros mensais.
Não coloca a possibilidade de emigrar porque entende que não só não seria capaz de viver de uma forma independente fora do país, como também, nas suas palavras "é aqui que eu quero viver, no meu país, se possível com um trabalho que eu goste e que me dê para viver com o mínimo de condições".

Sobre a sua relação institucional
com o Centro de Emprego como desempregado

O Simão diz que conhecer o funcionamento do centro de emprego foi para si uma surpresa. Durante todo este tempo em que esteve e está desempregado, em nenhum momento foi contactado pelo centro de emprego. Apenas recebeu um e-mail de divulgação geral sobre o curso de empreendedorismo no qual se inscreveu. Diz nunca ter recebido uma carta, um e-mail personalizado ou nunca ter sido convocado para qualquer entrevista. Pensou inclusive que houvesse algum problema com a sua inscrição, e, por essa razão, dirigiu-se ao IEFP para confirmar eventuais erros de inscrição. Não havia erros na sua inscrição.
Tendo em conta a sua experiência como jovem desempregado de longa duração, o Simão sugere que o IEFP deveria desenvolver uma estratégia de comunicação mais funcional com os jovens com formação superior. Sugere que lhes deveria ser disponibilizada informação de uma forma mais clara e objetiva; o site apresenta um conjunto de informação de uma forma caótica, que desencoraja os utilizadores. Diz que cada vez que procurou ajuda naquela instituição foi-lhe dito que "consultasse o site". Entende que é necessário um tipo de atendimento mais personalizado, que faça com que os jovens sintam que de facto estão a ser apoiados.

Narrativa de vida 7

Nome fictício: **Tiago**
Idade: 28 anos
Estado civil: Solteiro, sem filhos
Escolaridade: frequência no ensino superior
Tempo de desemprego: 10 meses
Situação atual: NEET; *estágio profissional*

Sinopse:
A narrativa de vida do Tiago esclarece-nos como um contexto familiar alargado de estabilidade económica e emocional (apesar da morte precoce de progenitor) promove a autonomia e a confiança pessoais. No entanto, o funcionamento das organizações laborais, orientadas para a competitividade predatória entre pares, promove a médio e longo prazo alienação social e *Burnout*.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
Situação atual	O Tiago nasceu em 1990, tem 28 anos, é solteiro, não tem filhos e está desempregado há 10 meses. Atualmente frequenta um curso de formação de desenho técnico, através do IEFP. Vive com a mãe e o padrasto no distrito de Aveiro, de onde é natural.	
Origens familiares	O Tiago é filho de pai médico (falecido) e de mãe enfermeira, atualmente reformada. Tem dois irmãos mais velhos, com 34 anos (licenciado em enfermagem; empresário) e com 39 (engenheiro informático), ambos com o ensino superior, ambos empregados, que vivem fora do agregado familiar. Quando o seu pai faleceu, o Tiago era um bebé com apenas um ano de idade. A família passou a viver do rendimento da mãe, que na altura trabalhava num hospital, como enfermeira. Como a mãe trabalhava por turnos, o Tiago, a partir do primeiro ano de idade, passou a viver em duas casas; na casa da mãe e na casa da ama, quando a mãe se ausentava. O avô paterno teve também um papel muito ativo na educação deste neto; era um homem muito religioso e incutiu nele o sentido de dever e uma educação moral católica. O Tiago aos os sete anos viria a ter um padrasto e com ele desenvolveria uma relação de grande cumplicidade, afeto e amizade. Estes cuidadores do Tiago viviam relativamente próximos uns dos outros e apoiavam-se mutuamente. Eram adultos muito seguros e responsáveis, diz, e viria a desenvolver com cada um deles uma forte relação de afeto e amizade que perduraria até ao presente.	Estabilidade financeira Contexto familiar de grande estabilidade emocional
	Desde muito cedo o Tiago tornou-se uma criança independente; aprendeu a ser responsável, organizado, ia a pé sozinho para a escola, para casa da ama ou para a casa do avô e fazia os seus deveres sem que ninguém o solicitasse. Essa autonomia trouxe-lhe desde muito cedo muita segurança e confiança em si próprio. Quando entrou na adolescência, na transição para o terceiro ciclo do ensino básico, esta sua estrutura segura foi um pouco abalada por uma situação de doença da sua mãe, que passou por um quadro depressivo, tendo estado de baixa por um período de sensivelmente dois anos. Esta situação teve algum impacto no Tiago que, durante este tempo, teve uma conduta mais ansiosa, rebelde e menos cumpridora das suas tarefas familiares e escolares. Foi, no entanto, uma fase transitória e não teve um impacto duradouro no comportamento do Tiago. Já tinha alguma maturidade para daquela situação adversa aprender algo de positivo, diz, e continuou a ser um excelente aluno na escola. Era um aluno muito intuitivo e tinha boas notas, com muita facilidade.	Autonomia
Ensino Básico	O Tiago fez todo o ensino básico na escola pública e sempre foi um adolescente muito proactivo, curioso e empreendedor. Durante esta fase, por iniciativa própria, envolveu-se num conjunto de atividades extraescolares. Começou a trabalhar nas férias aos 14 anos para ganhar algum dinheiro para si (acartava malas num hotel da sua área de residência); desenvolveu um pequeno	

negócio de telemóveis, era jogador de rugby, delegado de turma, participou nas olimpíadas da matemática, era presidente da associação de estudantes, presidente da rádio escola, elemento da comissão de um partido político e até catequista.
Quando no final do terceiro ciclo do ensino básico teve de escolher o curso de ensino secundário, para si era evidente a escolha Ciências Socioeconómicas; gostava muito de matemática, gostava de tarefas de gestão, tinha forte espírito de liderança e iniciativa. Fez esta escolha com o apoio dos serviços de Psicologia e Orientação da sua escola e com o apoio dos pais e avô.

Ensino secundário

Frequentou o ensino secundário [redacted] na escola pública. Durante algum tempo, manteve as suas atividades extracurriculares, mas o seu aproveitamento escolar começou a diminuir. Praticamente não tinha tempo para estudar. Na verdade, nunca havia sentido necessidade de estudar até o ensino secundário; era um aluno intuitivo e atento às aulas e isso até então havia sido suficiente para ter boas notas. Agora no ensino secundário sentia necessidade de estruturar o seu estudo e por isso, abandonou os seus cargos diretivos e manteve apenas as suas atividades religiosas porque sentia que estas davam sentido de orientação à sua vida.

Curso de Ciências Socioeconomicas

Seminário

Por volta dos 15 anos, quando estava no 10º ano, sentiu "um forte chamamento religioso" e achou que talvez pudesse vir a ter uma vida religiosa. Por livre iniciativa, decidiu entrar no seminário em Aveiro onde esteve em regime de pré-seminário por um período de aproximadamente um ano. Durante este tempo, continuou na sua escola secundária e aos fins de semana ia para o seminário, onde pernoitava. Foi um tempo em que prescindiu do convívio com o seu grupo de amigos para dedicar-se ao estudo da religião. À medida que o tempo passava e que se ia familiarizando com a vida religiosa, essa escolha foi deixando de fazer sentido para si e acabaria por desistir deste percurso de vida. Foi, no entanto, um tempo de grandes descobertas e desafios, diz. Teve várias discussões esclarecedoras com os seus professores do seminário; não se identificava com a visão da sexualidade humana defendida pela igreja, e isso para si foi decisivo na sua tomada de decisão. Ficou desapontado por se aperceber que grande parte dos seus colegas de seminário estavam ali para cumprir expectativas familiares e menos pelo pleno exercício das suas escolhas de vida pessoais.
Manteria o seu contacto com a igreja, mesmo após ter desistido do seminário.
Concluiria o ensino secundário com média final de 17 valores.

Pré-seminário

Conclusão do ensino secundário

Ensino superior

No final do ensino secundário, decidiu candidatar-se ao ensino superior. Já vinha amadurecendo a ideia de frequentar um curso de gestão. Imaginava que o seu futuro passaria pela área dos "recursos humanos". Entrou no curso de Gestão no ISEG-UL, a sua primeira escolha. A sua transição para Lisboa foi feita sem grandes percalços. Partilhava casa com um amigo junto da Universidade e era um jovem autónomo e independente. Por sugestão do irmão, o Tiago entrou numa tuna enquanto caloiro. Entende que essa foi a razão por que não teve aproveitamento escolar no primeiro ano.

Curso de Gestão_ISEG_UL

Saída da casa dos pais

A maior parte do tempo convivia com os colegas da tuna, passou a ser noctívago e tinha uma vida de boémia a tempo inteiro. Não lhe sobrava energia para os estudos, diz. No segundo semestre não foi às aulas, consumia muito álcool e começou a ter problemas de saúde.

Boémia

No final do primeiro ano decidiu pedir transferência de curso para a Universidade de Aveiro. Pensou que a proximidade de casa lhe incutiria um maior autocontrolo. Colocou a hipótese de ir para a Universidade do Porto, mas optou por Aveiro pela também maior proximidade da namorada na altura. Hoje entende que não terá sido a melhor opção. Viria a não se identificar com a matriz teórica do curso de gestão da UA, mais direcionado para as finanças, diz. Os seus interesses estavam mais direcionados para os recursos humanos e isso desmotivou-o. Manteve-se ainda por algum tempo. No final do segundo ano, o seu relacionamento amoroso terminara, deixou de viver na cidade de Aveiro e regressou a casa da mãe, em Anadia. Continuaria a frequentar a universidade, indo e vindo todos os dias, mas, com o tempo, perdeu alguns laços de amizade e o curso deixou de fazer sentido para si. Anulou a matrícula ao fim de quatro anos.

Pedido de transferência de curso

Regresso a casa dos pais

Universidade de Aveiro

Abandono do Ensino Superior

Primeira experiência de trabalho

Uma semana depois de ter abandonado os estudos universitários, através de um anúncio na internet, candidatou-se a um trabalho num *call center*, numa empresa de telecomunicações na cidade de Coimbra. Foi aceite e após uma semana de formação iniciou o trabalho como comercial a tempo inteiro. O Tiago era um excelente comercial de *call center*. Ganhava à comissão e no final de três meses, passou a ser um comercial de topo. Chegaria a ter um salário de 3000 euros brutos. Manter-se-ia neste trabalho durante dois anos consecutivos. Tinha um horário das 13h às 22h.

Desadequação aos seus interesses

Comercial de *Call Center*

Apesar de ser financeiramente independente optou por continuar a viver na casa da sua mãe porque para si era mais prático e faziam companhia um ao outro, diz. Vivia relativamente próximo do trabalho, tinham uma excelente relação de respeito mútuo e aquela situação não trazia qualquer inconveniente à sua vida social.
mpusera a si próprio "aguentar o maior tempo possível", diz. Conseguiu aguentar dois anos. Ao fim desse tempo, sentia-se psicologicamente esgotado. Manter aquele ritmo de trabalho e aquele elevado nível de exigência de objetivos deixou-o exausto, física e psicologicamente. Ao fim desse tempo, a sua performance baixou drasticamente e o retorno financeiro passou a ser muito menor.

Independência financeira

Compreenda-se que os contratos de trabalho no *call center* eram quinzenais. Se num mês não fossem atingidos os objetivos esperados e, cumulativamente a meio do mês seguinte os objetivos não fossem alcançados a cinquenta por cento, o trabalhador era despedido. As regras eram claras. Ora, os trabalhadores viviam sempre sob a pressão de manterem um nível ótimo de produtividade e a sua condição psicológica e física diminuía significativamente ao longo do tempo. Um trabalhador permanecia em média apenas quatro meses naquele trabalho, segundo nos informou. Acresce que o Tiago passava em média oito horas por dia a falar ao telefone com pessoas. "O meu trabalho era convencê-las a comprar uma coisa que não precisavam, era absurdo", diz. Quando chegava a casa isolava-se dos familiares e amigos. Sentia-se impaciente, irritado, desiludido com o seu trabalho, com o mundo e consigo próprio. Apenas queria estar em silêncio. Com o tempo, isso passou a ser um problema, sentia-se cada vez mais isolado e esse isolamento fazia-o sentir-se profundamente infeliz. Sabia que, independentemente do dinheiro que ganhava, mesmo ganhando um montante elevado, não podia fazer um empréstimo porque não tinha um contrato de trabalho a termo e isto para si era um grande inconveniente, porque o impossibilitava de pôr em prática outros projetos seus.

Precariedade contratual

Burnout

Desemprego

Candidatou-se a uma vaga de supervisor, um lugar que o aliviaria do ritmo de trabalho. Não foi aceite. Começou a sentir-se desmotivado e ao fim de alguns meses apresentou demissão. Estava exausto e sentia necessidade de parar. Não procurou ajuda especializada, talvez por vergonha, mas tem plena consciência que estava em situação de *Burnout*.

Apresentação de demissão

Durante os nove meses em que esteve desempregado descansou física e psicologicamente. Ganhava o subsídio de desemprego (aproximadamente 900 euros) e fazia um part-time num bar na sua área de residência. Durante este tempo, estudou a hipótese de trabalhar por conta própria; abrir um snack bar. Fez várias diligências nesse sentido e estudou a viabilidade financeira. Concluiu que não seria aquela a melhor altura para iniciar o negócio. Sentia que necessitava de conhecer o mundo, ganhar mais experiência de vida, diz. Começou a equacionar a possibilidade de emigrar. Um grande amigo havia emigrado para Londres e o Tiago achava que aquele poderia ser também o seu caminho. Falava fluentemente inglês e nada o impediria de sair do país.

Subsidio de desemprego
Análise da possibilidade de ser trabalhador independente

Segunda experiência de trabalho

Viria a emigrar, sim, mas para [redacted] Alemanha. Através de um familiar de uma amiga arranjou um contacto de trabalho num bar. Teria direito a habitação nos primeiros seis meses, como incentivo à sua integração. Mudou-se em 2014 e manter-se-ia lá por 20 meses. A sua integração foi relativamente fácil. No final de três meses sentia-se completamente adaptado. Rapidamente fez um grupo de amigos, igualmente emigrantes de várias nacionalidades. Ao fim de três meses era responsável pelo bar e o seu salário foi aumentado (2000 euros brutos). Quando passou a pagar também a habitação, as suas despesas aumentaram significativamente e o seu vencimento já não

Emigração

Empregado de bar Alemanha

Regresso a Portugal

compensava. Entendia que ganhava muito pouco para o seu esforço e para o retorno que dava à casa.

Durante esse tempo vivia sozinho e aprendeu a falar alemão na escola pública, numa formação direcionada a imigrantes. Regressava a Portugal de seis em seis meses para visitar a família e no restante tempo livre viajou; conheceu vários países e dezenas de cidades da Europa central.

Terceira e quarta experiências de trabalho

Ainda ponderou mudar-se para o Luxemburgo; conhecia um amigo residente e teria a possibilidade de trabalhar na instalação de fibra ótica.

Saudades da família

Regresso a Portugal

Decidiu, no entanto, regressar a Portugal porque sentia falta da família, essencialmente dos irmãos e da mãe. Tinha já uma sobrinha que não conhecia e sentia uma grande tristeza na sua mãe pelo seu afastamento. O facto de entender que o seu trabalho deixou de ser financeiramente compensador e aquela saudade dos seus familiares foi o que o motivou a regressar a casa, ao fim de 20 meses.

Empregado de bar
Vendedor de loja

Quando regressou a Portugal, trabalhou num bar por um período de aproximadamente quatro meses, sem contrato de trabalho e, posteriormente esteve a gerir uma loja de telemóveis em Aveiro por um período de sete meses. Durante esse tempo, manteve-se na casa da mãe, apesar de ser financeiramente independente.

Inscrição no IEFP

O Tiago tem também um grande conhecimento e interesse pelo negócio de automóveis. Desde o seu regresso da Alemanha, viaja frequentemente até aquele país para comprar carros para uma rede de vendedores seus conhecidos, ganhando por isso uma comissão. Se tivesse capital financeiro, diz, abriria um negócio de compra e venda de automóveis e investiria no comércio de automóveis elétricos. "É o futuro", diz.

Frequência no curso profissional de desenho técnico

Por iniciativa própria, o Tiago procurou ajuda no IEFP. Pretendia inscrever-se no curso de mecatrónica de automóveis, que teve conhecimento através da internet, mas o curso não abriu por falta de vagas. Foi orientado por um técnico de gestão de carreira para o curso de desenho técnico. Atualmente frequenta esse curso com a duração de um ano (1200 h). Este curso inclui a realização de um estágio que fará brevemente numa empresa de componentes automóveis.

Expectativas para o futuro

O Tiago diz estar satisfeito com o curso, apesar de tecer duras críticas ao seu funcionamento. Tem, no entanto, expectativas que o estágio lhe dê oportunidades de trabalho especializado.

Não pretende concluir o curso de gestão. Ter uma licenciatura poderia ser uma vantagem para si ao nível da evolução de carreira, diz mas entende que não coloca essa possibilidade porque, para si, a gestão, nos moldes como a encontrou na faculdade, não consegue acompanhar as mudanças do mundo, diz, e, por isso, deixou de fazer sentido para si.

Sobre a sua relação institucional
com o Instituto de Emprego como jovem desempregado

A maior parte das vezes que procurou trabalho, o Tiago não recorreu ao IEFP, fê-lo de forma independente, por iniciativa própria.

Aquando da sua inscrição no curso, o Tiago diz ter sentido uma forte pressão para que se inscrevesse no curso. Entende que eventualmente a maneira como as pessoas são selecionadas poderá não ser a mais eficaz; os conteúdos de formação inicial e o nível de formação dos desempregados são altamente díspares, o que faz com que o grupo de formandos seja pouco coeso e o nível de desistência seja muito elevado; de 15 do seu grupo inicial, restam quatro. Existe, no seu entender um grande esforço para que a instituição capte jovens desempregados para que os cursos possam funcionar e está menos interessada na adequabilidade dos perfis de cada jovem ao curso. O Tiago valoriza a qualidade técnica e pedagógica dos formadores. No entanto, entende que os conteúdos poderiam ser cumpridos em seis meses, mas arrastam-se, pensa que para cumprir os referenciais (1200 horas).

Lamenta também a inexistência em Portugal de uma plataforma com informação sobre todas as formações cofinanciadas com apoios governamentais que irão existir no futuro, o que faz com que um jovem desempregado que procura formação tenha de procurar informação pulverizada por centenas de sites.

Narrativa de vida 8

Nome fictício: **Madalena**
Idade: 28 anos
Escolaridade: 9º ano
Estado civil: casada, uma filha
Tempo de desemprego: 26 meses
Situação atual: NEET; *inativa*

Sinopse:
A narrativa de vida da Madalena esclarece como a instabilidade financeira e afetiva, os maus-tratos e a institucionalização em idade muito precoce alimentam um percurso de inseguranças, insucesso e abandono escolar precoces e influenciam objetivamente a adaptação de preferências e escolhas profissionais.
Esta narrativa informa-nos também como a maternidade, o não reconhecimento financeiro do papel de cuidadora de crianças e idosos gera um ciclo interminável de dependência financeira e exclusão social e inviabiliza a realização de escolhas pessoais e profissionais, que visam não o florescimento humano, mas a mera sobrevivência pessoal.
Esclarece-nos também, e mais uma vez, sobre a ineficácia dos programas oficiais de apoio aos jovens NEET mais vulneráveis, com menores a seu cargo. Ativar a Madalena para o emprego, pressupõe garantir-lhe condições prévias para que possa, ela própria, realizar as escolhas que valoriza.

Datas *Principais eventos*		**Comentários** *Escolhas, Preferências e Adaptação de Preferências*
1988 Origens familiares	A Madalena tem 28 anos, é casada, tem uma filha de quatro anos com quem vive e com o marido, construtor civil, [redacted] na Madeira [redacted]. Tem um curso de formação profissional [redacted], equivalente ao 9º ano de escolaridade e está desempregada há 26 meses. A Madalena é a segunda filha de uma família com poucos recursos; filha de pai [redacted] (4ª classe) e de mãe empregada doméstica (4ª classe). Tem dois irmãos; um irmão mais velho, solteiro, com o 7º ano de escolaridade, que atualmente vive com a mãe e uma irmã mais nova, casada, com o 9º ano de escolaridade, desempregada que vive num agregado familiar independente.	Contexto familiar de grande instabilidade económica
Saída da casa dos pais	Aos sete anos, por iniciativa da mãe, a Madalena [redacted] foi viver para uma instituição de acolhimento para crianças em risco, [redacted]. Regressaria à casa da mãe após completar 18 anos. A mãe tomou a decisão de deixar as filhas aos cuidados da Instituição por não ter condições financeiras para cuidar de três filhos menores. À data, o pai, a única fonte de rendimento do agregado, abandonou o lar. Não tendo outra fonte de rendimento, a mãe iniciara um trabalho remunerado como empregada doméstica e optou por ficar apenas com o filho mais velho a seu cargo. Este viria a desistir da escola no 7º ano de escolaridade, para começar a trabalhar e ajudar nas despesas do agregado. Apesar das dificuldades, a mãe manteve sempre contacto com as filhas até aquelas atingirem a maioridade. [redacted]	Institucionalização aos 7 anos
Vida na instituição	Durante o tempo em que esteve na Instituição, a sua vida era altamente regrada, com horários muito restritos para cada uma das atividades do seu dia-a-dia; desde dormir, tomar as refeições, estudar, descansar, fazer a higiene pessoal ou rezar e raramente eram feitas exceções à organização e horários de atividades. Enquanto era criança, esta estrutura dava-lhe alguma segurança e sentido de orientação, mas à medida que foi crescendo, particularmente durante a fase da sua adolescência, sentia-se cada vez mais "presa". Queria fazer outras coisas para além daquelas que lhe eram propostas, queria fazer as coisas de outra maneira, queria estar mais tempo com as amigas do que aquele que lhe era permitido. Quase sempre não lhe era consentido. Por vezes apetecia-lhe fugir, mas "fugir p'ra onde?", pergunta. Não teve alternativa a não ser acomodar-se à rigidez das normas da Instituição; "foi tudo para o bem da gente", repete a Madalena,	Grande instabilidade afetiva

uma e outra vez; "foi tudo para o bem da gente". [redacted] Sentia-se frágil, controlada, desprotegida, mas tentava "aguentar tudo" [redacted]

Compreende agora o porquê de a mãe a ter deixado aos cuidados daquela instituição, mas diz que sempre sentiu uma grande tristeza e revolta por aquela ter tomado essa opção; "as crianças não compreendem a dureza da vida, não é? e as crianças precisam de uma casa, não acha? precisam de carinho p'ra crescer senão não crescem a modo, não é assim?", "mas foi tudo para o bem da gente".

Ensino básico

A Madalena fez toda a sua formação escolar e profissional naquela Instituição, mas nunca gostou de estudar. Apesar de todas as dificuldades, concluiu o curso profissional [redacted]. Era a única oferta formativa que oferecia a Instituição e a Madalena não teve outra alternativa a não ser aquela. Diz que, se tivesse tido oportunidade de escolha teria escolhido um curso de Cabeleireira e Estética. Apesar de não gostar do curso, concluiu-o com muito sacrifício e muito apoio por parte dos seus colegas e professores, que a incentivaram a continuar os estudos. A sua mãe também a incentivou que continuasse a estudar. Sem sucesso. Diz que ficava extremamente ansiosa sempre que tinha de se dedicar ao estudo. Era (e diz continuar a ser) muito insegura em relação a si própria e era-lhe muito difícil executar tarefas que exigissem concentração; "mesmo hoje em dia não sei fazer contas de cor (...) eu nunca gostei da escola, nunca foi o meu forte." Esta foi a razão principal que a levou a abandonar a escola no final do 9º ano de escolaridade.

Conclusão do curso profissional (nível II de formação)

Abandono escolar

Estagiou na Escola de Hotelaria [redacted], mas não gostava de cozinhar; "Nunca tive jeito para a cozinha. Gostava era de limpar a cozinha, de estar no meu canto, não de cozinhar", diz. Após o estágio, foi convidada para trabalhar na copa. Não era um trabalho que a entusiasmasse, mas teria aceite a proposta pela necessidade de ganhar dinheiro, se se não sentisse forçada a recusá-la. Por esta altura tinha já 18 anos e já havia regressado a casa dos pais juntamente com a irmã. Agora ambas viviam com a mãe, o padrasto, o irmão e a avó materna que estava acamada e necessitava de cuidados continuados.

Assistente de cozinha

Estágio profissional

Era a Madalena que cuidava da avó materna, tendo ficado responsável pela sua higiene e alimentação. Por isso, tinha de coordenar os seus horários de trabalho com essa responsabilidade, que lhe havia sido atribuída pela mãe. Vivia longe da cidade onde trabalhava e estava dependente dos transportes públicos. Por não ser possível conciliar o trabalho na Escola de Hotelaria com o cuidar da avó e por acrescidas dificuldades relativamente aos transportes, optou por cuidar da avó a tempo inteiro. Fê-lo até aquela falecer, sete anos mais tarde. Durante todo esse tempo não tinha qualquer fonte de rendimento e era financeiramente dependente da mãe.

Responsável por cuidados continuados da avó idosa

Regresso a casa

Cuidar a tempo inteiro (I)

Agora em retrospetiva entende que essa foi a melhor decisão para si. Acompanhar todo o processo de deterioração física e mental da avó foi um caminho muito difícil, mas entende que aquela tarefa dava sentido à sua vida. Era, nas suas palavras, "um trabalho muito duro que tinha o dia inteiro." Quando casou, aos 23 anos, a Madalena deixou a casa dos pais e foi viver com o marido para a casa dos sogros. Um ano depois teve a filha. Nos dois anos que se seguiram ocupava todo o seu tempo a cuidar da filha e da avó acamada. Era financeiramente dependente do marido, trabalhador da construção civil, que ganhava o ordenado mínimo.

Após a morte da avó e tendo a filha completado dois anos, a idade a partir da qual já poderia frequentar o infantário da sua área de residência, a Madalena decidiu trabalhar a tempo parcial para colaborar financeiramente para o seu agregado familiar. Estava disposta a trabalhar em qualquer ramo de atividade porque necessitava de ganhar dinheiro e o vencimento do marido era insuficiente para todas as despesas do agregado. Era, no entanto, essencial que compatibilizasse o seu horário de trabalho com o horário

Responsável pelos cuidados da filha menor

Saída da casa da mãe

Casamento

do infantário da filha, uma vez que esta estava exclusivamente a seu cargo e não tinha ninguém a quem a deixar, caso necessitasse.

Cuidar a tempo inteiro (II)

Encontrou um trabalho, sem recorrer ao Centro de Emprego, como empregada de limpeza num hipermercado. Manteve-o por algumas semanas. Quando o seu horário foi alterado para o turno da noite, sem que tivesse sido consultada e apesar de ter várias vezes referido que não poderia continuar noutro horário, viu-se forçada a abandoná-lo. Manter o trabalho impossibilitava-a de cuidar da filha. A Madalena não tem a quem deixá-la depois da escola e entende que a menina deve estar aos seus cuidados, porque, nas suas palavras, "as crianças precisam do colo de uma mãe". Por isso, ficou bastante desapontada quando teve de abandonar o trabalho porque precisava muito daquele dinheiro. Nas suas palavras, "ganhava pouco, mas era importante para ajudar nas coisas da casa e da menina".

Empregada de limpeza

Impossibilidade de conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares

Primeira experiência de trabalho remunerado

Nessa altura pediu ajuda ao Instituto de Emprego para que conseguisse encontrar um trabalho que cumprisse os seus critérios de horários. Foi-lhe informado que era um requisito difícil de cumprir; a maior parte dos trabalhos não qualificados nas grandes superfícies comerciais, como os trabalhos de limpezas, oferecem horários das 16 às 24h. A resposta ao seu pedido tardou em chegar e quando foi convocada para entrevista no Instituto de Emprego (não sabe precisar quanto tempo depois da sua inscrição) ignorou a convocatória sem apresentar qualquer justificação. Por essa razão, saberia mais tarde que a sua inscrição no Centro de Emprego havia sido anulada. Desde então continua a procurar ativamente trabalho, sem estar inscrita no Centro de Emprego. Tem sido orientada informalmente pela junta de freguesia da sua área de residência e em assistido às formações desenvolvidas por aquela instituição para pessoas desempregadas.

Demora na resposta
Não cumprimento do requisito de horário
Desistência

Inscrição no Instituto de Emprego

Anulação da inscrição

Para ganhar algum dinheiro para si, faz alguns trabalhos de manicure para as pessoas que conhece. [redacted] Diz que se sente inferiorizada por não ter um trabalho remunerado e porque sempre que precisa tem de pedir dinheiro ao seu marido, o que a deixa envergonhada e triste. Ter um trabalho remunerado seria para si muito importante para deixar de ser dependente do marido; "se eu tivesse um trabalhinho que eu gostasse tinha mais gosto pela vida e era mais dona de mim", diz. Mas acrescenta que "a vida é assim mesmo, não é?", "a gente não escolhe a vida que tem, tem-se de aceitar o que Deus escolheu para a gente".

Acompanhamento informal

Trabalho voluntário na comunidade

Centro de dia

Expectativas em relação ao futuro profissional

A Madalena gostaria muito de ter mais um filho, mas era importante "arranjar primeiro um trabalho". Como é que imagina a sua filha quando crescer, o que é que deseja para ela no futuro, perguntei. "Que fosse cabeleireira, como eu nunca consegui ser."
Às vezes, ainda sonha ser cabeleireira, ter o primeiro cabeleireiro da sua área de residência. Comenta-nos o seu sonho com grande timidez, como se se tratasse de um desejo impossível de concretizar. Não se atreve a contar a ninguém, nem mesmo ao seu marido, mas acha que este a apoiaria nas suas decisões, porque acha que ele queria que ela fosse mais feliz.

?

Sobre a sua relação institucional
com o Instituto de Emprego como desempregada

A Madalena tem algumas dificuldades em se expressar verbalmente e algumas dificuldades na compreensão de uma linguagem formal. Compreende-se, portanto, porque é que da primeira e única vez que que se dirigiu ao CE sentiu-se envergonhada e exposta e prometeu nunca mais lá voltar. A funcionária que a atendeu não terá demonstrado qualquer empatia para consigo, falava muito alto, muito rápido e "dizia coisas que [a Madalena] não entendia". Ter-lhe-á dado um punhado de papéis para preencher e esta, não tendo conseguido fazê-lo, pediu ajuda, ao que a funcionária terá dito que não lhe pagavam para fazer esse tipo de tarefa. Compreende-se, portanto, por que razão a Madalena não considera o Instituto de Emprego como uma instituição que ajuda os jovens desempregados a encontrar trabalho. Não está inscrita no CE. É uma jovem NEET inativa.

Anexo 2
Guiões de entrevista

Construção de histórias de vida: segundo momento

Grelha de apoio para recolha de informação para a elaboração do ***Biograma 1***

TEMAS	**DIMENSÕES**
Origem social e familiar	Escolaridade e profissão dos pais Aspirações e expectativas dos pais em relação aos filhos Apoio familiar relativamente a escolhas escolares e profissionais
Trajetória geográfica e residencial	Local de nascimento Locais por onde passou e em que fases da vida Razões da mudança Agregado familiar em cada uma das etapas Nível de satisfação
Trajetória familiar	Saída da casa dos pais (quando e porquê) Experiências de união de facto / casamento Filhos (número e idades) Menores ou outros a seu cargo
Trajetória escolar e profissional	Nível de escolaridade Aspirações quanto ao nível de escolaridade, agora e no passado Comparação com outras pessoas do seu círculo de amizades.
Ajustamentos e adaptação de preferências	Processo de tomada de decisão Critérios utilizados na tomada de decisão Influências no processo de tomada de decisão

Notas :

GUIÃO DE ENTREVISTA[63]

Apresentação e objetivos da entrevista:

Esta entrevista enquadra-se no contexto de uma investigação da nossa tese de doutoramento, para a qual desejamos saber como é que perspetiva o problema do desemprego jovem em Portugal e em particular do programa Garantia Jovem. O nosso interesse em abordarmos este programa não é com o intuito de o avaliarmos; isso não faz parte do nosso trabalho de investigação, mas sim sabermos apenas a sua opinião sobre o seu funcionamento, no combate ao problema do desemprego jovem em Portugal, do ponto de vista da instituição que coordena. Agradecemos desde já a sua participação. Pedimos-lhe também que, por motivos de tratamento da informação, nos autorize gravar esta entrevista. É importante que fique claro que a informação aqui recolhida será para o uso exclusivo desta investigação e não será, de maneira nenhuma, difundida em nenhum outro contexto. Informamo-lo também que este estudo tem o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia[64].

A. Os jovens e o mercado de trabalho.

1. Como perceciona o mercado de trabalho, na atualidade?
2. Como perceciona a realidade dos jovens portugueses face ao mercado de trabalho?
3. Acha que a maioria dos jovens portugueses tem a possibilidade de escolher o trabalho que valoriza?
4. A que é que atribui um maior sucesso para que isso aconteça?

B. O Programa Garantia Jovem

5. O que é que o programa Garantia Jovem traz de novo neste sentido?

Gostaria que considerasse a situação hipotética do Tiago:

O Tiago tem 18 anos, abandonou a escola há três meses, sem concluir o 12º ano de escolaridade porque não pretende continuar a estudar. Ele entende que a escola não o prepara para o tipo de vida que gostaria muito de ter, ser graffiter de arte urbana. Neste momento vai fazendo uns biscates para ter algum dinheiro, mas não procura ativamente emprego.

1. O Tiago é um perfil típico dos jovens NEET a quem se destina o programa Garantia Jovem. Que recursos é que consegue identificar no programa que podem ajudar os jovens como o Tiago a fazerem o que realmente valorizam?
2. Qual é o grau de envolvimento que se espera dos jovens no programa? E como é que eles são envolvidos no processo de escolha e decisão?
3. Sabemos que o programa Garantia Jovem procura otimizar um conjunto de instrumentos de trabalho já existentes, como por exemplo, o Plano Pessoal de Emprego. Como é que esses instrumentos são utilizados?
4. Até que ponto entende que os jovens beneficiários do programa são encorajados a terem autonomia e liberdade de expressão na implementação do programa?
5. Quais os limites das suas escolhas no processo de seleção de alternativas?
6. O que acontece quando um jovem se recusa a aceitar uma proposta sugerida? Quais as penalizações que tem?

Pedia-lhe agora que considerasse a situação hipotética do Joel:

O Joel tem 27 anos. Tem uma licenciatura em Engenharia Civil concluída há três anos. Após ter concluído o curso, esteve à procura de emprego durante um ano. Enviou o seu CV para várias empresas, foi a algumas entrevistas, mas não conseguiu emprego. Após esse tempo, e com a ajuda do centro de emprego, encontrou um trabalho temporário como técnico de vendas numa empresa de telecomunicações, onde trabalha há dois anos. De início, o Joel continuava a procurar de trabalho na sua área de formação. Com o tempo, habituou-se a esta situação, que apesar de precária, é a sua única fonte de rendimento. Neste momento, o Joel já desistiu de procurar emprego como engenheiro civil, já não acredita que algum dia venha a trabalhar como engenheiro civil. Por vezes acha que ter frequentado o ensino superior foi uma perda de tempo. Agora dedica-se a tempo inteiro ao seu trabalho como técnico de vendas.

7. Tecnicamente, a situação do Joel é uma situação de sucesso para o Instituto de Emprego, apesar de ser uma situação fracasso para ele. O que tem a dizer sobre isso?
8. Os jovens na situação do Joel por vezes adaptam as suas expectativas à dura realidade. Isso tem sido uma preocupação institucional?
9. O que é que acha que poderia ser melhorado nesse sentido?

Muito obrigada pela sua colaboração. Ela é muito importante para o nosso estudo.

[63] Guião de entrevista direcionada a decisores políticos no âmbito da *Garantia Jovem*.
[64] FCT/SFRH/BD/87012/2012